

Maria Antónia Nobre Silva Martins Jacinto

**Mosteiro de Santa Maria de Almoester**  
**Contributo para uma proposta metodológica**  
**de conservação e valorização dos edifícios regulares**

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Universidade de Évora  
1997



## Agradecimentos

O resultado do trabalho, que ao longo de dois anos foi desenvolvido, e que agora se apresenta, deve muito ao contributo de um conjunto de pessoas a quem gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar ao Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, pelo ensino fundamental da metodologia de abordagem que deu forma a esta dissertação de mestrado, mas também pela profundidade e rigor dos esclarecimentos e críticas, assim como a disponibilidade e alento sempre presentes ao longo deste tempo, que impulsionaram a prossecução deste esforço.

Ao Professor Doutor Fernando Henriques, estou grata pela forma generosa com que se dispôs a ler este estudo, cujas importantes críticas, sugestões e esclarecimentos em muito contribuíram para o resultado final que agora se apresenta.

Ao Professor Doutor Luís Aires-Barros e ao Professor João Appleton, pelo importante contributo que constituíram os esclarecimentos específicos das suas áreas, e também pela amabilidade e tempo despendido com esta tarefa.

Ao Dr. Jorge Custódio pela simpatia com que se dispôs a efectuar uma visita ao mosteiro acompanhada pelo saber e sugestões bibliográficas que em muito contribuíram para aprofundar o conhecimento histórico do mosteiro.

Ao Engenheiro António Alvarez e ao Engenheiro Saporitti Machado pela colaboração prestada respectivamente na análise e observação das argamassas e das madeiras, que permitiram aprofundar o conhecimento sobre estes materiais utilizados na construção do monumento.

Ao Dr. José Varandas, pela disponibilidade e generosidade com que partilhou os seus conhecimentos específicos sobre o mosteiro e ainda pelas importantes indicações bibliográficas.

Agradeço à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em especial à Arquitecta Anouk Faria da Costa e ao Dr. João Nuno Reis, pelas facilidades concedidas na consulta e reprodução dos elementos gráficos e fotográficos.

Por ter facultado a leitura e reprodução de toda a informação contida no *Plano de Pormenor de Almoester*, agradeço ao seu autor principal, ao Arquitecto José Carlos Ferreira de Almeida.

Pela disponibilidade sempre simpática, agradeço ao Arquitecto Alberto Cruz a colaboração prestada no resultado gráfico do levantamento do imóvel.

Um agradecimento especial é dirigido à sr<sup>a</sup>. D. Branca Conde e à sr<sup>a</sup>. D. Serafina Moreira, pela amabilidade e simpatia com que sempre me receberam em Almoester e nas frequentes e prolongadas visitas ao mosteiro.

Ao Engenheiro José Teixeira Trigo, estou muito grata pelo apoio, excepcional tolerância e compreensão que sempre teve com as minhas diversas ausências no trabalho.

Um agradecimento muito especial ao Arquitecto José Trindade Chagas, pelo apoio e encorajamento sempre presentes, sem os quais dificilmente teria sido possível terminar este estudo.

Agradeço ainda à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, a Bolsa de Estudo que proporcionou dar resposta às maiores exigências económicas deste projecto.

Finalmente agradeço a todos os que de algum modo apoiaram, colaboraram ou contribuíram para a concretização deste estudo com informações pontuais, entre os quais, para não enumerar todos, refiro apenas o Arquitecto José Aguiar, a Engenheira Albertina Rodrigues, a Dr<sup>a</sup>. Margarida Menezes e Cruz, a Dr<sup>a</sup>. Teresa Costa e Silva e a Engenheira Ana Saudade e Silva.

## **Índice**

<b>Introdução</b>	8
<b>Capítulo I – Estado actual da investigação</b>	10
<b>Capítulo II - Enquadramento histórico</b>	14
1 - A fundação do mosteiro de Santa Maria de Almoester	14
2 - Breve notícia da evolução até à actualidade	20
<b>Capítulo III - Descrição do mosteiro</b>	30
1 - Situação e sítio	31
2 - Plantas e alçados dos edificios regulares	36
2.1 - Igreja	38
2.1.1 - Planta	38
2.1.1.1 - Cabeceira	38
- Capela-mor	38
- Capelas colaterais	39
- Corpo longitudinal	39
2.1.2 - Alçados interiores	40
2.1.2.1 - Cabeceira	40
- Capela-mor	40
- Capelas colaterais	41
2.1.2.2 - Corpo longitudinal	42
- Nave central	43
- Naves laterais	43
- Alçado poente	45
2.1.3 - Alçados exteriores	45
2.1.3.1 - Cabeceira	45
- Capela-mor	46
- Capelas colaterais	46
- Corpo longitudinal	47
- Alçado poente	49
2.2 - Claustro	49
- Planta	49
- Alçados	49
2.3. - Lavabo	50
- Planta	50
- Alçado	50
2.4 - Casa do Capítulo	51

- Planta	51
- Alçados interiores	51
- Alçados exteriores	52
2.5 - Refeitório	52
- Planta	52
- Alçados interiores	53
- Alçados exteriores	54
2.6 - Dormitório	55
- Planta	55
- Alçados interiores	55
- Alçados exteriores	55
2.7 - Sacristia	57
- Planta	57
- Alçados interiores	57
- Alçados exteriores	58
2.8 - Capela de Nossa Senhora da Piedade	58
- Planta	58
- Alçados interiores	58
- Alçados exteriores	59
 <b>Capítulo IV - História da construção</b>	 60
<b>1 - Cronologia das obras</b>	60
1.1 - Campanha de obras inicial	60
1.2. Segunda campanha de obras (século XVI)	65
1.3 - Terceira camapanha de obras (séculos XVII e XVIII)	69
1.4 - Intervenções no século XIX	77
1.5 - Intervenções no século XX	78
 <b>2 - Influências formais</b>	 84
 <b>3 - Mestres de obras</b>	 86
 <b>4 - Materiais e sistema construtivo</b>	 87
4.1 - Materiais de construção	87
4.2 - Sistema construtivo	90
4.2.1 - Fundações	91
4.2.2 - Pavimentos	91
4.2.3 - Escadas	93
4.2.4 - Paredes	93
4.2.5 - Cunhais	95
4.2.6 - Vãos	96
4.2.7 - Contrafortes	98
4.2.8 - Cimalhas	99
4.2.9 - Tectos	99
4.2.10 - Coberturas	101
 <b>5 - Análise do espaço e eurtmia</b>	 101

<b>Capítulo V - Diagnóstico do estado actual de conservação do monumento</b>	104
<b>1 - Inspecção visual macroscópica dos edificios regulares monásticos</b>	104
- Decaimento físico	106
1 - Manchas de humidade por infiltração	106
2 - Manchas de humidade por condensação	107
3 - Manchas de humidade por capilaridade	108
4 - Alveolização da pedra	109
5 - Juntas com argamassas erodidas ou inexistentes	110
6 - Fractura de cantarias	110
7 - Fenda na abóbada de canhão da capela-mor	111
8 - Fendas em paredes resistentes	112
9 - Desligamentos entre elementos	113
- Decaimento químico	115
10 - Eflorescências	115
11 - Dissolução da rocha calcária	115
12 - Crostas negras	115
13 - Oxidação do ferro	116
- Decaimento biológico	116
14 - Fungos	116
15 - Algas	117
16 - Líquenes	117
17 - Musgos	118
18 - Plantas herbáceas	118
19 - Insectos xilófagos	118
- Decaimento antrópico	119
20 - Usos indevidos	119
21 - Lacunas de material	120
22 - Intervenções desadequadas	121
23 - Intervenções desadequadas na envolvente próxima do conjunto monástico	122
24 - Elementos e materiais vandalizados	122
<b>Capítulo VI - Bases para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edificios regulares do mosteiro</b>	123
<b>1 - Conceitos fundamentais de protecção do património arquitectónico</b>	123
<b>2 - Análise crítica das intervenções no âmbito da conservação realizadas e intentadas no monumento</b>	125
2.1 - As intervenções da D.G.E.M.N. (1942 – 1987)	126
2.2 - As intervenções da iniciativa do pároco de Almoester (1975)	128
2.3 - As intenções do Plano de Pormenor (1991 – 1996)	130
<b>3 - Proposta de reparação e manutenção das patologias registadas</b>	132
- Decaimento físico	132
1 - Manchas de humidade por infiltração	132
2 - Manchas de humidade por condensação	133

3 - Manchas de humidade por capilaridade	134
4 - Alveolização da pedra	134
5 - Juntas com argamassas erodidas ou inexistentes	135
6 - Fractura de cantarias	135
7 - Fenda na abóbada de canhão da capela-mor	135
8 - Fendas em paredes resistentes	135
9 - Desligamentos entre elementos	135
- Decaimento químico	137
10 - Eflorescências	137
11 - Dissolução da rocha calcária	137
12 - Crostas negras	138
13 - Oxidação do ferro	138
- Decaimento biológico	139
14 - Fungos	139
15 - Algas	139
16 - Líquenes	140
17 - Musgos	140
18 - Plantas herbáceas	141
19 - Insectos xilófagos	141
- Decaimento antrópico	142
20 - Usos indevidos	142
21 - Lacunas de material	142
22 - Intervenções desadequadas no conjunto monástico	143
23 - Intervenções desadequadas na envolvente próxima do conjunto monástico	143
24 - Elementos e materiais vandalizados	143
 <b>- Graduação possível das intervenções por níveis de prioridade</b>	144
- Intervenções a curto prazo	144
- Intervenções a médio prazo	145
- Intervenções a longo prazo (manutenção)	146
 <b>4 - Contributo para uma proposta metodológica de valorização do monumento</b>	146
 <b>4.1 - Condicionantes</b>	146
 <b>4.2 - Objectivos</b>	147
 <b>4.3 - Intenções principais e metodologia</b>	149
1 - Sondagens arqueológicas	149
2 - Prospeção da tipologia construtiva e arquitectónica do refeitório	149
3 - Manutenção do culto na igreja	149
4 - Reutilização do edifício do antigo refeitório	150
5 - Reutilização do edifício do antigo dormitório e cerca	150
6 - Casa do Capítulo	152
7 - Acessos	153
8 - Edifício da Associação Recreativa e Cultural de Almoster	154
9 - Envolvente urbana e rural	154
10 - Turismo	155

<b>Conclusões</b>	157
<b>Fontes fotográficas e gráficas</b>	160
<b>Bibliografia</b>	162
<b>Anexo gráfico</b>	165

## Introdução

Na história da Ordem de Cister em Portugal, o século da fundação de Santa Maria de Almoester é destacado como sendo a época do estabelecimento dos mosteiros femininos no país. A estas circunstâncias estão associados factores sociais e económicos, que condicionavam as mulheres jovens ou viúvas pertencentes a grupos sociais mais elevados a optar pela vida de reclusão. A regra de S. Bernardo era neste tempo aquela que atraía as atenções das famílias nobres, concorrendo a partir do fim do século com as Ordens Mendicantes entretanto emergentes.

Esta casa monástica, situada na proximidade de Santarém, onde na época se implantaram diversos conventos daquelas Ordens, pode considerar-se como um exemplo representativo das fundações femininas bernardinas, denunciando no entanto a distância do rigor inicial Cisterciense. São as circunstâncias históricas, sociais e económicas, as condições preexistentes, a relação com o sítio anteriormente ocupado e ainda os aspectos arquitectónicos e formais que denunciam este afastamento, verificado tanto na época da fundação como nas intervenções posteriores.

O mosteiro de Santa Maria veio a partir do século XIII marcar uma forte presença em Almoester. Pólo de poder, de riqueza e de prestígio provocou transformações neste lugar e na envolvente, como marco arquitectónico na paisagem e gerador de dependências e relações, dando origem ao crescimento da povoação, que já foi vila, e à modelação da paisagem envolvente resultante do incremento da produção agrícola.

Este conjunto de aspectos que permite apreciar o monumento enquanto objecto único e irrepetível, não impediu contudo que, após a extinção, depois da última monja morrer em 1887, tenha visto o seu intimismo devassado, a sua importância decrescida e desvirtuada a função original. As dependências monásticas foram a partir desta época parcialmente ocupadas por uma pecuária da Coudelaria Nacional do Sul e a igreja converteu-se em sede da paróquia de Almoester.

Apesar destas circunstâncias terem contribuído para a deterioração progressiva do conjunto edificado, em 1920 foi classificado como Monumento Nacional<sup>1</sup>. Esta relevância não evitou contudo que actualmente o mosteiro se encontre parcialmente arruinado e o remanescente em mau estado de conservação e descaracterizado tipológica e construtivamente.

O avançado estado de degradação em que chegam aos nossos dias a estrutura física do conjunto monástico e zona envolvente constitui uma séria ameaça, que põe em causa o vasto e riquíssimo património que dá corpo e identidade a Almoester, justificando por isso todo o empenho em elaborar uma proposta legítima que contribua para a conservação do mosteiro.

Com este estudo pretende-se lançar um contributo para uma proposta de conservação e valorização dos edifícios regulares de Santa Maria de Almoester, enquadrada nas recomendações actuais sobre a protecção dos monumentos, entre as quais figura a Carta de Veneza com um lugar de destaque, sobre a qual foram baseados os princípios e critérios essenciais adoptados.

---

<sup>1</sup> Neste ano foi classificado como Monumento Nacional a igreja conjuntamente com as ruínas do claustro. Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº109, 27 de Maio de 1920 (Decreto-lei nº6644).



A metodologia de abordagem, tendo feito apelo aos estudos dos autores como Piero Sanpaolesi<sup>2</sup>, Guglielmo D'Ossat<sup>3</sup> e Bernard Feilden<sup>4</sup>, foi baseada na orientação fundamental do Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge. Neste âmbito foi efectuado inicialmente um estudo analítico do monumento encarado como um todo, abrangendo as diversas vertentes, nomeadamente histórica e artística e ainda respeitante aos materiais e sistema construtivo, nas particularidades da sua vivência e na relação com o sítio onde se insere. Incluído no estudo histórico-arquitectónico é apresentada uma proposta gráfica de reconstituição da cabeceira primitiva da igreja, integrada no estudo da métrica e espacialidade com o intuito de justificar a solução do projecto inicial. Foi efectuado um levantamento das principais anomalias detectadas no conjunto monástico e finalmente foi elaborado o diagnóstico do estado de conservação, de modo a propôr a reparação e manutenção das carências e condições deficientes em que se encontra, tendo como ponto de partida a intenção da intervenção mínima. Esta proposta engloba também a valorização do monumento, entendida como uma actuação que visa devolver a dignidade de outrora e a sua importância enquanto mosteiro feminino cisterciense.

Acrescenta-se que neste trabalho foi inicialmente efectuado o levantamento gráfico do conjunto edificado. Esta operação envolveu bastante tempo e trabalho, já que as únicas peças desenhadas constavam essencialmente de duas plantas do conjunto monástico, datadas de 1940 e 1980 e de dois alçados (sul e poente) da igreja, elaborados pela D.G.E.M.N.<sup>5</sup>. Reuniram-se ainda dois cortes (longitudinal e transversal) da igreja incluídos num trabalho académico<sup>6</sup>, e os alçados nascentes da igreja e da hospedaria do Plano de Pormenor de Almoester<sup>7</sup>. Posteriormente estes desenhos exigiram uma segunda leitura, e um acerto com a realidade ainda que todas as medições tenham sido feitas manualmente<sup>8</sup>. Admite-se que num programa de intervenção real este levantamento tenha que ser complementado com um outro mais rigoroso, com o auxílio da fotogrametria e da topografia.

<sup>2</sup> Cf. SANPAOLESI, Piero, *Discorso sulla metodologia generale del monumenti*, 3ª edição, Editrice Edam, Firenze, 1990.

<sup>3</sup> Cf. D'OSSAT, Guglielmo De Angelis, *Guide to the Methodical Study of Monuments and Causes of Their Deterioration*, 1ª Edição revista, ICCROM, Roma, 1972-1982.

<sup>4</sup> FEILDEN, Bernard M. *Conservation of Historic Buildings*, Suffolk, Revised Softcover Edition, St. Edmundsbury Press Ltd., 1994.

<sup>5</sup> D.G.E.M.N. *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo de obras gráfico e fotográfico nº 141 606 017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação.

<sup>6</sup> BARBOSA, Álvaro; FERREIRA, Jorge; TRINDADE CHAGAS, José, *Trabalho do Curso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico*, Universidade de Évora, Ano lectivo 1992/1993 (Policopiado).

<sup>7</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, *Ob. cit.*, Cortes Longitudinais, folha nº3, escala. 1/500.

<sup>8</sup> Agradeço a disponibilidade e colaboração do Arquitecto José Trindade Chagas e da Dra. Teresa Costa e Silva na prossecução deste trabalho.

## Capítulo I - Estado actual da investigação

Santa Maria de Almoester tem vindo desde há mais de dois séculos a ser objecto de estudo, de forma mais ou menos aprofundada por parte de cronistas da Ordem de Cister e historiadores de arte, entre os quais se destacam por ordem cronológica os principais nomes de Francisco Brandão<sup>1</sup>, Piedade de Vasconcelos<sup>2</sup>, Pinho Leal<sup>3</sup>, Artur de Gusmão<sup>4</sup>, Maur Cocheril<sup>5</sup>, Francisco Teixeira<sup>6</sup>, José Varandas<sup>7</sup>, Virgolino Ferreira Jorge e José Mascarenhas<sup>8</sup>.

Estes estudos incidem essencialmente sobre aspectos relativos à historiografia do mosteiro, em particular sobre a sua génese, tendo as hipóteses inicialmente apresentadas gerado posteriormente polémica e contradição entre os autores mais recentes. Noutro âmbito, destacam-se os dois últimos autores mencionados que apresentam um estudo sobre o sistema hidráulico do mosteiro, apresentando uma hipótese do seu traçado medieval e daquele que foi posteriormente edificado no século XVII, trazendo um importante contributo para a compreensão da localização dos edifícios regulares em função destas infra-estruturas, ainda que seja necessária a confirmação daquele traçado em prospecções arqueológicas. Destaca-se ainda o importante contributo de José Varandas, para a compreensão simultânea da organização interna do mosteiro e da influência e transformações que gerou no espaço envolvente, em diversas escalas até ao século XIV.

Francisco Teixeira<sup>9</sup> esclarece a problemática sobre a fundação do mosteiro, defendendo que se deveu à vontade testamentária de D. Sancha Pires. Neste documento, datado de 1287, expressa o desejo de estabelecer na sua propriedade em Almoester um mosteiro feminino, deixando ao cuidado da filha, D. Berengária Aires o seu

---

<sup>1</sup> BRANDÃO, Francisco, *Monarchia Lusitana*, Edição com notas de Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Parte V, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1976, pp.149-153.

<sup>2</sup> VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *História de Santarém edificada, que dá notícia da sua fundação e das cousas mais notaveis nellas succedidas*, Livro II, Lisboa, Lisboa Occidental, 1740, pp. 263-293.

<sup>3</sup> PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de, *Portugal Antigo e Moderno. Dictionario estatistico chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Lisboa, Mattos Moreira e C<sup>a</sup>, 1873, pp. 153-154.

<sup>4</sup> GUSMÃO, Artur Nobre de, *A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal. Ensaio de arquitectura da Idade Média*, Lisboa, 1956, pp.190-195.

<sup>5</sup> COCHERIL, Maur, "Les abbayes cisterciennes portugaises dans la seconde moitié du XXe siècle", *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol.X, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, pp. 140-144 ; *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1972, pp. 144-151 ; *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1986, pp. 379-396.

<sup>6</sup> TEIXEIRA, Francisco, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992.

<sup>7</sup> VARANDAS, José Manuel Henriques, *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV*, Lisboa, 1994.

<sup>8</sup> JORGE, Virgolino Ferreira; MASCARENHAS, José Manuel, "Le système hydraulique de l'abbaye cistercienne d'Almoester (Ribatejo, Portugal)" em Arnelles Bonis e Monique Wabont (eds.), *L'hydraulique monastique*, Grâne, Éditions Créaphics (Collection Rencontres à Royaumont), 1996, pp. 235-244.

<sup>9</sup> TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.173.

cumprimento, assim como a escolha da Ordem da comunidade. Acerca do processo que conduziu à integração desta nova casa na Ordem de Cister, embora seja referida frequentemente a filiação em Claraval, as datas apresentadas sobre a aprovação pelo Capítulo Geral são divergentes. Artur de Gusmão<sup>10</sup> aceita o ano de 1387, posteriormente Maur Cocheril<sup>11</sup> contrapõe com a distância de um século o ano de 1287, data que recentemente também é aceite por José Varandas<sup>12</sup>. Sobre a fundação é este autor quem analisa as hipóteses anteriormente apresentadas, atribuindo-lhe a data de 19 de Julho de 1289, na qual foi consagrada e dedicada a Santa Maria esta nova casa. Simultaneamente também sublinha a probabilidade anteriormente referida por Piedade de Vasconcelos<sup>13</sup> sobre a génese desta comunidade religiosa, que só mais tarde viria a ter a orgânica estrutural de um mosteiro. Assim, aparentemente terá sido D. Berengária Aires, que a partir do ano 1287 iniciou a vida desta comunidade religiosa nas casas da quinta dos seus pais, tomando ela própria o hábito da Ordem, juntamente com um grupo de mulheres nobres. Este autor revela com detalhe, como até ao fim do século XIV o mosteiro adaptou a sua economia, dependente da agricultura, a um tempo e sociedade cada vez mais urbanos.

O estado de decadência moral em que se encontrava o mosteiro no século XVI, é referido por Claude Bronseval<sup>14</sup>, secretário do abade D. Edme Saulieu, quando da sua visitação ao mosteiro. Este assunto é também abordado por Maur Cocheril<sup>15</sup>, Maria Teresa Fortes<sup>16</sup> e José Dias da Silva<sup>17</sup>. Nestes testemunhos, através da análise dos elementos decorativos e arquitectónicos concebidos na época, pode-se constatar como também em Almoester, à semelhança daquilo que sucedeu nas outras casas da Ordem, se encontravam distantes os ideais preconizados por S. Bernardo.

São poucas as referências bibliográficas que documentam como a comunidade atravessou os séculos de existência até à extinção oficial, em 16 de Novembro de 1887.

Após a extinção, encontra-se diversa informação no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças<sup>18</sup>, referente ao estado de conservação do mosteiro nesta época, relativa ao património móvel existente e sobre do processo de cedência parcial deste conjunto à Coudelaria Nacional em 1888 e da igreja à Paróquia.

Posteriormente são alguns os autores, entre eles Fialho de Almeida<sup>19</sup>, João Couto<sup>20</sup> e Gustavo de Matos Sequeira<sup>21</sup>, que alertam em diferentes épocas para a

<sup>10</sup> GUSMÃO, Artur Nobre de, *Ob. cit.*, pp. 191-192.

<sup>11</sup> COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1986, pp.379-383.

<sup>12</sup> VARANDAS, José Manuel Henriques, *Ob. cit.*, pp.28-29.

<sup>13</sup> VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, pp.262-264.

<sup>14</sup> BRONSEVAL, Claude de, *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533. Voyage de D. Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal*, 2 vols., Paris, Presses Universitaires de France, 1970, pp.365-417 e pp. 447-455.

<sup>15</sup> COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, pp.383-389.

<sup>16</sup> FORTES, Maria Teresa Barreira Amaral, *Para a história da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1974, pp.189-190.

<sup>17</sup> DIAS, José Sebastião da Silva, *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII, Tomo I, Coimbra, Imprensa de Coimbra (Série de Cultura Portuguesa), 1960, pp. 49-51 e pp.100-103.*

<sup>18</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, *Situação dos edifícios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das Corporações. Conventos de freiras. Convento de Santa Maria, Ordem de S. Bernardo, Almoester*, Cx.2043-2045.

<sup>19</sup> ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, 2ª edição, Vol.I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911, pp.44-45.

<sup>20</sup> COUTO, João, "Chavões e Almoester", *Ocidente*, Vol.LXV, nº 303, Julho de 1963, pp.98-99.

<sup>21</sup> SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Santarém*, Vol.III, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1949, p.91.

degradação acelerada do conjunto monástico. Refira-se que, tinha sido entretanto, classificado o conjunto da igreja e o claustro como Monumento Nacional. A partir desta data, foram ambos sujeitos a diversas intervenções de restauro e conservação levadas a efeito pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Como metodologia de trabalho desta intervenção, foi efectuado o levantamento gráfico e fotográfico do imóvel, da situação em que se encontrava antes e depois do restauro, que através destes registos permite também verificar o estado de ruína do monumento<sup>22</sup>.

Alguns dos autores consultados, dilatando os aspectos historiográficos, abrangeram também problemas especificamente arquitectónicos, artísticos e decorativos, descrevendo a construção e analisando as influências formais da arquitectura Mendicante sobre esta fundação Cisterciense. São eles Artur de Gusmão<sup>23</sup>, Jorge Henriques Pais da Silva<sup>24</sup>, Mário Chicó<sup>25</sup> e Francisco Teixeira<sup>26</sup>. Destes salienta-se o último, que embora não tenha sido o pioneiro nesta análise, aprofunda o tema. Este autor propõe, também graficamente, uma hipótese da tipologia primitiva da cabeceira, com influência claramente Mendicante, ainda que se julgue discutível. Foi também quem deu novo alento à hipótese anteriormente mencionada por Pinho Leal<sup>27</sup>, sublinhando que o conjunto monástico terá integrado as estruturas preexistentes do paço de D. Sancha posteriormente na construção do conjunto monástico. Note-se que este aspecto até à data tinha estado ausente nas referências dos outros autores, e inclusivamente tinha sido desacreditado por Maur Cocheril<sup>28</sup>.

Pode-se considerar que Francisco Teixeira fez um estudo aprofundado sobre o mosteiro, particularizando a sua atenção sobre cada um dos edifícios regulares numa análise histórica e artística, sistematizando a informação anteriormente produzida, enriquecendo-a, mediante a pesquisa de material documental inédito, como também através da análise do siglário existente nas cantarias da igreja, claustro e sala do capítulo. Toda esta informação reunida permitiu uma aproximação sobre a cronologia inicial da construção. Pode-se então considerar que o seu trabalho constitui um valioso contributo para a análise deste conjunto edificado, tanto no esclarecimento de questões históricas, como é o caso da problemática que envolve a fundação deste mosteiro, como ao nível de alguns problemas da história da arte.

Recentemente elaborado, o Plano de Pormenor de Almoester<sup>29</sup>, assume-se como um instrumento de planeamento e gestão urbana, que pretende reabilitar e salvaguardar o espaço urbano de Almoester, e inclui uma proposta de reabilitação do mosteiro. Na origem, em 1991, este projecto propunha a valorização do conjunto monástico para fruição cultural e turística, convertendo o imóvel numa pousada. Tendo sido colocado a

<sup>22</sup> DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo de obras gráfico e fotográfico nº14 606017, Direcção de serviços de Inventário e Divulgação.

<sup>23</sup> GUSMÃO, Artur de, *Ob. cit.*, pp.369-377. GUSMÃO, Artur de, "Os mosteiros de Cister na Época Moderna", *Lusitana*, Vol.III, nº10, Porto, Marânus, 1957, pp.5-6.

<sup>24</sup> SILVA, Jorge Henriques Pais da, *Páginas de História de Arte*, Vol.2, Lisboa, Editorial Estampa (Imprensa Universitária, nº54), 1986, p.5.

<sup>25</sup> CHICÓ, Mário Tavares, *A arquitectura gótica em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1968, p.110.

<sup>26</sup> No seu estudo Francisco Teixeira sublinha os aspectos mencionados pelos autores Artur de Gusmão e Mário Chicó. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.173-176.

<sup>27</sup> PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de, *Ob. cit.*, pp.153-154.

<sup>28</sup> COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, p.383.

<sup>29</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, *Plano de Pormenor da zona envolvente ao convento de Almoester*, Lisboa, Planarque, 1991.

inquérito público durante o mês de Fevereiro de 1995<sup>30</sup>, foi aprovado em Outubro de 1996<sup>31</sup> contendo uma proposta alternativa destinada a um fim social, para centro de dia. Neste documento, verifica-se que a proposta de intervenção, é precedida por uma breve notícia histórica até à actualidade, seguida da caracterização da área em estudo que incluiu a análise da rede viária, das funções urbanas, da volumetria, do valor arquitectónico, da idade dos edifícios e estado de conservação, abrangendo ainda uma análise visual subjectiva da paisagem urbana. O conteúdo e a metodologia de abordagem deste plano são essencialmente referenciados à estrutura urbana, sendo pouco aprofundada a vertente histórico-arquitectónica do mosteiro, senão enquanto elemento integrado naquela malha urbana. Esta situação contudo não impediu que fosse atribuída uma nova função ao conjunto monástico.

Fazendo uma apreciação geral do conjunto da bibliografia consultada relacionada com o mosteiro, admite-se que a proposta de conservação dos edifícios regulares do mosteiro de Santa Maria de Almoester, que se propõe concretizar neste estudo, se pode considerar uma iniciativa que não tinha ainda sido anteriormente tentada, tanto na globalidade da intenção, como na metodologia de abordagem .

---

<sup>30</sup> Cf. “Edital nº7/95 de 13 de Janeiro de 1995”, *Público*, 28 de Janeiro de 1995.

<sup>31</sup> Cf. *Diário da República*, 1ª Série, nº248, 25 de Outubro de 1996.

## Capítulo II - Enquadramento histórico

### 1- A fundação do mosteiro de Santa Maria de Almoester

A fundação de Santa Maria de Almoester, nos finais do século XIII, enquadra-se no contexto da história da Ordem de Cister em Portugal, num período que é considerado por excelência o século das fundações femininas<sup>1</sup>. Louis Lekai<sup>2</sup> menciona a importância destas casas nos séculos XIII e XIV, simultaneamente com um lugar de destaque na estrutura da sociedade e como centros influentes da nova espiritualidade iniciada por S. Bernardo. Estes cenóbios, na sua grande maioria tiveram origem em iniciativas feminina de famílias nobres ou até da família real<sup>3</sup>. Os primeiros mosteiros femininos de obediência bernardina portugueses, Lervão, Celas e Arouca, foram estabelecidos no século XIII, por devoção das filhas de D. Sancho I, respectivamente D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda<sup>4</sup>. Esta preferência condicionou a escolha dos grupos sociais mais elevados, em particular das jovens cuja estrutura linhagística impedia de casar, que optaram pela obediência a esta Regra<sup>5</sup>. Na época, não havia para as viúvas e solteiras das classes altas quase nenhum outro estado de vida aceite senão o religioso<sup>6</sup>, no entanto a maioria das monjas eram mulheres para as quais a vocação era uma segunda opção, situação pouco favorável ao clima de austeridade que a Ordem de Cister exigia<sup>7</sup>.

<sup>1</sup> Cocheril menciona a importância que os mosteiros femininos tiveram no desenvolvimento pleno da Ordem de Cister a partir do século XIII, embora o surgimento da Ordem em Portugal tenha sido no fim da primeira metade do século XII. COCHERIL, Maur, *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1972, pp.2-3. O mesmo autor sublinha a importância que adquiriu a Ordem a partir desta época quando refere que até ao século XV a história de Cister e de Portugal se confundem. COCHERIL, Maur em Bronseval, Claude, *Peregrinatio hispanica, 1531-1533. Voyage de D. Edme de Saulieu, abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal*, Vol. I, Paris, Presses Universitaires de France, 1970, p.27. Maria Alegria Fernandes refere que no século XIII, os mosteiros que adoptaram a observância cisterciense, são em menor número que no século anterior, mas as fundações de mosteiros femininos da Ordem que se destacam. FERNANDES, Maria Alegria, "Evolução do monaquismo feminino, até ao século XII, na região entre Douro e Tejo. Notas para uma investigação", *Actas do Colóquio sobre a mulher na sociedade portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1986, pp.12-13.

<sup>2</sup> LEKAI, Louis J., *Los cistercienses. Ideales y realidad*, Barcelona, Editorial Herder, 1987, p.457.

<sup>3</sup> FERNANDES, Maria Alegria, *Ob. cit.*, p.14.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Miguel, *História eclesiástica de Portugal*, 4ª edição, Lisboa, União Gráfica, 1968, p.143.

<sup>5</sup> Maria do Rosário Morujão refere a importância de que se reveste o estudo das instituições monásticas cistercienses femininas para a história da nobreza portuguesa nos séculos XIII e XV. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, "O mosteiro de Santa Maria de Celas", *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e Cister en Galicia e Portuga*, Vol.I, Ourense, 1992, p.585.

<sup>6</sup> À luz da mentalidade da época, numa sociedade largamente dominada pelos homens, a mulher, ameaçada pela fragilidade do seu sexo, encontrava-se sob o ponto de vista material dependente e submissa a uma série de incapacidades jurídicas. L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette, *Le monachisme féminin dans la société de son temps. Le monastère de la Celle (XI siècle début du XVI siècle)*, Paris, Éditions Cujas (Religieux et Société), 1989, p.10.

<sup>7</sup> Maria Alegria Fernandes refere que embora os motivos que levariam à fundação de mosteiros femininos, fossem nalguns casos a vocação, frequentemente outras razões como um casamento desfeito, a viuvez, a garantia de um apoio e segurança para os membros femininos da família, ou uma solteira já de idade avançada e que era necessário afastar da herança paterna seriam razões suficientes e frequentes para o ingresso destas monjas no mosteiro. FERNANDES, Maria Alegria, *Ob. cit.*, p.14. Sobre este tema Alfredo Saramago refere que nesta época não era difícil o recrutamento de gente para ingressar na vida

Embora as circunstâncias e data da fundação de Santa Maria de Almoester sejam referidas de forma controversa pelos diversos autores consultados, Francisco Teixeira<sup>9</sup>, através da leitura do testamento de D. Sancha Pires, revela que a fundação desta casa se deveu à sua vontade. Neste documento<sup>10</sup>, datado de 1287, a fundadora expressa o desejo de estabelecer na sua propriedade em Almoester um mosteiro feminino, deixando ao cuidado da filha, D. Berengária Aires, o seu cumprimento, assim como a escolha da Ordem para a comunidade.

Destes nobres, sabe-se que D. Sancha tinha antepassados da família real e era descendente em quarto grau de Egas Moniz<sup>11</sup>. Embora fosse natural de Santarém, era conhecida por D. Sancha Pires de Almoester<sup>12</sup> por ter herdado dos seus pais este lugar. Foi aqui onde posteriormente se recolheu com a filha após ter enviuvado de D. Aires Nunes<sup>13</sup>. Desconhece-se a data em que faleceu, mas supõe-se que esteja sepultada no interior da Igreja, juntamente com a filha e neta<sup>14</sup>. D. Berengária era dama da corte da

---

monástica, porque os filhos sem dote, fossem homens ou mulheres só podiam optar por esta alternativa de vida. SARAMAGO, Alfredo, *Convento de Soror Mariana Alcoforado. Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição*, Beja, Colares Editora, 1994, p.20. Miguel de Oliveira também se refere à falta de escrúpulos no recrutamento dos religiosos e nas consequências que acarretaram para a falta de moralidade e disciplina na reclusão. OLIVEIRA, Miguel de, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, 1951, pp.230-231.

<sup>8</sup> LEKAI, Louis J., *Los cistercienses. Ideales y realidad*, Barcelona, Editorial Herder, 1987, p.457.

<sup>9</sup> Francisco Teixeira recolheu esta conclusão da análise das hipóteses anteriormente referidas sobre este tema gerador de polémica e contradições entre os autores que frequentemente atribuíam a D. Berengária Aires o título de fundadora, como Luís dos Anjos, Francisco Brandão, Piedade de Vasconcelos, Raul Proença e Pedro Dias. Muito embora a atribuição desta fundação à vontade testamentária de D. Sancha já tivesse sido anteriormente mencionada por Pinho Leal, o primeiro dos autores consultados que se dedica a esta problemática é Artur de Gusmão. Posteriormente são vários os autores que a mencionam como Maria Teresa Fortes, Isabel Corte - Real, Cocheril e recentemente José Varandas. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.173. ANJOS, Luís dos, *Jardim de Portugal em que se dá notícia de algumas Sanctas, e outras mulheres illustres em virtude, as quais nascerão ou viverão, ou estão sepultadas neste Reino, e suas conquistas*, Coimbra, Nicolau Carvalho, 1626, p.220. BRANDÃO, Francisco, *Ob. cit.*, pp.149-150. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, pp.263-264. PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal, Vol.II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian*, 1983, pp.367-368. DIAS, Pedro, *História da Arte em Portugal, Vol.IV, Lisboa, Publicações Alfa*, 1986, p.37. PINHO LEAL, Augusto, *Ob. cit.*, pp.153-154. GUSMÃO, Artur Nobre de, *Ob. cit.*, pp.190-191. FORTES, Maria Teresa, *Ob. cit.*, p.183. CORTE-REAL, Isabel Mendonça de, *Les monuments gothiques de cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1986, p.379. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p.22.

<sup>10</sup> Francisco Teixeira salienta o conteúdo do testamento de D. Sancha no qual são nomeados os herdeiros dos objectos de uso pessoal e de devoção, geralmente muito valiosos, e que se revestiam de grande significado espiritual porque contribuíam para o prestígio dos seus futuros possuidores, a filha, um monje de S. João de Tarouca - Gonçalo Domingues - e a Ordem do Templo, para além de ser mencionado o local da implantação do mosteiro e as terras que permitiriam a subsistência da futura comunidade. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.56. Cocheril salienta a exigência do Capítulo Geral sobre os testamentos, no sentido destes garantirem a impossibilidade de posteriores reivindicações por parte dos herdeiros do doador. COCHERIL, Maur, "L'implantation des abbayes cisterciennes dans la Péninsule Ibérique", *Anuário de Estudios Medievales*, Barcelona, Vol.I, 1994, p.224.

<sup>11</sup> TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.59-60.

<sup>12</sup> Esta situação era frequente em muitas famílias nobres de Santarém que possuíam domínios nos arredores, e adquiriam o nome desses lugares. MATTOSO, José, *Portugal Medieval. Novas interpretações*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda (Temas Portugueses), 1992, p.286.

<sup>13</sup> BRANDÃO, Francisco, *Ob. cit.*, pp.59-60.

<sup>14</sup> Apesar da Ordem de Cister se opôr aos enterramentos de leigos no interior das suas igrejas, abriram-se excepções para os fundadores. Embora se desconheça a data em que faleceu, no seu testamento, D. Sancha expressa o desejo de ser enterrada no mesmo local onde posteriormente ficariam também a sua filha e neta. Embora Francisco Teixeira não tenha encontrado nenhuma referência ao cumprimento

rainha santa Isabel de Aragão<sup>15</sup> e foi casada com o viúvo D. Rui Garcia de Paiva. Mais tarde, em 1278, viúva, à semelhança da mãe, instalou-se com a filha Maria Rodrigues em Almoester<sup>16</sup>.

D. Berengária preferiu filiar esta abadia na Ordem de Cister, mencionada sem imposição no testamento da mãe. Numa época em que era habitual o ingresso nos mosteiros de viúvas como professoras<sup>17</sup>, pode-se crer na afirmação de alguns autores<sup>18</sup> sobre D. Berengária ter tomado o hábito da Ordem. José Varandas<sup>19</sup> refere-a como a primeira abadessa de Almoester, entre os anos 1290 e 1310.

Este último autor<sup>20</sup> analisa as opiniões divergentes sobre a data desta fundação, e atribui-lhe a data de 19 de Julho de 1289. Neste dia, a consagração e dedicação desta nova casa da Ordem Cisterciense a Santa Maria por D. Vasco de Lamego, foi presenciada pela rainha santa Isabel e o abade D. Domingos de Alcobaça. D. Dinis

---

desta vontade, crê que tenha sido obedecida, já que no seu testamento são também referidas as maldições a atingir quem a contrarie. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.56-58.

<sup>15</sup> TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.61. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, p.263.

<sup>16</sup> BRANDÃO, Francisco, *Ob. cit.*, p.150. Francisco Teixeira menciona que ao contrário dos seus ascendentes, o nome de Maria Rodrigues não consta no livro das linhagens. Esta falta justifica-se porque a remota ligação à família real não era suficiente para manter o estatuto social deste ramo familiar. Embora D. Berengária fosse aia da rainha D. Isabel, o que lhe permitia a obtenção de alguns privilégios pela proximidade dos círculos da corte, simultaneamente esta situação equivalia a uma posição inferior, que não contribuiu para o prestígio da sua descendente. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.61.

<sup>17</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina, "A mulher como um bem e os bens da mulher", *Actas do Colóquio A mulher na sociedade portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1986, p.25.

<sup>18</sup> Segundo a interpretação de Júlio Boturão este facto está assinalado na lápide da sua sepultura. BOTURÃO, Júlio de Oliveira, "O Convento das Bernardas de Almoester", *Vida Ribatejana*, Nº Especial, Vila Franca de Xira, 1964, p. 53-54. BRANDÃO, Francisco, *Ob. cit.*, p.150. PINHO LEAL, Augusto, *Ob. cit.*, p.153. COSTA, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*, Tomo III, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712, pp.249-250. Segundo os autores Miguel de Oliveira e Piedade de Vasconcelos a razão principal pela qual D. Berengária se recolheu no mosteiro deve-se ao facto desta aia na companhia da rainha santa ter assistido ao milagre das águas do Tejo, que se abriram para deixar à vista o sepulcro de Santa Iria. OLIVEIRA, Miguel de, "Santa Iria e Santarém", *Revista Portuguesa de História*, Tomo VII, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1963, p.23. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, p.263. Esta relação com o milagre de Santa Iria é no entanto posta em causa por António Baião. BAIÃO, António, "Escavando no passado II", *Ocidente*, Vol.54, nº 204, Lisboa, 1958, pp.145-148.

<sup>19</sup> De acordo com este autor D. Berengária foi a primeira abadessa de Almoester seguida pela sua filha Maria Rodrigues, que aqui exerceu a função de abadessa entre os anos 1311 e 1321. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p.50.

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*, pp.18-32. Luiz Cardoso e Piedade de Vasconcelos defendem o ano de 1299. CARDOZO, Luiz, *Diccionario geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares e aldeias, rios, ribeiras e servos dos reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras que nelles se encontrão, assim antigas como modernas*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747, p.350; VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, p.263. O ano 1290 é referido por Pinheiro Chagas. CHAGAS, Manoel Pinheiro, *Diccionario Popular*, 1º volume, Lisboa, Lalléman Frères, 1876, p.142. Francisco Brandão menciona o ano 1289 e é seguido por vários autores posteriormente. BRANDÃO, Francisco, *Ob. cit.*, p.150. Virgolino Jorge e José Mascarenhas apontam o ano 1300. JORGE, Virgolino Ferreira; MASCARENHAS, José Manuel, *Ob. cit.*, p.235. Artur de Gusmão aponta o ano 1387, mas Maur Cocheril recusa esta data e apresenta como hipótese o ano 1287. GUSMÃO, Artur de, *Ob. cit.*, pp.191-192; COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, F.C.G.-C.C.P., 1986, pp.379-383; PROENÇA, Raul, *Ob. cit.*, pp.367-368; SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.87; DIAS, Pedro, *Ob. cit.*, p.37; CORTE-REAL, Isabel Mendonça de, *Ob. cit.*, pp.18-19; TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.53-66;



confirmou o couto do mosteiro em 1298, cujos direitos e privilégios se mantiveram até ao reinado de D. João I<sup>21</sup>.

A integração de uma nova casa religiosa na Ordem era um processo complicado que envolvia conjuntamente a aprovação do Capítulo Geral da Ordem, do Papa e da Diocese de Lisboa, à qual pertencia Almoester. Sobre as datas das autorizações destes órgãos institucionais, Francisco Teixeira<sup>22</sup> refere que a última foi passada no ano de 1296 por D. João de Soalhães, sendo a Bula emitida pelo Papa Nicolau IV em 1299<sup>23</sup> e que Almoester foi aprovado pelo Capítulo de Cister em 1387 e filiado em Claraval<sup>24</sup>. Num estado mais recente Maur Cocheril<sup>25</sup> contrapõe a esta última data o ano 1287, embora não esteja dentro do âmbito deste estudo aprofundar o tema, é pouco crível que tenha decorrido um intervalo de tempo tão curto entre do testamento de D. Sancha e a aprovação desta nova casa por Cister<sup>26</sup>. A este facto acrescenta-se a atitude do Capítulo Geral de 1220, que decidiu não aprovar mais nenhum pedido de filiação de novas casas de monjas. Lekai<sup>27</sup> refere que apesar desta atitude, a Ordem não se opôs a novas fundações femininas, embora se recusasse a tomá-las sob a sua jurisdição, o que originou, a partir daquela data, a distinção entre dois tipos de mosteiros, os que eram incorporados na Ordem e ficavam sob a jurisdição do Capítulo Geral, e as comunidades independentes sob vigilância dos bispos da diocese. Pode-se admitir no entanto que esta

<sup>21</sup> VARANDAS, José, *Ob. cit.*, pp.28-29. Américo Costa também menciona que D. João I confirmou aquela escritura de D. Dinis. COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Lisboa, 1929, p.812. Sobre este tema Luiz Cardozo refere que a área sujeita à abadia abrangia um quarto de légua de raio. CARDOZO, Luiz, *Ob. cit.*, p.351. Francisco Brandão refere que D. Dinis impõe a pena de seis mil libras a quem quebrasse aquele privilégio. BRANDÃO, Francisco, *Ob. cit.*, pp.151-152. Sobre este tema José Marques refere a importância de que se revestiam os coutos na estrutura administrativa e sócio - económica do reino. E define-os como terras onde os monarcas abdicavam das suas prerrogativas jurisdicionais e dos direitos materiais a favor do mosteiro que os passava a possuir. MARQUES, José, "Os mosteiros cistercienses nos finais do século XVIII", *Actas do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo*, Braga, 1991, p.42.

<sup>22</sup> TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.62.

<sup>23</sup> Esta mesma data é também referida por Piedade de Vasconcelos e Artur de Gusmão, no entanto ocasiona alguma polémica, quando se crê em Maur Cocheril, que sustenta que o Papa Nicolau IV ocupou a cadeira pontifical entre os anos 1288 e 1292, fazendo crer na hipótese defendida por Francisco Brandão que afirma ter esta Bula sido passada em 14 de Abril de 1289. No entanto José Varandas não crê na veracidade desta legitimação papal, aceitando que ela foi antes concedida no ano de 1299 por Bonifácio VIII. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, p.263; GUSMÃO, Artur de, *Ob. cit.*, p.195; COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, p.380; BRANDÃO, Francisco, *Ob. cit.*, p.150; VARANDAS, José Manuel Henriques, *Ob. cit.*, p.24, nota 39.

<sup>24</sup> Francisco Teixeira sublinha as conclusões da análise do Instrumento da Fundação de Almoester, efectuadas por Artur de Gusmão. GUSMÃO, Artur de, *Ob. cit.*, pp.192-194. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.56-57. Esta casa mãe de Almoester também é referida pelos autores Bronseval e Francisco Brandão. BRONSEVAL, Claude de, *Ob. cit.*, p.367. BRANDÃO, Francisco, *Ob. cit.*, p.151.

<sup>25</sup> COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, pp.381-383. Viterbo também se refere à carta de filiação de Almoester a Claraval no ano 1287. VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Edição crítica por Mário Fiuza, Vol.II, Porto, Livraria Civilização, 1996, p.304.

<sup>26</sup> O Capítulo Geral, tomou o hábito desde o ano 1194, de designar dois abades encarregados de inspecionar o lugar e as condições materiais dos futuros cenóbios. este relatório pormenorizado era então submetido à opinião do Capítulo que recusava ou aceitava aquela doação. Aparentemente este processo seria bastante demorado. COCHERIL, Maur, *Notes sur l'architecture et le décor dans le abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, F.C.G.-C.C.P., 1972, p.20.

<sup>27</sup> LEKAI, Louis J., *Ob. cit.*, p.455.

regra, como outras, observou excepções. Sobre este assunto José Varandas<sup>28</sup> assume que Almoister foi aceite pelo Capítulo Geral, antes do ano da fundação.

De acordo com a Regra, era obrigatório que, sendo uma casa feminina, Almoister fosse tutelado por uma casa masculina da Ordem que lhe assegurasse a assistência espiritual e nomeasse anualmente um visitador para inspecionar o estado material da mesma. Este encargo, apesar de ser originalmente destinado a Claraval, foi disputado e assumido por Alcobaça<sup>29</sup>. Para além daquela necessidade as casas femininas, dadas as circunstâncias da clausura, as monjas eram representadas por um procurador para resolver os assuntos no exterior daqueles muros<sup>30</sup>.

Em Almoister, segundo Piedade de Vasconcelos<sup>31</sup>, a autorização Papal data de 1299. Artur de Gusmão<sup>32</sup> afirma que, independentemente desta aprovação, nada impedia que anteriormente se tivesse iniciado a criação das condições que permitissem a clausura. De facto, as referências ao ano 1298, em que D. Dinis definiu os limites do couto do mosteiro, e ao ano de 1290 em que D. Berengária já exercia a função de abadessa em Almoister, permitem concluir com algum rigor que nesta época o mosteiro já estivesse em plena actividade, provavelmente desde o ano 1287 em que foi passado o testamento de D. Sancha.

Maur Cocheril<sup>33</sup> refere que o mosteiro, por ter sido alvo de várias doações reais teve um desenvolvimento rápido. Esta situação, contrária aquela em que se baseava a economia da Ordem cuja subsistência dependia do trabalho dos monjes e conversos, era no entanto habitual nas casas femininas.

Em Almoister, o património inicial do mosteiro foi constituído pela dotação deixada em testamento pela fundadora<sup>34</sup>. Posteriormente, a rainha santa Isabel destinou-lhe a quantia de mil libras no seu segundo testamento datado de 1327<sup>35</sup>. Francisco Teixeira<sup>36</sup> refere que o primeiro testamento do rei D. Dinis contempla o mosteiro com trezentas libras, e que em particular a enfermaria foi alvo de uma grande quantidade de doações, entre os anos 1300 e 1340, resultantes de rendimentos de terras. A mãe de D.

<sup>28</sup> Cf. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p.24.

<sup>29</sup> José Varandas refere a este respeito a presença dos monges de Alcobaça, como visitadores, priores ou confessores. Cf. Idem, *Ibidem*, pp.25-26.

<sup>30</sup> Cf. MORUJÃO, Maria do Rosário, *Ob. cit.*, p.587.

<sup>31</sup> Cf. VASCONCELOS, Piedade de, *Ob. cit.*, pp.263-264.

<sup>32</sup> Cf. GUSMÃO, Artur de, *Ob. cit.*, p.195.

<sup>33</sup> Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, p.383. Sobre esta temática Francisco Teixeira afirma que a grandiosidade do projecto estava relacionada com a quantidade e regularidade de doações e do património com que o mosteiro podia contar, aspectos dos quais dependiam a quantidade e a qualidade dos artífices a contratar e os materiais a utilizar. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.64.

<sup>34</sup> Sobre este assunto, José Varandas refere que os bens doados por D. Sancha eram sobretudo prédios rústicos situados na sua grande parte na confluência da ribeira de Almoister e Rio Maior. Cf. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p.20.

<sup>35</sup> No primeiro testamento datado de 1314, a rainha destinava-lhe metade desta quantia (quinhentas libras). Cf. VASCONCELLOS, António Garcia de, *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão, esposa do rei lavrador D. Dinis de Portugal (a rainha santa)*, Vol.II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, p.318.

<sup>36</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.65-66. O facto deste edifício ter sido particularmente objecto de um maior número de doações, enquadra-se na mentalidade da época. Em toda a Europa cristã assistia-se a uma caridade intensa baseada e impulsionada pelos preceitos evangélicos, que levou à criação generalizada de estabelecimentos de assistência a todos. Nesta sequência, dentro deste espírito apareceram e progrediram as confrarias de piedade criadas e constituídas por leigos. Cf. GONÇALVES, Iria, "Formas medievais de assistência num meio rural estremo", *Actas das primeiras jornadas Luso - Espanholas de História Medieval*, Lisboa, p.439.

Dinis, D. Beatriz, também lhe destinou em testamento a quantia de trezentas libras. Deve-se ter em atenção também as receitas provenientes dos dotes das professoras<sup>37</sup>.

O primeiro abaciado, contou, no mínimo com cerca de treze monjas<sup>38</sup>, provenientes do mosteiro de santa Maria de Celas<sup>39</sup>, também este filiado em Claraval<sup>40</sup>. Este número de vocações insere-se no contexto sócio - económico e cultural daquela época, e corresponde às mulheres das classes privilegiadas, solteiras ou viúvas, que optavam voluntária ou involuntariamente pela vida religiosa<sup>41</sup>. Refira-se que Portugal, no século XIII, se encontrava demograficamente em expansão, em especial o centro do país<sup>42</sup>. O facto deste crescimento da população ter sido essencialmente caracterizado pela predominância do sexo feminino, justifica a necessidade da criação de casas monásticas, destinadas a afastar este excedente das casas nobres<sup>43</sup>. Por outro lado, o facto da Rainha Santa ter deixado uma generosa dádiva no testamento e o ter recomendado aos filhos e netos, terá exercido uma atracção considerável nos membros de famílias ilustres<sup>44</sup>. Para além disto, diversos autores<sup>45</sup> referem por tradição que foi esta rainha quem ficou responsável pela conclusão da abadia, depois do ano 1310 em que D. Berengária faleceu<sup>46</sup>. José Varandas<sup>47</sup> pronuncia-se também acerca da atracção que estas

<sup>37</sup> Para ingressar no mosteiro era necessário o dote, que justifica o facto de serem recebidas nas instituições monásticas membros da aristocracia ou da burguesia, apesar deste encargo ser menos pesado que o dote de uma noiva. Cf. COELHO, Maria Helena; VENTURA, Lcontina, *Ob. cit.*, p. 15.

<sup>38</sup> A este número é importante acrescentar o número de criados indispensáveis ao funcionamento da estrutura doméstica de Almoester, que desempenhavam as funções consideradas demasiado pesadas fisicamente, ou pouco dignas para o seu estatuto, ou que ainda pudessem expor as monjas ao exterior. Embora se desconheça o total destes serviços José Varandas detectou entre os anos 1290 e 1387, treze referências a elementos do sexo masculino. Estes, eram em grande parte dependentes da abadessa, outros acompanhantes das patroas nesta nova vida conventual, e é também identificado um criado do prior de Almoester. Cf. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p. 50 e p. 58. Sobre este assunto Michel parisse refere-se a este tipo de serviços, como pertencentes a classes sociais menos afortunadas que num mosteiro geralmente desempenhava funções subalternas. PARISSE, Michel, "As freiras" em Berlioz, Jacques (apres.), *Monjes e religiosos na Idade Média*, Lisboa, Terramar, 1996, p. 198.

<sup>39</sup> Cf. LÉROUX, Gérard em Cocheril, Maur, *Ob. cit.*, p. 380, nota de rodapé. Esta proveniência também é referida no âmbito da influência e transmissão de conhecimentos e técnicas construtivas trazidas por Francisco Teixeira. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p. 139.

<sup>40</sup> Cf. OLIVEIRA, Miguel de, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, Instituto de estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, 1951, p. 37.

<sup>41</sup> A este respeito José Varandas refere que grande parte das monjas que ingressavam em Almoester já teriam sido casadas anteriormente, aqui ingressando já na idade adulta. Cf. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p. 45.

<sup>42</sup> Cf. MATTOSO, José, *O essencial sobre a cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV)*, Lisboa, imprensa Nacional Casa da Moeda, (Colecção Essencial, nº5), 1985, pp. 53-54.

<sup>43</sup> Cf. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p. 41.

<sup>44</sup> Piedade de Vasconcelos refere uma carta em que a rainha pretende tomar debaixo da sua protecção este mosteiro. Cf. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, p. 266. Esta situação também sucedeu em Celas, pelo facto da fundadora, D. Sancha, ser também "rainha santa", reflectindo-se na numerosa afluência de vocações. Cf. MORUJÃO, Maria do Rosário, *Ob. cit.*, p. 585.

<sup>45</sup> Cf. CÂNCIO, Francisco, *Ribatejo histórico e monumental*, Vol. I, Junta de Província do Ribatejo, 1983, pp. 347-348.

<sup>46</sup> Esta data está assinalada na lápide da sepultura de D. Sancha segundo a interpretação de Júlio Boturão. No entanto apresenta-se na era hispânica com o ano 1348. Cf. BOTURÃO, Júlio de Oliveira, *Ob. cit.*, pp. 134-135. Esta data também é referida por Francisco Teixeira. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p. 167. Segundo Piedade de Vasconcelos, a fundadora encontra-se enterrada na parede norte da cabeceira junto ao altar dedicado a S. João Baptista, embora esta não fosse a sua localização original. Primitivamente estaria na capela-mor, tendo sido alterada a localização nas obras efectuadas cerca do ano 1680. Cf. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, p. 267.

<sup>47</sup> Cf. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p. 30 e pp. 41-42.

circunstâncias proporcionaram sobre a nobreza, salientando no entanto, que seria reduzida a elementos de segunda ordem e provenientes de estratos da burguesia urbana das vilas de Santarém e Alenquer. Estes grupos encaravam a possibilidade de professar nesta abadia como um meio de alcançar um aumento de prestígio social. Almostrava, em segundo plano, com as novas casas femininas mendicantes situadas em Santarém.

## 2 - Breve notícia da fundação até à actualidade

Diversos autores<sup>48</sup> referem-se ao período que medeia os séculos XI e meados do XIV, como a época áurea da implantação e expansão dos mosteiros cistercienses em Portugal, e logo em seguida se sucedeu a primeira grave crise na Ordem, que se prolongou até ao século XVI. Cocheril<sup>49</sup> classifica as circunstâncias responsáveis pelo declínio e diminuição dos Cistercienses, como externas à orgânica da Ordem. Destaca a Guerra dos Cem Anos (1338-1463), que dificultou a relação regular com as abadias - mães em França, a Peste Negra (1348/49) que aniquilou comunidades inteiras e o Cisma do Ocidente que dividiu a Cristandade. As Guerras Fernandinas com Castela e da Independência, e a grave crise económica e social que se prolongou no período entre os séculos XIV e XV em Portugal, naturalmente também repercutiram a sua influência negativa sobre as comunidades religiosas<sup>50</sup>. Para agravar esta situação, durante o Cisma do Ocidente surgiram os abades comendatários na Ordem de Cister, que dispunham para proveito próprio dos rendimentos dos mosteiros, tornando frequentemente impraticável a vida religiosa<sup>51</sup>. Por outra parte as Ordens Mendicantes surgidas entretanto encontravam-se mais adaptadas às exigências e aspirações da época<sup>52</sup>, às quais as personalidades régias e da alta nobreza, como aliás também D. Sancha Pires o fez<sup>53</sup>,

<sup>48</sup> Cf. MARQUES, José, *Ob. cit.*, p.352. Cf. OLIVEIRA, Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, 4ª edição, Lisboa, União Gráfica, 1968, p.230.

<sup>49</sup> Cf. COCHERIL, Maur, em Bronseval, Claude de, *Peregrinatio hispanica, 1531-1533. Voyage de D. Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal*, 2 Vols., Paris, Presses Universitaires de France, 1970, pp.37-39. Maria Teresa Fortes também se refere a esta época. FORTES, Maria Teresa, *Ob. cit.*, p.86. Francisco Teixeira menciona em particular o contributo nefasto que a Guerra dos Cem Anos provocou na centúria de trezentos, pelo facto de dificultar em larga medida as ligações com Cister. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.31.

<sup>50</sup> Cf. MARQUES, José, *O mosteiro de Fiães - Notas para a sua história*, Edição Comemorativa do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo, Braga, 1990, p.27.

<sup>51</sup> Cf. FORTES, Maria Teresa, *Ob. cit.*, pp.89-90.

<sup>52</sup> O começo do século XIII assinala uma ruptura no sistema monástico baseado na fuga do mundo e no retiro num lugar protegido. O aparecimento das Ordens Mendicantes é um testemunho da adaptação às novas necessidades dos tempos. BERLIOZ, Jacques, *Ob. cit.*, p.10. O ideal de pobreza dos Mendicantes substitui a preferência popular no século XIII, quando as cidades tinham mais importância que os campos. PRESSOUYRE, Léon, *Le rêve cistercien*, Evreux, Gallimard (Religions), 1995, p.18. Cocheril refere que nesta época as fundações cistercienses diminuíram a favor das fundações Mendicantes, mais adequadas à passagem da civilização agrária à rural. COCHERIL, Maur, "L'implantation des abbayes cisterciennes dans la Péninsule Ibérique", *Anuário de estudos medievais*, Barcelona, Vol.I, 1994, p.239. O mesmo autor refere que Cister pela sua organização hierárquica pertencia ainda à Idade Média e a sua economia tributária da civilização agrária começou a apagar-se em face da emergente civilização urbana. Cf. COCHERIL, Maur, em Bronseval, Claude, *Ob. cit.*, 1970, p.37.

<sup>53</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.56, nota 9. Maria Alegria Fernandes refere que a partir da segunda metade do século XII, se verifica que a mulher da alta nobreza e família real incluída, prefere

atribuem as suas doações. A decadência do monaquismo, e de Cister em particular, era evidente. Os ideais nacionalistas que vigoravam nos séculos XV e XVI, já não aceitavam o tipo de organização de Cister. Nesta época de plena evolução como foi o Renascimento, acentuou-se o abismo com estas ordens antigas, que gradualmente vêm a sua influência declinar. A Igreja e as Ordens religiosas estavam atentas à necessidade urgente de uma Reforma<sup>54</sup>.

Exceptuando José Varandas<sup>55</sup>, que analisa com detalhe como Santa Maria de Almoester, até ao fim do século XIV ajustou a sua economia tributária da agricultura a um tempo cada vez mais urbanos, não existem referências na bibliografia consultada sobre o modo como o mosteiro atravessou esta época conturbada da nossa História. Pode-se, no entanto deduzir que tenha igualmente sido afectada por estes efeitos negativos, ainda mais sendo uma casa feminina, sobre a qual as atenções da Ordem não seriam prioritárias<sup>56</sup>. Por outra parte, se esta abadia não foi originalmente fundada com o objectivo de recolher as filhas que ficavam fora do dote e longe de uma perspectiva de casamento, o estado de decadência em que se encontrava no século XVI, pode em parte dever-se àquela causa, já que a adesão involuntária das professoras constituía sem dúvida um dos principais contributos para a indisciplina e rebelião, criando um clima pouco favorável à austeridade da Regra. Não há dúvida sobre a geral relaxação que assolou os mosteiros cistercienses, sobre a qual, no entanto Cocheril<sup>57</sup> salvaguarda o exagero dos escritores liberais do século XIX, que dificulta uma análise crítica justa sobre as instituições femininas cistercienses portuguesas. Embora Almoester e Cástris tivessem ambos sido tristes exemplos, no entanto Odivelas, Arouca e Lorvão não o foram.

Foi o rei D. Manuel, que a partir de 1498, iniciou um processo de inquérito sobre o estado material e espiritual em que se encontravam as abadias cistercienses<sup>58</sup>. É o Bispo de Títópole, D. Francisco Diogo da Fonseca que nos deixa entrever o panorama em que se encontrava Almoester, nas duas visitas efectuadas em 1520 e a segunda já no reinado de D. João III em 1522<sup>59</sup>. Na primeira, já a observância da Ordem não era guardada, no entanto, a situação foi tolerada e o visitador atribuiu esta situação à ausência de condições nas instalações, sensibilizando o rei para a necessidade da construção de novos edifícios regulares. Na segunda visita em 1523, este visitador

---

inicialmente a Ordem de Cister, mas posteriormente adere aos novos ideais franciscanos. Cf. FERNANDES, Maria Alegria, *Ob. cit.*, p.16.

<sup>54</sup> Nesta época, forma vários os concílios que insistiram nesta reforma, nomeadamente o de Constância (1414), Florença (1438), Latráo V (1512), que finalmente vingou com o Concílio de Trento (1546-1563). Cf. COCHERIL, Maur em Bronseval, Claude, *Ob. cit.*, p.50.

<sup>55</sup> Tendo em conta que a economia do cenóbio dependia de terras de cultivo, onde sobressaem a vinha e as terras de cultivo, o autor aponta as estratégias que o mosteiro usou para sobreviver nesta época em que as populações rurais escasseavam, procurando adquirir propriedades urbanas, e em último recurso o subsídio régio. Cf. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p.223.

<sup>56</sup> Paulette L'Hermitte-Leclercq refere o modo como os mosteiros de monjas tinham sido incorporados a título de "parentes pobres" na Ordem, não tendo na verdadeira acepção da palavra voz nos Capítulos, o que aparentemente revela em simultâneo o lugar secundário que ocupavam nas preocupações de Cister. Cf. L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette, *Ob. cit.*, p.291.

<sup>57</sup> COCHERIL, Maur, "L'implantation des abbayes cisterciennes dans la Péninsule Ibérique", *Anuário de estudos medievais*, Barcelona, Vol.I, 1994, p.239.

<sup>58</sup> Cf. GUSMÃO, Artur de, *Ob. cit.*, p.7. Segundo Maria Teresa Fortes os mosteiros femininos foram os primeiros alvos do rei. Cf. FORTES, Maria Teresa, *Ob. cit.*, p.97.

<sup>59</sup> José Silva Dias refere esta primeira visita no ano 1522 e outra no ano seguinte. Maria Teresa Fortes e Francisco Teixeira apontam apenas uma visita no ano 1523. Cf. DIAS, José Sebastião da Silva, *Ob. cit.*, p.49. Cf. FORTES, Maria Teresa, *Ob. cit.*, p.99. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.158.

regressa a Almoester, segundo José Silva Dias<sup>60</sup> a abadia encontrava-se muito distante da observância de Cister, não se cumprindo nem o mínimo dos costumes regulares da Regra. Nesta data a situação deficiente das instalações monásticas parece já ter sido resolvida<sup>61</sup>, no entanto a situação moral era escandalosa, já que a clausura não era respeitada, havendo algumas monjas que coabitavam com os amantes no interior do mosteiro. Tais eram as circunstâncias, que D. Francisco refere que o maior castigo para estas religiosas seria a vida em comunidade segundo a observância<sup>62</sup>.

De acordo com o primeiro censo realizado em 1527, sob a ordem de D. João III, a aldeia de Almoester e o seu couto tinha 68 moradores<sup>63</sup>, e que durante a regência daquele monarca o mosteiro tinha 30 monjas<sup>64</sup>. Maria de Deus Manso<sup>65</sup>, destaca a pobreza do país neste reinado. A situação agrícola não era favorável e os campos encontravam-se abandonados. Esta situação resultou também de catástrofes naturais que conduziram à fome e à deflagração da Peste em 1530. No ano seguinte em 26 de Janeiro, em particular o centro do país foi afectado pelo Terramoto, que aparentemente terá sido de maior intensidade que o de 1775. O facto de existirem edifícios que não tinham sido entretanto reparados nos dois anos sobresequentes comprova a gravidade daquela catástrofe, que teve também consequências humanas desastrosas, tendo simultaneamente aumentado a religiosidade, originando uma série de romarias e procissões. No entanto, não se conhece como estas circunstâncias afectaram Almoester, e fica ainda por indagar se o efeito do Terramoto produziu efeitos negativos no mosteiro, dado não existir documentação que o refira<sup>66</sup>.

No ano de 1532, quando em 14 de Agosto, D. Edme Saulieu visitou Almoester, Claude Bronseval<sup>67</sup> nota em particular o abandono a que estavam votados os campos vizinhos embora fossem, férteis, e regista a existência daquela aldeia que toca o mosteiro. Nesta visita são referidos alguns aspectos da relaxação ou maus costumes da abadia, sendo o ponto crítico essencial, o comportamento da abadessa incompetente e

<sup>60</sup> Cf. DIAS, José, *Ob. cit.*, pp.49-50.

<sup>61</sup> FORTES, Maria Teresa, *Ob. cit.*, p.99. Francisco Teixeira refere no entanto que ainda decorriam obras no reinado de D. João III, iniciadas entre os anos 1520 e 1523. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.158.

<sup>62</sup> Maria Teresa Fortes refere que esta atitude que este visitador tomou também para outras casa que se encontravam em semelhantes circunstâncias, para além recomendar o cumprimento dos pontos essenciais da Regra e de corrigir ou transferir as monjas rebeldes para outro mosteiro. Cf. FORTES, Maria Teresa, *Ob. cit.*, pp.103-104.

<sup>63</sup> Cf. BEIRANTE, Maria Ângela, *Santarém quinhentista*, Lisboa, Ramos Afonso e Moita, Lda, 1981, p.201.

<sup>64</sup> Cf. AMADO, José de Sousa, *Os conventos de religiosas em Portugal e na Inglaterra ou observações sobre o abandono e decadência dos conventos de religiosas em Portugal e a protecção e admirável progresso dos mesmos em Inglaterra*, Lisboa, Typographia de G.M. Martins, 1859, p.819.

<sup>65</sup> Cf. MANSO, Maria de Deus Beites, *Évora, capital de Portugal. 1531-1537*, Vol.I, Lisboa, 1990, pp.5-30.

<sup>66</sup> No estudo de Maria de Deus Manso, Almoester não é referido, sendo no entanto referidos locais vizinhos como Santarém, Azambuja e Cartaxo. Idem, *Ibidem*, p.23. Francisco Pereira de Sousa também não menciona este aspectos na sua obra. Cf. SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O Terramoto do 1º de Novembro de 1775 em Portugal e um estado demográfico*, Vol.II, Distrito de Santarém e Portalegre, Lisboa, Serviços Geológicos, 1919, p.417. No relato de Claude Bronseval sobre a visitação do Abade Geral em Claraval também não é referida nenhuma consequência do Terramoto no mosteiro. Cf. BRONSEVAL, Claude de, *Ob. cit.*, pp.365-417 e pp.447-455.

<sup>67</sup> Cf. BRONSEVAL, Claude de, *Ob. cit.*, p.365. Claude Bronseval é também citado por Maria de Deus Manso e Cocheril. MANSO, Maria de Deus, *Ob. cit.*, p.6. COCHERIL, Maur, "Un description du Portugal au XVI siècle", *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol.III, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p.84.

orgulhosa que se opõe juntamente com um grupo de monjas à visita do abade claravalense<sup>68</sup>.

A visitação extraordinária do Abade Geral, foi a última tentativa de Cister para estabelecer a unidade da Ordem em Portugal<sup>69</sup>. Chegado a Portugal em 1531<sup>70</sup>, apesar das circunstâncias adversas, percorreu todas as casas. O panorama com que se deparou era deplorável, a avaliar pelas determinações que tomou como necessárias para restabelecer a observância. Apesar deste empenho, os resultados ficaram longe do que seria desejável<sup>71</sup>. O mesmo sucedeu em Almoester, porque em 1536, dois visitantes da Ordem, Fr. Bernardo e Fr. Tomás descrevem como os preceitos religiosos já não eram cumpridos naquele mosteiro, desde o ano anterior e novamente foram tomadas medidas enérgicas para fazer face àquela situação<sup>72</sup>. Assim, pode-se interpretar, apesar de tudo, que a visitação e as medidas tomadas pelo abade de Claraval em Almoester tiveram consequências positivas, mas que não se prolongaram durante muito tempo<sup>73</sup>. Os visitantes, no entanto foram incapazes de intervir na situação de D. Violante Gomes, que após ter tido o filho do infante D. Luís (o famoso D. António, Prior do Crato), aqui foi instalado. Ignora-se se tomou o hábito da Ordem como pretendem alguns autores<sup>74</sup>, no entanto sabe-se que aqui faleceu.<sup>75</sup>

Cister não pode evitar a criação da Congregação de Nossa Senhora de Alcobaça dirigida pelo cardeal Infante D. Henrique, em 1567<sup>76</sup>. Em 1593 este instituto programou

<sup>68</sup> Cf. BRONSEVAL, Claude de, *Ob. cit.*, pp.365-417 e pp.447-455.

<sup>69</sup> Desde 1452 que D. Afonso, comendatário de Alcobaça e irmão de D. João III, tinha recebido do Papa uma Bula que confiava a Alcobaça a função de reformar todas as abadias da Ordem em Portugal, para além diste em 1459 Pio II acedeu à vontade de D. Afonso interditando os abades portugueses da reunião no Capítulo. O Capítulo Geral tendo consciência da atracção exercida sobre os monjes portugueses da Congregação Castelhana delegou em o Abade Geral para fazer visitação extraordinária a todas as abadias da Península Ibérica, que não tinham ainda aderido à Congregação. Cf. COCHERIL, Maur em Bronseval, Claude de, *Ob. cit.*, p.73.

<sup>70</sup> Nesta data, na igreja do mosteiro de Almoester foi sepultado o prior Luiz Álvares de Proença, camareiro do cardeal D. Afonso. Este facto é referido por Américo Costa e António Patrício. Cf. COSTA, Américo, *Ob. cit.*, p.813. Cf. PATRÍCIO, António, *Diccionario Geografico ou Noticia historica de todas as cidades, villas, rios, ribeiras, serras e portos de mar dos reinos de Portugal e Algarve*, Tomo II, Lisboa, S.e., S.d., p.126.

<sup>71</sup> Cf. DIAS, José da Silva, *Ob. cit.*, p.103.

<sup>72</sup> Cf. COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1986, p.387. Cf. FORTES, Maria Teresa, *Ob. cit.*, pp.189-190. Francisco Teixeira refere que estes dois visitantes provinham do mosteiro de La Piedra em Aragão. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.164.

<sup>73</sup> Sobre este tema Cocheril menciona esta visitação do abade claravalense foi bem sucedida, após a qual a observância foi restabelecida na sua integridade. Cf. COCHERIL, Maur em Bronseval, Claude de, *Peregrinatio hispanica, 1531-1533. Voyage de D. Edme de Saulieu, abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal*, Vols. I, Paris, Presses Universitaires de France, 1970, p.74.

<sup>74</sup> Cocheril duvida que D. Violante Gomes tenha sido professa em Almoester, embora Pinho Leal e Américo Costa o afirmem. Cf. COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1986, p.388. Cf. PINHO LEAL, Augusto, *Ob. cit.*, p.154. Cf. COSTA, Américo, *Ob. cit.*, p.812.

<sup>75</sup> Segundo Gustavo Matos Sequeira a jazida estava situada no lanço sul do claustro, e este autor refere que terá falecido em 16 de Julho de 1659. Actualmente não é possível vislumbrar esta sepultura naquele local. Segundo Gérard Léroux as ossadas de D. Violante Gomes encontram-se actualmente no interior do último tramo da nave colateral sul, onde actualmente se encontra de facto escondido um caixote cheio de ossos. Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.88. Cf. LÉROUX, Gerard, "Cister em Portugal. Vandalismo em Almoester", *Notícias da Amadora*, 7/12/1984.

<sup>76</sup> Cocheril refere que a autonomia da nova Congregação teve um começo promissor, no entanto desligou-se definitivamente de Cister. A partir daquela data *les moins portugaise n'étaient plus*

o restabelecimento da observância e uma campanha de obras avultada de reparação e reedificação dos mosteiros de modo a albergar uma comunidade maior. Também Almoester foi englobado neste projecto.

Nos séculos XVI e XVII, Portugal foi assolado por diversas epidemias, pestes e a fome que dizimaram a população. Estas circunstâncias contribuíram para o aumento da religiosidade. Nesta época, a ideia de Purgatório estava muito divulgada, e para assegurar a salvação das almas, os donatários ricos mandavam celebrar missas ou instituíam capelas privadas nas casas monásticas, oferecendo em troca importantes somas ou instituíam capelas privadas nas casas monásticas, oferecendo em troca importantes somas para obras pias<sup>78</sup>. Num tempo em que a agricultura em crise possivelmente diminuía os rendimentos do mosteiro<sup>79</sup>, a entrada de dinheiro por esta nova via foi bem aceite em Almoester. De facto, a partir da segunda metade do século XVI o mosteiro teve como mecenas D. Gil Eanes da Costa<sup>80</sup>, e seus sucessores. Aquele e a sua segunda mulher, D. Joana da Silva, encontram-se dignamente sepultados na capela-mor<sup>81</sup>. D. Gil Eanes da Costa encomendou a Diogo Contretras quatro pinturas para ornar a sua capela tumular. Este conjunto hoje encontra-se disperso, e foi objecto de um estudo recente<sup>82</sup>. O neto D. Duarte e a mulher, D. Paula Silva apropriaram-se da capela absidal sul do mosteiro<sup>83</sup>.

O século XVII entre os Cistercienses portugueses ficou representado por um período de grande esforço construtivo e arquitectónico, dando consistência e realidade ao programa seiscentista da Congregação. Esta actividade parece ter continuado até aos

---

*cisterciennes que de nom.* Cf. COCHERIL, Maur, "L'Orde de Cîteaux au Portugal. Le problème historique", *Studia monastica*, Vol.I, Fasc.I, Abadia de Montserrat, 1954, p.87.

<sup>77</sup> Cf. SARAMAGO, Alfredo, *Ob. cit.*, pp.64-72.

<sup>78</sup> Cf. SARAMAGO, Alfredo, *Ob. cit.*, pp.64-72.

<sup>79</sup> Cf. Em 1669, Cosme de Medicis, o 3º Grão Duque da toscana de visita a Portugal, percorreu o Ribatejo. Nas suas descrições refere que os campos nesta região estão incultos, compensando esta pobreza com a abundância de fauna cinegética. Cf. BARATA, José, "O Ribatejo nas memórias de Cosme de Medicis", *Biblos*, Vol.XXII, Tomo I, Coimbra, 1946, pp.1-12.

<sup>80</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.82.

<sup>81</sup> Maria Ângela Beirante salvaguarda a hipótese do ano 1542 que a lápide ostenta (está colocada na parede norte da capela-mor encimada com o brasão da família), corresponder à data em que faleceu a mulher de D. Gil Eanes da Costa, porque este ainda se encontrava vivo em 1549. BEIRANTE, Maria Ângela, *Ob. cit.*, p.46. Gustavo de Matos Sequeira refere que esta lápide e a data que ostenta se referem ao contrato feito com as monjas naquele ano. A sepultura de ambos encontra-se no pavimento emoldurada em pedra da Arrábida. SEQUEIRA, Gustavo de matos, *Ob. cit.*, p.91. Zeferino Sarmento refere que é a segunda mulher, D. Joana da Silva que se encontra enterrada com D. Gil Eanes da Costa naquela sepultura. Cf. SARMENTO, Zeferino, *Historia e monumentos de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1993, pp.216-217.

<sup>82</sup> Este conjunto de quatro pinturas alusivas à Ressureição, Pentecostes, S. Bento e S. Bernardo e Adoração dos Pastores é datado por Joaquim de Oliveira Caetano, da primeira metade da década de 1540. Segundo Gérard Léroutx estes quatro quadros foram roubados em 1956 por um empreiteiro das obras em curso, juntamente com outras peças entre as quais o órgão. Estes objectos foram vendidos a um traficante de arte sacra. Refere ainda que os quadros foram vendidos a um arquitecto Pinto Teixeira, que os mandou restaurar no Instituto José de Figueiredo. Nesta época foram então empreendidas diversas diligências para serem restituídas ao mosteiro, tendo sido inútil estes avanços levados a cabo por João Paulo de Abreu e Lima cerca do ano 1976. Este assunto na época foi bastante divulgado na imprensa. Num jornal, consta uma reportagem de Ruy Miguel sobre este tema polémico. CAETANO, Joaquim de Oliveira, *O que Janus via. Rumos e cenários da pintura portuguesa (1535-1570)*, Vol.I, Lisboa, 1996, pp.162-167. Cf. LÉROUX, Gerard, "Cister em Portugal. Vandalismo em Almoester", *Notícias da Amadora*, Amadora, 7/12/1984. MIGUEL, Ruy, "Perderam-se para o património nacional os painéis do convento de Santa Maria de Almoester?", *Época*, Lisboa, 25/8/1972.

<sup>83</sup> Cf. SARMENTO, Zeferino, *Ob. cit.*, p.218.



primeiros anos da centúria de setecentos, acompanhando simultaneamente a expansão da comunidade. Surgem três novas fundações entre elas uma é feminina: Nossa Senhora da Assunção de Tabosa. Nesta centúria contam-se 26 mosteiros masculinos, povoados com 380 monjes<sup>84</sup>.

No século XVIII, grande parte dos mosteiros da Ordem em Portugal encontravam-se arruinados, porque os orçamentos reduzidos não permitiam a sua conservação. A falta de recursos e a indisciplina, que alastrava foi a razão da extinção de algumas casas da Ordem, que em 1763 contava com 16 casas masculinas e 11 de monjas<sup>85</sup>. Em parte, o terramoto de 1755 contribuiu para a criação destas circunstâncias<sup>86</sup>. Também o mosteiro de Santa Maria de Almoester sofreu o abalo do Terramoto<sup>87</sup>.

Nesta época, a política absolutista do marquês de Pombal controlava a Igreja, traduzindo-se directamente sobre a Congregação de Alcobaça através da decisão de extinguir os mosteiros pequenos. Nestes estava incluído Almoester, que obrigou em 1771 as monjas a recolherem-se em Cós<sup>88</sup>. Esta situação foi no entanto temporária, e passados seis anos já no reinado de D. Maria I, regressaram a Almoester<sup>89</sup>. Este período em que permaneceu como extinto, naturalmente contribuiu para a deterioração material e para a desorganização da vida da comunidade, que dificilmente terá sido recuperado no regresso das monjas a Almoester. A estas circunstâncias que prenunciam a morte do mosteiro, José Marques<sup>90</sup> acrescenta as dificuldades que os mosteiros femininos nestas centúrias tiveram que suportar, com a hospedagem de mulheres por períodos mais ou menos prolongados durante as ausências dos maridos ocupados em campanhas militares ou comerciais. Esta situação perturbava a vida da comunidade, porque vinham acompanhadas de criadas ou escravos e recebiam visitas, contribuindo simultaneamente para a absorção de hábitos distintos, como foi o uso do tabaco.

Embora não existam referências bibliográficas que documentem como Santa Maria de Almoester atravessou esta centúria, sabe-se que por volta de 1755 Almoester tinha adquirido o estatuto de vila<sup>91</sup>. Estas circunstâncias eram antipodas da intransigência e rigor original da Ordem quanto à distância dos mosteiros de lugares habitados. É também a própria concepção da clausura que evolui, no sentido em que frequentemente,

<sup>84</sup> Nesta relação não constam referências a monjas. Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de, *Ob. cit.*, p.11. Fortunato de Almeida refere que entre os anos 1600 e 1763 foram fundados no novo reino de Portugal, um total de 205 casas religiosas. Cf. ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, p.139.

<sup>85</sup> Cf. ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, p.138.

<sup>86</sup> Cf. MARQUES, José, "Os mosteiros cistercienses nos finais do século XVIII", *Actas do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo*, Braga, 1991, p.364. De acordo com Artur de Gusmão esta catástrofe terá sido a única propulsora de obras de vulto nos mosteiros nesta centúria. Cf. GUSMÃO, Artur de, *Ob. cit.*, p.12.

<sup>87</sup> Cf. SOUSA, Francisco Pereira de, *Ob. cit.*, p.309.

<sup>88</sup> Cf. COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, F.C.G.-C.C.P., 1986, p.485.

<sup>89</sup> Artur de Gusmão refere que a decisão sobre a extinção dos mosteiros pequenos foi tomada em 2 de Agosto de 1771, enquanto que José Marques refere que esta proclamação sucedeu em 17 de Dezembro de 1775. Para além de Almoester, Artur de Gusmão refere terem sido extintos também nesta data os mosteiros de Santa Maria de Tabosa, S. Bento de Cástris e S. Bernardo de Portalegre. A estes José Marques acrescenta mais seis, Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, S. Pedro das Águias, S. Cristóvão de Lafões, Santa Maria da Ceixa, Santa Maria de Maceiradão, Santa Maria de Fiães. Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de, *Ob. cit.*, p.232. Cf. MARQUES, José, *Ob. cit.*, p.353.

<sup>90</sup> Cf. MARQUES, José, *Ob. cit.*, pp. 358-360.

<sup>91</sup> Francisco Cândia refere que a vila tinha um tabelião que fazia as escrituras na sala das abadessas. Cf. CÂNCIO, Francisco, *Ob. cit.*, p.525.

a partir do século XVI e mais no XVII, são aceites nos mosteiros da Ordem leigos na assistência dos ofícios litúrgicos<sup>92</sup>. Estes são indícios da decadência em que se encontravam os ideais de S. Bernardo nesta época, que também estão patentes em Almoester. São a alteração do espaço interior destinado a albergar esta nova presença, e os elementos decorativos que denunciam o afastamento da tradição de Cister.

No Capítulo Geral de Alcobaça em 1778, foi tentada uma profunda reorganização da Ordem<sup>93</sup>. Estes esforços revelaram-se no entanto ilusórios num tempo em que as invasões francesas e a infiltração dos ideais liberais ameaçavam fatalmente a Congregação<sup>94</sup>. Progressivamente foi-se acentuando o mau estado de conservação das casas monásticas, que a lei de 1780 agravou, ao proclamar a proibição de executar obras ou beneficiações nos mosteiros<sup>95</sup>.

Para além disto, os finais do século XVIII e o primeiro terço do século XIX não foram propícios à recuperação das instituições monásticas. Nesta época, o estado avançado de decadência material e espiritual em que se encontravam as Ordens monásticas, incapacitava-as de fazer frente às acções que a partir de 1821, se vinham a intentar contra estas instituições sob os ideais do liberalismo. O cerceamento do ingresso na Ordem foi uma das causas que contribui para que algumas casas ficassem desprovidas e encerrarem<sup>96</sup>. No fim do século XVIII o mosteiro contava com 43 monjas<sup>97</sup>.

Crê-se que terão também sido responsáveis pelo seu decaimento as Invasões Francesas, que a partir de 1807<sup>98</sup> se instalaram em Santarém. Embora não exista qualquer alusão na bibliografia consultada, sobre a acção nefasta no mosteiro, sabe-se que a presença daquelas tropas na freguesia de Almoester causou a destruição de diversos edifícios, queimados e arrasados e cuja despesa ascendeu a 29 652 450 reis. Crê-se que o mosteiro à semelhança do que se passou com os conventos em Santarém, de profanação, saqueamento e destruição, terá sofrido também grandes prejuízos. Possivelmente as monjas terão abandonado o mosteiro, recolhendo-se em Lisboa ou noutro local mais seguro. Esta situação passou-se na generalidade com as restantes populações vizinhas, de acordo com as recomendações do exército inglês para despovoamento da região<sup>99</sup>.

Em Almoester, sob o patrocínio das monjas realizava-se anualmente uma romaria, que se crê fosse no dia de S. Bernardo, em 20 de Agosto. Na portaria eram distribuídas refeições e doçaria e também havia danças no largo do mosteiro. Alexandre Herculano era um dos romeiros, acompanhado pelo professor primário da freguesia<sup>100</sup>.

A memória comum de Almoester, deve-se à Guerra Civil entre os Liberais e Miguelistas, que ali tomou lugar em 18 de fevereiro de 1834<sup>101</sup>. Foi com a vitória de D. Pedro e do Liberalismo Antieclesial que foi finalmente anunciada a morte de todas as

<sup>92</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.40.

<sup>93</sup> Cf. MARQUES, Jsé, *Ob. cit.*, p.364.

<sup>94</sup> Cf. COCHERIL, Maur, "L'Orde de Cîteaux au Portugal. Le probleme historique", *Studia Monastica*, Vol.I, fasc.I, Abadia de Montserrat, 1954, p.88.

<sup>95</sup> Cf. MARQUES, José, *Ob. cit.*, p.368.

<sup>96</sup> Cf. ALMEIDA, Fortunato de, *Ob. cit.*, p.131.

<sup>97</sup> Cf. COCHERIL, Maur, "Les abbayes cisterciennes portugaises dans la seconde moitié du XX siècle", *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol.X, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, p.343.

<sup>98</sup> CUSTÓDIO, Jorge, *O património monumental de Santarém: fases da sua destruição*, Santarém, Edição da Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, 1979, p.16.

<sup>99</sup> CUSTÓDIO, Jorge, "A vila de Santarém ao tempo da invasão de Massena: testemunhos e realidade", *Actas do colóquio Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal 1795-1910*, Santarém, 1996, p.163-178.

<sup>100</sup> No fim da sua vida, Alexandre Herculano vivia na Quinta de Vale de Lobos, situada a cerca de 5 Km de Almoester. Cf. CÂNCIO, Francisco, *Ob. cit.*, p.336.

<sup>101</sup> Cf. CHAGAS, Manoel Pinheiro, *Ob. cit.*, pp.141-142.

casas religiosas das Ordens regulares, editada na *Chronica Constitucional de Lisboa* em 31 de Maio daquele ano, tendo ficado decidido que os bens seriam incorporados na Fazenda Nacional<sup>102</sup>.

À semelhança do que aconteceu nos restantes cenóbios femininos<sup>103</sup>, o mosteiro de Almoester só foi encerrado depois da morte da última religiosa, que sucedeu em 29 de Outubro de 1884<sup>104</sup>. D. Maria Gertrudes da Cunha, falecida em 3 de Dezembro de 1861, foi aparentemente a última abadessa de Almoester. O mosteiro foi oficialmente suprimido em 16 de Novembro de 1887<sup>105</sup>. Nesta data existiam oito pupilas, das quais três regressaram a casa. As restantes cinco, por não terem família que lhes desse amparo ali se mantiveram até terem sido enviadas para outros mosteiros em Lisboa e Santarém, sobrando uma, pelo menos até Agosto de 1888, por ser deficiente física e mental<sup>106</sup>.

Na data da extinção oficial do mosteiro foi iniciado um Processo de avaliação de bens do mosteiro<sup>107</sup> e foi também efectuado um inventário dos objectos pertencentes ao mosteiro<sup>108</sup>, após o qual, em 26 de Junho de 1888, foram entregues o mobiliário e roupas à Casa da Misericórdia e ao Hospital Real de Jesus Christo de Santarém<sup>109</sup>. Os foros foram vendidos em hasta pública em 11 de Junho de 1911, na Repartição de Finanças da Azambuja<sup>110</sup>.

Em 1887, a paróquia de Almoester fez um pedido para lhe ser concedida para sede, a igreja, que segundo a descrição se encontrava quase demolida e *talvez a mais pobre de Portugal!*<sup>111</sup>. A este pedido, a Direcção Geral dos Próprios Nacionais acedeu, concedendo-lhe a título provisório a igreja para continuação do culto divino e sede da paróquia, na condição de que fossem efectuadas todas as obras de reparação necessárias. Nesta cessão foram também anexas as casas do pátio, para a residência paroquial e estabelecimento das escolas primárias<sup>112</sup>.

<sup>102</sup> Cf. *Chronica Constitucional de Lisboa*, nº27, 31 de Maio de 1834.

<sup>103</sup> Enquanto os mosteiros masculinos foram definitivamente encerrados em 1834, as casas de monjas, embora fosse interdito o recrutamento sobreviveram até ao desaparecimento da última professa. Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, p.89. Em 1850, o Ministro da Justiça António José Ávila apresentou à Câmara dos deputados um relatório sobre as 124 casas religiosas que ainda não tinham sido suprimidas, habitadas por 1268 religiosas. Cf. AMADO, José de Sousa, *Ob. cit.*, p.7.

<sup>104</sup> A.H.M.F., *Situação dos edifícios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das corporações, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de S. Bernardo, Almoester*, Cx. 2044, Cp.4, Doc.IV/a/43/3. Cochéril refere que a última monja de Almoester, D. Maria Júlia Soares faleceu em 6 de Setembro de 1873 e encontra-se sepultada no cemitério da aldeia do Casal da Charneca. De facto, encontra-se esta sepultura no antigo cemitério junto da igreja de Santa Maria de Almoester, cuja inscrição refere que faleceu naquela data, mas no ano de 1878. Cf. COCHERIL, Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1986, p.388, Nota de rodapé de Gerard Lérout.

<sup>105</sup> A.H.M.F., *Situação dos edifícios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das corporações, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de S. Bernardo, Almoester*, Cx.2043, Cp.3, Doc.IV/A/43/3.

<sup>106</sup> Idem, *Ibidem*, Cx.2044, Cp.4, Doc.IV/A/43/12.

<sup>107</sup> Idem, *Ibidem*, Cx.2043, Cp.1, Doc.IV/A/43/1; Cp.2, Doc.IV/A/43/8; Cp.3, Doc.IV/A/43/1a.

<sup>108</sup> Idem, *Ibidem*, Cx.2043, Cp.3, Doc.IV/AA/43/3.

<sup>109</sup> Idem, *Ibidem*, Cx.2044, cp.4, Doc.IV/A/43/10.

<sup>110</sup> Na sequência do Decreto-l

<sup>111</sup> A.H.M.F., *Situação dos edifícios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das corporações, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de S. Bernardo, Almoester*, Cx.2045, Cp.6, Doc.IV/A/44/3.

<sup>112</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº249, 30 de Outubro de 1888 (Decreto-lei de 25 de Outubro).

Em 1888, o conjunto monástico, excepto a igreja foi cedido no Decreto-lei de 20 de Dezembro daquele ano<sup>113</sup> à Coudelaria Nacional do Sul, que tendo posteriormente sido propriedade de outra entidade estatal, a Estação Zootécnica da Fonte Boa, implicou a ocupação do antigo refeitório e a propriedade rústica com 35ha com uma pecuária.

Na sequência da progressiva consciencialização da importância dos bens patrimoniais que se vinha a manifestar desde o século XIX em Portugal, analogamente ao que se passava na Europa, o novo regime republicano estabeleceu a 10 de Novembro de 1910 as bases para a legislação da Protecção do Património Artístico Nacional<sup>114</sup>, e foi neste contexto que em 27 de Maio de 1920 a igreja de Santa Maria de Almoester, foi classificada conjuntamente com as ruínas do claustro, como Monumento Nacional, pelo Decreto nº6644/20<sup>115</sup>. A partir desta data foi sujeita à intervenções de restauro e conservação levadas a efeito pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), entre as décadas de quarenta e oitenta deste século.

Em 1963 João Couto<sup>116</sup> alerta para a necessidade de criar um posto de trabalho para um guarda que assegure a protecção dos elementos decorativos que se encontravam acumulados e acessíveis a qualquer visitante. É referido que nesta data já tinha sido tratado o jardim do claustro.

O mosteiro teve pendente, a sua gestão entre a DGEMN e o Instituto Português do Património Cultural, IPPC (actual Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, IPPAR). Em 1985 após uma visita ao mosteiro, esta última instituição referida escusou-se a intervir no monumento, senão após ser concretizada aquela afectação, a qual nunca chegou a ser concretizada<sup>117</sup>. Neste relatório é mencionada uma construção indevida e clandestina na zona de protecção do mosteiro, a Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Almoester. Entretanto a Câmara Municipal de Santarém intercedeu por Almoester para resolver os problemas resultantes da degradação do mosteiro e zona envolvente. Ao pedido de reconstrução integral, a DGEMN não acedeu, e foram continuadas as obras de beneficiação geral na igreja<sup>118</sup>.

Após vários pedidos da Junta de Freguesia de Almoester à Câmara Municipal de Santarém, para definir uma solução para o mosteiro e área envolvente muito degradadas, veio finalmente em 1990, a deliberação no sentido de ser elaborado, no âmbito do Plano Director Municipal de Santarém, o Plano de Pormenor de Almoester, ao abrigo do Decreto-lei nº69/90<sup>119</sup>. É considerado como um Plano de Pormenor de Reabilitação e Salvaguarda Arquitectónica e Urbanística, destinando o conjunto monástico para fruição cultural e turística, convertendo o imóvel numa pousada. Tendo sido colocado a inquérito público durante o mês de Fevereiro de 1995<sup>120</sup>, foi aprovado em 1996<sup>121</sup> contendo uma proposta alternativa destinada a um fim social, para centro de dia.

<sup>113</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº 299, 31 de Dezembro de 1888 (Decreto-lei de 20 de Dezembro).

<sup>114</sup> NETO, Maria João Quinta Lopes Baptista, *A Direcção - Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónicos em Portugal (1929-1960)*, Vol.1, Lisboa, 1995, pp.148-213.

<sup>115</sup> *Diário do Governo*, 1ª série, nº109, 27 de Maio de 1920 (Decreto-lei nº6644/20)

<sup>116</sup> Cf. COUTO, João, Ob. cit., pp.98-99.

<sup>117</sup> Segundo o Decreto-lei nº106/92 ainda em 1992 não tinha sido efectuada a transferência da tutela. Cf. *Diário da República*, 1ª série A, nº126, 1 de Junho de 1992 (Decreto-lei nº 106-7/92).

<sup>118</sup> A este pedido a DGEMN não acedeu por não existirem elementos definidores suficientes sobre as zonas arruinadas que poderiam deturpar a imagem original do monumento. Cf. CMS, *Resumo Cronológico sobre o Convento de Almoester e a sua área envolvente*, Gabinete de Planeamento Municipal da Câmara de Municipal de Santarém, Santarém, 1990, p.2.

<sup>119</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº51, 2 de Março de 1990 (Decreto-lei nº69/90).

<sup>120</sup> Cf. "Edital nº7/95 de Janeiro de 1995", *Público*, 28 de Janeiro de 1995.

Actualmente todo o conjunto monástico é propriedade do Estado, incluindo a cerca, exceptuando a igreja que é ainda hoje sede da paróquia da freguesia de Almoester. Aqui são realizadas todas as actividades relativas ao culto às quais acorre a população da freguesia. Os paramentos e vasos sagrados são guardados na sacristia e na capela de Nossa Senhora da Piedade. Actualmente o edifício onde funcionava o antigo refeitório monástico está afecto ao Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (LNIV), que aqui mantém a criação de cobaias para experiências laboratoriais.

---

<sup>121</sup> Cf. *Diário da República*, 1ª série, nº248, 25 de Outubro de 1996.

### Capítulo III – Descrição do mosteiro

#### 1 – Situação e sítio

A escolha da Ordem de Cister feita por D. Berengária, para ocupar esta nova casa religiosa, leva a crer que esteja intimamente ligada às características específicas do local doado (Foto 1).



**Foto 1** – Vista aérea de Almoester.

Fonte : Instituto Português de Cartografia e Cadastro. Prova nº 6106, Fiada nº 16, Rolo nº 24. Escala aproximada 1 / 2 500, 1992.

Almoester está situado no Ribatejo, a cerca de 10 km a noroeste de Santarém (Des. 1). Este sítio encontra-se localizado geograficamente numa posição privilegiada, num vale suave<sup>1</sup> e húmido, na confluência das ribeiras da Atalaia e de Almoester, ambas pertencentes à bacia hidrográfica do rio Tejo (Des. 2).

A implantação do mosteiro num vale com terreno fértil e a indispensável presença da água, neste caso da ribeira de Atalaia, que atravessa a cerca na zona poente (Fotos 2, 3 e 4), fazem de imediato associar o sítio de Almoester às exigências da Ordem<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Apesar deste vale não ser muito pronunciado, não permitia avistar as povoações vizinhas, pelo menos até ao século XVIII. Cf. CARDOZO, Luiz, *Ob. cit.*, p.350.

<sup>2</sup> São diversos os autores que realçam que a maior parte das fundações cistercienses estavam situadas em vales húmidos com água corrente, situação favorável à acessibilidade, às necessidades domésticas e higiene da comunidade, à pesca, como fonte de energia, rega dos campos Cf. CARVILLE, Geraldine, *Ob. cit.*, p.27. Cf. FARINA, Federico; VONA, Igino, *L'Organizzazione dei Cistercensi nell'epoca feudale*, Casamari, Edizioni Casamari, 1988, p.247.



Geologicamente, segundo G. Zbyszewski<sup>3</sup>, Almoſter está situado sobre a *unidade geológica dos planaltos de calcário, grés e argilas do Miocénico Pontiano*. Caracteriza-se por ser uma zona muito pedregosa, onde desde sempre se procedeu à exploração desta matéria prima para a construção. A pedreira designada por *Botelhas* ou *Castro*, situada a cerca de 1 km a norte de Almoſter (Des. 3) e a compartimentação das propriedades, com muros de pouca altura, feitos com pedra retirada da zona arável<sup>4</sup>, atestam a sua abundância. Admite-se que a existência de pedra, sendo uma das exigências da Ordem, terá sido outra das condições favoráveis à implantação desta casa em Almoſter. A actual exploração da pedreira é feita há mais de quarenta anos, e crê-se que remonte pelo menos à época da fundação do mosteiro, de onde terá sido extraída a pedra para a sua construção<sup>5</sup>. Litologicamente esta área é constituída por uma assentada de calcários usualmente conhecidos por *Calcários de Almoſter*<sup>6</sup>.



**Foto 2** - Inſerção do mosteiro no vale. Vista poente.



**Foto 3** – Inſerção do mosteiro no vale. Vista sul.



**Foto 4** – Passagem da ribeira de Almoſter na zona poente da cerca do mosteiro.

<sup>3</sup> Almoſter e a região envolvente encontra-se coberta pela folha 31-A da Carta Geológica de Portugal à escala 1:50.000. Cf. ZBYSZEWSKI, G, *Notícia explicativa da folha 31-A/Santarém*, Carta Geológica de Portugal, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1953

<sup>4</sup> Acerca deste tema, Orlando Ribeiro refere que esta é uma tradição característica da zona Mediterrânica. Cf. RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 6ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, (Colecção Nova Universidade), 1991, p.11

<sup>5</sup> Esta informação foi obtida através de um teste laboratorial expedito sobre uma série de amostras retiradas de diversos locais do conjunto edificado, comparadas com outras amostras de pedra extraída da pedreira. Deste breve estudo conclui-se sobre as semelhanças petrográficas entre ambas. O teste foi amavelmente efectuado pelo Sr. Professor Luís Aires Barros em 5/2/97 no Instituto Superior Técnico. No capítulo IV este ensaio será exposto de forma mais detalhada.

<sup>6</sup> Cf GAMA, C. Dinis da , *Caracterização da geologia, reservas, extracção e britagem da Pedreira de Botelhas ou Castro*. Relatório, Lisboa, Hidroprojecto, 1996, p.4.

Acresce, pelo uso que se fazia da madeira na construção, que a facilidade em obter este material na mata de pinheiros envolvente<sup>7</sup>, poderá ter constituído outra condição favorável à implantação neste local.

Embora José Varandas<sup>8</sup> refira a hipótese de ter sido a saturação das Ordens Mendicantes nesta região que favoreceu o aparecimento desta instituição Cisterciense, o que se verifica é que aqueles conventos se instalavam preferencialmente nas cidades, lugares em franco e crescente desenvolvimento, como Santarém, sendo Almoester um local mais adequado à implantação de uma casa de norma bernardina, apesar de não ser um lugar totalmente ermo e isolado como convinha a estas fundações.

A proximidade e o facto de Almoester ser uma povoação do termo de Santarém<sup>9</sup>, possibilitava uma grande permeabilidade, baseada na dependência mútua<sup>10</sup>. Na época desta fundação, a agricultura era a base económica da sociedade. Os bens produzidos no termo rural<sup>11</sup>, eram essenciais à subsistência do núcleo urbano, centro de consumo por excelência, o qual por sua vez continha as instituições administrativas, jurídicas e também o comércio (as feiras, os mercados e artesanato). Estas actividades estavam concentradas em Santarém, quando o rei D. Dinis, presença frequente na cidade, aqui reuniu as Cortes, o que para além de constituir um pólo de atracção para a nobreza era um factor de dinamização da cidade<sup>12</sup>. De facto, a partir da segunda metade do século XIII até ao século XV, Santarém impõe-se com um papel relevante, organizando-se administrativa, jurídica e economicamente<sup>13</sup>.

Algumas fontes referem a existência de vestígios da ocupação neste lugar que remontam aos romanos<sup>14</sup> e godos<sup>15</sup>. O solo fértil, a água abundante, o clima continental atenuado com influência atlântica e a beleza natural, terão sido condições favoráveis

<sup>7</sup> Se esta foi a madeira utilizada na origem da construção é apenas uma suposição, pois actualmente não se encontram vestígios de pinho nas estruturas e elementos decorativos do monumento. Esta informação foi obtida através de um teste laboratorial expedito realizado sobre as amostras recolhidas no mosteiro. Este ensaio foi amavelmente elaborado pelo Sr. Engenheiro Saporitti Machado em 25/2/97 no Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Lisboa. Este tema será abordado de forma mais pormenorizada no capítulo IV.

<sup>8</sup> Cf. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p.29.

<sup>9</sup> Para além de Almoester faziam parte do termo de Santarém; Montargil, Alpiarça, Valada, Pontével, Cartaxo, Golegã, Arbutueira, Alcanhões, Casével, Azóia, Moçaria, Pombalinho, Vale da Figueira, Vale de Santarém, Várzea, Rio Maior. Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar, *Atlas de cidades medievais portuguesas*, História Medieval I, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1990, pp.65-66.

<sup>10</sup> Francisco Teixeira menciona que era frequente a circulação entre este local e Santarém, confirmada pelo facto dos documentos do mosteiro de Almoester serem validados pelos tabeliões desta cidade. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.67.

<sup>11</sup> Os produtos referidos como característicos da produção agrícola do termo de Santarém são os cereais (trigo e cevada), vinho, azeite, frutas, linho e gado. Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar, *Ob. cit.*, pp.65-66.

<sup>12</sup> Segundo José Mattoso a presença em Santarém do rei era um inegável motivo de atracção para a nobreza. De facto, no século XIII, vários dos nobres que afluíram a Santarém pertenciam à alta nobreza, justificando-se esta situação pela conquista definitiva da cidade, embora a camada da nobreza tradicional continuasse a preferir o norte. Cf. MATTOSO, José, *Portugal Medieval. Novas interpretações*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda (Temas Portugueses), 1992, pp.282-287.

<sup>13</sup> Santarém possuía 14 hospitais e hospícios, número relevante para a época, quase equiparado a Lisboa. Cf. CORTE-REAL, Isabel Mendonça de, *Ob. cit.*, pp.9-10.

<sup>14</sup> Sobre este assunto Justino Mendes de Almeida refere ter sido encontrada a duas léguas de distância uma lápide de uma sepultura coeva da ocupação romana. Cf. ALMEIDA, Justino Mendes de, "Antiguidades várias", *O Arqueólogo Português*, Série III, Vol.II, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1968, pp.102-103.

<sup>15</sup> Pedro de Azevedo refere vestígios arqueológicos que atestam aquelas presenças neste sítio. Cf. AZEVEDO, Pedro, "Extractos archeologicos das memórias parochiaes de 1758", *O Archeologo Português*, Vol.II, N.º 6 e 7, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp.185-186.



àquela fixação<sup>16</sup>.

Na análise da toponímia, que decompõe o termo Almoester no substantivo *moster* (que não existe na língua separadamente: *moster* vem do latim *monasterii*), ao qual foi acrescentado o artigo árabe *al*, os autores<sup>17</sup> referem a hipótese daquele topónimo anteceder a edificação do actual mosteiro e denunciar a existência de um núcleo primitivo, posteriormente sujeito à ocupação islâmica, tendo em conta que no testamento de D. Sancha, Almoester designa o lugar da propriedade doada. A este respeito José Varandas<sup>18</sup> aponta o facto da maior parte dos topónimos das localidades vizinhas contribuírem para confirmar aquela ideia.

Pinho Leal<sup>19</sup> sugere que o mosteiro de Santa Maria teria sido edificado sobre as ruínas de um outro preexistente, entretanto destruído pelos muçulmanos. Aparentemente esta tese pode corresponder à verdade, já que a permanência de um local de culto em inúmeros casos é uma constante ao longo dos séculos, no entanto, nos mosteiros cistercienses, o invocativo de Santa Maria é exclusivo de fundações<sup>20</sup>. Nos casos de afiliações de ermitérios ou pequenas comunidades religiosas à Ordem Cisterciense, era habitualmente mantido o nome do primitivo orago. Ora, se existisse outrora naquele sítio um cenóbio, dele somente restariam ruínas abandonadas há largo tempo<sup>21</sup>. Nesta lógica, pode-se pensar que a construção do mosteiro de Santa Maria seria por conseguinte uma construção nova, segundo um programa cisterciense sem oráculos preexistentes.

No entanto, Francisco Brandão<sup>22</sup> leva a crer na possibilidade do mosteiro

<sup>16</sup> A fisionomia da paisagem natural foi sendo modelada através da exploração agrícola tradicional de sequeiro, das vinhas, das oliveiras e das amendoeiras. Junto às ribeiras, nas zonas mais baixas onde era mais fácil a rega, foram plantadas culturas de regadio, hortas e pomares. É ainda possível encontrar as espécies espontâneas, do tipo predominantemente mediterrânico. Sobre este tema Ângela Beirante refere as espécies mais frequentes deste clima e identifica também as espécies introduzidas pelos muçulmanos. Igualmente é mencionada a fauna medieval da região doméstica e cinegética. Cf. BEIRANTE, Maria Ângela Rocha, *Santarém medieval*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Históricas, Lisboa, 1980, pp.23-27.

<sup>17</sup> Este tema foi abordado por Francisco Teixeira e por Augusto Pinho Leal. Contrariando esta hipótese alguns autores atribuem a proveniência deste topónimo à existência de três álamos existentes na entrada da povoação e por esta razão chamada *Álamos-três*. Tendo sido esta denominação posteriormente corrompida que resultou Almoester. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.54-55. Cf. PINHO LEAL, Augusto, *Ob. cit.*, pp.153-154. Cf. PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme, *Portugal. Dicionário histórico, corográfico, numismático e artístico*, Lisboa, Vol. I - A.

<sup>18</sup> Cf. VARANDAS, José, Manuel Henriques, *Ob. cit.*, p.21.

<sup>19</sup> Cf. PINHO LEAL, Augusto, *Ob. cit.*, pp.153-154. Acerca deste tema Cocheril demonstra-se bastante céptico por não ter encontrado em parte nenhuma qualquer alusão àquela construção. Cf. COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1986, p.379.

<sup>20</sup> Sobre este tema ver a referência: COCHERIL, Maur, "L'Ordre de Cîteaux aux Portugal. Le probleme historique", *Studia Monastica*, Vol.I, Fasc.I, Abadia de Montserrat, 1959, p.87.

<sup>21</sup> Sobre este aspecto, Geraldine Carville refere exemplos semelhantes deste tipo de implantação na Irlanda, em locais onde existiu previamente uma comunidade, que foi entretanto extinta, facto que acontecia mais frequentemente longe dos aglomerados populacionais. Nestas circunstâncias, pelas características da Ordem de Cister, estes locais então abandonados podiam oferecer boas condições ao estabelecimento da nova comunidade. Cf. CARVILLE, Geraldine, *The occupation of Celtic Sites in Ireland by the Canons Regular of St. Augustine and the Cistercians*, Kalamazoo, Cistercian Publications (*Cistercian studies*, 56), 1982, p.8. De acordo com Miguel Oliveira, nesta época a maior parte das igrejas de origem remota estariam arruinadas pelos bárbaros. A sua falta fazia-se sentir para responder às necessidades criadas pelo aumento da população, por isso multiplicaram-se as igrejas, reedificando-se os templos destruídos ou construindo novos de raiz. Cf. OLIVEIRA, Miguel de, *As paróquias rurais portuguesas, sua origem e fundação*, Lisboa, União Gráfica, 1950, p.93.

<sup>22</sup> Cf. BRANDÃO, Francisco, *Ob. cit.*, p.149. Uma situação semelhante é referida por Cocheril sobre o mosteiro de Santa Maria do Bouro no Minho. Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, p.228.

trecentista dever o seu título à ermida aqui existente sob o orago de Santa Maria, a qual terá sido adaptada para igreja paroquial, a partir do ano 1296, devendo-se esta iniciativa benemerita a D. Sancha, a favor dos seus caseiros e lavradores. Neste contexto, a preexistência da capela de Santa Maria terá sido um factor primordial desta fundação, possibilitando a manutenção do lugar de culto tradicional ainda que se aceite terem sido efectuadas obras posteriores de ampliação e adaptação para a estrutura do mosteiro medieval. Por outro lado a hipótese de uma construção preexistente, permite a compreensão da intricada sobreposição de panos murários existente na capela-mor e a geometria irregular do claustro do mosteiro (Des. 4).

As circunstâncias em que foi iniciada por D. Berengária a vida religiosa em Almoester, indiciam sobre a possibilidade das casas da quinta terem sido aproveitadas para as instalações monásticas primitivas. Esta hipótese que é defendida por Pinho Leal<sup>23</sup>, pode justificar o intervalo de tempo reduzido, em que após a disposição testamentária de D. Sancha, as monjas, por volta do ano 1296, já aqui terem reunidas as condições que lhes assegurassem a vida de clausura. José Varandas<sup>24</sup> sublinha aquela possibilidade apontando o facto da construção definitiva só ter sido iniciada em 1317. Na realidade, não é de estranhar que esta adaptação tivesse realmente sido efectuada, tendo em conta que a estrutura tradicional de uma quinta se assemelha àquela que seria desejável num mosteiro Cisterciense<sup>25</sup>. De facto, o paço rural tinha anexo um conjunto de explorações, entre as quais se destacavam a vinha, o pomar, os campos, e consequentemente existiriam a adega e o lagar, que provavelmente estariam inseridos no meio da vinha. Por outro lado, no edifício do paço tradicionalmente existia uma cozinha no piso térreo e os dormitórios no sobrado<sup>26</sup>. Pode-se então admitir que, para responder às necessidades do dia-a-dia, após a feitura do testamento de D. Sancha, tenham sido utilizadas estas construções para instalação da primitiva clausura. Neste caso, pode-se aceitar que inicialmente a subsistência da comunidade dependesse da exploração agrícola da zona fértil da propriedade da fundadora.

De facto, tendo em conta o atrás exposto admite-se que a permanência da presença humana neste lugar foi uma constante desde os tempos mais remotos até à data da fundação do mosteiro, ainda que se possa conceber reduzida e dispersa. Este aspecto não desencorajou esta fundação de monjas contemplativas. No entanto, alguns autores<sup>27</sup> mencionam que raramente o ideal de S. Bernardo se enquadrou na realidade

---

<sup>23</sup> Cf. PINHO leal, Augusto dc, *Ob. cit.*, p.154. Esta hipótese também é referida pelos autores Luiz Cardozo e Gustavo de Matos Sequeira. Cf. CARDOZO, Luíz, *Ob. cit.*, p.350. Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.87. é de notar que Almoester também era conhecida por Casal de Almoester, o que aparentemente pode contribuir para confirmar aquela preexistência. Cf. BAPTISTA, João Maria, *Chorographia Moderna do reino de Portugal. Provincia da Extremadura*, Vol.IV, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1876, p.249, Nota 1.

<sup>24</sup> Cf. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p.31.

<sup>25</sup> Segundo a Regra de S. Bento, seguida pelos Cistercienses, o mosteiro deveria ser construído como uma unidade autónoma de forma que não fosse necessário sair, porque dentro da clausura se encontrava tudo aquilo que seria necessário à sobrevivência da comunidade. Cf. SÃO BENTO, *Regra de S. Bento*, Porto, 1963, capítulo LXVI, pp.155-156.

<sup>26</sup> Custódio da Silva refere o privilégio dado à localização, como uma herança romana, cuja tradição se manteve nos paços medievais, na escolha de locais elevados, de onde se abrangiam as melhores vistas. Cf. SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços medievais portugueses*, Lisboa, Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995, pp.20 e 27.

<sup>27</sup> Numerosas fundações reutilizaram velhos edifícios obtidos por doações, os quais estavam rodeados por povoações, à semelhança de Almoester. Cf. PRESSOUYRE, Léon, *Ob. cit.*, pp.31-34. Cf. BRUZELIUS, Caroline Astrid, *L'apogée de l'art gothique. L'église abbatiale de Longpont et l'architecture cistercienne au début du XIIIe siècle*, Vol.II, Cîteaux (Commentarii cisterciennes, Textes et documents), 1990, pp.11-12.

demográfica, política e social, na época das fundações cistercienses, referindo que a partir do século XII, são diversos os exemplos de infracções relativamente à fundação de mosteiros em sítios anteriormente habitados.

Sobre este tema José Varandas<sup>28</sup> refere Almoester como um caso particular das fundações cistercienses portuguesas no qual a natureza já se encontrava há longo tempo humanizada e salienta a circunstância desta casa assentar sobre a dotação de um património fundiário totalmente desenvolvido. Francisco Teixeira<sup>29</sup> justifica que a proximidade deste aglomerado do mosteiro seria uma vantagem pelo acréscimo de mão-de-obra auxiliar, sendo as características específicas da clausura de monjas diferentes da organização dos monges. Assim a mão-de-obra vantajosamente instalada na proximidade do mosteiro, participaria nas tarefas pesadas do mosteiro, para as quais as conversas não estariam habilitadas.

Pode-se admitir que o mosteiro, como pólo de poder, riqueza e prestígio proporcionou o crescimento da aldeia<sup>30</sup>. Embora não existam referências bibliográficas que documentem como se desenvolveu Almoester durante estas centúrias, sabe-se que por volta de 1755 era uma povoação com importância<sup>31</sup> tendo adquirido o estatuto de vila<sup>32</sup>. O seu desenvolvimento deveu-se ao comércio, à agricultura e à indústria de telha, tijolos, loiças de barro e lagares de azeite<sup>33</sup>.

Actualmente a verifica-se que a disposição desta povoação na topografia do terreno está de acordo com a proximidade da água, tendo sido desenvolvida ao longo da linha do vale, por razões de captação de água e rega mais fácil, na direcção da ribeira de Almoester, ao correr de um antigo caminho rural (a actual EN-114-2). O ritmo deste desenvolvimento urbano poderá ter acompanhado a evolução e decadência da abadia. Resultante da tradição cultural ligada ao mosteiro e da qualidade dos solos, este núcleo urbano dependeu desde sempre da agricultura, que fez viver os campos envolventes numa relação conjunta e equilibrada. Após a extinção do mosteiro, e mais recentemente à semelhança das localidades rurais em Portugal, a perda da importância económica e social da agricultura conduziu ao empobrecimento da qualidade de vida desta população tendo transformado a paisagem envolvente em campos votados ao abandono, com o consequente decréscimo da povoação. São no entanto assinalados momentos de expansão em meados do nosso século ao longo dos caminhos rurais a norte e poente<sup>34</sup>.

<sup>28</sup> Cf. VARANDAS, José, *Ob. cit.*, p.19.

<sup>29</sup> O autor considera ser este factor determinante na diferença dos mosteiros femininos dos masculinos, tanto pela localização como na organização administrativa. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.67.

<sup>30</sup> No Arquivo Histórico do Ministério das Finanças foram identificadas uma série de casas em Almoester que eram propriedade do mosteiro. A.H.M.F., *Situação dos edificios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das corporações, Conventos de Freiras*, Convento de Santa Maria, Ordem de S. Bernardo, Almoester, Cx.2043, cp.2, Diversos Documentos entre as datas de 9/5/1871 e 26/5/1871, referem casas em Almoester propriedade do mosteiro. O mesmo sucede na Cx.2043, Cp.3, entre as datas de 3/7/1874 e 25/7/1874.

<sup>31</sup> Luiz Cardoso refere que a povoação cerca do ano 17547 tinha 134 fogos, enquanto Paulo Dias Niza refere que por volta da mesma época, aproximadamente vinte anos depois tinha 136 moradores. Cf. CARDOSO, Luiz, *Ob. cit.*, p.350. Cf. NIZA, Paulo Dias, *Portugal sacro - profano ou catálogo alfabético de todas as freguesias dos Reinos de Portugal e Algarve: da igreja com seus oragos, de título de párocos, e annual rendimento de cada huma, dos padroeiros que apresentam juntamente com as legoas de distancia da Metropoli do reino*, Parte I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767, p.34.

<sup>32</sup> Francisco Câncio refere que a vila tinha um tabelião que fazia as escrituras na sala das abadessas. Cf. CÂNCIO, Francisco, *Ob. cit.*, p.525.

<sup>33</sup> Cf. SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *Ob. cit.*, p.309.

<sup>34</sup> Cf. ALMEIDA, José Ferreira de, "Salvaguarda e valorização do núcleo histórico de Almoester", 1º Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6/8 de Novembro de 1992, Câmara Municipal de Santarém, 1994, pp.73-74.

Hoje Almoester é uma pequena aldeia, com cerca de duzentos habitantes<sup>35</sup> cujas construções de cariz rural apresentam grande homogeneidade volumétrica e arquitectónica. A divisão de propriedades tem pequena dimensão e as construções dispostas organicamente encontram-se implantadas a norte e nascente do mosteiro ao longo da estrada EN-114-2. Estas características demográficas e urbanísticas permitem que a presença do mosteiro seja um ponto marcante da paisagem urbana, sendo possível a leitura completa da cerca. Ainda hoje o mosteiro marca a paisagem envolvente urbana e rural pela sua escala e tipologia arquitectónica.

## 2 - Plantas e alçados dos edifícios regulares

O estudo efectuado sobre o conjunto monástico, circunscreve-se à análise dos edifícios regulares, situados no interior da cerca, pelo que a descrição agora apresentada sobre as respectivas plantas e alçados é também cingida ao programa arquitectónico disposto em torno do claustro. No entanto neste conjunto monástico ainda se identifica um lagar de azeite e o edifício da hospedaria que desempenhava funções importantes no mosteiro (Des. 3). Existem ainda fotografias da casa do confessor (hoje inexistente), situada na proximidade da igreja, onde actualmente se encontra a sede da ARCFA. Há ainda a considerar o sistema hidráulico, do qual dependia a sobrevivência e higiene da comunidade, que conduzia a água de uma nascente situada a sul, no Casal da Charneca até ao mosteiro<sup>36</sup>, cujo remanescente se encontra actualmente em mau estado de conservação.

A sucinta descrição dos edifícios regulares, que agora se apresenta, apesar de não ser exaustiva, pretende servir de complemento ao levantamento gráfico e fotográfico do imóvel, de forma a facultar uma melhor compreensão do edificado. A descrição é efectuada através da metodologia habitualmente usada que segue a lógica da sequência da construção, o que conduz imediatamente à descrição da igreja em primeiro lugar, seguida dos restantes edifícios por ordem cronológica da sua implantação.

A igreja sendo por tradição o primeiro edifício a ser construído e no ponto mais alto do terreno, condicionava a implantação e orientação dos restantes edifícios, a norte ou sul, consoante as condições topográficas mais favoráveis<sup>37</sup>. No caso de Almoester, pode-se salientar o facto desta abadia, filiada em Claraval, apresentar a disposição dos edifícios regulares a norte da igreja ao contrário da casa mãe. Este aspecto adquire alguma relevância, pela importância que era conferida na Ordem à transmissão das práticas habituais da casa mãe. Reserva-se no entanto o facto daquela disposição verificada em Almoester ser semelhante à de Alcobaça, que foi afinal o mosteiro que na prática tomou esta responsabilidade em relação a Almoester. É ainda referida a hipótese desta inversão do plano tradicional estar relacionada com a pendente favorável ao sistema de captação das águas<sup>38</sup>. No entanto, tendo em conta que as cotas do terreno a

<sup>35</sup>De acordo com os censos de 1991, Almoester tem 238 habitantes residentes e 233 presentes. A aldeia tem 119 edifícios de habitação. Cf. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, "População residente, população presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios da aldeia de Almoester", Censos 91, *XIII Recenseamento geral da população, III Recenseamento geral da habitação de Lisboa e Vale do Tejo*, Lisboa, 1993, p.10.

<sup>36</sup>O sistema hidráulico de Almoester foi objecto de estudo por parte dos autores Virgolino Jorge e José Mascarenhas, e será abordado com maior detalhe no Capítulo IV. Cf. JORGE, Virgolino Ferreira e MASCARENHAS, José Manuel, *Ob. cit.*, pp. 235-244.

<sup>37</sup>Cf. COCHERIL, Maur, *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1972, pp.26-27.

<sup>38</sup>JORGE, Virgolino Ferreira e MASCARENHAS, José Manuel, *Ob. cit.*, p.236.

norte e sul da igreja são muito próximas, respectivamente 31 metros e 31,4 metros (Des. 3), e o facto do lavabo estar situado a 2,9 metros de profundidade, julga-se que esta disposição irregular se deveu essencialmente à adaptação das já referidas preexistências no local, a capela e o paço da D. Sancha.

A igreja situada no quadrante sul do claustro não tem transepto e o corpo longitudinal compõe-se de três naves escalonadas. Tem cabeceira orientada a nascente, segundo a tradição medieval<sup>39</sup>, com três capelas de profundidades também escalonadas, e encontra-se ladeada a norte pela sacristia comunicante com a capela lateral norte, e a sul pela capela de Nossa Senhora da Piedade, com acesso independente pelo exterior.

O claustro, situado a norte da igreja apresenta apenas a galeria da leitura completa, identificando-se alguns vestígios da galeria do capítulo e os embasamentos das restantes. Nesta última salienta-se a existência do arranque de uma escada no canto noroeste (Foto 5). A nascente da igreja situa-se a casa do capítulo, que apresenta uma planta poligonal quadrangular irregular. Este edifício, na empena norte apresenta o arranque de uma parede (Foto 6). Neste quadrante, no pavimento, encontram-se vestígios da preexistência de duas paredes<sup>40</sup> paralelas que se prolongam até atingir o muro junto do edifício do antigo refeitório.



**Foto 5** – Vestígios do arranque de uma escada no canto noroeste do claustro.



**Foto 6** – Pormenor da empena norte do alçado poente da casa capitular.

Este último edifício ocupa toda a dimensão da ala norte, e apresenta uma planta rectangular com dois pisos, interiormente dividida a toda a altura em três espaços comunicantes através de duas paredes transversais.

Disposto no quadrante poente, o antigo edifício do dormitório, prolonga-se num muro que faz canto a norte com o edifício descrito anteriormente, e a sul encosta ao muro que se estende a poente do corpo da igreja. Encontra-se parcialmente em ruína, mantendo-se inteiros os muros exteriores, norte, poente e sul.

<sup>39</sup> O autor refere que os Cistercienses também adoptaram nas suas igrejas a orientação da cabeceira a nascente, conforme a simbólica cristã, em que o padre celebrava a missa de costas voltadas para a assistência. Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, p.26.

<sup>40</sup> Pensa-se que são paredes e não fundações porque a Norte e Nascente da Casa do Capítulo a cota do terreno está sobrelevada cerca de 0,5m em relação ao pavimento daquele edifício, para além da espessura das mesmas não justificar a função de fundações. Estas, com 0,8m de espessura (idêntica à da casa do capítulo) correm paralelamente na distância interaxial de 5 metros (menor que a largura da Casa do Capítulo) até atingirem a Norte o muro.



## 2.1 – Igreja

### 2.1.1 – Planta

#### 2.1.1.1 - Cabeceira

A cabeceira está orientada a nascente e apresenta-se escalonada e composta por uma ábside ladeada por dois absidiolos todos de planta rectangular (Des. 5). A capela-mor tem 7 metros de profundidade e mede 5,5 metros de largura. As capelas colaterais, norte e sul com idêntica profundidade de 4,6 metros, medem de largura respectivamente 3 metros e 3,2 metros.

#### - Capela mor

A capela-mor encontra-se espacialmente dividida por uma parede transversal a meia altura em alvenaria de pedra com 0,4 metros de espessura, onde apoia a talha dourada do altar. Nesta parede rasga-se uma porta com 0,65 metros de largura (Des. 5). Esta dependência de acesso à tribuna tem as dimensões de 5,5 x 3 metros e as paredes exteriores medem 0,8 metros de espessura. O pavimento misto é constituído por lajes de calcário e o resto em mosaico cerâmico tradicional. Neste espaço desenvolve-se a escada em dois lanços de acesso ao sacrário, com 1,2 metros de largura, construída em pedra. Os cinco primeiros degraus junto à parede divisória encontram-se cortados a 3/4, aparentemente devido às sondagens arqueológicas que aqui foram efectuadas na primeira campanha de obras levada a efeito pela DGEMN (Foto 7).



**Foto 7** – Sondagem no pavimento da zona de acesso à tribuna do altar-mor da igreja.

No primeiro tramo da capela-mor as paredes laterais têm 1 metro de espessura onde se rasgam dois janelões cuja largura tem a mesma dimensão. Nesta zona o pavimento é revestido por lajes multicolores de calcário também *lioz, encarnado*

*negrais e azul Sintra*<sup>41</sup>. No segundo tramo abrem-se os vãos de passagem para as capelas absidais com 0,7 metros de largura, e o pavimento é constituído por lajedo quadrangular de lioz branco, e no centro encontra-se embutida uma sepultura, orientada a nascente.

### **- Capelas colaterais**

Ambas as capelas comunicam com a capela-mor através das aberturas de vãos com 1,8 metros de espessura, nas paredes comuns (Des. 5).

A capela norte é pavimentada com lajedo rectangular de lioz e no centro encontra-se uma sepultura orientada a nascente com inscrições. No meio da parede norte abre-se a porta de acesso à sacristia com 0,8 metros de largura.

Na outra capela lateral, na parede sul, junto do altar abre-se um vão de janela com 0,8 metros de largura. O pavimento é constituído por lajedo calcário disposto de forma irregular e no centro encontra-se, orientada a nascente, uma sepultura também com inscrições.

### **2.1.1.2 - Corpo longitudinal**

O corpo da igreja, sem transepto saliente, desenvolve-se em três naves. Estas apresentam-se divididas transversalmente por uma parede com 0,8 metros de espessura em duas partes, denominadas o *templo de dentro* e o *templo de fora*<sup>42</sup>. Estas duas zonas distintas comunicam entre si através de três grandes vãos de passagem, dispostos de forma simétrica, em que os dois menores com 2,2 metros ladeiam o central maior com 4,8 metros de largura (Des.5).

Actualmente foi colocado um estrado de madeira amovível junto a esta parede, sobre a qual está apoiado o altar para a celebração da missa. A assembleia está disposta na nave central em bancos corridos de madeira.

O corpo das naves mede na totalidade 29 metros de comprimento e 15,5 metros de largura, da qual 6,5 metros pertence à largura interaxial na nave central, enquanto as naves colaterais norte e sul com diferentes dimensões medem respectivamente 4 e 5 metros de largura. O corpo das naves é definido por cinco tramos de arcos quebrados com 6 metros de largura interaxial, que separam da nave central as colaterais. Estão suportadas por colunas de secção rectangular cujas dimensões são 0,9 x 0,3 metros apoiadas num embasamento também rectangular com 1,2 x 0,6 metros (Des.5).

O pavimento no *templo de fora* encontra-se revestido com lajedo calcário e na proximidade da cabeceira estão dispostas duas sepulturas também do mesmo material com inscrições, orientadas a nascente.

As paredes exteriores medem 0,8 metros de espessura. Junto à parede divisória a sul encontra-se também uma sepultura com um brasão e inscrições. O *templo de dentro* está pavimentado com tijoleira cerâmica tradicional, com uma fiada em lajedo de lioz

<sup>41</sup> Sobre esta matéria agradeço a informação prestada por Professor Aires-Barros, através da observação de registos fotográficos do local, em 5/2/97 no Instituto Superior Técnico.

<sup>42</sup> Esta denominação foi mencionada por Gustavo de Matos Sequeira e por questões de facilidade de descrição adoptou-se esta nomenclatura na descrição do interior da igreja. Segundo aquele autor, esta divisão da igreja é feita de acordo com a tradição funcional do espaço das naves reservados respectivamente à comunidade e o santuários aos oficiantes. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.87.

no remate da parede. Encostado à parede norte encontra-se um altar dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, sobre um embasamento calcário. Junto à parede divisória abre-se uma porta de passagem para o claustro com 1,3 metros de largura. Por ser um mosteiro feminino, a porta principal abre-se num alçado lateral, neste caso sul, e apresenta 2 metros de largura.

## **2.1.2 – Alçados interiores**

### **2.1.2.1 – Cabeceira**

A cabeceira escalonada tem 9 metros de pé direito na capela mor (Des. 9) e 7,8 nas capelas colaterais. O desvão entre a cabeceira e as naves encontra-se azulejado em tons amarelo e azul, e sobre os arcos quebrados triunfais que abrem para o corpo das naves, estão rasgados vãos de janela. No tímpano do arco triunfal encontra-se um painel cerâmico representado a Santa Eucaristia encimado por um óculo de iluminação com 1 metro de diâmetro. Nos tímpanos das capelas colaterais rasgam-se duas frestas com 1,8 metros de altura. A cabeceira encontra-se sobrelevada em relação ao corpo da igreja, vencendo-se este excesso através de um degrau com 0,18 metros de altura.

### **- Capela-mor**

A nascente, atrás do altar mor encontra-se um espaço com 3 metros de pé direito no qual se encontra a tribuna, construído sobre uma estrutura em madeira e pavimento em sobrado (Des. 9). A iluminação deste espaço é feita através de um óculo octogonal rasgado no pano nascente com 0,9 metros de diâmetro. Ladeando a mesa do altar, e simetricamente dispostas abrem-se duas portas de acesso com 1,8 metros de altura. Todo este espaço do primeiro tramo vê-se coberto por uma abóbada de canhão (Foto 8). A mesa do altar encimada pelo sacrário e a tribuna em talha dourada, encontra-se encostado à parede divisória, decorada exteriormente com diversas peças de calcário policromo. Este tramo apresenta o pavimento sobrelevado em relação ao segundo, com dois degraus de 0,18 metros de altura, dispostos a toda a largura da capela-mor. As paredes estão revestidas com azulejos nas tonalidades amarelo e azul. Em ambos os panos laterais rasga-se a 2,1 metros de altura um vão de janela com 1,8 metros com moldura de cantaria biselada. Nestes muros acima da linha das impostas, a 4,5 metros de altura encontra-se um semicírculo rebocado e pintado de branco. A 1,85 metros a poente da divisória termina a abóbada de canhão num arco de volta perfeita com as arestas chanfradas, suportado por duas colunas com 0,3 metros de diâmetro embebidas nas paredes laterais.

O segundo tramo é coberto por uma abóbada de cruzaria de ogivas, pouco abaulada, atravessada por uma cadeia de secção rectangular com as arestas chanfradas (Des.5). Todo o tecto da capela-mor, até ao altar apresenta-se estucado e pintado com motivos arabescos e figurativos em mau estado de conservação. Neste tramo, na parede sul encontra-se, à altura de 0,6 metros embutido na profundidade de 0,5 metros, um armário com moldura em cantaria com 1,3 metros de largura e 0,45 de altura rematado por um arco trilobado. Tem uma parede horizontal divisória a meia altura com 0,1 metros de espessura (Foto 9). Sobre esta encontra-se embutida uma estela discóide<sup>43</sup> No

<sup>43</sup> De acordo com a opinião defendida pelo Professor Virgolino Ferreira Jorge estas peças são estelas discóides, enquanto que o Dr. Jorge Custódio lhes atribui a função de Cruzes de Sagração da igreja.



pano norte está encastrada a 1,7 metros de altura uma lápide referente a D. Gil Eanes da Costa, que se encontra ladeada a 1,95 metros de distância de uma estela discóide. Em ambas as paredes é aberta a comunicação com as capelas absidais em arcos de volta perfeita com 1,9 metros de altura. Este tramo termina no arco triunfal com 4,6 metros de largura, apoiado sobre duas colunas com 0,3 metros de diâmetro. A maior parte dos capitéis com corpo campaniforme, das colunas onde apoiam as abóbadas apresentam-se cobertos por uma espessa camada de estuque pintado, em mau estado de conservação, que oculta a escultura original. No entanto, alguns têm a descoberto o trabalho escultórico da pedra e mostram uma decoração vegetalista.



*Foto 8* – Capela-mor.



*Foto 9* – Armário coevo da fundação, situado no segundo tramo da parede sul da capela-mor.

### - Capelas colaterais

Em ambas as capelas, encostado ao paramento nascente depara-se um altar decorado com talha dourada, que deixa entrever por entre as tábuas luz proveniente da fresta rasgada neste pano. Os altares encontram-se apoiados sobre um embasamento em cantaria com 0,18 metros de altura.

A capela norte, da Epístola, tem um óculo de iluminação zenital, de planta octogonal com 1 metro de diâmetro rasgado na abóbada e o tecto ainda apresenta vestígios de pinturas com arabescos (Foto 10). Nesta capela ambas as paredes estão revestidas com um lambril de azulejos em painéis historiados azuis e brancos até à altura de 2,20 metros de altura. Sobre este, a parede a norte encontra-se revestida com talha dourada até à linha das impostas. Nesta parede abre-se um vão de acesso à sacristia com 2 metros de altura. Na parede sul, os azulejos do lambril encontram-se parcialmente retirados, assim com está ausente a decoração em talha dourada, que em ambos os casos deixa entrever o reboco sem pintura e a alvenaria de pedra, e também um armário embutido a 0,8 metros de altura com moldura de pedra nas dimensões de 0,65 x 0,4 metros. Tal como o tecto, as colunas sobre as quais apoia o arco triunfal apresentam ainda vestígios de estuques e pinturas, embora a sul ainda esteja revestida com talha dourada. Consegue-se distinguir a decoração com motivos fitomórficos em todos os capitéis.

Na capela lateral sul, dedicada a S. João Baptista, as paredes encontram-se azulejadas nas tonalidades azuis e amarelos até à linha das impostas a 3,7 metros de altura. Na parede norte, a 2 metros de altura descobre-se uma lápide embutida referente a D. Gil Eanes da Costa. Ao centro está colocada a pia baptismal, esculpida em calcário em forma de cálice com 1,2 metros de diâmetro apoiada sobre uma coluna de 0,80 metros de diâmetro. A iluminação desta capela é feita através de um janelão no pano sul com altura de 0,85 metros com moldura rectangular rasgado. Tem um arco transversal que arranca das mísulas situados na linha das impostas e divide a meio a abóbada de arco quebrado. Esta apresenta-se revestida com azulejos com vestígios de pinturas com a representação de um brasão<sup>44</sup> (Foto 11).



*Foto 10* – Capela lateral norte.



*Foto 11* – Capela lateral sul.

### **2.1.2.2 – Corpo longitudinal**

Os arcos quebrados de comunicação entre as naves têm 1 metro e estão apoiados nos pilares com 5,8 metros de altura, com secção rectangular, dos quais sobressai o embasamento de grande altura (0,8 metros) também com planta rectangular (Des. 9). Os capitéis que coroam os pilares têm a decoração vegetalista.

A parede que divide transversalmente o corpo das naves tem três aberturas rematadas com um arco abatido, todas com a mesma altura de 5 metros (Des. 6). Este arco está encimada com uma platibanda decorada com ornatos em forma de flor-de-lis estilizados, e ao centro apoiado sobre o vão central observa-se um janelão de forma quadrangular com 5 metros de lado. Ladeiam-no volutas contracurvadas e está encimado por um frontão circular interrompido. Ao centro ergue-se uma cruz. No intradorso do arco do vão central de passagem ainda se pode observar vestígios do encaixe da grade que separava estes espaços (Foto 12). No lado nascente esta divisória apresenta-se revestida com azulejos em tons amarelo e azuis, e tem adossados a ladear o vão central dois púlpitos idênticos com 1,9 metros de altura à qual se acede através de uma escada. A poente, encontram-se embutidos dois grandes nichos com altares entre o

<sup>44</sup> Crê-se que seja da família de Gil Eanes da Costa, à qual pertencia esta capela, como está registado na lápide embutida na capela norte desta capela.



vãos central e os laterais ambos com 4,5 metros de altura. No nicho a norte, encontra-se uma imagem da paixão de Cristo, coeva da fundação<sup>45</sup> (Foto 13).



**Foto 12** – Pormenor da parede divisória da igreja com vestígios do encaixe do antigo gradeamento.



**Foto 13** – Imagem de Cristo na cruz, situada no nicho norte da parede divisória transversal da igreja.

### - Nave central

A nave central apresenta 14 metros de pé-direito. As colunas das paredes divisórias das naves têm o aparelho em cantaria à vista até à altura média de 3,4 metros e acima desta ainda se podem distinguir vestígios de estuques e pinturas polícromas nos capitéis dos arcos (Foto 14). As enjuntas estão rebocadas e pintadas de branco. Nesta nave o primeiro tramo das paredes divisórias apresenta um painel de forma rectangular despido da decoração de azulejaria na enjunta, rebocada e pintada de branco.

O tecto é de masseira, e na nave central encontra-se atirantado transversalmente com oito elementos metálicos (Foto 15).

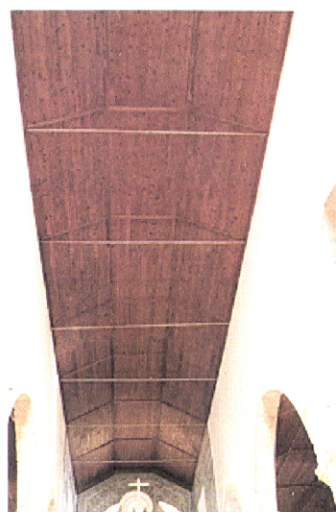
### - Naves laterais

Estas naves apresentam menor altura que a central, com 12 metros de pé-direito (Des. 6). Em ambas as naves colaterais a 8 metros de altura, junto à cobertura quatro frestas iluminam o interior. Adossados a estas paredes expõe-se vários altares em talha dourada. As paredes laterais destas naves, no *templo de fora*, ostentam um revestimento com azulejos em tons de amarelo e azuis, enquanto que no *templo de dentro* estão rebocadas e pintadas de branco.

<sup>45</sup> Acerca deste assunto foram de grande utilidade as informações prestadas pelo Dr. Jorge Custódio no mosteiro em Almoester em 28/02/97.



**Foto 14** – Pormenor da coluna da arcaria divisória das naves da igreja com vestígios de pinturas policromas.



**Foto 15** – Tecto de masseira da nave central da igreja, atirantados com perfis metálicos.

Na nave colateral norte, a 0,45 metros de altura, junto à capela absidal, depara-se com a sepultura de D. Berengária Aires encastrada na parede, com uma inscrição. Está ladeada por um altar dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, decorado com talha dourada e a base da mesa de altar apresenta um painel de azulejos policromos. No *templo de dentro*, junto à parede divisória abre-se uma porta de acesso ao claustro, com 2,2 metros de altura e moldura de cantaria em arco quebrado. Já no *templo de fora*, ladeando a parede divisória dispõe-se um altar dedicado à Paixão de Cristo também com decoração em talha dourada. Encastradas a 2 metros de altura encontram-se nesta parede duas estelas discóides, e em seguida podem-se observar um nicho com uma moldura em madeira a 0,5 metros de altura, o qual se encontra flanqueado por um altar dedicado a Nossa Senhora da Conceição em talha dourada. Finalmente, a 2 metros de altura, descobre-se uma outra estela discóide embutida na parede. Nesta nave, o último tramo da parede divisória das naves tem adossado à coluna a norte uma pia de água benta a 1,2 metros de altura com 0,5 metros de diâmetro.

No alçado sul abre-se a porta principal de acesso à igreja, através de um degrau com 0,2 metros de altura (Des. 9) e apresenta uma moldura com terminação em arco quebrado em cantaria. O portal é constituído por duas folhas de madeira exótica e mede 2,2 x 3 metros. Entre a porta e a capela absidal encontra-se a 1,5 metros de altura uma pia de água benta com 0,4 metros de diâmetro e a 0,5 metros acima desta exibe-se uma estela discóide encastrada na parede.

No *templo de dentro*, ao lado da parede divisória descobrem-se dois nichos dispostos de forma simétrica a acompanhar um altar com decoração em talha dourada em muito mau estado de conservação. Encontram-se ambos a 1 metro de altura, embutidos na parede com 0,3 metros de profundidade. Em seguida dispõe-se outro altar com talha dourada dedicado a S. Judas Tadeu, que apresenta várias pinturas em tábuas e a ladear a parede apresenta um nicho profundo com 0,5 metros. Observam-se mais três altares do mesmo tipo de decoração em talha dourada em que o primeiro ostenta uma escultura de S. Sebastião, e apresenta uma tela pintada representado a Virgem e o Menino. Existem ainda mais dois altares dispostos nesta parede, ambos dedicados àquela imagem também em talha dourada.



Nestas nave à semelhança da nave central o tecto é em masseira e encontra-se apoiado numa fiada de cachorros existentes no intradorso das paredes divisórias das naves, e nas paredes exteriores (Foto 16).

### – Alçado poente

Neste pano abre-se a rosácea com 3,5 metros de diâmetro emoldurada em cantaria e com enchimento de pedra e vidro incolor (Des. 7). Sob esta dispõem-se quatro cachorros com 0,3 x 0,2 metros, situados a meia altura, que actualmente suportam um pano de guarda-vento. Adjacente à engra norte descobre-se uma porta com moldura de cantaria rectangular a 2,5 metros de altura (Foto 17), também destituída da sua função original. Neste alçado dispõem-se duas colunas embebidas com secção circular onde apoia o último tramo dos arcos de comunicação das naves, encimadas por capitéis com decoração vegetalista. A sul está uma altar sem imagens em talha dourada, em muito mau estado de conservação.



*Foto 16* – Tecto de masseira da nave lateral norte da igreja



*Foto 17* – Face interior do alçado poente da igreja.

## 2.1.3 - Alçados exteriores

### 2.1.3.1 - Cabeceira

No conjunto, a cabeceira é composta pela ábside e absidiolos escalonados, sendo a altura da primeira a maior com 10 metros a das colaterais com 8 metros (Des.12). No muro que vence o desnível entre as diferentes alturas deste espaço e do corpo da igreja, rompem-se os vãos de iluminação do interior. Encimando a capela-mor rasga-se um óculo circular com 1 metro de diâmetro e sobre as laterais duas frestas com 1,8 metros de altura. Este alçado construído em alvenaria de pedra termina numa platibanda que oculta o telhado.

### **- Capela-mor**

A capela-mor apresenta um embasamento com 0,6 metros de altura construído em pedra aparelhada. Os cunhais são também construídos de forma semelhante e os panos são em alvenaria de pedra, que se entrevê pontualmente onde o reboco e acabamento a pintura se apresenta mais degradado. Nos muros norte e sul está rasgado a 1 metro de altura um janelão com 1,80 metros de altura com moldura de cantaria biselada. Nesta zona, na base e na zona superior, em ambas as faces o pano murário apresenta-se irregularmente côncavo (Fotos 18 e 19).



*Foto 18* – Pormenor da zona superior do pano murário sul da capela-mor.



*Foto 19* – Pormenor da zona superior do pano murário norte da capela-mor.

No alçado nascente, a 3,20m de altura, rompe-se um óculo com moldura octogonal em cantaria. O beirado apoia numa cimalha constituída por um friso em cantaria assente sobre uma cachorrada de material idêntico. Superiormente o telhado tem três águas e é constituído por canais de telha romana e cobertura em telha portuguesa (Des. 14).

### **- Capelas colaterais**

As capelas não apresentam embasamento. Os cunhais são construídos em pedra aparelhada e os panos são preenchidos com alvenaria de material idêntico. Nos muros a nascente, localizados a 2 metros de altura, rasgam-se as frestas com 2,2 metros, com moldura em cantaria biselada, rematada com um arco quebrado (Des.12).

Na capela sul a 1,6m de altura abre-se um janelão com moldura rectangular biselada com 1,8 metros de altura.

Em ambas as capelas, nas engaras com a capela-mor, superiormente, encontra-se uma gárgula em pedra para escoamento das águas (Fotos 20 e 21). Nos alçados laterais, os beirais assentam sobre uma cimalha idêntica à da capela-mor. São cobertas por um telhado de duas águas com telha romana e coberta em telha portuguesa, ocultado pelo remate com um platibanda (Des. 14). Na cobertura da capela norte abre-se um lanternim de iluminação zenital com oito faces e 1,9 metros de altura.





**Foto 20** – Alçado nascente da capela lateral norte.



**Foto 21** – Pormenor da empena sul da sacristia com gárgula localizada na engra entre este edifício e a capela lateral norte.

### **- Corpo longitudinal**

O corpo da igreja não apresenta embasamento em nenhum dos alçados. Os cunhais são em pedra aparelhada e os panos são preenchidos com alvenaria irregular do mesmo material.

No alçado norte abre-se um vão de porta de acesso ao claustro, emoldurada em cantaria e fechada superiormente por um arco quebrado (Des.10). Tem 2,2 metros de altura e apoia sobre um degrau com 0,12 metros. Junto à porta encontra-se uma pia de água benta, em pedra lavrada. Este alçado apresenta ainda vestígios de reboco e em alguns locais de pinturas polícromas. A 5,3 metros de altura corre uma fiada de cachorros com distâncias interaxiais distintas. Sobre estes identificam-se vestígios de mísulas que testemunham a cobertura abobadada do claustro. São também visíveis os buracos nos quais penetram os barroteiros sobre os quais assentavam a armação de madeira do telhado (Foto 22). Este alçado é prolongado através de um muro com 6,7 metros de altura que atinge a poente o dormitório. Junto a esta intersecção encontra-se aberto um vão de porta da antiga portaria com 4,9 metros de altura rematado por um arco abatido, emoldura em cantaria. É visível em ambas as faces deste pano murário, embora se encontre entaipado, e na face sul deste apresenta a terminação superior em arco quebrado. Superiormente encontra-se a torre sineira construída em betão armado que exhibe 3 metros de altura (Foto 23 e Des. 9 e 10).

Na fachada sul abre-se a porta principal de acesso ao mosteiro (Foto 24). Tem a porta de madeira exótica guarnecida e pregueada a bronze, com 4 metros de altura. Superiormente fecha em arquivoltas em arco quebrado e ostenta a data de 1686 em que foi construída. A moldura envolvente em alfiz apresenta um trabalho em cantaria cuidado. No andar inferior de ambos os lados da porta desenvolvem-se duas colunas cujos capitéis apresentam um corpo campaniforme com decoração vegetalista.

Adossado àquele alçado corre uma arcada com 3 metros de altura constituída por arcos de volta perfeita em tijolo apoiada sobre um embasamento de pedra aparelhada.



**Foto 22** – Pormenor do alçado norte da igreja..



**Foto 23** – Vista norte da torre sineira.



**Foto 24** – Portal principal no alçado sul da igreja.

As juntas estão preenchidas com alvenaria de pedra irregular (Des. 8). No último tramo, a poente, encontra-se uma lápide referente à abadessa D. Helena de Noronha que a mandou construir em 1665. A 5 metros de altura corre uma fiada de cachorros com 1,5 metros de distância interaxial, que em tempos serviu de apoio para a cobertura do claustro exterior. A 0,5 metros acima encontram-se três frestas com 2,2 metros de altura. Esta fachada apresenta-se na totalidade sem reboco. Sob a cimalha corre uma cachorrada idêntica à da cabeceira. A cobertura apresenta o telhado híbrido com canais de telha romana e coberta de telha portuguesa. Tem duas águas sobre a nave central e a uma cota inferior tem uma água sobre as naves laterais. Entre estes dois níveis o pano é cego.



### **- Alçado poente**

Este alçado apresenta-se despido de reboco e pinturas. Os cunhais e a zona envolvente da rosácea entre os dois contrafortes é construída em pedra aparelhada, enquanto o resto do pano murário é de alvenaria de pedra irregular. Os dois contrafortes são escalonados em pedra aparelhada com dois esbarros e um embasamento em forma de paralelepípedo cuja base quadrangular tem 0,65 metros de lado. A norte tem maior altura com 0,9 metros enquanto a sul tem apenas 0,82 metros. A rosácea com 3,5 metros de diâmetro situa-se a 11 metros de altura e está envolta numa moldura de cantaria muito simples. O enchimento da rosácea, tal como sucede no interior, apresenta um rendilhado que se distribui por todo o vão circular. Está encimada com uma platibanda que esconde a cobertura (Des. 7).

## **2.2 – Claustro**

### **- Planta**

Em planta este claustro apresenta a forma de polígono rectangular irregular, em que os lados norte e poente medem 31 metros e a nascente e sul as dimensões são respectivamente de 33,6 metros e 32 metros. Do claustro apenas se encontram completos os lanços das galerias do capítulo e da leitura (Des. 5).

No primeiro lanço encontram-se seis vãos, entre os contrafortes exteriores e a empena, com 0,6 metros de profundidade e 0,4 metros de largura. Na outra galeria após um lanço com dois tramos de cinco vãos entre contrafortes idênticos aos anteriores apresentam-se outros dois tramos com apenas quatro vãos a poente. Todos os vãos têm idêntica largura interaxial de 1,6 metros. A arcatura apoia em duas colunas emparelhadas dispostas transversalmente aos muros com 1,5 metros de diâmetro e repousa sobre um embasamento com 0,6 metros de largura também em cantaria.

Dos restantes lanços norte e poente do claustro somente é visível este embasamento em muito mau estado de conservação.

No canto noroeste do claustro resta o arranque de uma escada (Foto 5).

No pavimento das galerias do capítulo e da leitura estão dispostas com orientação a nascente trinta e três sepulturas em cantaria, algumas com inscrições diversas, encostadas ao embasamentos encontram-se diversas peças em pedra. As restantes galerias em terra batida apresentam as zonas de menor uso cobertas de vegetação.

O espaço anteriormente reservado ao jardim encontra-se actualmente deixado ao abandono, coberto de mato. Sensivelmente ao centro mais a sul, dispõem-se dois bancos com espalda em meia lua construídos em alvenaria de tijolo em mau estado de conservação.

### **- Alçados**

Os vãos dos lanços terminam em arcos quebrados e apresentam uma moldura simples (Des. 7, 10 e 11). Têm 1,25 metros de altura e estão apoiados num embasamento com 0,85 metros. Nos capitéis existentes domina a decoração vegetalista (Foto 25).

No extradorso, a cimalha destes muros apresenta um friso, inexistente no intradorso. Naquela face os tramos dos lanços apresentam-se intercaladas por contrafortes, que acompanham os 3 metros de altura da arcatura, e são encimados com um esbarro.



**Foto 25** – Pormenor da decoração vegetalista de um capitel localizado na galeria de leitura.

## **2.3 - Lavabo**

### **- Planta**

No canto sudoeste do claustro, numa cota inferior encontra-se o lavabo, cuja implantação tem as respectivas dimensões de 4 x 2 metros, e o acesso é efectuado através de rampas escavadas no terreno, onde anteriormente terá existido uma escada.

### **- Alçado**

O lavabo está situado a 2,9 metros de profundidade e apresenta um alçado sul (Des. 5 e 11). É construído com diversos tipos de calcário, lioz, *encarnado Negrais e Azul Sintra*<sup>46</sup> (nas cores branco, rosa e negro). Na base encontram-se três pontos de escorrência da água, ladeada por dois nichos. Sobre este primeiro nível, ostenta uma lápide em memória da abadessa D. Brites de Mendossa, autora da obra, datada de 1625. Superiormente apresenta-se encimada por um frontão circular interrompido. Ao centro ergue-se um pináculo.

Lateralmente, a nascente dispõe-se uma capela escavada na rocha, e a ponte abre-se a entrada para o canal de condução de água da fonte construído em abobadilha de tijolo, que faz parte do sistema hidráulico do mosteiro.

<sup>46</sup> Sobre este assunto agradeço a informação gentilmente prestada pelo Professor Aires Barros através de registos fotográficos do lavabo, em 5/2/97 no Instituto Superior Técnico.

## 2.4 - Casa do Capítulo

### - Planta

Este edifício apresenta uma planta com forma poligonal irregular em que os quatro panos murários que o compõem apresentam 0,8 metros de espessura (Des. 5). As paredes nascente e poente medem 10,8 e 10,4 metros de comprimento e as larguras a norte e sul são 6,6 e 6 metros respectivamente. O pavimento é constituído por lajedo calcário, e podem-se observar dez sepulturas em lioz orientadas a nascente com inscrições. No interior, estão encostados cachorros em cantaria com distância interaxial de 0,9 metros onde apoia o assento dos escabelos em madeira de andiroba<sup>47</sup> Na parede poente rasga-se a porta com 2,4 metros de largura, ladeada simetricamente por dois vãos de janela com 2,2 metros de largura.

O muro nascente apresenta um vão de janela com 1,4 metros de largura.

### - Alçados interiores

Este edifício apresenta 5,6 metros de pé-direito. As paredes encontram-se rebocadas e pintadas de branco, e estão revestidas até 1,45 metros com um lambril azulejado nas tonalidades de azul e branco. Os escabelos estão apoiados em cachorros de pedra a 0,6 metros de altura (Des. 6 e 10).

No pano nascente abre-se uma janela com moldura em cantaria biselada a 2 metros com 1,8 metros de altura.

A poente encontra-se a porta emoldurada em cantaria rematada por um arco de volta perfeita com 4 metros de altura. As janelas que a ladeiam são limitadas superiormente por esta mesma cota mas têm 2,14 metros de altura. O tecto é de masseira (Foto 26).



**Foto 26** – Tecto da casa do capítulo.

<sup>47</sup>DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo de obras gráfico e fotográfico nº 141 606 017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação.



### **- Alçados exteriores**

O exterior apresenta a alvenaria de pedra à vista, e nos cunhais observa-se o aparelho em cantaria. Superiormente pode-se observar a cimalha em alvenaria sob o beirado (Des.6).

Os alçados norte e nascente estão cobertos de hera. Neste pano a 1,5 metros do terreno está rasgado o vão de janela com moldura biselada em cantaria com 1,8 metros de altura.

No alçado poente rasgam-se os vãos de porta e janelas todos emoldurados em cantaria e rematados com um arco de volta perfeita. As janelas são compostas por dois arcos amainelados que apoiam em duas colunas grupadas, cujos capitéis são geminados com motivos fitomórficos. Toda a decoração na cantaria é muito sóbria, e resume-se a uma moldura toreada nos pés-direitos e nas aduelas dos arcos. Superiormente a 3,3 metros de altura pode-se observar uma fiada de cachorros.

O beirado repousa sobre uma cimalha em alvenaria de tijolo. A cobertura tem quatro águas com telhado híbrido constituído por canais de telha romana e a coberta em telha portuguesa (Des. 14).

## **2.5 – Refeitório**

Actualmente este espaço encontra-se afecto ao Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (do Ministério da Agricultura), estado aqui instalado um pequeno laboratório e local de criação de cobaias para os ensaios laboratoriais (Foto 27).

### **- Planta**

Este edifício tem planta rectangular com 20,5 x 9 metros, e o espaço interior subdivide-se em três áreas distintas comunicantes em dois pisos. As paredes exteriores têm 0,8 metros de espessura (Des. 5).

No piso térreo, as duas paredes divisórias medem 0,6 metros de espessura e os dois vãos de porta têm respectivamente a nascente 0,87 metros e a poente 2 metros. Este espaço encontra-se subdividido em currais e a nascente encontra-se construído o laboratório em alvenaria de tijolo cujo acesso é feito pelo exterior, a norte. Para além deste existem quatro vãos de aceso ao interior, dois situados nos alçados nascente e poente e os dois restantes no alçado norte. No alçado sul, o vão de porta encontra-se entaipado. No alçado poente, na ligação entre este edifício e o dormitório encontra-se marcado outro vão de porta também entaipado com 2,5 metros de largura. Este piso é revestido com tijoleira tradicional.

No piso superior as paredes exteriores apresentam 0,5 metros de espessura e os vãos de ligação têm ambos a mesma largura de 1,75 metros, embora a nascente seja uma janela. Este piso é construído em laje sobre vigas de betão armado e só ocupa parcialmente o espaço central poente. Está ocupado respectivamente com as funções de instalação sanitárias e celeiro.

A escada de ligação entre os dois pisos está situada na zona central do edifício. Tem dois lanços em betão com 1 metro de largura e acede ao espaço central.

## - Alçados interiores

Apesar das várias alterações que tem sofrido interiormente ainda são identificados uma série de vãos de portas e janelas de difícil compreensão, que exteriormente não são visíveis. O piso térreo tem 3,5 metros de pé-direito até à laje que define o piso superior e 8 metros na totalidade até à cobertura em telha-vã (Des. 6, 7 e 8).

Na divisão a poente, antes de atingir a zona coberta com a laje do piso superior, a 3,5 metros de altura consegue-se abranger com a visão todo o pé-direito, e a 3,8 metros os vãos de janelas e portas marcados nos alçados norte, sul e poente. No alçado norte pode-se observar junto à empena sul um vão de porta com moldura em cantaria de pedra e fechado com um arco de volta perfeita com 3 metros de altura.

Daquele espaço acede-se à zona central do edifício através de uma porta com 2,3 metros de altura comum moldura em arco abatido. Esta divisão encontra-se sobrelevada em relação à anterior em 0,5 metros vencendo-se o desnível através de uma rampa. Encostado ao pano norte localiza-se o arranque da escada de acesso ao piso superior. Junto desta escada abre-se uma porta de acesso com 2,2 metros de altura. Neste pano estão superiormente marcados dois vãos entaipados e uma janela. No muro nascente abre-se uma porta de ligação para o espaço contíguo, com uma moldura poligonal tal como o nicho que se encontra na parede oposta sob o vão de escada. Nesta divisão o pé direito atinge toda a altura do edifício e os alçados apresentam também ao nível do piso superior alguns vãos que não se encontram marcados no exterior (Foto 28).



**Foto 27** – Compartimentação do espaço para criação de cobaias no piso térreo do antigo refeitório.



**Foto 28** – Pormenor da face interior do alçado poente do refeitório.

No piso superior, a divisão central encontra-se ocupada a todo o comprimento com as instalações sanitárias na largura total de 2,3 metros. Os vãos rasgados na paredes divisórias são encimados por um arco de volta perfeita. Do vão nascente é possível a visão do piso inferior no qual também se pode observar os vãos de portas em ambos os níveis com dimensões e distância interaxiais distintas. Situação idêntica é visível através do outro vão de porta a poente, através do qual se acede à *mezzanine*.

O tecto em toda a extensão do edifício é em telha-vã, cuja cobertura em telha assenta em vigamento de madeira à vista.



## - Alçados exteriores

Os alçados todos rebocados e pintados na cor branca, apresentam uma série de vãos de janela e portas com molduras distintas que denunciam épocas diferentes.

A fachada norte exhibe um embasamento com 0,6 metros de altura em pedra aparelhada escalonado que corre ao longo de todo o alçado terminando a nascente e poente nas bases dos cunhais com 0,95 metros de altura (Des. 12). Aqui abrem-se três vãos de porta com diferentes dimensões assim como as suas distâncias interaxiais. A um nível superior, a 2,5 metros de altura apresentam-se cinco vãos de janela com 0,3 metros de altura e moldura em cantaria biselada (um deles encontra-se transformado em janela com 0,7 metros de altura). No nível do piso superior, apresentam-se onze vãos de janelas com 3,5 metros de altura, com diferentes molduras, larguras e distâncias interaxiais.

Na fachada poente abre-se um portão com 2,8 metros de altura e no pano de ligação com o edifício do refeitório vê-se a marcação de um vão de porta entaipado com moldura em cantaria encimado por um arco abatido com 3,2 metros de altura (Des. 13). O cunhal norte apresenta-se construído em pedra aparelhada com as juntas salientes sobre um embasamento de 0,95 metros de altura.

Ao nível do piso térreo da fachada sul apresenta-se um vão de porta com 2,1 metros de altura com moldura em cantaria contracurvada no intradorso e rectangular no extradorso (Foto 29). Ao nível do piso superior dispõem-se oitos janelas, que tal como no alçado norte se apresentam também com diferentes molduras, dimensões e distâncias interaxiais. A poente ostenta dois cachorros com distância interaxial de 2,5 metros e com as dimensões de 0,2 x 0,3 metros e a empena nascente tem um cunhal em pedra aparelhada cujo embasamento mede 0,95 metros de altura.

No pano murário nascente rompe-se um vão de porta com 3 metros de altura encimado a 0,8 metros por um vão de janela cego com moldura rectangular em cantaria (Des. 7). Está flanqueado pelos cunhais em pedra aparelhada, cujos embasamentos ostentam idêntica altura (0,95 metros). O beirado está assente sobre um contrabeirado em telha portuguesa. O telhado tem quatro águas em telha lusa (Des. 14).



**Foto 29** – Vão de porta entaipado no alçado sul do antigo refeitório.

## **2.6 – Dormitório**

### **- Planta**

O edifício apresenta planta rectangular com 6 metros de largura e 32 metros de comprimento, e as paredes exteriores medem 0,8 metros de espessura. O comprimento está subdividido num espaço a sul com 8 metros de comprimento. Este pano divisório tem 0,5 metros de espessura, e encontra-se parcialmente em ruína, tal como o muro exterior nascente. Deste último não se distingue o embasamento do troço existente. Restam inteiros, mas em mau estado de conservação os panos norte, poente e sul (Des. 5).

Pela observação da distribuição dos vãos de janelas e portas pode-se concluir que este edifício terá sido composto por dois pisos, dos quais o segundo será apenas descrito em alçado.

Encostados exteriormente a este pano dispõem-se três contrafortes escalonados com dimensões e distâncias interaxiais diferentes. Aquele que se encontra situado a norte mede 5 x 1 metros, o do meio com largura inicial de 1,4 metros e 7 metros de comprimento, é constituído por três muros de 0,4 metros de largo e o que tem menores dimensões a sul apresenta 0,8 x 3 metros.

### **- Alçados interiores**

Este alçado apresenta restos de reboco e pintura de cor branca e nas zonas onde se apresenta inexistente consegue-se entrever a constituição da parede em alvenaria mista em pedra e tijolo.

Ao nível do piso inferior observa-se no alçado poente, uma porta entaipada com 3 metros de altura com moldura em cantaria que termina num arco abatido. Pode-se observar uma série de travejamentos horizontais em madeira, de difícil leitura. No nível superior, a 5 metros neste alçado abrem-se quatro vãos de janela com dimensões e distâncias interaxiais diferentes. No entanto, na totalidade este alçado apresenta também ao mesmo nível sete vãos de janela entaipados. Embora as alturas com 3,5 metros sejam constantes, as larguras e distâncias interaxiais são distintas. Na engra com o pano norte encontra-se marcado um vão de porta entaipado com terminação em arco abatido (Des. 8).

A fachada norte tem superiormente, a 8,5 metros rasgado um vão de janela com 3,2 metros de altura e encontra-se atirantado com quatro perfis metálicos a toda a largura (Foto 30 e Des. 10).

O alçado sul apresenta uma leitura difícil tanto no exterior por ser comum à edificação contígua, como no interior por se encontrar coberto por densa vegetação (Des. 10).

### **- Alçados exteriores**

O alçado norte apresenta apenas visível do exterior, no piso térreo inferior um vão de porta com 2,2 metros de altura e 1,2 de largura, com uma moldura em cantaria com a terminação em arco quebrado, quase todo oculto sob o reboco e pintura (Foto 31). A meia altura este alçado apresenta-se atirantado com três perfis metálicos que



ligam o cunhal poente a esta parede. A 9 metros de altura abre-se um vão de janela com moldura em cantaria rectangular (Des. 12).

A leitura do alçado poente está actualmente dificultada pela construção de estruturas temporárias entre os contrafortes (Foto 32). No interior destas construções o muro apresenta-se rebocado e pintado de branco. A norte pode-se observar até à cimalha o cunhal construído em pedra aparelhada, inexistente a sul. Este alçado encontra-se subdividido pelos três contrafortes que o acompanham a toda a altura. Este pano construído em alvenaria mista de pedra e tijolo apresenta-se em pior estado de conservação a sul, onde a camada de reboco é inexistente. No primeiro troço a norte, a parede apresenta-se rebocada, embora se encontre bastante degradada e na zona inferior



**Foto 30** – Face interior atirantada do alçado norte do antigo dormitório.



**Foto 31** – Vão de porta sob o reboco deteriorado da face exterior do alçado norte do dormitório.

correspondente ao piso inferior pode-se observar um vão de porta entaipado com a moldura em cantaria rematada por um arco abatido. A um nível superior, no mesmo eixo vertical distando 5,8 metros encontra-se uma janela com 2 metros de altura com uma moldura em cantaria encimada no intradorso da verga com um recorte contracurvado. Com a distância interaxial de 5,4 metros vê-se outra com dimensões idênticas e tipologia semelhante (Foto 33). Junto ao contraforte com a mesma cota está rasgado um outro vão com moldura em cantaria rectangular, com 1,6 metros de altura. No segundo troço também estão marcados três vãos de janela com idêntica altura. Os dois laterais, com moldura em cantaria rectangular, entaipados, flanqueiam o vão central aberto também com o mesmo tipo de moldura rematada superiormente por um arco abatido. O troço seguinte apresenta dois vãos igualmente entaipados à mesma cota dos anteriores, também com molduras rectangulares, embora com tratamentos diferentes. A moldura do vão a sul apresenta-se encimado por um arco abatido com um friso superior (Des. 13).

Na fachada nascente, junto da engra entre os dois edifícios, existe uma porta entaipada com terminação superior em arco quebrado. Tem 2,2 metros de altura. Sobre esta abre-se um pequeno nicho com moldura em cantaria. Neste alçado observa-se a 0,4 metros de altura um vão com moldura em cantaria rectangular com 1,2 metros de altura e a 5,8 metros de altura estão marcados os enxalços de um vão de janela (Des. 7).



Pela observação da zona superior do pano norte, pode-se concluir que este edifício seria coberto por um telhado de duas águas. No muro poente resta ainda um troço do contrabeirado construído em telha portuguesa (Des. 14).

Refira-se ainda um edifício adossado a este situado a sul (Des. 13), o qual actualmente desempenha a função de habitação de uma família<sup>48</sup> (Foto 32).



*Foto 32* – Vista poente do conjunto monástico.



*Foto 33* – Dois vãos de janela no nível superior do alçado poente do dormitório.

## **2.7 - Sacristia**

### **- Planta**

Este espaço comunica com a igreja através de uma porta comum à capela lateral norte. Tem planta rectangular, cujas dimensões são 6 x 4,4 metros e as paredes, exceptuando a nascente com 1,2 metros têm 0,8 de espessura (Des. 5). No pano nascente está rasgado um janelão com 0,8 metros de largura. Ao lado vê-se a sul o lavabo das abluções em mármore com 0,9 x 0,6 metros. O pavimento encontra-se revestido com lajedo calcário.

### **- Alçados interiores**

Este espaço apresenta um pé-direito de 5 metros e encontra-se sobrelevado em relação à capela lateral norte através de um degrau com 0,7 metros de altura. As paredes estão revestidas com um lambrim de azulejos azuis e brancos até 2,2 metros de altura. Nas engas, a 2,5 metros de altura estão situadas as mísulas de onde arranca a abóbada de cruzaria de ogivas atravessada por uma cadeia de secção rectangular que fecha ao centro com um escudo na chave (Foto 34). Encontra-se encostado ao pano norte encontra-se um arcaz em madeira exótica a toda a largura. No pano nascente rasga-se um vão de janela a 1 metro de altura, e o lavabo em mármore está apoiado em dois cachorros a 0,7 metros de altura.

<sup>48</sup> O facto deste edifício desempenhar actualmente esta função não permitiu efectuar um estudo aprofundado da sua tipologia construtiva e arquitectónica, limitando-se este ao levantamento existente proveniente do Arquivo da DGEMN.

### **- Alçados exteriores**

Neste edifício os alçados não apresentam vestígios da pintura original, sendo possível entrever os cunhais em pedra aparelhada e o reboco pontualmente degradado torna visível a alvenaria de pedra irregular.

No pano nascente ao centro, a 0,8 metros de altura rasga-se o janelão com moldura biselada em cantaria (Des. 12). Tem 1,8 metros de altura. No cunhal sul arranca perpendicularmente um muro com aproximadamente 2,3 metros de altura.

No alçado sul, sob a cimalha na engra com a capela absidal, encontra-se uma gárgula em pedra para escoamento das águas pluviais (Foto 21). O alçado norte apresenta-se parcialmente coberto por hera.

Sob os beirados corre uma cimalha em alvenaria de tijolo despida de pintura e em alguns pontos também apresenta lacunas de reboco. O telhado de quatro águas é construído com canais em telha romana e cobertura em telha portuguesa (Des. 14).

## **2.8 - Capela de Nossa Senhora da Piedade**

### **- Planta**

Esta capela, situada a sul adjacente à igreja, apresenta planta rectangular com 3 x 2,4 metros, e as paredes medem 0,6 metros de espessura (Des. 5). O acesso é efectuado a partir de um vão de porta situada no alçado poente com 1,6 metros de largura, sobre dois degraus com 0,25 metros de cobertor. O pavimento encontra-se revestido com lajedo calcário, e no centro dispõe-se uma lápide com inscrições, orientada a nascente.

### **- Alçados interiores**

Esta capela apresenta 3 metros de pé-direito, e as paredes estão revestidas até 1,1 metros de altura com um lambrim azulejado nas tonalidades amarelo e azul.

O tecto em abóbada estrelada, decorada com chaves e apoia nas mísulas lavradas situadas nas engras, a 1, 2 metros de altura (Foto 35).

No alçado poente abre-se a porta com moldura em cantaria e com 2,2 metros de altura.



**Foto 34** – Tecto da sacristia.



**Foto 35** – Tecto da capela de Nossa Senhora da Piedade.



## - Alçados exteriores

Os alçados desta capela, apresentam pontualmente vestígios de pintura de cor branca, mas no geral apresentam o reboco descoberto, e zonas em que o seu mau estado de conservação permite entrever a alvenaria de pedra irregular e os cunhais com pedra aparelhada.

No alçado poente rompe-se uma porta com 2,2 metros de altura em madeira, enquadrada por uma moldura rematada com um arco de volta perfeita (Des. 6). O acesso é feito através de dois degraus exteriores com 0,18 de espelho, construídos em alvenaria de tijolo. Na empena sul encontra-se adossado um contraforte em pedra aparelhada escalonado com um esbarro a 3,2 metros de altura. O alçado está encimado por uma platibanda, que impede a visão do telhado.

No muro nascente, sob o beirado dispõem-se duas gárgulas (Fotos 36 e 37), embora a sua função original esteja desvirtuada, também pela localização das mesmas. Neste mesmo paramento nascente, e também no sul, o beirado repousa sobre uma cimalha em alvenaria de tijolo rebocada e pintada a branco (Des. 8 e 12). O telhado com quatro águas é constituído por canais de telha romana e cobertura em telha portuguesa (Des. 14).



**Foto 36** – Alçado poente da capela de Nossa Senhora da Piedade.



**Foto 37** – Pormenor de uma gárgula da capela de Nossa Senhora da Piedade.

## Capítulo IV - História da construção

### 1 – Cronologia das obras

#### 1.1 – Campanha de obras inicial

As referências existentes acerca do andamento inicial das obras são escassas e contraditórias. Pinho Leal menciona que as obras, tendo sido iniciadas em 1299 teriam sido terminadas no ano seguinte<sup>1</sup>. Diversos autores defendem que as obras não estavam ainda terminadas em 1310, quando D. Berengária faleceu, e que a partir desse ano foi a rainha Santa Isabel quem ficou responsável pela sua conclusão<sup>2</sup>. Por outro lado Cocheril<sup>3</sup> refere que a construção definitiva foi iniciada somente por volta de 1317, pelos abades de Alcobaça e de Seiça. Apesar de Almoester ser filiado em Claraval, José Varandas<sup>4</sup> refere que a função de casa-mãe, foi afinal assumida por Alcobaça, e também aceita aquela data.

Considerando a que a aprovação desta casa foi estabelecida pelo Capítulo Geral no ano de 1287, de acordo com o que era habitualmente estabelecido pela Ordem, naquela data o conjunto monástico deveria já estar concluído na sua forma definitiva<sup>5</sup>. Crê-se no entanto que Almoester foi uma excepção<sup>6</sup>. Fica no entanto a incerteza sobre o carácter provisório dos edifícios regulares, uma vez que a construção tradicional constituía um processo muito moroso. Pode-se admitir, como foi anteriormente referido, que naquela data, já existiam pelo menos os dois edifícios que asseguravam as condições essenciais ao funcionamento da clausura das monjas: a ermida e o paço de D. Sancha (Des.15).

Parece lógico, de acordo com o que era habitual entre os Cistercienses que naquela época estivessem também já definidos os limites da cerca<sup>7</sup>. No entanto não foram encontradas referências documentais ou materiais que concluam sobre este limite original. Actualmente verifica-se que este muro resulta de sucessivas campanhas de

<sup>1</sup> PINHO LEAL, Augusto, *Ob. Cit.*, pp.153-154. Sobre este assunto Cocheril recusa-se a aceitar a hipótese deste autor, considerando-a fantasiosa por não conceber a possibilidade da construção de um mosteiro no prazo de um ano. Cf. COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1986, p.383.

<sup>2</sup> Cf. CÂNCIO, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.347-348. PROENÇA, Raul, *Ob. Cit.*, p.368. COSTA, Americo, *Ob. Cit.*, p.813. COCHERIL, Maur, *Ob. Cit.*, p.382. Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. Cit.*, p.87.

<sup>3</sup> Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. Cit.*, p.383. Luiz Cardozo refere aquela mesma data na era hispânica, o ano 1335, mas recusa-a. Cf. CARDOZO, Luiz, *Ob. Cit.*, p.350.

<sup>4</sup> José Varandas refere a este respeito a presença dos monges de Alcobaça, como visitantes, priores ou confessores. Cf. VARANDAS, José, *Ob. Cit.*, pp.25-26.

<sup>5</sup> De acordo com a decisão do Capítulo Geral de 1228 só eram aceites os mosteiros femininos cujas instalações monásticas estivessem concluídas na sua forma definitiva. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.169-170.

<sup>6</sup> Uma situação análoga sucedeu com o mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. Cf. BUCHO, Domingos Almida, *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre – Estudo histórico arquitectónico. Propostas de recuperação e valorização do património edificado*, Universidade de Évora, 1995, p.104.

<sup>7</sup> Pode-se até pensar que esta já estivesse definida desde o início, tanto mais que se tratava de uma clausura de monjas, sobre a qual o Capítulo Geral de 1220 proibira qualquer possibilidade das monjas trabalharem fora do recinto da clausura. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, p.41. A delimitação da clausura com pequenas cruces de madeira, era a primeira fase do traçado da implantação das instalações monásticas. Cf. COCHERIL, Maur, *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1972, p.10.

obras, denunciadas nos troços que o compõem com diferentes características construtivas. Deste conjunto destaca o pano poente sobre a ribeira da Atalaia, sobre o qual defende que terá servido na origem simultaneamente a função de delimitação e suporte de terras da quinta de D. Sancha<sup>8</sup>.

Admite-se que, após as monjas estarem convenientemente instaladas, ter-se-à iniciado a ampliação da ermida preexistente. Constatou-se que a tipologia da capela-mor actual, resulta de uma campanha de obras já da época moderna. Foi destruído o primeiro tramo da capela-mor, para ampliar a sua profundidade, tendo sido substituído este por uma construção com terminação recta, coberta com uma abóbada de canhão, de forma a albergar a tribuna em talha dourada ao gosto da época.

Francisco Teixeira<sup>9</sup> apresenta uma proposta da tipologia da primitiva da ábside com planta poligonal, de cinco faces, semelhante à da igreja de Santa Clara de Santarém. No entanto, a observação atenta no local sugere outra hipótese. De facto, é visível uma zona do muro, fora do alinhamento geométrico ortogonal da actual capela-mor, que aparenta ser curvo (Fotos 18 e 19 e Plantas). Tendo em conta esta evidência, julga-se que a tipologia da primitiva ábside, em lugar de ser poligonal, teria a planta em semicírculo e cobertura abobadada (Des.15). Admite-se então que essa ábside preexistente, de tipologia românica terá sido posteriormente integrada na edificação do templo monástico trecentista<sup>10</sup>.

Numa análise aturada no local, a qual exigiu o destacamento do reboco nas duas engrenas exteriores entre a capela-mor e colaterais, constatou-se que estas duas construções foram adossadas àquele tramo primitivo da ábside. Simultaneamente foi possível averiguar, que o embasamento exterior desse troço não encontra correspondência nas capelas colaterais. Por outro lado, através da observação no interior da capela absidal sul, atrás dos altares em talha dourada, confirmou-se ser esta a tipologia original trecentista, evidenciada pelo trabalho cuidado da moldura da fresta. De acordo com Francisco Teixeira<sup>11</sup>, as marcas de canteiros identificadas no exterior dos absidiolos são distintas das detectadas no referido primeiro tramo da ábside (Des.16), e simultaneamente refere a unidade decorativa da cabeceira revelada na modelação escultórica dos capitéis das três capelas e ainda nas siglas dos pedreiros identificadas no interior da cabeceira. Estes dados acrescentados ao facto de existir um armário embutido no segundo tramo da parede sul da capela-mor<sup>12</sup> (Foto 9), induz sobre a possibilidade deste conjunto fazer parte da mesma campanha de obras. Assim, julga-se que nesta campanha de obras poderá ter sido aproveitada a tipologia da capela preexistente, afim de integrar o plano da igreja monástica trecentista.

Nesta fase da construção julga-se que estaria também já delineado o traçado geral da igreja, dada a decoração dos capitéis da parede fundeira ser idêntica à da cabeceira<sup>13</sup>. Aceita-se ainda que o muro adossado a poente da igreja foi também

<sup>8</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.169-170.

<sup>9</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, pp.71-90.

<sup>10</sup> Pedro Dias afirma que as igrejas de Santarém anteriores em mais de cem anos à de Almoester, quando comparadas com esta são indiscutivelmente mais evolucionadas, acrescendo o facto da tradição apelar que a Rainha Santa tenha sido a principal impulsionadora desta obra. Estas características podem constituir mais um indicador do aproveitamento daquela preexistência. Cf. DIAS, Pedro, *Ob. Cit.*, p.40.

<sup>11</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.126 e 88.

<sup>12</sup> Este tipo de armário era tradicionalmente usado pelos Cistercienses nas primitivas capelas - mor, e a função que desempenhava na origem em Almoester foi substituída só no século XVI quando foi construída a sacristia. Assim se justifica que este armário estivesse coberto de azulejos, os quais só por volta de 1980 foram removidos numa campanha de restauro levada a efeito pela DGEMN descobrindo-o. Cf. Idem, *Ibidem*, pp.80-82.

<sup>13</sup> TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, p.128.

construído nesta mesma fase da obra, sendo esta hipótese evidenciada pelas características formais do vão de porta da antiga portaria que se inscreve neste muro com terminação em arco quebrado (Foto 23). Esta situação pode indiciar sobre a necessidade de ligar este espaço ao já preexistente paço da D. Sancha Pires, situado a poente (Des.15). A prospecção arqueológica no local poderia auxiliar a confirmação destas hipóteses atrás mencionadas.

Francisco Teixeira<sup>14</sup> sugere que, após estar terminada a cabeceira se tenha dado início à construção da casa do capítulo, e simultaneamente se tivesse continuado a edificação das naves. Como era hábito, no início era construída a parede da igreja que fazia fronteira com o claustro, neste caso da nave colateral norte. O siglário existente na casa capitular revela que parte dos seus panos murários foram levantados pela mesma oficina que procedeu à construção das naves da igreja, e outra já pertence à época em que foi construído o claustro (Des. 16).

Existem referências sobre a sagração da igreja em 19 de Julho de 1298<sup>15</sup>. No entanto, esta circunstância não assegura que a igreja estivesse concluída na sua forma definitiva, mas que nesta data fosse possível celebrar os ofícios divinos<sup>16</sup>.

Em Almoester pode-se aceitar que o corpo das naves constituiu uma campanha de obras distinta da cabeceira<sup>17</sup>, no entanto admite-se que o seu traçado teria sido anteriormente definido, em simultâneo com a conclusão da cabeceira. De facto, verifica-se que a decoração dos capitéis do último tramo da arcaria divisória é idêntica à dos arcos triunfais das capelas absidais. No entanto, desconhece-se o tempo que terá passado entre a construção da cabeceira e a conclusão do corpo da igreja.

Na planta desta igreja destaca-se o facto da largura total da cabeceira ser menor que a das naves. Francisco Teixeira<sup>18</sup>, defende que esta assimetria é consequência de ter sido prevista originalmente a construção de um transepto, o qual não tendo sido concretizado resultou naquela desproporção. Admite-se ainda outra hipótese, integrada no contexto da época em que foi efectuada esta obra. Neste tempo, possivelmente já bem distante da data em que foi construída a cabeceira, o número crescente de vocações poderá ter exigido uma edificação à escala da comunidade em expansão com maiores dimensões do que estaria previsto na origem<sup>19</sup>. Esta hipótese é tanto mais viável quando frequentemente se constata que as igrejas das abadias femininas não tinham transepto<sup>20</sup>, como é o caso de Arouca, Odivelas, Lorvão e Celas.

<sup>14</sup> Cf Idem, *Ibidem*, p.83.

<sup>15</sup> Cf. VARANDAS, José, *Ob. Cit.*, pp.18-32.

<sup>16</sup> De facto, a construção das igrejas nos mosteiros cistercienses raras vezes era construída numa só campanha de obras. Inicialmente era construída a zona do sacrário, que assegurava a celebração do ofício divino fechada com um tabique provisório até à sua conclusão definitiva Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. Cit.*, pp.42-43.

<sup>17</sup> Na análise efectuada por Francisco Teixeira sobre o siglário e aos elementos escultóricos dos capitéis das naves que são distintos da cabeceira comprova-se que a edificação dos panos da nave da igreja correspondeu à segunda campanha de obras efectuada na igreja. Ressalva-se no entanto que esta análise se restringiu à zona inferior dos pilares, ficando a dúvida sobre a construção dos arcos de comunicação e assentamento da cobertura. Cf TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.126-128.

<sup>18</sup> Cf TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.126-129. Este tipo de irregularidades são analisadas por Cocheril como consequência da interrupção de trabalhos entre as diferentes fases construtivas. Cf COCHERIL, Maur, *Ob. Cit.*, p.43.

<sup>19</sup> Cocheril também se refere às grandes dimensões que adquiriram as abadias da Ordem devido à extraordinária afluência de vocações que ocorreu na época. Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. Cit.*, p.24.

<sup>20</sup> Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. Cit.*, *Plans des églises cisterciennes portugaises*, PL.1ePL2.



Nesta época, é possível que existisse uma torre sineira, construída de acordo com os cânones permitidos pelos Cistercienses, da qual resta apenas um sino datado desta época<sup>21</sup>, que actualmente se encontra localizado junto à parede fundeira da igreja.

Diversos autores<sup>22</sup> atribuem ao princípio do século XIV a construção do claustro. A crer que foi a rainha Isabel de Aragão quem se responsabilizou por esta construção, após o ano em que faleceu D. Berengária, esta hipótese é viável. No entanto Francisco Teixeira<sup>23</sup> duvida desta hipótese, por não existir em nenhum dos capitéis do claustro remanescentes representado o escudo real e por também não haver nenhuma referência a esta construção no seu testamento. No entanto, salienta que o tratamento e qualidade da decoração confirmam a autoria de uma oficina e uma campanha de obras distinta daquelas que edificaram a igreja.

Este claustro, como era tradicional entre os Cistercienses teria sido na origem coberto com tecto de madeira. Aparentemente a estrutura do telhado apoiava na cachorrada, que ainda se descobre nas paredes norte da igreja e poente da casa do capítulo (Fotos 22 e 38).



*Foto 38* – Vista da casa do capítulo.

A forma poligonal irregular do claustro poderá ter sido condicionada pela existência das duas preexistências anteriormente referidas, a ermida e o paço de D. Sancha, as quais se supõe estariam localizadas a nascente e a poente respectivamente (Des. 15). A irregularidade da forma do claustro evidencia-se pela importância que este espaço representa num mosteiro, tanto pela função de distribuição como local de oração e contemplação, uma vez que a análise da topografia não permite concluir sobre uma razão que justifique esta distorção, já que o terreno se apresenta plano. Em planta, o claustro excede largamente o comprimento do corpo da igreja, o que leva a crer na necessidade de integrar no plano monástico um edifício preexistente implantado a poente<sup>24</sup>. Neste claustro há outro aspecto importante a salientar que são as diferenças

<sup>21</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, p.112.

<sup>22</sup> Gustavo de Matos Sequeira refere que este claustro data do princípio do século XIV. Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. Cit.*, p.88. Virgolino Jorge e José Mascarenhas atribuem ao primeiro quarto do século XIV os restantes dois lanços desta construção. Cf. JORGE, Virgolino Ferreira; MASCARENHAS, José Manuel, *Ob. Cit.*, p.235. Pedro Dias refere que a sua construção foi posterior à edificação da igreja, no intervalo entre os anos 1310 e 1330. Cf. DIAS, Pedro, *Ob. Cit.*, p.37. Cf. Cândia, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.347-348.

<sup>23</sup> TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.131-132.

<sup>24</sup> Francisco Teixeira entende a irregularidade da forma do claustro como consequência da existência de panos murários anteriores que teriam posteriormente sido aproveitados para esta construção e interpreta o

bem notórias entre os tramos dos lanços da arcatura. De facto, nos dois últimos do lanço da galeria de leitura inscrevem-se apenas quatro arcos, enquanto na restante albergam-se cinco com siglário diferente (Des.16). Admite-se, como era habitual, que este claustro tenha sido construído em várias fases<sup>25</sup>, no entanto é necessário salvaguardar a pouca fiabilidade que esta análise tem quando numa observação aturada do conjunto este se revela em grande parte fruto do restauro levado a efeito pela DGEMN, iniciada na década de quarenta, como adiante se verá.

Não foram encontradas referências sobre o coberto vegetal do claustro, que se encontra na actualidade praticamente despido e votado ao abandono. Pode-se crer, à semelhança do que sucedeu com outros mosteiros, como é o caso de S. Bento de Cástris<sup>26</sup>, que na origem o claustro seria um espaço essencialmente funcional contendo simultaneamente plantas medicinais e ornamentais.

Virgolino Jorge e José Mascarenhas<sup>27</sup> apresentam uma proposta do traçado original do sistema hidráulico (Des.17). Julga-se que o lavabo esteve desde a origem no local onde se encontra actualmente no claustro. O facto desta fonte se encontrar situada numa cota tão inferior à do pavimento do claustro, leva a crer que esta terá sido a única hipótese de conjugar a pendente do terreno com a necessidade da localização da fonte próxima do refeitório, como era hábito entre os cistercienses<sup>28</sup>.

Tal como sucede com o claustro, é referida a responsabilidade da rainha Isabel de Aragão na construção de uma enfermaria. Piedade de Vasconcelos<sup>29</sup> menciona que esta foi a primeira obra da Rainha Santa quando se determinou a acabar a construção do mosteiro e acrescenta que tinha grandes dimensões e uma capela dedicada a Nossa Senhora. Este facto leva a crer que o início destas obras terá sido, tal como o claustro, depois do ano 1310. Embora existam diversas descrições que mencionam este edifício, não foram encontradas referências escritas, nem vestígios materiais que confirmem a sua localização. Francisco Teixeira<sup>30</sup> menciona que este edifício estaria implantado a poente do claustro, aproveitando a passagem de um curso de águas e esgotos oriundos da cozinha. Virgolino Jorge e José Mascarenhas<sup>31</sup> defendem que a localização provável desta dependência seria a nordeste do claustro (Des. 17). Esta hipótese parece ser a mais viável, uma vez que seria conveniente algum afastamento dos outros edifícios, no

---

excessivo comprimento do claustro como fazendo parte de uma segunda campanha de obras Idem, *Ibidem*, p.135, p. 144 e p.148.

<sup>25</sup> Este tipo de construção era bastante moroso, muitas vezes por falta de mão-de-obra ou recursos e assim as modificações em planta e alçados eram frequentes. Cf. COCHERIL, Maur, *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Portugais, 1972, p.41.

<sup>26</sup> No estudo sobre este mosteiro, Maria Antónia Conde refere as diversas plantas que eram usadas nas abadias, e também a outras que eram adoptadas de outros povos contactados nas peregrinações dos monges. Cf. CONDE, Maria Antónia Fialho Costa, *Mosteiro de S. Bento de Cástris (Évora): Bases para uma proposta de valorização histórico - arquitectónica*, Vol.I, Universidade de Évora, 1995, nota 3.

<sup>27</sup> JORGE, Virgolino Ferreira; MASCARENHAS, José, *Ob. Cit.*, pp.242-244.

<sup>28</sup> Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. Cit.*, p.28. Em Odivelas, casa contemporânea de Almoester o lavabo situa-se no centro do claustro, mais próximo do refeitório que em Almoester. Cf. CORNACHO, Maria da Graça; JORGE, Virgolino Ferreira; MONTEIRO, Maria Filomena e TOMÉ, Manuela Justino, “Aspectos da hidráulica do mosteiro cisterciense de S. Dinis de Odivelas” em José Manuel P.B. Mascarenhas, Maria Helena Abecasis, Virgolino Ferreira Jorge (eds.), *Hidráulica monástica medieval e moderna*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, p.254.

<sup>29</sup> Cf. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. Cit.*, p.264. Para além deste diversos autores referem a responsabilidade da rainha santa sobre este edifício. DIAS, Pedro, *Ob. Cit.*, p.37. Cf. CÂNCIO, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.347-348. Cf. COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1986, p.382.

<sup>30</sup> TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.167-168.

<sup>31</sup> Cf. JORGE, Virgolino Ferreira; MASCARENHAS, José, *Ob. Cit.*, p.244.



entanto, só com o contributo de sondagens arqueológicas será possível averiguar sobre as coordenadas exactas desta implantação.

Admitindo que primitivamente terão sido aproveitadas as preexistências do paço de D. Sancha, assim no edifício situado na ala poente estariam instalados o dormitório e o refeitório. Aparentemente, ainda nesta centúria esta situação terá evoluído rapidamente, com a construção de um novo edifício destinado a refeitório situado na ala norte, cuja implantação terá sido condicionada pelo percurso do sistema hidráulico (Des.17). As portas inscritas no alçado norte deste edifício (Foto 31) e outra adjacente (Foto 39), apresentam uma moldura chanfrada em arco quebrado, que leva a crer na hipótese desta construção pertencer a esta campanha de obras inicial. Tem-se em conta que as características formais das portas remontam ao século XIII e confirmam a antiguidade dos paramentos em que se integram. Relativamente à última hipótese descrita, pode no entanto ser posta em causa quando se observa a singularidade do alçado poente apresentar uma tipologia diferente (Foto 40).



**Foto 39** – Vão de porta entaipado no alçado nascente do muro de ligação entre os antigos edifícios do refeitório e dormitório.



**Foto 40** – Vão de porta entaipado no alçado poente do muro de ligação entre os antigos edifícios do refeitório e dormitório

## **1.2 –Segunda campanha de obras (século XVI)**

A crer em Francisco Teixeira<sup>32</sup>, no seguimento da primeira visitação do Bispo de T tople, em 1520, foram concretizadas entre aquela data e o ano de 1523 uma série de obras, no intuito de responder às carências das instalações desta comunidade, nomeadamente no refeitório, no dormitório, na casa de labor e na enfermaria. As recomendações de D. Francisco da Fonseca referiam-se   beneficiação daqueles edifícios em mau estado de conservação ou   ampliação dos mesmos, já que adverte sobre existir um número excessivo de monjas (cinquenta) instaladas num espaço exíguo, que na sua opinião comportava apenas trinta (Des. 15).

Embora não tenham sido encontradas referências bibliográficas ou materiais que elucidem sobre a execução da maior parte das intervenções, pode-se crer que o edifício

<sup>32</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, pp.158-159.

na ala norte do claustro terá sido incluído nas obras daquela época. É a porta, inscrita no alçado sul do edifício, pelas suas características formais, que denuncia a hipótese de ter sido edificado na época de quinhentos (Foto 29). Julga-se que os vãos de janela do piso superior, resultam de intervenções posteriores. Consta-se na documentação fotográfica que também existiu uma porta com estas características no piso superior a poente, hoje inexistente (Foto 41). Habitualmente os refeitórios tinham apenas um piso, e neste caso duvida-se que o segundo piso ocupasse todo o edifício, já que não existem provas que o evidenciem. Estes dados não impedem de crer na hipótese do edifício ter sido ampliado nesta época, com o intuito de fazer face ao número crescente de vocações.

De acordo com esta hipótese, pode-se conceber que o antigo edifício a poente tenha sido, a partir daí destinado somente aos dormitórios das monjas. Ao nível superior do alçado poente deste edifício identificam-se dois vãos de janela (Foto 33), cujas molduras de cantaria apresentam características semelhantes às molduras das portas identificadas no outro edifício anteriormente referidas. Este facto pode levar a crer na hipótese desta ampliação ser contemporânea do refeitório. No entanto poderá ser posta em causa quando na análise atenta da constituição deste paramento despido de reboco, se observam entre as pedras constituintes da alvenaria, troços de colunelos que se julga pertenceriam à arcaria do claustro (Foto 42).



**Foto 41** – Alçado sul do refeitório.

*Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).*



**Foto 42** – Pormenor da face interior do alçado poente do dormitório.

Tudo leva a crer que o claustro tenha sofrido também uma intervenção nesta época, tendo sido substituída a cobertura primitiva por uma abóbada de cruzaria de ogivas<sup>33</sup>. Desta ainda é possível observar o arranque da abóbada na parede exterior norte da igreja (Foto 22), as mísulas lavradas e um arco a sudoeste, cujas características formais denunciam ter sido erigida nesta época (Foto 43). A documentação fotográfica do arquivo da DGEMN confirma esta construção, apresentando o último tramo a norte da ala poente abobadado (Foto 44).

<sup>33</sup> Artur de Gusmão refere-se ao facto dos mosteiros cistercienses que inicialmente tinham os tectos em madeira, posteriormente terem sido substituídos por tectos abobadados. Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de, *Ob. Cit.*, pp.368-369.



Cocheril<sup>34</sup> refere que nesta época nos mosteiros femininos da Península Ibérica se procedeu frequentemente à construção de uma galeria sobre o claustro. Em Almoester suspeita-se que esta situação também se tenha verificado, já que a construção das



**Foto 43** – Canto poente da galeria de leitura do claustro com vestígios da antiga cobertura abobadada.



**Foto 44** – Troço noroeste do claustro coberto com abóbadas.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).

abóbadas pressupõe a utilização do pavimento superior (Des.15). A escada no canto noroeste do claustro (Foto 41) denuncia a utilização deste piso, da qual actualmente restam apenas vestígios do arranque no espaço central do claustro (Foto 5).

Crê-se que terá sido nesta época construída a capela de Nossa Senhora da Piedade, a sul da igreja (Des.15). Esta hipótese é evidenciada pelas características formais da decoração da chave na abóbada arceada (Foto 35) e das mísulas lavradas no interior, e no exterior através das duas gárgulas sob a cimbalha do alçado nascente, representando figuras medievais grotescas<sup>35</sup> (Fotos 36 e 37). A invocação de Nossa Senhora da Piedade, a padroeira dos enterramentos é um culto característico desta época, que neste caso se julga estaria associada à proibição de enterramentos de leigos no interior das igrejas e mosteiros levando a que normalmente estes se fizessem ao lado do templo, de forma a assegurar os benefícios dessa proximidade. Julga-se por esta razão que esta capela terá sido provavelmente criada por uma irmandade ou confraria da aldeia<sup>36</sup>. Francisco Teixeira<sup>37</sup> menciona a existência de um alpendre sob o qual eram habitualmente feitos enterramentos nesta época (Des.15). No alçado lateral da igreja apresentam-se a meia altura uma fiada de cachorros que não desempenham actualmente nenhuma função, os quais se crê teriam a função de suportar a estrutura do telhado (Foto 45).

D. Edme de Saulieu, 41º abade de Claraval, incumbido pelo Capítulo Geral de Cister de proceder à reforma do mosteiro, chegou a Almoester em 1532, e ficou instalado durante a sua estadia entre 14 e 27 de Agosto na pequena casa do confessor, edifício

<sup>34</sup> Cf. COCHERIL, Maur, *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1972, p.110.

<sup>35</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, p.100. Gustavo de Matos Sequeira refere que no pavimento se encontram duas campas datadas desta centúria. Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. Cit.*, p.88.

<sup>36</sup> Sobre este assunto agradeço os esclarecimentos do Sr. Doutor José António Falcão em 30/04/97.

<sup>37</sup> O autor adverte sobre a importância que teria as escavações arqueológicas, que permitam revelar sobre a importância que essa zona desempenhou como local de enterramentos. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. Cit.*, pp. 99-100.



independente situado a sul da igreja<sup>38</sup> (Des.15). Este edifício foi destruído há mais de trinta anos, as fotografias que o documentam são escassas e os vestígios materiais aparentemente inexistentes. É possível observar pelo registo fotográfico as características formais que se julga resultam de diversas intervenções ao longo dos séculos (Foto 46).



**Foto 45** – Pormenor do alçado sul da igreja.



**Foto 46** – Alçado poente da casa do confessor.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).

Para além daquele edifício, o secretário do Abade Geral, refere sem detalhes, alguns dos lugares regulares existentes na época. São mencionados o dormitório, o refeitório, a enfermaria, o capítulo e o parlatório<sup>39</sup>. Embora não seja possível confirmar a localização deste último edifício, crê-se como era habitual que estaria implantando junto da casa capitular (Des. 15). Na empena norte deste edifício ainda é possível observar o arranque de uma parede (Foto 6) e no pavimento encontram-se os vestígios dos embasamentos de duas paredes dispostas paralelamente em relação à galeria do capítulo. De acordo com a planta clássica dos mosteiros cistercienses, este seria o local onde tradicionalmente estaria implantado este edifício (Des.18).

Sobre a igreja, apenas é referido o gradeamento no coro, em cujo pano fundeiro havia uma passagem ao centro<sup>40</sup>. A partir do século XVI, e com mais frequência nos séculos seguintes começaram a ser admitidos leigos na missa<sup>41</sup>, provocando alterações significativas na disposição do espaço interior das igrejas. Em Almoester esta situação verificava-se já nesta centúria, justificando a existência da grade de clausura que se crê estaria localizada no mesmo local onde actualmente se encontra a parede divisória construída no século XVIII (Des.15).

<sup>38</sup> Segundo a descrição de Bronseval, apesar de ser um espaço exíguo, tinha uma cozinha. Cf. BRONSEVAL, Claude, *Ob. Cit.*, pp.365-367. Segundo Gerard Léroutx estes edifícios habituais nas casas monásticas femininas eram independentes mas situados junto da entrada principal da igreja. Geralmente eram precedidos de uma varanda. Cf. LÉROUX, Gerard em COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1986, p.439, nota de rodapé. Júlio Boturão também se refere a este edifício como sendo a casa do capelão. Cf. BOTURÃO, Júlio de Oliveira, *Ob. Cit.*, pp.134-135.

<sup>39</sup> BRONSEVAL, Claude, *Ob. Cit.*, pp.367-369.

<sup>40</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, p.367. Cocheril também se refere a esta existência, descrevendo-a de ferro forjado. Cf. COCHERIL, Maur, *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1972, p.145.

<sup>41</sup> Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. Cit.*, p.117.

A partir da segunda metade do século XVI, a família Gil Eanes da Costa foi mecenas do mosteiro, o qual foi beneficiado com algumas obras. É o caso da construção da sacristia, que na chave da abóbada ostenta o escudo das armas da família dos Costas<sup>42</sup> (Foto 34). Esta edificação obrigou a abrir uma porta de acesso através da capela lateral norte da igreja (Des.15).

Nesta época, o mosteiro de Santa Maria foi objecto de alguns acrescentos decorativos de acordo com os novos critérios estéticos, tendo sido iniciada a decoração com azulejaria no interior da igreja, dos quais se destacam os azulejos de *corda seca*<sup>43</sup>. Julga-se que nesta época tenha sido também iniciada a construção dos altares de talha dourada.

### 1.3 – Terceira campanha de obras (séculos XVII e XVIII)

Em Almoster pode-se considerar que durante o período que medeia o século XVII e XVIII foram efectuadas construções de vulto, planeadas pela Congregação de Nossa Senhora de Alcobaça. Julga-se no entanto que esta actuação teve como objectivo principal adaptar as instalações monásticas aos novos hábitos e critérios estéticos da época, e não ampliar as dependências de forma a albergar uma população mais extensa, já que tinha ficado definido que o número limite de monjas seria cinquenta<sup>44</sup>. Estas obras realizadas, à semelhança do que se passou nas outras casas de Cistercienses, afastam-se do rigor inicial da Ordem, tanto funcional como esteticamente<sup>45</sup>.

A partir desta época verifica-se também outro tipo de preocupação com a envolvente paisagística de forma a proporcionar espaços de lazer e de contemplação na cerca e no claustro<sup>46</sup>. Nesta centúria foi melhorado o traçado do sistema hidráulico<sup>47</sup> (Des.19). Em 1628, conforme a inscrição na lápide, foi edificado o lavabo no claustro pela abadessa D. Brites de Mendossa, ao gosto da época (Des. 15). De acordo com a descrição de Piedade de Vasconcelos<sup>48</sup> para além de ser rematado com uma cruz, possuía dois lanços laterais de escadas espaçosas para aceder ao pátio, cujo pavimento se encontrava revestido com lajedo de pedra. Os nichos colaterais tinham imagens de santos, e haviam duas pequenas capelas embutidas nas paredes laterais. Actualmente encontra-se em bastantes mau estado de conservação e destituído da maior parte dos elementos decorativos (Foto 47). O sistema hidráulico encontra-se desactivado.

Em 1629, a mesma abadessa tomou a iniciativa de plantar uma parreira no claustro, a qual nos séculos posteriores afamou o mosteiro pela sua dimensão e origem

<sup>42</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.82. Cocheril refere que na maior parte dos mosteiros cistercienses, foi nesta centúria que foram construídas as sacristias. Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, p.31.

<sup>43</sup> Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.88.

<sup>44</sup> Cf. CASTRO, D. Miguel de, *Diffiniçoens da Ordem de Cistel e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça*, Lisboa, António Alvarez Impressor, 1593, p.60.

<sup>45</sup> Cocheril e Gusmão referem que em geral, entre os Cistercienses, enquanto o século XVII foi caracterizado pelas construções de vulto, o século seguinte foi o período em que foram efectuados os acabamentos decorativos de acordo com novos critérios estéticos. Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, p.5. Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de, “Os mosteiros de Cister na época moderna”, *Lusiada*, Vol.III, nº10, Porto, Marânus, 1957, p.12.

<sup>46</sup> Cf. BORGES, Nelson Correia, “Conventos”, *Dicionário da arte barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p.134.

<sup>47</sup> Cf. JORGE, Virgolino; MASCARENHAS, José Manuel, *Ob. cit.*, pp.236-239.

<sup>48</sup> Cf. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, pp.269-270.



remota. Conservam-se diversos testemunhos fotográficos desta espécie curiosa que sobreviveu até ao princípio do nosso século<sup>49</sup> (Foto 48).



**Foto 47** – Lavabo no claustro



**Foto 48** – Alçado poente da casa do confessor.

*Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (Nº 494/129, s/d).*

Em Junho de 1653 houve um grande tremor de terra em Almoester, do qual não existem referências sobre danos no mosteiro, embora seja referido que nenhum edifício em Almoester tenha sucumbido<sup>50</sup>.

No ano de 1665, segundo a testemunha lapidar, foi edificada a arcaria a sul da igreja, sob a responsabilidade da abadessa D. Helena de Noronha (Des. 15). Os vestígios materiais desta construção não permitem compreender como seria o seu traçado original, e se a construção foi terminada<sup>51</sup>. A documentação fotográfica do arquivo da DGEMN revela que o arco triunfal (Foto 49), que actualmente se encontra depositado no tardo da igreja, era destinado a assinalar a entrada alpendrada da igreja (Foto 32). Por outro lado, também é possível verificar que a cobertura deste alpendre seria abobadada (Foto 50). Pode-se ainda admitir que o pavimento de lajedo, tal como hoje se apresenta terá sido também colocado nesta data<sup>52</sup>.

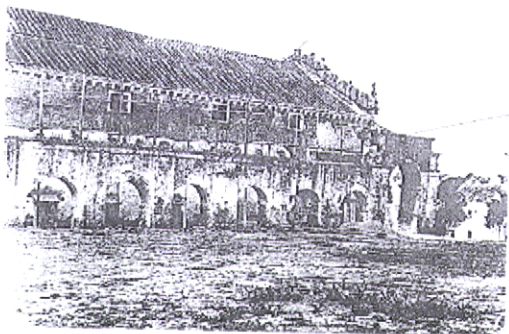
<sup>49</sup> Uma descrição de 1913, refere que o tronco desta parreira media 2,00m de diâmetro junto ao chão. A 1,70m de altura subdividia-se em seis grandes braços que se alargavam a 8,75mx7,10m de superfície. Encontrava-se sustida por 12 forcas de ferro com 2m de altura. Refere-se também o facto de dar cachos de uvas com 3 kg! Cf. “A parreira do convento de Almoester”, *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, Vol.15, nº378, Lisboa, 13 de Maio de 1913, pp.624-625. Diversos habitantes de Almoester orgulham-se de ter actualmente nos seus quintais podas daquele exemplar.

<sup>50</sup> Cf. SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *Ob. cit.*, p.309.

<sup>51</sup> Cocheril refere que esta estrutura seria à semelhança da galeria na entrada da igreja do mosteiro de Odivelas. Cf. COCHERIL, Maur, “Les abbayes cisterciennes portugaises dnas la seconde moitié du XX siècle”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol X, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, p.343.

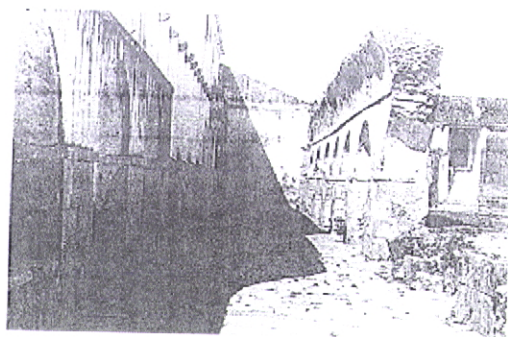
<sup>52</sup> Tal como foi anteriormente referido este era o local habitual para efectuar enterramentos de leigos pelo menos durante o século XVI. Pode-se crer que aquelas sepulturas se tenham mantido sob o pavimento, no entanto julga-se que esta suposição só poderá ser confirmada através de sondagens arqueológicas no local.

Supõe-se que terá sido nesta época construído o edifício situado a sudoeste da igreja ao qual se atribui a função de hospedaria<sup>53</sup> (Des.15). Na bibliografia consultada as referências sobre este edifício são escassas, no entanto as características formais denunciam que terá sido erigido nesta época (Foto 51). Nestas centúrias era usual os mosteiros femininos hospedarem mulheres durante a ausência temporária dos maridos<sup>54</sup>.



**Foto 49** – Alçado sul da igreja.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).



**Foto 50** – Arcaria sul da igreja.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).

Em Almoester esta hipótese pode ter-se verificado, justificando a construção nesta escala deste edifício. A localização exterior ao espaço claustral, permitia no entanto o acesso directo à igreja, julga-se que, através da galeria exterior atrás mencionada.

Em 1686, de acordo com a data que ostenta, o portal da igreja foi refeito em madeira exótica almofadada e pregueada a bronze (Foto 24).

Piedade de Vasconcelos<sup>55</sup> leva a crer que tenha ainda sido nesta centúria, próximo daquela data, em 1680, alterada a tipologia original da capela-mor, já referida anteriormente, para albergar a tribuna em talha dourada (Des. 15). No entanto, Gustavo de Matos Sequeira<sup>56</sup> atribui a esta edificação o ano de 1709. Esta grande intervenção, pode ser considerada uma característica patente na maioria das igrejas da época, nas quais se destaca a importância dada à capela-mor como centro de cerimonial<sup>57</sup>.

No exterior da igreja, julga-se que nesta época a cachorrada das cimbalhas terá sido refeita à semelhança da primitiva, tal como os cachorros existentes nos absidiolos e ao longo do corpo das naves<sup>58</sup>.

Em 1709 foi edificada a parede divisória em alvenaria, cortando no interior o corpo da igreja, criando dois espaços distintos designados por o *templo de dentro* e o

<sup>53</sup> Gerard Lérout atribui a função de hospedaria a este edifício. Cf. LÉROUX, Gerard, "Cister em Portugal. Vandalismo em Almoester", *Notícias da Amadora*, Amadora, 7 de Dezembro de 1984.

<sup>54</sup> Cf. MARQUES, José, "Regalismo e a mulher em religião", *Actas do colóquio A mulher na Sociedade portuguesa*, Coimbra, 1985, pp.9-23.

<sup>55</sup> Cf. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, p.267.

<sup>56</sup> O autor refere que esta data se encontra gravada no extradorso do arco da capela-mor. Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.87.

<sup>57</sup> Cf. BORGES, Nelson Correia, *Ob. cit.*, p.134.

<sup>58</sup> Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.87.



*templo de fora*<sup>59</sup> (Foto 52). O vão de passagem ao centro tinha um gradeamento, do qual hoje se observam vestígios no intradorso do arco central (Foto 12). Esta construção substituiu no mesmo local a função desempenhada pelo antigo gradeamento de ferro, impondo-se na igreja, como intenção estética de acordo com os padrões vigentes na época. A importância que adquiriu este elemento divisório na igreja denuncia na mesma proporção o número e a frequência de leigos que a igreja monástica recebia neste tempo (Des.15).

Constata-se que nesta época a igreja tinha o coro-alto, do qual são no entanto escassas as referências documentais e inexistentes as materiais, não sendo possível confirmar se foi edificado nesta época. O adiantado estado de degradação em que se



Foto 51 – Alçado nascente da hospedaria.



Foto 52– Vista nascente da parede transversal divisória da igreja.

encontrava à data dos mais antigos registos fotográficos consultados no arquivo da DGEMN, não permitem com rigor compreender como funcionava aquele corpo. Embora Cocheril<sup>60</sup> refira que esta é uma construção típica dos mosteiros femininos na Renascença, em Almoester a primeira referência a esta construção data de 1740, e de acordo com alguns autores ocupava metade da igreja<sup>61</sup>. Esta situação leva crer na hipótese que em Almoester, contrariamente ao que aconteceu nos outros mosteiros de monjas, o coro-alto terá sido construído tardiamente já na centúria de setecentos (Des.15). Esta estrutura encontrava-se ligada ao segundo piso do dormitório, e a outros edifícios situados a poente da igreja, entre os quais se crê existiria também um espaço destinado às noviças (Foto 53). No interior da igreja existia uma escada construída em alvenaria, de acesso aqueles espaços (Foto 54) e no coro baixo existiam 80 cadeiras<sup>62</sup> e

<sup>59</sup> Esta denominação é referida por Gustavo de Matos Sequeira Cf. Idem, *Ibidem.*, p.87. Sobre aquela designação Piedade de Vasconcelos, refere que as próprias monjas usavam esta designação para referir estes espaços. Cf. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, pp.267-268.

<sup>60</sup> Cocheril refere que esta construção é característica dos mosteiros femininos do sul da Península Ibérica. Cf. COCHERIL, Maur, *Ob. cit.*, p.110.

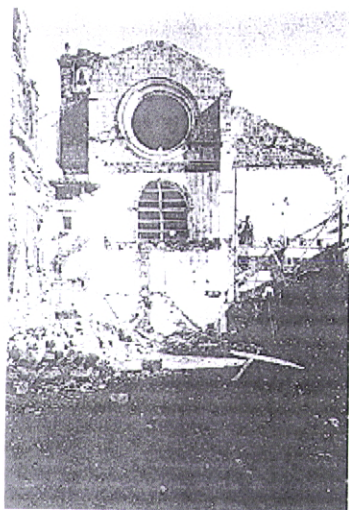
<sup>61</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, p.145. Cf. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, p.268.

<sup>62</sup> Cf. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, p.266 e 269. Francisco Teixeira também se refere a este cadeiral, à semelhança do que se passava nas outras igrejas cistercienses como Cós, Lorvão e Bouro. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.118.



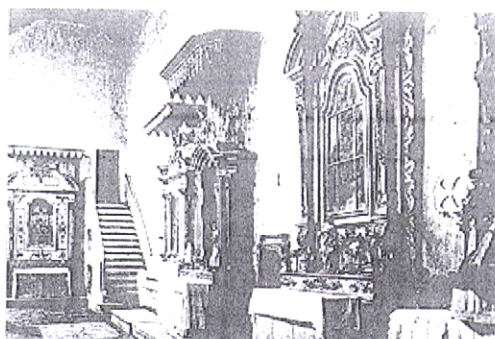
também um órgão<sup>63</sup> (Foto 55). Englobado naquelas construções encontrava-se uma torre sineira, que aparentemente teria também um relógio<sup>64</sup> (Foto 56).

Os elementos que se mantêm como memória daquelas construções são os sinos encostados à face interior do alçado poente da igreja, entre os quais se distingue o sino coevo da fundação do mosteiro (Foto 57), e a porta que se supõe ter servido de acesso àqueles edifícios, marcada naquela parede a meia altura, assim como quatro cachorros de difícil leitura, na zona correspondente à abertura do antigo coro-alto e a pia de água benta no último tramo das naves (Foto 17). Resta também um pequeno edifício já muito adulterado situado a poente da igreja, que se crê na origem terá pertencido aquela construção. Actualmente encontra-se adaptado à habitação de uma família (Des. 15).



**Foto 53** – Vestígios do antigo coro-alto arruinado.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).

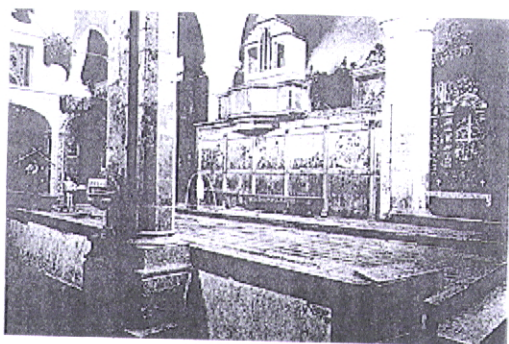


**Foto 54**– Nave lateral sul da igreja.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).

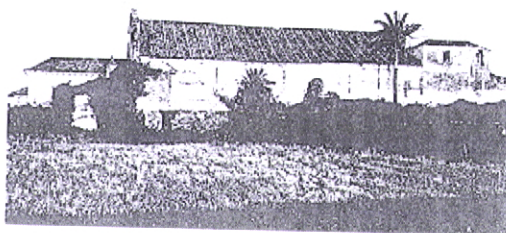
<sup>63</sup> No inventário dos objectos pertencentes ao mosteiro efectuado após a sua extinção em 1887, encontra-se aquela designação sob a referência nº 53. À qual é acrescentada a referência de que se encontrava muito degradado. AHMF, *Situação dos edificios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das corporações, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de S. Bernardo, Almoester*, Cx.2043, Cp.3, Doc. IV/A/43/3.

<sup>64</sup> No “Inventário dos objectos pertencentes ao mosteiro” efectuado em 1887, encontra-se na referência nº 54 a existência de três sinos e de um relógio de torre. AHMF, *Situação dos edificios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das corporações, Conventos de Freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de S. Bernardo, Almoester*, Cx.2043, Cp.3, Doc.IV/A/43/3. Estes sinos encontram-se actualmente junto à parede poente da igreja, e o mecanismo do relógio em mau estado de conservação encontra-se na sacristia.



**Foto 55** – O órgão na nave central da igreja.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).



**Foto 56** – Alçado norte da igreja.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).

Para além destas construções de vulto, também foram feitas alterações decorativas ao gosto da época. No conjunto, os elementos decorativos introduzidos no interior da igreja, à semelhança do que se passou nas outras abadias femininas, contrastavam com a austera simplicidade exterior<sup>65</sup>. Mas em Almoester, as cimalkhas da



**Foto 57** – Sino coevo da fundação junto da parede fundeira da igreja (na fotografia à direita).



**Foto 58** – Pormenor dos vãos de janela no nível superior do alçado sul do refeitório.

igreja apresentavam elementos decorativos em alvenaria (Foto 49). Pode-se aceitar que também o sistema de coberturas foi alterado para duas águas nesta época, porque se crê que esta não teria sido a solução adoptada primitivamente nesta igreja, tal como não o foi nas outras épocas posteriores.

No interior, a igreja encontrava-se ricamente decorada. Na face exterior do muro norte da igreja, ainda é possível identificar alguns vestígios das pinturas que foram feitas nos séculos XVII e XVIII (Foto 22). Em diversos locais no interior da igreja, como é o caso da arcaria divisória das naves da igreja (Foto 14), também se reconhece o

<sup>65</sup> São diversos os autores que referem o facto de geralmente, nesta época nas casas monásticas femininas, a sobriedade exterior da estrutura arquitectónica não ser afectada pelos novos padrões estilísticos, sendo apenas quebrada pela linha do portal, contrastando com o interior exuberante de talhas e azulejaria. Cf. ALVES, Natália Marinho Ferreira, “A apoteose do barroco nas igrejas dos conventos femininos portugueses”, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, Vol.IX, Porto, 1992, p.375. Cf. BORGES, Nelson Correia, *Ob. cit.*, p.134. Cf. COCHERIL, Maur, *Notes sur l'architecture et décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1972, p.145.



mesmo tipo de pinturas<sup>66</sup>. Conserva-se ainda o revestimento azulejado em que dominam os tons amarelo e azul do primeiro quartel do século XVII e alguns já setecentistas<sup>67</sup>. No século XVIII foi aplicada na sacristia e na sala capitular um silhar com azulejos de jarras nas tonalidades de azul e branco. Na capela lateral norte foi colocado um silhar de painéis com figuras<sup>68</sup>. Os altares foram enriquecidos com talha dourada<sup>69</sup> (Fotos 8, 10 e 11).

Para albergar a nova decoração majestosa com toda a dignidade, o sistema de iluminação primitivo, considerado insuficiente, foi reformulado. Francisco Teixeira<sup>70</sup> refere estas alterações da fenestração na cabeceira, onde os novos altares em talha dourada ocultam as antigas janelas. No corpo da igreja, no pano sul foram abertos três grandes vãos de moldura rectangular (Foto 49), enquanto no muro oposto parecem ter sido mantidas as frestas primitivas (Foto 56). Na capela absidal norte foi aberto um óculo na abóbada, porque o altar em talha dourada impedia a entrada de luz pela antiga janela. A mesma situação foi adoptada nas outras capelas, nas quais foram abertos vãos rectangulares em ambos os panos laterais da capela-mor.

Não foi possível confirmar se os edifícios do dormitório e refeitório, respectivamente localizados nas alas poente e norte do claustro sofreram intervenções nestas centúrias<sup>71</sup>, embora as características formais dos vãos possam induzir sobre esta possibilidade (Fotos 32 e 58 e Des. 15).

Piedade de Vasconcelos<sup>72</sup> enumera sucintamente os edifícios que compunham na época o mosteiro, referindo o refeitório, as oficinas e a sala do capítulo onde existia uma capela com a imagem do Redentor. Curiosamente refere também quatro dormitórios, como sendo originais da fundação. No entanto não se identifica outro senão o edifício no quadrante poente destinado a esta função. No entanto, de acordo com a implantação tradicional dos edifícios nas casas cistercienses femininas, pode-se supor sobre a existência de outro dormitório destinado às conversas, localizado a nascente sobre a casa capitular, o parlatório e as oficinas (Des. 18). Embora não seja possível a sua confirmação, julga-se verosímil esta hipótese, tendo em conta a observação do pano da igreja adjacente à casa capitular. De facto acima do nível da cobertura deste edifício, a constituição da alvenaria apresenta-se irregular quando comparada à envolvente (Foto 59). Para além desta observação local, a documentação fotográfica do Arquivo da DGEMN, revela como se encontrava este edifício antes da intervenção de restauro (Foto 60). Estes aspectos levam simultaneamente a duvidar sobre a tipologia primitiva da casa capitular, se na origem seria coberto por uma abóbada ou se teria um pé-direito diferente do actual (Foto 38) ou ainda se o dormitório das conversas seria no piso superior.

<sup>66</sup> Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.88.

<sup>67</sup> Reynaldo dos Santos salienta a amostra de azulejos dos séculos XVII e XVIII na igreja de Almoester, e destaca em particular a importância da única amostra de cerâmica do primeiro quartel do século XVII, os azulejos armoriados. Estes infelizmente foram retirados das paredes e encontram-se actualmente arrumados em caixotes, sob a tribuna da capela-mor. Cf. SANTOS, Reynaldo dos, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Editora Sul Lda, 1957, p.79.

<sup>68</sup> Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, pp.88-91.

<sup>69</sup> Cf. COCHERIL, *Ob. cit.*, p.145.

<sup>70</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.80-86 e p.92.

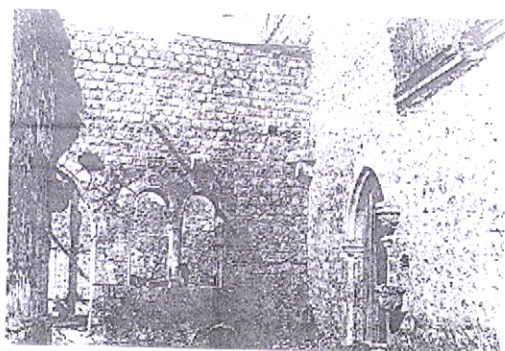
<sup>71</sup> Segundo Nelson Borges é nesta época que nos mosteiros de Cister, os dormitórios adquirem uma nova configuração com dois pisos e no interior criam-se celas individuais, alinhadas ao longo dos corredores. As cozinhas e refeitórios tornam-se mais funcionais e higiénicos. Cf. BORGES, Nelson, *Ob. cit.*, p.134.

<sup>72</sup> Cf. VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *Ob. cit.*, p.271.





**Foto 59**– Pormenor do alçado norte da igreja.



**Foto 60** – Galeria de leitura do claustro e alçado poente da casa capitular.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).

De facto, embora as conversas sejam raramente referidas na fontes consultadas<sup>73</sup>, não existem razões para pensar que não existissem neste mosteiro, ainda que se possa admitir que a maioria das tarefas pesadas seria destinada aos criados. Estes, como aliás já foi mencionado neste estudo, poderiam estar instalados na povoação, onde de facto grande parte das casas era propriedade do mosteiro<sup>74</sup>.

Nesta época, por volta do ano de 1747, existia também um hospital para pobres administrado pelo mosteiro<sup>75</sup>, que se crê correspondia às ampliações da antiga enfermaria.

O terramoto de 1 de Novembro de 1755 afectou o mosteiro, em particular os dormitórios onde abriram grandes fendas. No entanto, de acordo com a referência de Pereira de Sousa<sup>76</sup> estes danos foram reparados num ano e meio. Aceita-se que os contrafortes adossados ao pano poente deste edifício poderão ter sido construídos nesta época, em virtude daquele abalo, para garantir a estabilidade do edifício. Esta estrutura poderá ter servido de apoio às abóbadas, embora não existam referências que esclareçam esta hipótese<sup>77</sup>.

<sup>73</sup> Em relação a este tema existe uma referência sobre as conversas no estudo de Virgolino Ferreira Jorge e José Manuel Mascarenhas, sendo mencionado que a sua ala estava situada no quadrante poente do claustro. JORGE, Virgolino Ferreira, *Ob. cit.*, p.242.

<sup>74</sup> Sobre esta relação de dependência do mosteiro, existem fontes que a documentam. A.H.M.F., *Situação dos edificios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das Corporações*, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de São Bernardo, Almoester, Cx. 2043, Cp.2. Diversos Documentos entre as datas de 9/5/1871 e 26/5/1871 referem casas em Almoester como sendo propriedade do mosteiro. O mesmo sucede na Cx. 2043, Cp. 3, entre as datas de 3/7/1874 e 25/7/1874.

<sup>75</sup> Este hospital é descrito por Luiz Cardoso, referindo que recebia 38 moios de trigo semeado anualmente na Chamusca e em Alpiarça. Cf. Cardoso, Luiz, *Ob. cit.*, p. 351.

<sup>76</sup> O abalo em Almoester atingiu o grau VII na escala de Mercalli. Cf. SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *Ob. cit.*, p.309.

<sup>77</sup> Verifica-se que a espessura das paredes do edifício (0,8m), é insuficiente para suportar tal estrutura de origem. No entanto este tipo de estrutura constituiu na época uma solução muito usual para equilibrar as cargas das abóbadas sobre as paredes, a qual foi posteriormente substituída pelo uso generalizado de tirantes. Acerca deste tema agradeço as informações prestadas pelo Professor João Appleton em 8/4/97 em Lisboa.



Três anos passados sobre aquele sinistro e de novo Almoester sofreu um novo abalo. No entanto não se conhecem quais foram as repercussões no mosteiro<sup>78</sup>.

Sabe-se que em 1771 ou 1775<sup>79</sup> as monjas recolheram-se em Cós, devido à primeira tentativa de extinção dos mosteiros no reinado de D. José, e o regresso só foi possível em 1777<sup>80</sup>. Este abandono, ainda que temporário terá certamente contribuído para a deterioração do conjunto edificado.

Em 1780 o Capítulo Geral proíbe as obras de beneficiação ou reparação, pelo facto dos mosteiros da Ordem terem levado a efeito obras de vulto com encargos demasiado dispendiosos<sup>81</sup>. Este facto encadeado nos antecedentes foi contribuindo para acelerar a degradação desta casa.

#### 1.4-Intervenções no século XIX

No ano de 1887 o mosteiro foi oficialmente suprimido. A documentação fotográfica registada na época imediatamente anterior à primeira intervenção da DGEMN<sup>82</sup>, atesta o estado ruinoso em que se apresentava no início do século XX. Esta degradação leva a crer que, não terá sido apenas a natureza encarregue desta destruição. Certamente, como aliás sucedeu frequentemente em casos semelhantes<sup>83</sup>, a reutilização dos materiais, posteriormente empregues nas construções locais, assim como diversos actos de vandalismo, terão conjuntamente contribuído para acelerar este processo. Considerando a descrição de Fialho de Almeida<sup>84</sup> de Agosto de 1889, verifica-se que o mosteiro se encontrava em muito mau estado de conservação, tendo sido roubados os santuários e as pinturas, e vandalizadas estátuas e outros elementos decorativos. Finalmente, as novas funções que foram destinadas aos edifícios regulares, sujeitaram-no a alterações da tipologia original. Destas acções foi poupada a igreja, lugar sagrado, que posteriormente passou a desempenhar a função de igreja paroquial de Almoester. Este pedido foi dirigido à Direcção Geral dos Próprios Nacionais pela paróquia de Almoester ainda no ano de 1887<sup>85</sup>. A igreja foi cedida a título provisório à paróquia para continuação do culto e sede da paróquia, na condição de que fossem efectuadas todas as obras de reparação de que carecia. À data, a igreja encontrava-se em mau estado de conservação : destelhada e arruinada. Nesta concessão foram também anexas as casas do confessor e a hospedaria, para residência paroquial e estabelecimento das escolas primárias.

<sup>78</sup> No Cartaxo, situado a cerca de 5 quilómetros de Almoester este abalo atingiu o grau VII e em Santarém o grau VIII de intensidade na escala de Mercalli. Cf. SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *Ob. cit.*, p.422.

<sup>79</sup> Artur de Gusmão refere que a decisão sobre a extinção dos mosteiros pequenos foi tomada em 2 de Agosto de 1771, enquanto que José Marques refere que esta proclamação sucedeu em 17 de Dezembro de 1775. Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de, *A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal. Ensaio de Arquitectura da Idade Média*, Lisboa, 1956, pp.232. Cf. MARQUES, José, *Ob. cit.*, p.353.

<sup>80</sup> Cf. COCHERIL, Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1986, p.485.

<sup>81</sup> Cf. MARQUES, José, *Ob. cit.*, p.368.

<sup>82</sup> DGEMN, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo de obras gráfico e fotográfico nº 141606017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação.

<sup>83</sup> Cf. COCHERIL, Maur, «L'Orde de Cîteaux au Portugal. Le problème historique», *Studia monástica*, Vol.I, Fasc. I, Abadia de Montserrat, 1954, p.89.

<sup>84</sup> Cf. ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, 2ª edição, Vol.I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911, pp.44-45 (Agosto de 1889).

<sup>85</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº 249, 30 de Outubro de 1888 (Decreto-lei de 25 de Outubro).

Em 1888, o restante conjunto monástico, foi cedido à Coudelaria Nacional do Sul<sup>86</sup>, que aqui manteve instalada uma pecuária nos antigos edifícios do refeitório e dormitório por mais de um século (Des. 20).

Não se conhecem referências às obras a que foram sujeitos os diversos edifícios regulares nestas adaptações às novas funções que lhes foram destinadas. Apenas em relação à igreja, Gustavo de Matos Sequeira<sup>87</sup> refere que foi removido o cadeiral e retirado o gradeamento do vão central da parede divisória. Desta grade é possível ainda observar os vestígios daquele antigo encastramento na cantaria (Foto 12).

Sobram poucas referências sobre o espaço ajardinado do claustro. Já no início do nosso século é mencionada pelos habitantes de Almoester a existência no jardim de sebes geométricas de buxo, diversos arbustos e árvores, entre elas uma grande palmeira (Foto 56) e a já mencionada parreira gigante (Foto 48).

### 1.5- Intervenções no século XX

Em 8 de Novembro de 1909<sup>88</sup>, um grande temporal causou grandes estragos no mosteiro, tendo desabado parcialmente o edifício dos dormitórios. A cobertura da igreja destruída deixou que as águas pluviais se infiltrassem destruindo as pinturas murais no interior. Destas ainda se observam actualmente vestígios na zona superior dos pilares. Ficaram também arruinados diversos edifícios da abadia, em particular uma construção situada a sudoeste da igreja, onde estavam instaladas as escolas oficiais, assim como os dormitórios.

Em 1911, um sismo abalou novamente Almoester. Embora apenas exista a referência sobre a intensidade ter atingido o grau VII na escala de Mercalli<sup>89</sup>, pode-se crer que esta influência terá originado consequências negativas no conjunto edificado. Para além deste aspecto, é também através da descrição do mosteiro realizada na década de quarenta por Gustavo de Matos Sequeira<sup>90</sup>, complementada com os registos gráficos e fotográficos da DGEMN<sup>91</sup> antes da grande intervenção de restauro, que se pode inferir sobre a deficiente condição em que se encontrava o conjunto monástico na época. No claustro subsistia parcialmente arruinada a galeria da leitura e um lanço da galeria do capítulo (Foto 61). O restante desta galeria encontrava-se destruído, sobrando apenas a noroeste um troço abobadado (Des. 21 e Foto 44).

Após o longo período de abandono a que foi votado o mosteiro, em 1920 a igreja e as ruínas do claustro consideradas como os elementos representativos do conjunto foram classificados como Monumento Nacional<sup>92</sup>.

Tal como hoje se apresenta, o mosteiro, resulta em grande parte das obras a que foi sujeito a partir do ano de 1942 até cerca de 1987 levadas a efeito pela DGEMN. Estas incidiram essencialmente sobre a igreja, o claustro e a sala capitular, tendo sido praticamente excluídos deste projecto os edifícios do dormitório e refeitório. Crê-se que

<sup>86</sup> Cf. Diário do Governo, 1ª série, nº 299, 31 de Dezembro de 1888 (Decreto-lei de 20 de Dezembro).

<sup>87</sup> Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.88.

<sup>88</sup> Cf. "O temporal", *O Século*, Ano 29, nº 10024, 4ª feira, 10 de Novembro de 1909. Gustavo de Matos Sequeira refere que aquele temporal destruiu a cobertura da igreja, que foi deixada uns poucos de Invernos. Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.88.

<sup>89</sup> Cf. SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *Ob. cit.*, pp.420-422.

<sup>90</sup> Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, pp.87-91.

<sup>91</sup> DGEMN, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo convento*, Processo de Obras nº 141606017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação.

<sup>92</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª Série, nº 109, 27 de Maio de 1920 (Decreto-lei nº 6644).

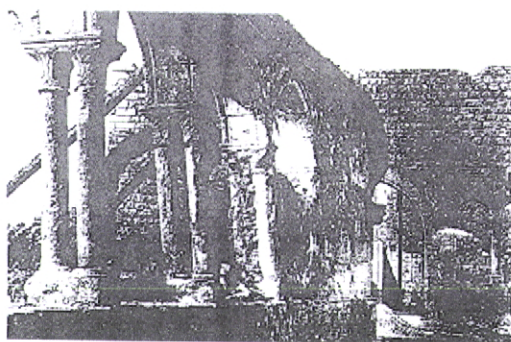


terá sido a classificação parcial do monumento e a afectação daqueles dois edifícios à Coudelaria Nacional que proporcionou o progressivo esquecimento daquelas dependências como parte integrante do conjunto monástico.

Fazendo uma síntese deste conjunto de intervenções, refira-se genericamente que no início, as modificações arquitectónicas e acrescentos considerados pós-medievais foram parcial ou totalmente removidos, e que simultaneamente se procurou manter e restaurar os vestígios medievais daquelas estruturas<sup>93</sup>. Posteriormente apenas foram efectuadas acções pontuais de restauro. Estes trabalhos<sup>94</sup>, que se prolongaram por mais de três décadas com algumas interrupções são descritos sucintamente em seguida :

Entre os anos 1942 e 1957 foram efectuados trabalhos de demolição dos edifícios anexos ao Monumento considerados sem valor histórico, e iniciou-se a consolidação das ruínas com interesse arqueológico.

Foram destruídos os edifícios, de que fazia parte o coro-alto, situados a poente da igreja, tendo sido efectuada a reconstrução deste paramento, que envolveu a execução de vitrais para a rosácea (Des. 22). Neste pano foram também edificadas os dois contrafortes para compensar a ausência daquelas edificações destruídas (Fotos 53 e 62). A arcaria do alpendre adjacente à igreja foi adossada ao pano sul da igreja (Fotos 49, 50 e 63) e o arco triunfal foi deslocado para a zona poente da igreja (Foto 32). No interior da igreja foi colocado o pavimento em tijoleira. Foram restaurados os altares de talha dourada situados nas naves colaterais, tendo sido no entanto em simultâneo



**Foto 61** – Arcaria da galeria de leitura do claustro.

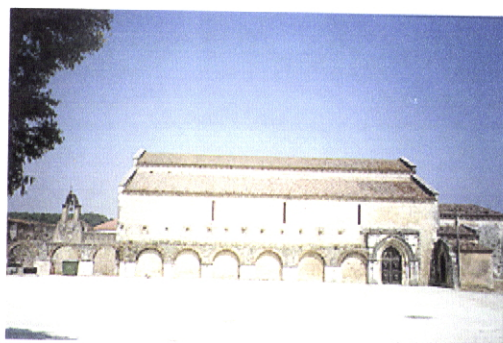
Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).



**Foto 62** – Alçado poente da igreja.

<sup>93</sup> Estas acções enquadram-se nos critérios de intervenção que a DGEMN seguia na época, sob a influência das teorias de Viollet-le-Duc. Sobre este assunto foram consultados os autores Louis Réau e Maria João Baptista Neto. NETO, Maria João Lopes Quinta Baptista, “Critérios de actuação”, A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónicos em Portugal (1929-1960), Vol.I, Lisboa, 1995, pp.433-450. RÉAU, Louis, *Histoire du vandalisme. Les monuments détruits de l’art français*, Édition augmentée par Michel Fleury et Guy-Michel Leproux, Paris, Éditions Robert Laffont, 1994, pp. 22.

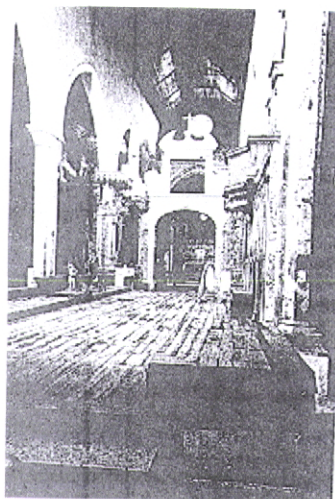
<sup>94</sup> Estas referências são fundamentadas no Processo de obras gráfico e fotográfico da DGEMN, relativo a Almoester. DGEMN, A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo convento, Processo de obras gráfico e fotográfico nº 141606017, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação.



**Foto 63** – Alçado sul da igreja.

removida grande parte da decoração no interior da igreja (Fotos 64 e 65). Foi instalada a corrente eléctrica. Foram ainda efectuados grandes trabalhos de reintegração das fachadas, que incluíram o restauro do portal principal em cantaria<sup>95</sup> e a remoção dos elementos decorativos em alvenaria localizados nas cimalthas no exterior da igreja (Fotos 49 e 66).

A diferença de alturas entre a nave central e as laterais aparentemente resultaram das alterações efectuadas nos panos murários da igreja e na estrutura do telhado no intuito de repôr aquela volumetria na forma original levada a efeito pela DGEMN nesta data. Embora nas igrejas trecentistas fosse comum esta solução, em Almoester, a solução adoptada resultou de forma estranha já que habitualmente aquele desvão tinha a função de ampliar a iluminação no interior<sup>96</sup>.



**Foto 64** – Nave central da igreja.

*Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).*



**Foto 65** – Nave central da igreja.

<sup>95</sup> Francisco Teixeira alerta para o facto deste restauro não deixar compreender como teria sido na origem o remate superior do alfiz e coloca duas hipóteses: ou terminava numa moldura horizontal ou num gablete pontiagudo. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, p.101.

<sup>96</sup> É o caso da igreja de Santa Clara em Santarém. Esta igreja foi fundada no ano de 1259. Cf. DIAS, Pedro, *Ob. cit.*, p.37.



Foram reconstruídos na totalidade os telhados e tectos da sacristia, casa capitular (Fotos 38 e 60) e da capela de Nossa Senhora da Piedade (Fotos 45 e 50). Nesta capela que se pretendia viesse a tomar a função de baptistério foram efectuados os trabalhos de execução da porta em madeira, fabrico e colocação de azulejos artísticos. Foi reparado o pavimento da casa capitular, onde foi disposta tijoleira substituindo o anterior lajedo de cantaria<sup>97</sup>.

No claustro foram reconstruídos e consolidados os arcos, incluindo a substituição e fabrico de alguns colunelos, bases, capitéis em cantaria e foi construído o muro de embasamento incluindo o capeamento em cantaria (Fotos 60 e 67). Simultaneamente foi colocado o pavimento nas galerias e levantadas as lajes das sepulturas para regularização. Foram demolidos os troços da cobertura abobadada da galeria da leitura que se encontravam em perigo de ruína, e entre a igreja e a casa capitular foi levantada a cobertura em telha sobre uma armação de madeira (Des. 23). Desta estrutura são ainda visíveis na parede da igreja, os vazios onde encastravam os barrotes da armação de madeira do telhado (Foto 22). Finalmente foi efectuado o arranjo do jardim do claustro, com a remoção de grande parte da vegetação rasteira e arbustiva.

Entre 1957 e 1968, prosseguiram os trabalhos de reconstrução e foram também efectuadas pequenas reparações, de acordo com as verbas concedidas, no arcaz da sacristia, no assentamento de azulejos, na limpeza e reparação geral do telhado, na caiação e pinturas de paredes e madeiras.

Em 1986, a pedido do IPPC, foi constituída uma “Brigada do Instituto José de Figueiredo”, no intuito de verificar o estado de conservação das esculturas, talhas e



**Foto 66** – Alçado norte da igreja.



**Foto 67** – Galeria de leitura do claustro.

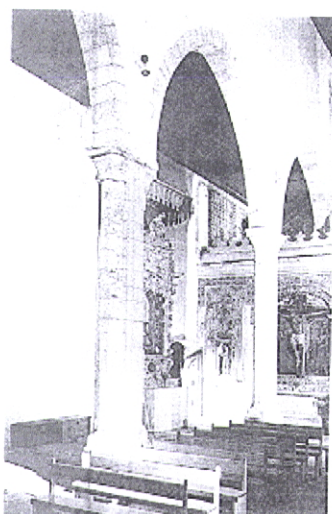
mobiliário da igreja do mosteiro. As referências àquelas estruturas são quase todas relativas ao mau estado de conservação em que se encontravam, em particular os altares de talha, cujas estruturas se apresentavam destacadas da parede de suporte e em desequilíbrio, apresentando diversas lacunas e má aderência da folha de ouro e da camada cromática. Neste relatório encontram-se documentados fotograficamente algumas imagens nos altares de talha, situados nas naves laterais da igreja, as quais não existem actualmente. É também revelada a localização dos azulejos retirados para restauro, que actualmente se encontram na capela-mor em caixotes<sup>98</sup>.

<sup>97</sup> Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Ob. cit.*, p.88.

<sup>98</sup> Estes dados referem-se ao Processo nº EO-247 de 13/5/86 relativo à visita ao mosteiro pela Brigada do Instituto José de Figueiredo, constituída pelos técnicos Ana Paula Arantes, Arménio Fontes e Belmira

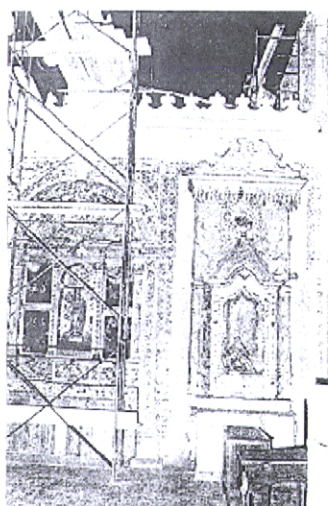
Até 1987, foi efectuado o desaterro do terreno junto à fachada sul da igreja, e colocado o gradeamento na arcaria adossada à igreja para evitar a passagem dos alunos da escola. No interior da igreja foram abertas duas passagens na parede divisória. Aparentemente esta seria a configuração original, já que na documentação fotográfica existente anterior a esta intervenção é visível a marcação de um arco em alvenaria de tijolo sob o reboco no lado norte (Fotos 68 e 69). Foram continuados os trabalhos de assentamento de azulejaria. Foi demolida a cobertura do claustro, em mau estado de conservação. Foram colocados tirantes no dormitório, com o intuito de ancorar o alçado norte ao poente, já que o estado de ruína do alçado nascente não apoiava lateralmente esta estrutura (Foto 30). Finalmente também a cerca sofreu diversas intervenções porque na época permitia a entrada franca, tendo sido reforçada a norte com contrafortes em alvenaria de pedra o muro de suporte do terreno em desnível acentuado (Foto 70).

Entretanto, a igreja de Almoester adoptou a decisão litúrgica do Concílio do Vaticano II, sujeitando-se posteriormente a diversas críticas, por o altar ter sido deslocado para poente<sup>99</sup>. Desta alteração resta o crucifixo seiscentista fixo num bloco de betão na zona poente da nave central da igreja (Fotos 17 e 52).



**Foto 68** – Nave central da igreja.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).



**Foto 69** – Pormenor da parede divisória transversal da igreja.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).

Maduro (Os números das fotografias mencionadas são respectivamente : Imagens 449, 450, 451 e 452; Altares; 256 e 259 e Azulejos 245, 250, 251, 252 e 253).

<sup>99</sup> Cf. COCHERIL, Maur, *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1972, p.343, Nota 11. Sobre este tema em geral foi consultado o estudo de Maria Antonietta Crippa. CRIPPA, Maria Antonietta, "A renovação do Concílio Vaticano II : consequências arquitectónicas e artísticas do Concílio", Actas do Colóquio sobre as Novas Igrejas de Vários Tempos, Novembro de 1996.





**Foto 70** – Muro de suporte da cerca do mosteiro a norte.

Também nesta época, a partir do ano 1970, o pároco da freguesia tomou a iniciativa com a colaboração dos paroquianos de edificar uma torre sineira e um edifício para a Associação Recreativa e Cultural de Almoster<sup>100</sup>. Esta torre sineira, em betão armado foi edificada a poente da igreja (Foto 23), para substituir a antiga pertencente ao antigo coro-alto. Aqui se manteve até aos nossos dias, embora naquela data o projecto tenha sido contestado pela DGEMN, prevendo-se que fosse retirada posteriormente<sup>101</sup>. Por volta do ano de 1975<sup>102</sup>, as antigas instalações do confessor do mosteiro (Foto 44) foram demolidas para nesse local ser construído o edifício da Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Almoster (ARCFA) (Fotos 71 e 72 e Des. 4).



**Foto 71** – Construção do edifício da ARCFA.

Fonte : Processo Fotográfico nº 141 606 017, relativo à Igreja paroquial de Santa Maria de Almoster e as ruínas do respectivo claustro da Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN (s/ref., s/d).



**Foto 72** – Alçado poente do edifício da ARCFA.

Relativamente ao edifício do dormitório, pode-se admitir que este edifício terá ficado em ruína tal como hoje se encontra (Fotos 30 e 32), a partir do temporal de 1909 cuja situação poderá posteriormente ter sido agravada com o sismo de 1911. A Coudelaria Nacional que o ocupava anteriormente poderá ter prescindido daquele

<sup>100</sup> Gerard Léroux refere que estas iniciativas foram tomadas pelo Padre Luís Batalha a quem foi confiada a responsabilidade da paróquia a partir de 1967. Cf. LÉROUX, Gerard, “Cister em Portugal. Vandalismo em Almoster”, *Notícias da Amadora*, Amadora, 7/12/1984.

<sup>101</sup> DGEMN, *A igreja paroquial de Almoster e as ruínas do respectivo convento*, Processo de obras gráfico e fotográfico nº 141606017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação, Doc. nº 275 de 9/9/1970.

<sup>102</sup> Cf. LÉROUX, Gerard em COCHERIL; Maur, *Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1986, p.439, nota de rodapé.

espaço tendo ficado limitada ao edifício do refeitório. Neste espaço encontra-se actualmente instalado o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária. Aqui são criadas cobaias (Foto 27) para experiências, substituindo o gado cavalar, caprino e suíno que aqui esteve instalado até há cerca de 10 anos. Tendo em conta esta ocupação e as sucessivas adaptações a que foi sujeito, facilmente se compreende a descaracterização tipológica e construtiva que actualmente apresenta. Sob as espessas argamassas que revestem as paredes são ainda legíveis alguns vestígios da construção de outrora (Foto 28).

## 2 – Influências formais

A análise das influências formais interessa sobretudo no primeiro momento desta construção. Referem-se no entanto alguns aspectos relativos às transformações tipológicas que o conjunto edificado sofreu ao longo dos tempos, enquanto a função monástica permaneceu inalterada.

A partir do século XIII a arquitectura cisterciense em geral começa a apresentar tendências contrárias ao rigor inicial<sup>103</sup>, integrando-se na evolução geral da arte e dando oportunidade de trabalharem nas edificações monásticas da Ordem mestres de obras laicos<sup>104</sup>. Conforme foi referido, admite-se que esta situação também se verificou no mosteiro de Santa Maria de Almoester, também por ser uma casa feminina<sup>105</sup>. A sua tipologia distancia-se formalmente do modelo cisterciense, apesar de ser contemporâneo do mosteiro de Alcobaça<sup>106</sup>. Este aspecto é tanto mais relevante quando se sabe que, apesar de ser Claraval a casa-mãe, foi este mosteiro que assumiu institucionalmente o papel de casa-mãe de Almoester.

Tal como hoje se apresenta o mosteiro é em grande parte resultado da intervenção de reconstrução e restauro, de acordo com os critérios vigentes na época, levada a efeito pela DGEMN a partir da década de quarenta. De certa forma esta intervenção concorre para dificultar a leitura do monumento tal como foi concebido na origem. Salienta-se o caso da igreja, cuja reconstrução da cobertura foi baseada no modelo dos templos trecentistas, apresentando-se escalonada, com os panos da nave central mais elevados que os das colaterais<sup>107</sup>. Esta solução que servia habitualmente nessas igrejas para ampliar o sistema de iluminação do interior, em Almoester foi consubstanciada no escalonamento da cobertura sem clerestório, contribuindo para hoje originar uma leitura desvirtuada do edifício (Fotos 63 e 66). Crê-se que na origem o sistema de cobertura primitivo seria de facto escalonado, como era tradicional e funcional para iluminação do interior, enquadrando-se na solução adoptada habitualmente nas igrejas coevas Cistercienses e Mendicantes.

Na época da fundação de Almoester, a quebra do prestígio e da observância de S. Bernardo é acompanhada pela emergência das Ordens Mendicantes, instaladas nos centros urbanos. Em Santarém, junto da Corte, considera-se que estas novas Ordens

<sup>103</sup> Cf. BRUZELIUS, Caroline Astrid, *Ob. cit.*, p.16.

<sup>104</sup> PÉREZ, José Carlos Valle, “La arquitectura cisterciense : sus fundamentos”, *Cistercium*, nº 151, 1978, p.288.

<sup>105</sup> A especificidade da natureza feminina ditava a exigência da Ordem ser adaptada ao seu sexo. Este trabalho era considerado demasiado duro para as monjas. Cf. L’HERMITE Leclercq, paulette, *Ob. cit.*, pp.291-292.

<sup>106</sup> Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de, *Ob. cit.*, pp.369-377.

<sup>107</sup> Com foi referido anteriormente a cobertura da igreja antes da intervenção da DGEMN tinha duas águas, tipologia pouco usual nas igrejas medievais. Tal como foi referido crê-se que esta forma tenha sido o resultado da campanha de obras dos séculos XVII-XVIII.



influenciaram a arquitectura desta casa bernardina. Artur de Gusmão<sup>108</sup>, adverte para o facto deste mosteiro juntamente com Odivelas, sendo das últimas fundações medievais da Ordem, revelar o declínio da arte cisterciense, e se aproximar formalmente das soluções arquitectónicas adoptadas pelas Ordens Mendicantes. Os autores Mário Chicó<sup>109</sup> e Pais da Silva<sup>110</sup> também dedicam alguma atenção a este tema. Recentemente é Francisco Teixeira<sup>111</sup> que analisa o modo como Almoester se sujeitou àquela influência, a nível planimétrico, espacial e estrutural. A estes aspectos acrescenta o facto do mosteiro, por ser feminino acentuar aquela permeabilidade, considerando que nestas casas era habitualmente utilizada mão-de-obra local. Neste estudo são mencionadas as características formais e espaciais da igreja de Almoester, que no conjunto se assemelham aquelas da preferência das ordens mendicantes. O autor destaca o facto desta casa monástica ser uma construção modesta apenas abobadado na cabeceira, sendo o tecto do corpo das naves em madeira e a concepção original da espacialidade frágil, simples e austera (hoje fácil de reconhecer, depois de terem sido removidos pela DGEMN quase todos os acrescentos decorativos posteriores à concepção do edifício). Para além daqueles aspectos característicos das construções mendicantes, refere em particular as duas passagens estreitas que ligam entre si as três capelas absidais. E menciona também o facto do corpo das naves ser composto por três naves formadas por arcos apoiados em pilares rectangulares, cujos capitéis apresentam decoração vegetalista<sup>112</sup> (Fotos 14 e 73). Finalmente, como já foi atrás mencionado, o autor apresenta uma proposta inédita sobre a cabeceira primitiva da igreja ser poligonal com cinco lados, aproximando-se da tipologia de Santa Clara de Santarém.



**Foto 73** – Capitel da arcaria norte divisória do corpo das naves com decoração fitomórfica.

<sup>108</sup> Nas suas obras Artur de Gusmão refere Almoester e Odivelas como exemplos da decadência do espírito original da Ordem. Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de, “Os mosteiros de Cister na época moderna”, Lusíada, Vol. III, Nº 10, Porto, Marânus, 1957, pp.5-6.

<sup>109</sup> Mário Chicó defende que o facto da fundação de Odivelas pertencer à família Cisterciense e ser uma construção patrocinada pelo rei D. Dinis, não a impediu de apresentar formalmente as características de uma igreja franciscana. Cf. CHICÓ, Mário Tavares, *Ob. cit.*, p.110.

<sup>110</sup> Cf. SILVA, Jorge H. Pais da, *Ob. cit.*, p.5.

<sup>111</sup> Nesta análise o autor sublinha os aspectos mencionados por Artur de Gusmão e Mário Chicó. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.173-174.

<sup>112</sup> Este tema da decoração dos capitéis das naves e do claustro é desenvolvido por Francisco Teixeira. Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.120-125.

Relativamente às técnicas de construção, Almoſter conjuga a simplicidade arquitectónica com uma pobreza técnica, revelada na irregularidade planimétrica da igreja, da casa capitular e do claustro, e na economia de materiais utilizados, alvenaria e madeira. Esta situação é contrária à prática cisterciense, pelo cuidado dado às construções, nas quais a escolha de formas simples é apenas uma opção de acordo com o espírito de S. Bernardo<sup>113</sup>. Estas soluções técnicas e construtivas aproximam-se das que eram caras aos mendicantes.

O cenóbio de Almoſter, por ser feminino, permite interpretar simultaneamente dois aspectos que se reflectiram nas características formais e construtivas referidas. Na época desta fundação predominavam os valores masculinos, admite-se que seria dispensado menor cuidado nesta edificação. De facto, embora estas casas partilhem os mesmos princípios espirituais e contenham os mesmos lugares regulares que as abadias masculinas, apresentam frequentemente uma distribuição diversa (Des. 18). Uma vez que, as monjas não participavam na edificação do mosteiro, crê-se que em Almoſter, a mão-de-obra interveniente tenha sido de mestres de obras locais, eventualmente de Santarém. A proximidade e as relações frequentes estabelecidas entre Santarém e o seu termo, permitem admitir esta hipótese. Eventualmente aqueles mestres de obras poderão até ter colaborado na edificação da igreja de Santa Clara, fundada em 1259<sup>114</sup>. Como prova destas circunstâncias seria interessante verificar comparativamente as marcas de canteiros já identificadas em Almoſter (Des. 16), e naquela casa clarissa.

Se a influência daquela arquitectura se faz sentir em Almoſter, refira-se que a herança de Cister também não se perdeu, porque o espírito de pobreza, simplicidade, e autenticidade subsistem, nestas novas Ordens. De facto, estas seguiam os modelos cistercienses primitivos, abolindo todos os elementos supérfluos contrários à pobreza religiosa<sup>115</sup>, de acordo com a determinação de seguir estes princípios na vivência monástica. Admite-se ainda que as campanhas de obras realizadas entre os séculos XVI e XVIII, e ainda até à extinção da abadia, contribuíram para alterar definitivamente este carácter, que tal como foi referido primava na concepção espacial, nos aspectos decorativos, técnicas e materiais construtivos. Estas intervenções posteriores de carácter estilístico e funcional acompanham de perto a evolução natural da Ordem, deixando marcada a distância da ideia original que presidiu à sua concepção. Tendo em conta a época em que foram realizadas, estas intervenções correspondem de forma coerente à evolução das necessidades e variação de gosto da comunidade. A qualidade destas intervenções atesta a intenção cuidada de valorizar o existente. Consideram-se graves as intervenções posteriores, já contemporâneas da Carta de Veneza (1964), sobre as quais é feita referência no seguinte capítulo.

### 3 – Mestres de Obras

Apesar de ser contra as prescrições da Ordem, a utilização da mão de obra local foi bastante comum nas edificações cistercienses<sup>116</sup>. Como foi atrás mencionado também em Almoſter, a mão-de-obra interveniente terá sido em grande parte de mestres de obras locais. No entanto, existem escassas referências, que comprovem esta situação,

<sup>113</sup> Cf. PRESSOUYRE, Léon, *Ob. cit.*, p.64.

<sup>114</sup> Cf. DIAS, Pedro, *Ob. cit.*, p.37.

<sup>115</sup> Cf. DIMIER, Anselme; PORCHER, Jean, *L'art cistercien - France*, 3ª edição, Abbaye Sainte Marie de la Pierre-qui-vire (Yone), Zodiaque, (Collection La nuit des temps, nº16), 1982, p.34.

<sup>116</sup> Esta situação também se verificou em Alcobaça. JORGE, Virgolino Ferreira, "Space and Eurythmy in the Medieval Abbey of Alcobaça", *Studies in Cistercian Art and Architecture*, Vol.V, 1994, p.2.



sobre os artífices que ao longo dos quase cinco séculos de existência deste conjunto monástico participaram na sua construção.

Francisco Teixeira<sup>117</sup> identifica o mestre de obras que acompanhou as obras trecentistas do claustro – *Ioannis Dauide*. A sua sigla é reconhecida nos dois tramos a nascente da arcaria da leitura e no primeiro troço do capítulo (Des. 16).

Sousa Viterbo<sup>118</sup> menciona um contrato datado de 1305, no qual um carpinteiro judeu de Santarém, chamado *Abrahão*, se compromete a assobradar os paços de D. Berengária. Julga-se que este dado confirma a inclusão daquele edifício no conjunto monástico, o qual nesta data teria sido sujeito a obras de melhoramentos ou ampliação. Custódio da Silva<sup>119</sup> interpreta este contrato como sendo relativo a uma obra mandada fazer de raiz por D. Berengária, na qual naquele ano se construía o piso superior, porque era de tradição a nobreza patrocinadora e fundadora construir os paços junto ao mosteiro para seu uso específico. Crê-se no entanto, que este autor não tomou em consideração o facto de D. Berengária ter ingressado na Ordem como monja.

No ano de 1525, foi efectuado outro contrato, entre o mosteiro e Bernardo Anes, pedreiro<sup>120</sup>, que é referido como *mestre de obras do mosteiro*, afim de realizar a obra de um moinho, propriedade do mosteiro,

## 4 – Materiais e sistema construtivo

### 4.1 – Materiais de construção

Considerando que as edificações preexistentes, a capela e o paço de D. Sancha, foram integradas no plano do mosteiro, admite-se que esta situação tenha diminuído de modo significativo a extracção das matérias primas necessárias àquela edificação e o mesmo terá sucedido com os trabalhos envolvidos na edificação do mosteiro. Estas duas tarefas, habitualmente levadas a efeito pelos monges construtores ou, como sucedeu neste caso, pela mão-de-obra local disponível, terão ficado vantajosamente reduzidas.

Neste processo a atitude mais lógica e natural seria a recolha dos materiais no próprio local e região envolvente. Salvaguardam-se no entanto as excepções do portal principal, das balaustradas dos púlpitos e na guarda da capela-mor, cuja madeira, é de origem exótica, crê-se que seja pau santo.

Aceita-se que a pedra utilizada na construção (alvenaria e cantarias), proveio da pedra de Botelhas ou Castro, sendo do tipo *Calcários de Almoester*. Crê-se que não só na origem como nas intervenções posteriores foi sempre utilizado este material<sup>121</sup>. Neste contexto salienta-se que são facilmente identificáveis as pedras colocadas recentemente nas intervenções da DGEMN, pelo corte apresentar arestas mais marcadas e ausência de patine (Foto 74). As características litológicas deste material, são mencionadas por G. Zbyszewski<sup>122</sup>, que refere tratar-se do nível designado C1 (4ª assentada) identificado

<sup>117</sup> Cf. TEIXEIRA, Francisco, *Ob. cit.*, pp.131-132.

<sup>118</sup> Cf. VITERBO, Sousa, *Ob. cit.*, pp.479-480.

<sup>119</sup> Cf. SILVA, José Custódio Vieira da, *Ob. cit.*, p.96.

<sup>120</sup> Cf. VITERBO, Sousa, *Ob. cit.*, pp.504-506.

<sup>121</sup> Esta afirmação é feita com base num teste laboratorial expedito efectuado amavelmente pelo Professor Luís Aires-Barros, no Instituto Superior Técnico em 5/2/1997. Como foi referido, foram recolhidas amostras da pedra e dos diversos locais do mosteiro, concluindo-se sobre idênticas características petrográficas e origem comum.

<sup>122</sup> Cf. ZBYSZEWSKI, G., *Notícia explicativa da folha 31-A/Santarém*, Lisboa, Carta Geológica de Portugal, Serviços Geológicos de Portugal, 1953, pp.10-11.



entre outros seis níveis de formações calcárias do Miocénico, do sub-período Pontiano. Este conjunto apresenta fácies variadas que vão desde calcários margosos, compactos brechóides, conglomeráticos ou pulverulentos. Para além destas características os *Calcários de Almoester* apresentam a particularidade de conter fósseis moluscos terrestres e de água doce. Dinis da Gama<sup>123</sup> reconhece a boa qualidade mineralógica deste material pétreo, com aspecto compacto e cor esbranquiçada intercalada por manchas acinzentadas. Destaca-se o facto desta rocha apresentar um índice de porosidade acentuado, uma vez que a absorção de água é de 4,1%-4,8%, consoante as zonas de extracção<sup>124</sup> (Des. 24). Na observação dos perfis das frentes de desmonte da pedreira, observa-se a presença de argilas muito frequente com cor castanho avermelhado. Esta coloração deve-se à presença dos óxidos de ferro, resultantes da meteorização do calcário, provocada pelo anidrido carbónico, transportado pelas águas através da fracturação muito comum neste maciço. Como consequência é referido que a brita produzida nesta pedreira tem uma qualidade inferior, quando comparada com esta matéria prima proveniente da Serra dos Candeeiros que se apresenta mais homogénea<sup>125</sup>. A variedade de fácies da rocha local é possível reconhecer e identificar na edificação. Destaca-se em particular por ser menos frequente a utilização dos calcários conglomeráticos<sup>126</sup> (Foto 75), contrastando com a rocha brechóide na tonalidade branco e acinzentado, vulgarmente usada nas cantarias por ser mais compacta (Foto 76). Nas alvenarias verifica-se o uso de uma outra variedade mais margosa, que apresenta uma tonalidade mais ocre<sup>127</sup> (Foto 77).



**Foto 74** – Distinção entre a pedra utilizada na origem e aquela que foi posteriormente utilizada na intervenção da DGEMN.



**Foto 75** – Exemplo da utilização do calcário conglomerático, no pavimento do adro da igreja.

<sup>123</sup> Cf. GAMA, C. Dinis da, *Ob. cit.*, pp.4-6.

<sup>124</sup> Estes dados correspondem aos resultados das análises químicas efectuadas por Dinis da Gama. Cf. GAMA, C. Dinis da, *Caracterização da geologia, reservas, extracção e britagem da Pedreira de Botelhas ou Castro. Relatório*, Lisboa, Hidroprojecto, 1996, p.13. Estes valores são elevados comparativamente aos que se verificam no lioz com 0,11% e 2,3% no Moca Creme. Agradeço esta informação gentilmente cedida pelo Sr. Professor Aires-Barros em 3/4/1997 no Instituto Superior Técnico.

<sup>125</sup> Cf. SAGA, *Relatório Geológico Preliminar sobre a Pedreira de Almoester*, Santarém, 8/3/1995, pp.2-3 (policopiado).

<sup>126</sup> Este tipo de calcários são formados por calhaus, cascalho ou saibro ligados com cimento silicioso, calcário, argiloso, ferruginoso ou misto. Cf. COSTA, Joaquim Botelho da costa, *Estudo e classificação das rochas por exame macroscópico*, 5ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p.78.

<sup>127</sup> Agradeço estas importantes informações prestadas pelo Sr. Professor Luís Aires-Barros, analisada através da documentação fotográfica em 3/4/1997, no Instituto Superior Técnico.





**Foto 76** – Utilização do calcário *brechóide* na cantaria do alfiz da porta principal da igreja.



**Foto 77** – Utilização do calcário *margoso* na alvenaria da casa capitular.

As referências que se seguem a respeito dos outros materiais utilizados nesta construção, são temporalmente distantes da origem desta construção. Pela tradição, uma determinada actividade mantém-se no mesmo local durante séculos, este facto leva a crer na hipótese destes locais de extracção dos materiais utilizados na construção tenham perdurado até ao século XIX.

Actualmente, exceptuando o refeitório e o caso pontual da cabeceira da igreja que apresenta o reboco em muito mau estado de conservação pode-se referir que todos os edificios apresentam ausência de uma camada de revestimento exterior. No interior dos mesmos, no entanto, encontram-se rebocados e pintados. Salienta-se o facto desta ausência não se enquadrar no âmbito do sistema construtivo tradicional em que as paredes de alvenaria irregular mista eram rebocadas e pintadas<sup>128</sup>. Tradicionalmente as argamassas eram compostas de cal e areia, cuja proporção variava consoante a utilização. Habitualmente nas primeiras camadas o traço era 1:3, com uma granulometria maior e uma quantidade menor de ligante. As últimas camadas tinham uma granulometria menor e maior quantidade de ligante, na proporção de 1:2<sup>129</sup>.

Em Almoester, de acordo com as análises químicas efectuadas sobre as argamassas existentes<sup>130</sup> verificou-se que foi utilizado o traço 1:3,5, de cal hidratada com mistura de dois tipos de areia (uma de rio e outra mais fina provavelmente proveniente do areeiro de uma pedreira). Esta composição tradicional induz sobre a antiguidade destas argamassas que remontam ao século XVIII ou XIX. Pode-se crer que terá sido utilizado como ligante a cal aérea hidratada cuja proveniência poderá ser dos fornos de cal de Cavernaes<sup>131</sup> ou do Casal da Pisca ou dos Coelho<sup>132</sup>, ambos sítios na freguesia de Almoester. A areia poderá ter sido recolhida no leito da ribeira de Almoester

<sup>128</sup> Este conceito é referido e aprofundado por Fernando Henriques. Cf. HENRIQUES, Fernando, *A conservação do património histórico edificado*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Memória nº 775), 1991, p.22.

<sup>129</sup> Cf. SBORDONI-MORA, Laura, *Mortars cements and grouts used in the conservation of historic buildings*, Roma, ICCROM, 1981, p.381.

<sup>130</sup> Esta análise química foi elaborada pela Engenheira Ângela Nunes, nos laboratórios da Secil Martingança, e foi transmitida pelo Sr. Eng. José António Alvarez, gerente desta empresa. As amostras foram recolhidas em todos os paramentos de cada edificio, exceptuando o refeitório por dificuldade de extracção deste material.

<sup>131</sup> Cf. AHMF, *Situação dos edificios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das Corporações, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de São Bernardo, Almoester*, Cx. 2043, Cp. 1, doc. 16 de 10/10/1869.

<sup>132</sup> Cf. AHMF, *Situação dos edificios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das Corporações, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de São Bernardo, Almoester*, Cx. 2043, Cp.1, Doc. 108 de 20/10/1869.



ou da Atalaia e do areeiro da Pedreira de Botelhas ou Castro. Finalmente o acabamento das paredes poderá ter sido efectuado através do processo natural de caiação, com leite de cal.

As abóbadas da cabeceira (Fotos 8, 10 e 11) e as paredes divisórias das naves (Foto 14) foram revestidas a partir do século XVI, com pinturas murais. Nas abóbadas crê-se que os pigmentos da tinta foram fixados sobre uma argamassa de cal ou cal com pó de pedra calcária (denominada barramento), enquanto húmida<sup>133</sup>.

As madeiras utilizadas primitivamente nas coberturas, nas portas, janelas e pavimentos o pinho (*Pinus pinaster* L.), terão sido provenientes do pinhal, sito em Cavernaes, na freguesia de Almoester<sup>134</sup>. Embora tradicionalmente a madeira utilizada fosse o castanho (*Castanea sativa*, Mill.), através da recolha de amostras das madeiras utilizadas no forro do tecto da igreja, sala capitular e retábulos, conclui-se que foi utilizada a casquinha (*Pinus silvestris* L.)<sup>135</sup>. No entanto, esta análise não é conclusiva acerca das madeiras utilizadas originalmente, já que todos estes elementos, como anteriormente foi referido foram objecto do restauro levado a efeito pela DGEMN.

Quanto aos materiais cerâmicos (pavimentos e telhas) julga-se que terão sido fabricados na Quinta de Valle de Lobos, situada próximo da Massuça, onde existia um forno de cozer telha<sup>136</sup>. Por outro lado, considerando as referidas características litológicas de Almoester<sup>137</sup>, crê-se que também em Almoester se fizesse a exploração das margas, que seriam utilizadas no fabrico de materiais cerâmicos. Foi aliás a indústria de telha, tijolos e loiças de barro, para além do comércio, agricultura e lagares de azeite, que determinaram o já mencionado desenvolvimento de Almoester<sup>138</sup>.

## 4.2 – Sistema construtivo

A leitura do sistema construtivo dos edifícios encontra-se facilitado tanto pelo estado de ruína em que se encontram algumas das construções regulares, nomeadamente o antigo edifício dos dormitórios situado a poente, assim como pela falta de manutenção dos restantes edifícios. As intervenções levadas a efeito entre os anos quarenta e oitenta pela DGEMN já referidas, que deixaram parcialmente sem reboco os panos murários exteriores do corpo da igreja e casa capitular, e simultaneamente retiraram parte da decoração barroca no interior da igreja, permitem também entrever parcialmente a constituição destas estruturas.

<sup>133</sup> Sobre este assunto agradeço o esclarecimento do Arquitecto José Aguiar, em 28 de Abril de 1997.

<sup>134</sup> Cf. AHMF, *Situação dos edifícios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das Corporações, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de São Bernardo, Almoester*, Cx. 2043, Cp. 1, doc. 16 de 10/10/1869.

<sup>135</sup> Acerca desta matéria agradeço as informações do Sr. Engenheiro Saporiti Machado, que efectuou um teste expedito sobre amostras deste material recolhido em Almoester, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Departamento de Estruturas / Núcleo de Madeiras, em 25/2/97.

<sup>136</sup> AHMF, *Situação dos edifícios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das Corporações, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de São Bernardo, Almoester*, Cx. 2043, Cp. 1, doc. 108 de 10/10/1869.

<sup>137</sup> Cf. GAMA, C. Dinis da, *Ob. cit.*, pp. 4-5.

<sup>138</sup> Cf. SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *Ob. cit.*, p.309.



### 4.2.1 – Fundações

Neste estudo não foram efectuadas sondagens às fundações. Constatou-se que não são aparentes embasamentos exteriores acima do nível do chão em nenhum dos edifícios, senão na capela-mor (Foto 78).



**Foto 78** – Embasamento no alçado sul da capela-mor.

Admite-se, de acordo com o que é usual neste tipo de construções, que as fundações terão sido construídas de forma contínua, acompanhando e excedendo o limite da base das paredes resistentes que nelas assentam. Aceita-se que os materiais e técnicas construtivas empregues na edificação das fundações são idênticos aos dos paramentos, e que a sua dimensão não atinge grande profundidade<sup>139</sup>. Considerando as características geológicas da zona, anteriormente referidas, crê-se que estas fundações estejam assentes em terreno rochoso.

No processo de identificação dos materiais e tecnologias adoptadas nas fundações do mosteiro seria necessário recorrer a uma prospecção, que implicaria a abertura de poços de inspecção que permitissem simultaneamente a identificação dos materiais constituintes e do próprio terreno. Esta inspecção seria complementada com análises laboratoriais das amostras recolhidas, que poderiam permitir identificar as características e o estado de conservação das fundações e do terreno, de modo a justificar as deficiências gerais eventualmente ocorridas no comportamento estrutural<sup>140</sup>.

### 4.2.2- Pavimentos

Crê-se que neste mosteiro os pavimentos do piso térreo são constituídos por uma camada de revestimento, colocada sobre a terra batida ou enrocamento de pedra arrumada à mão<sup>141</sup>. Na igreja, no primeiro tramo da capela-mor o pavimento é constituído por lajes de calcário branco com dimensões variáveis resultantes de corte até meia largura e o restante por tijoleira cerâmica tradicional (0,26 x 0,13 metros). O

<sup>139</sup> Cf. COIGNET, Jean, *Arts de bâtir traditionels : connaissance et techniques de réhabilitation*, Paris, Édisud, 1988, pp.67-68.

<sup>140</sup> Cf. APPLETON, João augusto da Silva, *Edifícios antigos. Contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Programa de Investigação Edifícios), 1991, pp.13-16.

<sup>141</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, p.23.

pavimento junto do altar-mor é constituído por lajes de calcário *azul Sintra* com 0,35 metros de lado e os dois degraus em *encarnado Negrais*<sup>142</sup> com 0,35 metros de cobertor e 0,25 de espelho. No segundo tramo o pavimento é constituído por lajes de calcário branco de forma quadrangular com 0,45 metros de lado, alternando com outros de 0,90 x 0,45 metros numa composição assimétrica (Foto 79). Nas capelas colaterais e no *templo de fora* é utilizado o mesmo material abujardado a pico fino, com forma rectangular com dimensões variáveis de 0,60 x 0,40 metros em média. O templo de dentro encontra-se revestido com tijoleira cerâmica tradicional com 0,26 x 0,13 metros, e tem um remate constituído por uma fiada de lajes calcárias com 0,45 metros de largura (Foto 80).

O pavimento da sacristia e da capela de Nossa Senhora da Piedade é constituído por lajes de calcário na tonalidade branca com as dimensões de 0,28 x 0,14 metros.

As galerias do claustro encontram-se despidas do pavimento, assim como o edificio a poente do claustro (o antigo dormitório), que se apresenta em terra batida. Na galeria da leitura, encontram-se depositados junto da arcaria uma série de lajes calcárias em mau estado de conservação, que se julga terão sido aquelas que estariam destinadas a revestir o pavimento entre as lápides nesta galeria e na do capítulo<sup>143</sup> (Foto 67).



**Foto 79** – Pormenor do pavimento da capela-mor.



**Foto 80** – Pormenor do pavimento da igreja de dentro

O refeitório encontra-se revestido no piso térreo com tijoleira cerâmica tradicional com 0,24 x 0,12 metros sob uma espessa camada de cimento bastante deteriorada (Foto 81), e o piso superior apresenta a laje de betão que se encontra apoiada em duas vigas aparentes também em betão cuja distância interaxial é de 4,8 metros.

<sup>142</sup> Estas designações foram identificadas pelo Sr. Professor Aires de Barros em 5/2/97, através de registos fotográficos.

<sup>143</sup> Há referências deste lajedo ser proveniente do Palácio das Necessidades. Cf. DGEMN, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo de obras gráfico e fotográfico nº 141 606 017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação.





**Foto 81** – Pormenor do pavimento do refeitório.

#### **4.2.3 – Escadas**

Existe uma escada de acesso à tribuna do altar-mor, construída em pedra (calcário), aproveitando estruturalmente os dois muros resistentes. Tem 1,20 metros de largura e desenvolve-se em dois lanços de oito degraus no primeiro e cinco no segundo, com um patamar intermédio de forma rectangular com 0,60 metros de largura. Os degraus têm focinho, e os cinco primeiros estão quebrados. Tem 0,22 metros de espelho e 0,28 de cobertor (Foto 7).

No edifício a norte do claustro existe uma escada de acesso ao piso superior, construída em betão armado. Situa-se na confluência de duas paredes resistentes, possui dois lanços, o primeiro com doze degraus e o segundo com oito e tem uma patamar intermédio de forma quadrangular. Cada degrau tem 0,15 metros de espelho e 0,25 metros de cobertor.

#### **4.2.4 – Paredes**

As paredes nas capelas laterais e no segundo tramo da capela-mor da igreja são construídas em cantaria aparelhada. Não foi possível confirmar se estas são compostas por duas fiadas de silhares com as faces devidamente aparelhadas, e assentes em argamassa<sup>144</sup>. Uma vez que apresentam 1 metro de espessura, esta seria a solução usual de acordo com as técnicas tradicionais de construção. Nas arcarias do claustro este tipo de sistema construtivo é visível na zona arruinada a poente da galeria de leitura (Foto 82). Nestas arcarias salienta-se o facto do embasamento apresentar a zona inferior de alvenaria de pedra irregular aparelhada, enquanto que a zona superior saliente em relação à superfície inferior apresenta as faces exteriores dos blocos de pedra aparelhados regulares e boleadas (Foto 83). Esta situação, pode induzir sobre um acabamento final exterior diferente sendo possivelmente aplicada uma camada de

<sup>144</sup> Cf. COIGNET, Jean, *Ob. Cit.*, pp.31-32.



reboco e pintura com leite de cal na zona inferior, enquanto na zona superior seria talvez aplicada regularmente a água de cal para protecção do material pétreo<sup>145</sup>.



**Foto 82** – Pormenor construtivo da parede da arcaria do claustro.



**Foto 83** – Pormenor construtivo do embasamento Da arcaria do claustro.

No segundo tramo da capela-mor, no corpo longitudinal da igreja, e na casa do capítulo, os paramentos são construídos em alvenaria ordinária, cujas pedras irregulares são aparelhadas numa das faces e assentes em argamassa de cal aérea e areia. Nos espaços vazios entre os blocos encontram-se pedaços de pedra, de modo a travar e calçar aqueles grandes blocos tornando-os maciços e estáveis<sup>146</sup> (Foto 84). Tendo em conta a espessura deste paramento, 0,80 metros, admite-se que também seria construído pela justaposição de dois panos, os quais, tal como sucede nas paredes de cantaria aparelhada seriam ligados através de uma argamassa<sup>147</sup>. A utilização das argamassas neste tipo de alvenaria é bastante vulgar, e comporta-se como um elemento ligante que garante a solidez do conjunto<sup>148</sup>.

Foi possível verificar, ainda que parcialmente, a constituição dos panos murários da capela de Nossa Senhora da Piedade, da sacristia, do refeitório e do dormitório. São de alvenaria ordinária, mista, constituída com pedra e tijolo de burro, também com argamassa de cal aérea e areia (Foto 85).

<sup>145</sup> Este conceito é referido pelo Professor Fernando Henriques, designando por superfície de sacrificio. Cf. HENRIQUES, Fernando, “Algumas reflexões sobre a construção do património histórico edificado em Portugal”, *Actas do 2º Encore – Encontro Nacional sobre Conservação e Reabilitação de Edifício*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1994, pp.67-78.

<sup>146</sup> Este tipo de alvenaria é designado de encasque, e a operação de preencher os vazios com aqueles fragmentos de pedra é designado por *maciçar*. Cf. SEGURADO, João Emílio dos Santos, *Alvenaria e cantaria*, 4ª edição, Lisboa, Biblioteca de Instrução profissional, Livraria Bertrand, s.d. p.64.

<sup>147</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, pp.33-34

<sup>148</sup> Cf. BRANCO, J. Paz, *Manual do Pedreiro*, Lisboa, Laboratório nacional de Engenharia Civil (M-3), 1981, p.69.



**Foto 84** – Pormenor construtivo da parede da igreja.



**Foto 85** – Pormenor da constituição da parede poente da capela de Nossa Senhora da Piedade.

Todos os paramentos referidos foram construídos para desempenhar uma função resistente, mas as respectivas espessuras variam conforme a carga a que estão sujeitas. A utilização de abóbadas para cobrir os espaços da cabeceira da igreja, da sacristia e da capela de Nossa Senhora da Piedade, obrigou a construção de paredes mais espessas. Na igreja, no segundo tramo da capela-mor, as paredes tem 1 metro de espessura. No primeiro tramo, nas capelas colaterais e no corpo da igreja, assim como na sacristia têm 0,80 metros. Na sacristia, há que salientar o facto da parede nascente ter 1,20 metros. Considera-se que esta dimensão representa uma compensação da falta de contrafortagem ou de um edifício que naquele plano exerça uma força oposta ao impulso do tecto abobadado. Na capela de Nossa Senhora da Piedade, as paredes tem 0,60 metros de espessura. Os restantes espaços do conjunto monástico são cobertos com tectos de madeira e permitem uma espessura das paredes com cerca de 0,80 e 0,69 metros quando interiores. Tal como foi atrás mencionado supõe-se que o claustro terá tido uma cobertura abobadada tardiamente. As arcaturas apresentam 0,60 metros de espessura às quais estão adossados os contrafortes no extradorso com uma secção de 0,60 metros de profundidade e 0,40 de largura (Foto 86).

#### 4.2.5 – Cunhais

As paredes dos edifícios regulares apresentam cunhais em alhetas construídos com pedra aparelhada, com dimensões semelhantes, dispendo-se de modo a que cada pedra ao comprido alterna com outra de topo em cada face do muro. Estas pedras, denominadas juntadoiras são sempre gateadas entre si, e nos casos de paredes de alvenaria encontram-se ainda travadas por meio de gatos de unha rachada embebidos nesta<sup>149</sup> (Fotos 6, 21, 23, 33 e 78).

Estas estruturas apresentam-se actualmente em todos os edifícios sem acabamento final de reboco ou pintura contrastando com as paredes. No entanto, pode-se admitir o facto deste tipo de elementos referidos serem construídos com um fim funcional e não como intenção de marcar uma textura visual diferenciada dos paramentos que consolidam<sup>150</sup>.

<sup>149</sup> Cf. SEGURADO, João, *Ob. cit.*, p.45.

<sup>150</sup> Fernando Henriques alude a este tema na sua obra. Cf. HENRIQUES, Fernando, *A conservação do património histórico edificado*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Memória nº 775), 1991, p.22.



#### 4.2.6 – Vãos

Neste conjunto monástico existe uma grande variedade de portas e janelas, que apresentam diferentes tipologias conforme as épocas em que foram construídas. Em relação às portas, refere-se aquelas que se encontram actualmente em funcionamento, desempenhando funções na estrutura orgânica monástica, ainda que pertençam a épocas distintas. Um vão de janela trecentista (lanceta), uma janela da época quinhentista e outra da época Moderna (século XVII-XVIII).

O portal principal da igreja tem uma moldura decorativa exterior em alfiz, construída em cantaria (Foto 24). Tem um vão com largura de 2 x 4 metros de altura. As ombreiras em lioz apresentam a cabeça com 0,30 x 0,55 metros de aduela. Quer as ombreiras quer as aduelas não são peças únicas. As ombreiras são constituídas por diversos silhares aparelhados onde descansa a verga constituída por três aduelas em arco quebrado. A soleira é constituída por pedra de calcário com 0,35 metros de largura. Como a parede possui 0,80 metros de espessura, para suportar a carga que de outra forma seria descarregada sobre o vão, foi construído um sobrearco também em pedra sobre o vão com soffito de voamento, até perfazer aquela dimensão. Este arco apoia lateralmente nos enxalços com rasgamento muito ligeiro em calcário, com 0,48 metros de largura<sup>151</sup>. Na gola assenta o aro de madeira que contorna o vão de porta ligado à cantaria por parafusos, cujas porcas foram chumbadas na pedra. A porta é em madeira de origem exótica (pau preto) e encontra-se pregueada a bronze (Foto 87).



**Foto 86** – Pormenor de um contraforte no extradorso da arcaria do claustro



**Foto 87** – Pormenor da porta principal da igreja.

A porta de ligação com o claustro apresenta características construtivas semelhantes ao portal principal embora com diferentes dimensões. Possui um vão com 1,38 metros de largura e 2,20 de altura (Foto 88). As ombreiras têm a cabeça com 0,22 x 0,30 metros de aduela. A verga é uma peça construída em silhares de calcário chanfrada e terminada em arco quebrado. A soleira é constituída por uma pedra também calcária com 0,25 metros de largura, constituindo simultaneamente um degrau com a mesma dimensão no espelho. Também neste caso a largura da parede excede largamente esta dimensão da porta, tendo sido necessário escorar a restante carga da parede com um

<sup>151</sup> Cf. SEGURADO, João, *Ob. cit.*, p.180.



sobrearco em pedra com soffito de voamento, que apoia nos enxalços. Este arco apoia lateralmente nos enxalços com rasgamento em calcário de 0,50 metros. Na gola assenta o aro de madeira que contorna o vão da porta ligado a cantaria por parafusos, cujas porcas foram chumbadas na pedra.

A porta da casa do capítulo é emoldurada em cantaria e rematada com uma verga em arquivolta, com aduelas a toda a secção da parede (Foto 38). Tem um vão com 2,40 metros de largura e 1,80 de altura. Esta porta está ladeada simetricamente com dois vãos de janela com 2,2 metros de largura. Estas são compostas por dois arcos de volta perfeita amainelados que apoiam em duas colunas grupadas cujos capitéis geminados apresentam motivos fitomórficos.

A porta da capela de Nossa Senhora da Piedade apresenta um vão com 1,60 metros de largura e 2,20 de altura (Foto 45). As ombreiras tem a cabeça com 0,25 x 0,15 metros de aduela. A verga é uma peça construída em alvenaria mista de pedra e tijolo burro e termina em arco de volta perfeita. A soleira é constituída por uma pedra única com 0,45 metros de largura.

A porta da sacristia possui um vão com 0,8 metros de largura e 2 de altura. As ombreiras têm a cabeça e aduela com dimensão idêntica de 0,2 metros. A verga é constituída por diversas peças em calcário e terminação recta. São duas peças em calcário com 0,2 metros de largura que constituem a soleira (Foto 89).



**Foto 88** – Vão de porta no alçado norte da igreja.



**Foto 89** – Vão de porta da sacristia.

A rosácea encontra-se rasgada no pano fundeiro da igreja, assente numa moldura em cantaria (Foto 62). Este grande vão com 3,5 metros de diâmetro tem o rendilhado em cantaria distribuído por todo o vão circular e apresenta os vitrais incolores. A parede em que se inscreve em cantaria prolonga-se até às empenas e possibilita uma maior estabilidade estrutural à rosácea.

Na zona superior das naves laterais da igreja rasgam-se três janelas em lanceta (Foto 90). As dimensões deste vão são de 0,50 metros de largura por 1,80 de altura. A verga é construída por diversas pedras em calcário chanfrado e termina num arco de volta perfeita. A largura da parede é idêntica à espessura da janela, razão pela qual foi necessário criar um soffito de voamento também em cantaria com a dimensão de 0,70 metros.

Na fachada poente do edifício situado na ala poente do claustro (o antigo dormitório), inscrevem-se dois vãos de janela com características formais que datam da época de quinhentos (Foto 33). Tem uma moldura em cantaria encimada no extradorso da verga por um recorte contracurvado. Tem 1,50 metros de largura e 2 de altura. O mau estado de conservação em que se encontra o edifício permite a leitura das técnicas construtivas utilizadas, no qual foi efectuado o recurso a lintéis em madeira, geralmente com toros redondos em numero variável que atravessa a abertura e apoia-se nas suas extremidades na própria parede junto ao contorno da abertura. Esta é uma solução corrente na construção rural<sup>152</sup> (Foto 91).



**Foto 90** – Vão de janela na zona superior do alçado sul da igreja.



**Foto 91** – Pormenor construtivo de um vão no intradorso do alçado poente do antigo dormitório.

No edifício a norte do claustro (o antigo refeitório), existem dois tipos de vãos de janela. Um com a verga superior encimada com um arco abatido ou com terminação recta (Foto 58), possui um vão de 0,8 x 1,20 metros. As ombreiras têm a cabeça com 0,2 x 0,16 metros de aduela. Como a largura da parede excede largamente esta dimensão da janela, foi sido necessário escorar a restante carga da parede com um sobrearco em pedra com sofito de voamento, que apoia nos enxalços. Este arco apoia lateralmente nos enxalços com rasgamento em calcário, de 0,6 metros de largura. Na gola assenta o aro de madeira que contorna o vão da porta ligado à cantaria por parafusos, cujas porcas foram chumbadas na parede.

#### **4.2.7 – Contrafortes**

No alçado poente da igreja existem dois contrafortes que permitem contrabalançar neste extremo do edifício o impulso exercido pelos arcos de comunicação das naves, embora estas tensões resultem na maior parte da compressão (Foto 62). Estes contrafortes escalonados são construídos em pedra aparelhada com dois

<sup>152</sup> Cf. APPLETON, João, *Ob. Cit.*, p.21.

esbarros, um na extremidade superior e outro aproximadamente a três quintos de altura. Tem um embasamento em forma de paralelepípedo, dos quais a norte apresenta maior largura (0,70 metros) e é mais alto (0,90 metros) que a sul (0,60 x 0,82 metros). A secção quadrangular na base tem 0,65 metros de lado. Estes dois contrafortes resultam de uma intervenção recente efectuada pela DGEMN, anteriormente referida, que aliás é visível nos silhares que os compõem, que apresentam as arestas muito vivas e cujas faces apresentam um tratamento recente abujardado a pico médio, comprado com a erosão natural patente nas restantes. Eles substituem estruturalmente as edificações do coro-alto que se encontravam encostadas a este pano murário, opondo-se à pressão existente provocada pela arcaria divisória no interior do templo.

A arcaria construída em tijolo a cutelo adossada ao alçado sul da igreja, arranca de um embasamento de silhares aparelhados com 1,8 metros de altura e secção de 1,5 x 0,45 metros (Fotos 45 e 63). Esta construção, aparentemente de carácter estético insere-se no programa de obras anteriormente referido levado a efeito pela DGEMN, e mantém a função de contraforte face ao impulso horizontal exercido pela cobertura nas paredes laterais. No caso da parede norte a cobertura do claustro, hoje inexistente, servia de anteparo e simultaneamente de contravento.

As descargas dos impulsos geradas pela abóbada da capela de Nossa Senhora da Piedade são entregues numa empena do corpo da igreja, onde encontra a norte e a sul tem adossado um contraforte escalonado construído em alvenaria de pedra, com 0,9 x 0,5 metros de secção. A terminação superior tem um esbarro a 2,95 metros de altura (Foto 45).

No dormitório do mosteiro encontram-se adossados três contrafortes escalonados construídos em alvenaria, com diferentes dimensões e distâncias interaxiais. Estas construções atingem toda a altura do edifício (8 metros).

#### **4.2.8 – Cimalhas**

Na igreja, o beirado simples remata as cimalhas em cantaria sobre as quais corre uma fiada de cachorros também em cantaria, com forma geométrica muito simples (Fotos 18 e 19). A face exterior é constituída superiormente por uma pentágono disposto na vertical, em que as duas arestas inferiores se prolongam por duas superfícies côncavas até atingirem o pano dos muros.

Na sacristia, na capela de Nossa Senhora da Piedade e na casa capitular este acabamento mais cuidado está ausente, apresentando-se apenas uma faixa em alvenaria de pedra ou tijolo para impedir a escorrência das águas pluviais ao longo dos muros (Fotos 21, 36 e 38).

No alçado poente do dormitório resta ainda um troço do contrabeirado construído em telha portuguesa (Foto 33), e o mesmo sucede no edifício do refeitório (Foto 58).

#### **4.2.9 – Tectos**

Na cabeceira da igreja, o primeiro tramo é coberto por uma abóbada de canhão de alvenaria de tijolo, visível através de uma fenda transversal. No segundo tramo, crê-se que a abóbada de arestas cruzadas<sup>153</sup> seja construída em alvenaria de pedra<sup>154</sup>. Esta é

<sup>153</sup> Relativamente a este tipo de abóbada Virgolino Ferreira Jorge refere, que este sistema também utilizado em Alcobaça, permitia uma menor espessura de paredes, oferecendo também maior segurança



pouco abaulada e descarrega o peso sobre os pilares embebidos e nas paredes com 1 metro de espessura. Este tecto encontra-se rebocado com argamassa de cal e areia e sobre uma camada de estuque (argamassa de cal e gesso) encontra-se pintada a óleo com motivos arabescos e figurativos (Foto 8).

Nas capelas laterais, crê-se que as abóbada de berço quebradas (Fotos 10 e 11), são também construídas em pedra calcária e exercem esforços verticalizados, não exigindo portanto a presença de contrafortes<sup>155</sup>. O facto de cobrirem áreas relativamente pequenas, reflectiu-se na espessura das paredes com a dimensão de apenas 0,80 metros. Na capela colateral sul o arco transversal ajuda a transmitir a carga desta para o chão.

Entre a capela-mor, com maior altura, e as colaterais, estabelece-se uma relação de equilíbrio. Este baseia-se no contrabalanço da força exercida pela abóbada da capela-mor, que é em grande parte distribuída sobre os pilares e uniformemente sobre todos os pontos da caixa murária em que apoia. Esta força é exercida na horizontal e para o exterior, no sentidos das capelas colaterais que se encontram a um nível mais baixo. A pressão destas abóbadas é exercida fundamentalmente no sentido vertical<sup>156</sup>.

A capela lateral sul tem o tecto revestido com azulejos pintados, e a capela norte tem o tecto rebocado com argamassa de cal e areia, sobre a qual se encontra uma camada de estuque (argamassa de cal e gesso), encontra-se pintada a óleo com motivos arabescos e figurativos.

O tecto da sacristia é constituído por uma abóbada de arestas cruzadas (Foto 34), construída em tijolo burro colocado a cutelo. Encontra-se caiada sobre reboco de cal aérea e areia. As nervuras chanfradas nascem nas mísulas encastradas nas quatro engras a 2,5 metros de altura. A caixa murária tem 0,8 metros de espessura, exceptuando a parede nascente com 1,2 metros. Esta dimensão maior terá servido para compensar a falta de um edifício ou contraforte que exerça uma força oposta à distribuição das tensões oblíquas da abóbada.

Na capela de Nossa Senhora da Piedade, a carga da abóbada estrelada em tijolo é distribuída através da estrutura de aranha sobre as paredes com 0,6 metros de espessura (Foto 35). As nervuras arrancam das mísulas colocadas a 1,20 metros de altura situadas nas engras. São construídas em cantaria, sem reboco e pintura, enquanto a abóbada em tijolo maciço colocado a cutelo foi rebocada com argamassa de cal aérea e areia. Neste tecto pontualmente ainda se vislumbram restos de pinturas a óleo com motivos arabescos sobre uma espessa camada de estuque.

No corpo da igreja e casa capitular os tectos são em masseira (Fotos 15, 16 e 26). É constituído por um forro, no qual as pranchas em madeira com 0,28 metros de largura<sup>157</sup> são colocadas em fiadas sobrepostas. Estas tábuas são em casquinha<sup>158</sup>. Na igreja, o tecto encontra-se atirantado, estando ligadas as paredes divisórias ao longo das naves com oito tirantes metálicos, para contrariar o esforço horizontal da estrutura da

---

estrutural do que o sistema da abóbada de berço quebrada. Cf. JORGE, Virgolino Ferreira, "São João de Tarouca na evolução histórica da abóbada românica em Portugal", *Primeiras Jornadas Culturais de Tarouca*, Tarouca, 9-11/6/87, (Policopiado).

<sup>154</sup> Esta é apenas uma suposição baseada nos materiais tradicionalmente utilizados na época em que se crê ter sido edificada. Salienta-se no entanto a necessidade de efectuar uma sondagem nesta abóbada e também nas capelas laterais.

<sup>155</sup> Esta solução era habitualmente utilizada nas abadias cistercienses, como aliás se verifica em São João de Tarouca, Cf. Idem, *Ibidem*, p.2.

<sup>156</sup> Agradeço esta informação prestada pelo Eng. João Appleton em 8/4/97 em Lisboa.

<sup>157</sup> Cf. DGEMN, A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro, Processo de obras gráfico e fotográfico nº 141 606 017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação.

<sup>158</sup> Acerca deste assunto agradeço as informações do Engenheiro Saporiti Machado, tendo efectuado um teste expedito sobre amostras deste material recolhido no mosteiro, foi realizado no LNEC/Departamento de Estruturas-Núcleo de Madeiras, em 25/2/97.

cobertura sobre esta arcaria. No extradorso da zona superior de ambas as paredes divisórias das naves encontra-se uma fiada de cachorros. Esta presença é estranha, uma vez que a função no apoio do vigamento da cobertura ou dos tectos é nula. Pode-se supor no entanto que terá tido a função de suporte do antigo coro-alto<sup>159</sup>.

#### 4.2.10 – Coberturas

As coberturas existentes resultam de reconstruções recentes. Embora não tenha sido possível aceder a estas estruturas, verifica-se que os telhados se apresentam inclinados, de duas, três ou quatro águas em telha romana e beirados simples. No geral, o sistema de escoamento das águas é simples, sendo efectuado directamente do beirado para o chão. Exclui-se a igreja e a sacristia com um sistema organizado de recolha das águas (Fotos 20 e 21). A existência das gárgulas de escoamento das águas, na intercessão desnivelada destes telhados, denuncia a presença de uma caleira, provavelmente executada em telha de canudo, situada na base destas coberturas.

Na capela de Nossa Senhora da Piedade encontram-se também duas gárgulas, que no entanto, pela sua posição encontram-se destituídas da função original (Fotos 36 e 37).

Como não foi possível aceder à coberturas fica também por averiguar se nos casos em que as abóbadas são as estruturas de tectos, como são os casos da cabeceira da igreja, da sacristia e da capela de Nossa Senhora da Piedade, estas servem de apoio à estrutura de madeira do telhado, ou se pelo contrário as asnas de madeira formam uma estrutura independente. Por outro lado também não foi possível observar se as asnas das coberturas, embebidas directamente nas paredes de alvenaria, estão pregadas, aparafusadas ou chumbadas.

O edifício do refeitório tem a estrutura da cobertura em madeira com asnas tipo Palladio apoiadas em mísulas de pedra, onde apoiam as madres, barrote e ripado, sobre a qual assenta a telha lusa, sem forro (Foto 28).

Supõe-se que no dormitório, a cobertura teria duas águas, e o vigamento de madeira longitudinal encontrava-se fixo à parede através de um gato metálico, que ainda hoje é visível no alçado norte<sup>160</sup>.

Exceptuando este último edifício, cujos vestígios permitem aferir que o telhado seria construído em telha portuguesa, actualmente os restantes edifícios apresentam o telhado híbrido constituído por canais de telha romana e a coberta em telha portuguesa. Crê-se no entanto que originalmente todos os telhados teriam a tipologia tradicional em telha portuguesa.

### 5 – Análise do espaço e eurtmia

No traçado dos edifícios monásticos da Ordem de Cister, encontra-se subjacente uma estrutura geométrica ortogonal. Esta base dimensional é definida através de uma medida modular, à qual estão condicionadas todas as dimensões principais do projecto. Constitui simultaneamente um sistema prático, rigoroso e muito racional de criar em

<sup>159</sup> Sobre este assunto agradeço as informações prestadas pelo Professor João Appleton em 8/4/97 em Lisboa.

<sup>160</sup> Este elemento metálico põe em causa a hipótese da existência de abóbadas no interior deste edifício. Embora se possa admitir que na época em que foi aqui colocado poderiam estar arruinadas as abóbadas. Acerca deste assunto as informações prestadas por Professor João Appleton, em 8/4/1997.

três dimensões uma espacialidade proporcionada e equilibrada, de acordo com o espírito de São Bernardo<sup>161</sup>.

A análise agora apresentada restringe-se à igreja e não foi alargado aos outros edifícios regulares, considerando a irregularidade planimétrica geral verificada, sobre a qual dificilmente seria possível a aplicação desta malha ortogonal. Habitualmente a igreja, pelo significado e importância que representa no conjunto monástico, era o primeiro edifício a ser construído e aquele que merecia a maior atenção e rigor, por parte dos construtores. O mesmo terá sucedido em Almoester, apesar dos problemas cronológicos já mencionados relacionados com a construção desta igreja. Considera-se este edifício como base de referência da unidade de medida geradora da restante obra. São particularmente importantes as dimensões da cabeceira que oferecem maior fiabilidade, já que esta era a zona da igreja usualmente construída na primeira fase. Esta situação verifica-se por regra também no cruzeiro que, no caso deste templo sem transepto, é transposta para o primeiro tramo das naves.

Neste estudo apresenta-se uma solução para a primitiva planta da capela-mor do mosteiro com tipologia românica (Des. 15). Esta proposta considera o atrás exposto relacionado com a presença remanescente do arranque dos dois panos curvos identificados na actual capela-mor, que se julgam ser parte daquela preexistência. Através do levantamento no local daquelas dimensões foi delineada em planta aquela tipologia, que se crê corresponder à configuração da ábside concebida na origem e posteriormente integrada no plano monástico (Des. 15).

A análise da articulação entre o projecto e a base geométrica modular é particularmente interessante no caso da igreja monástica de Almoester. Contrariamente ao tradicional rigor no traçado das igrejas Cistercienses<sup>162</sup>, neste templo tem-se presente a ambiguidade planimétrica da cabeceira, relacionada com a hipótese atrás mencionada sobre a capela preexistente no local. Neste breve estudo pretende-se também contribuir para a verificação daquela hipótese, recorrendo à aplicação da malha ortogonal modular predefinida baseada na unidade de medida e no módulo gerador do projecto sobre a proposta da planta da primitiva igreja.

A partir das medições em metros efectuadas na igreja, indicadas no *Quadro de medidas principais da igreja* apresentado em anexo (Des. 25) e adoptando como referência principal a largura da capela-mor, medida à face das paredes, com a dimensão de 6,47 metros (=6,50 metros)<sup>163</sup> chega-se à conclusão que a unidade de medida usada poderá ter sido o pé real (0,32484 metros)<sup>164</sup>. Esta unidade, de origem francesa, era tradicionalmente utilizada nos projectos da Ordem de Cister. A mesma situação aliás também se verifica nas abadias cistercienses masculinas de São João de Tarouca<sup>165</sup>, Santa Maria de Alcobaça<sup>166</sup> e São Bernardo de Portalegre<sup>167</sup>. Neste âmbito,

<sup>161</sup> Este tema é desenvolvido por Virgolino Ferreira Jorge. Cf. JORGE, Virgolino Ferreira, "Space and Eurythmy in the Medieval Abbey of Alcobaça", *Studies in Cistercian Art and architecture*, Vol. V, pp.4-6.

<sup>162</sup> Este rigor no traçado é por exemplo patente na abadia de S. João de Tarouca, que apresenta uma planta tipo bernardino, determinada por relações de medida e rigorosa geometria. Cf. JORGE, Virgolino Ferreira, *São João de Tarouca na evolução histórica da abóbada românica em Portugal*, Tarouca, s./d., (policopiado), p.3.

<sup>163</sup> Este arredondamento é feito com base na noção sobre as dificuldades da construção na época, e transposição do projecto para o terreno.

<sup>164</sup> Esta dimensão por razões práticas foi neste estudo arredondada para o valor 0,325m.

<sup>165</sup> JORGE, Virgolino Ferreira, "Módulo e Proporção na igreja de São João de Tarouca", *Congresso Internacional sobre San Bernardo y el Cister en Galicia y Portugal*, Orense, 1992, p.17.

<sup>166</sup> JORGE, Virgolino Ferreira, "Measurement and number in the cistercian church of Alcobaça", *Arte medievale, periodico Internazionale di critica dell'arte medievale*, II Serie, Anno VIII, n.1, Tomo secondo, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1994, p.116.



salienta-se que em Almoester, apesar da importância da mão-de-obra local nesta construção e da influência das ordens Mendicantes sobre a arquitectura desta abadia, a utilização da unidade de medida de origem francesa, indicia, apesar de tudo, a influência marcante da Ordem de Cister na edificação deste mosteiro, confirmando a persistência da tradição da arquitectura de modelo importado sobre a tradição da arquitectura regional, na qual era tradicionalmente utilizado o pé romano (0,296 metros).

Com base na dimensão referida, 6,5 metros, definiu-se um quadrado, que corresponde a 20 pés reais. Considera-se este quadrado como o módulo da base dimensional deste projecto. Este módulo, pode ser subdividido em menores dimensões, gerando outros pontos no desenho. Elaborou-se uma grelha com base naquela modulação geométrica, que em seguida foi aplicada sobre a planta da igreja na qual se integra a tipologia da cabeceira primitiva e verifica-se que define os pontos principais do desenho. Não só da igreja, mas também da galeria de leitura. Simultaneamente depara-se também com alguns desfasamentos (Des. 26). No caso do corte transversal e alçados, detecta-se também a correspondência entre a grelha e os desenhos, apesar de algumas diferenças, a qual pode no entanto justificar-se pela alteração marcante que foi efectuada nos paramentos e no sistema de coberturas. Como anteriormente se constatou estas obras foram efectuadas nos séculos XVII-XVIII, adoptando a solução da cobertura com duas águas, e posteriormente sob a iniciativa da DGEMN, foi reposta a situação que era considerada como aquela que correspondia à original, com a cobertura com quatro águas escalonada.

Excluindo alguns casos, que se aceitam como margem de erro resultantes da transposição do desenho para o terreno, pode-se genericamente verificar a correspondência entre aquela base geométrica e o projecto. Analisando em particular a situação da proposta da cabeceira primitiva, integrada na planta geral da igreja, verifica-se que a profundidade desta até à parede fundeira (medida no intradorso) é de seis módulos. Pelo facto de se verificar esta dimensão, admite-se que o traçado geral do monumento terá sido delineado no terreno desde o início. A confirmar esta suposição concorre também o facto, atrás referido, sobre os capitéis adossados à parede fundeira terem um tratamento na decoração idêntico ao da cabeceira. Relativamente à capela-mor, pode-se referir que a sua dimensão em profundidade é equivalente à largura da mesma somada a  $\frac{1}{4}$  deste módulo<sup>168</sup>.

Como conclusão mais interessante deste breve estudo, aceita-se que a solução apresentada para a tipologia da cabeceira primitiva se enquadra na base dimensional definida para o restante projecto. Esta confirmação só poderá no entanto ser verificada através de uma prospecção arqueológica no local que confirme se os vestígios das fundações correspondem a esta proposta tipológica.

Finalmente salienta-se que este estudo contribui para ampliar o conhecimento da construção numa perspectiva histórico-arquitectónica. E interessa em particular no âmbito da conservação e valorização deste conjunto monástico, vendo ampliada a sua importância quando se aceita que, independentemente das irregularidades planimétricas verificadas na configuração do mosteiro, o respeito por esta modulação deverá ser a base de qualquer intervenção de restauro, reconstrução ou reabilitação no mosteiro<sup>169</sup>.

<sup>167</sup> BUCHO, Domingos Almeida, *Ob. cit.*, pp.125-136.

<sup>168</sup> Esta é a proporção habitual nas cabeceiras das igrejas cistercienses. Agradeço esta informação prestada pelo Professor Virgolino Ferreira Jorge.

<sup>169</sup> O autor Virgolino Ferreira Jorge menciona a importância deste aspecto. Cf. JORGE, Virgolino Ferreira, "Space and Eurithmy in the Medieval Abbey of Alcobaça", *Studies in Cistercian Art and architecture*, Vol. V, p.10.

## Capítulo V – Diagnóstico sobre o estado actual de conservação do monumento

### 10 – Inspeção visual macroscópica dos edifícios regulares monásticos

No âmbito da elaboração da proposta de conservação e valorização deste monumento, foi efectuado um estudo preliminar, baseado na observação visual do conjunto edificado<sup>1</sup>. Pretende-se que esta operação sustente a definição de um plano de reparação das anomalias identificadas no monumento, assim como uma proposta de prevenção da ocorrência daquele tipo de patologias.

A metodologia de abordagem adoptada baseou-se na inspecção sobre o imóvel, seguida de um relatório<sup>2</sup>. Esta actuação exigiu o esforço e a capacidade de estabelecer a leitura completa do monumento como um todo, no intuito de avaliar o seu estado actual de conservação, sendo posteriormente elaborado o registo das anomalias detectadas e respectivo diagnóstico no relatório.

Salienta-se que esta análise preliminar, que agora se apresenta, não tem a profundidade desejada no contexto de um programa de intervenção real. Neste seria fundamental o contributo de uma equipa multidisciplinar, cujas análises macro e microscópicas complementassem o estudo agora efectuado, analisando o comportamento dos materiais constituintes sob a acção dos diversos agentes actuantes, físicos, químicos, biológicos, etc. Esta actuação seria essencial com vista a adequar correctamente os tratamentos no combate eficaz do deterioração do monumento. Não sendo possível elaborar um estudo assim exaustivo, restringe-se ao levantamento dos principais tipos de anomalias detectados no conjunto edificado, observadas macroscopicamente, sendo posteriormente efectuado o respectivo relatório diagnóstico, no qual são apontadas as causas possíveis que provocaram aquele decaimento.

A inspecção foi efectuada com base numa ficha previamente preparada<sup>3</sup>, adequada à área em estudo e ao objectivo pretendido. Esta documentação, apresentada em anexo (Des. 27-41), resultou num instrumento de trabalho, que abrange de forma genérica, sintética e objectiva as principais anomalias do monumento. Foram excluídas referências às coberturas e às fundações, respectivamente por dificuldade de acesso e impossibilidade técnica de sondagens.

Esta ficha faculta ainda a possibilidade de ser efectuada uma análise sintética sobre o estado de conservação de cada alçado inspeccionado, cuja graduação escalonada utilizada foi definida em seis descritores :

*Bom* – Condições perfeitas de conservação. Corresponde aos casos em que não é identificada qualquer patologia ou degradação senão a patine conferida pela conjugação do tempo e da Natureza.

<sup>1</sup> Embora sejam essencialmente focados aspectos relativos aos edifícios regulares, são também referidos alguns aspectos relevantes sobre a envolvente, na qual se inclui a cerca monástica, a hospedaria, a ARCFA e o núcleo urbanos onde se insere.

<sup>2</sup> Esta metodologia de abordagem foi fundamentada num estudo de Bernard Fielden. FEILDEN, Bernard M., *Conservation of Historic Buildings*, Suffolk, Revised Softcover Edition, St. Edmundsbury Press Ltd., 1994, pp.185-202.

<sup>3</sup> Agradeço a disponibilidade do Arquitecto Trindade Chagas em ceder uma ficha tipo e a graduação dos descritores utilizada na sua tese de mestrado. TRINDADE CHAGAS, José António Amaral, *O castelo de Alcácer do Sal e a utilização da taipa militar durante a dominação almóada*, Universidade de Évora, 1995 (policopiado).

*Satisfatório* – Conservação e eficiência normais. É detectada degradação de origem biológica (os líquenes).

*Mediocre* – Falta de manutenção, danos graves. Neste descritor consideram-se as patologias causadas pela acção mecânica conjugada com as águas pluviais e erosão eólica. Entre as degradações, incluindo as acima referidas, referem-se também o decaimento químico : a dissolução da rocha calcária, as crostas negras e a oxidação do ferro, o decaimento biológico ocasionado pelas raízes das plantas herbáceas e ainda o decaimento antrópico : lacunas de material e intervenções desadequadas.

*Mau* – Danos gravíssimos. Por fim relacionam-se neste descritor todas as patologias já descritas anteriormente e também aquelas que aparentemente são causadas pelos assentamentos das fundações, as fendas e o desligamento entre elementos e esmagamento de pedras, e o decaimento antrópico, vandalismo e usos indevidos, lacunas de material e intervenções desadequadas pelas consequências graves que implicam.

*Ruína* – Colapso de elemento construído, subsistindo apenas vestígios. Consequência nefasta para a edificação pela acção das diversas patologias e degradações acima descritas consideradas de forma isolada ou associada.

Esta inspecção, elaborada de acordo com uma metodologia específica<sup>4</sup>, foi iniciada pelo exterior, no canto noroeste de cada edifício, tendo sido percorrido todo o edifício no sentido do ponteiro do relógio, sendo feita a leitura das anomalias no edificado de cima para baixo. Em seguida, de acordo com o mesmo critério foi inspecionado o interior, contribuindo posteriormente para a apreciação e comparação com o exterior.

Na origem de cada patologia identificada foi frequentemente detectada mais do que uma causa possível, as quais se podem agrupar em dois grupos distintos, designadamente de origem intrínseca e extrínseca<sup>5</sup>. Estes conceitos foram importantes para o entendimento caso a caso das anomalias registadas e do seu respectivo diagnóstico. As primeiras são estritamente relacionadas com a origem e natureza do edificado, considerando a essência construtiva assim como as sucessivas intervenções a que foi sujeito ao longo dos séculos desde que entendidas como um projecto unitário. As causas extrínsecas consistem em todas as consequências resultantes de intervenções impostas, que envolveram inesperadas e substanciais modificações na concepção, resultando num enfraquecimento geral da estrutura arquitectónica.

Por uma questão metodológica relacionada com a sistematização que se pretende no relatório, optou-se por agrupar as patologias identificadas nas quatro principais tipologias de decaimento: físico, químico, biológico e antrópico, obtendo desta forma a leitura e a compreensão geral facilitada das situações anómalas detectadas que afectam de forma nefasta o conjunto edificado.

<sup>4</sup> FEILDEN, Bernard M., *Conservation of Historic Buildings*, Suffolk, Revised Softcover Edition, St. Edmundsbury Press Ltd., 1994, pp.185-202.

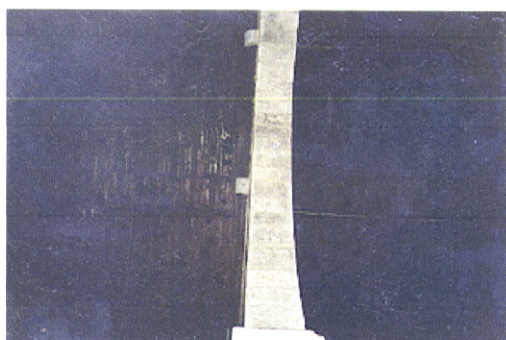
<sup>5</sup> Estes conceitos que se seguem como metodologia de identificação das patologias são fundamentados nos estudos de Guglielmo d'Ossat e Piero Sanpaulesi. D'OSSAT, Guglielmo de Angelis, *Guide to the Methodical Study of Monuments and Causes of their deterioration*, 1ª edição revista, ICCROM, Roma, 1972-1982, pp.11-24. SANPAULESI, Piero, "Facteurs de détérioration des monuments", UNESCO, *La conservation et la restauration des monuments et des bâtiments historiques*, Paris, 1973, pp.118-133.



## – Decaimento físico

### 1 – Manchas de humidade por infiltração

Salienta-se a presença deste tipo de anomalia identificado no tecto de masseira da nave lateral sul da igreja. Reconhecem-se zonas com apodrecimento de madeira, lacunas e queda de material (Foto 92), onde se conjuga a existência de raízes de plantas ancoradas na cobertura que penetram no interior da estrutura (Foto 93). Esta situação anómala foi igualmente verificada nas abóbadas da sacristia (Foto 34) e na cabeceira da igreja, contribuindo para a deterioração das pinturas murais (Foto 94). Relativamente à primeira situação atrás exposta, julga-se que o mau estado de conservação das coberturas (devido à acção da chuva e do vento associada à ausência de manutenção regular), permitiu a infiltração das águas pluviais sobre o forro do tecto ou das abóbadas<sup>6</sup>. No caso da igreja detectam-se lacunas de telhas na cobertura, ainda que esta situação seja pontual. Na capela lateral norte acrescenta-se que aquela anomalia poderá ter sido agravada pela deficiente estanquidade da clarabóia, onde já se desenvolve vegetação (Foto 95). No extradorso do alçado nascente da capela lateral norte da igreja<sup>7</sup>, verifica-se uma mancha de humidade que se supõe ser originada pela escorrência de água proveniente das caleiras e gárgulas (Foto 20). Salienta-se que a gárgula que simultaneamente recolhe a água pluvial derivada das coberturas da capela-mor e desta capela absidal norte se encontra partida. Em relação a esta anomalia detectada na capela lateral norte, admite-se a hipótese desta situação ser devida ao entupimento das caleiras da cobertura, provocando a escorrência sobre o paramento registada. A menor insolação que incide sobre esta zona (Des. 26), poderá ter contribuído para agravar a ocorrência desta patologia, já que a evaporação da humidade em excesso se encontra dificultada.



**Foto 92** – Tecto de masseira da nave lateral sul da igreja em mau estado de conservação.



**Foto 93** – Pormenor do mau estado de conservação da parede sul e cobertura da nave sul da igreja.

<sup>6</sup> O facto destas abóbadas serem construídas em pedra da pedreira de Botelhas ou Castro, que conforme se observa no capítulo IV, é muito porosa (4,1%-4,8% de absorção de água), constitui uma agravante neste processo de infiltrações de água.

<sup>7</sup> A presença de altares em talha dourada encostados a esta parede no interior não permitiu averiguar sobre o estado de conservação deste pano murário no intradorso.

## 2 – Manchas de humidade por condensação

Salienta-se a gravidade desta anomalia ao longo de toda a face interior do alçado sul e no canto sudoeste da igreja (Foto 96). Aceita-se que terá sido a conjugação de



**Foto 94** – Pormenor da deterioração das pinturas do tecto abobadado da capela-mor da igreja.



**Foto 95** – Clarabóia no tecto da capela lateral norte da igreja.

diversos factores que causou este tipo de anomalia. Os alçados poente e sul, encontram-se sujeitos à acção da chuva associada ao rumo do vento<sup>8</sup> (Des. 42). O rumo das chuvas nestas circunstâncias proporciona simultaneamente o humedecimento dos paramentos e diminui a resistência dos materiais que o compõem. Conjugado com estes agentes destaca-se a porosidade da pedra constituinte da alvenaria, já mencionada, associada à ausência de um adequado revestimento exterior dos paramentos (Foto 84). Refira-se ainda a presença da arcaria adossada no exterior do alçado sul<sup>9</sup> (Foto 97). Esta estrutura é construída em alvenaria de tijolo sem revestimento exterior sobre um embasamento de cantaria aparelhada, e encontra-se igualmente sujeita àquela acção conjugada dos agentes atmosféricos. A constituição desta alvenaria cerâmica é muito permeável, considerando que a dimensão das juntas é demasiado larga para uma adequada protecção da estrutura. Esta circunstância conjugada com a presença de plantas herbáceas ancoradas na zona de topo da estrutura, terá contribuído para a manutenção da humidade nesta estrutura. Este conjunto de circunstâncias concorre para gerar, em particular neste paramento sul e no canto sudoeste, temperaturas superficiais menores que a temperatura ambiente no interior da igreja, provocando condensações à superfície da parede<sup>10</sup>. Nesta parede verifica-se como consequência o mau estado geral dos altares

<sup>8</sup> Sobre este tema foram consultadas as normais climatológicas que afectam Almoester. Resumidamente pode-se referir que os ventos dominantes são os do quadrante N/NW, mas quando estão associados à chuva provêm do quadrante S/SW. A insolação apresenta um total anual máximo de 354,8 horas (em Julho) e mínimo de 118,8 horas (em Janeiro). A precipitação regista um total anual máximo de 108,5 mm (em Janeiro) e 3,4 mm mínimos em Julho. As temperaturas máximas foram atingidas nos meses de Agosto (43,0° C) e mínimas em Janeiro (6,1°C). Cf. INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA, *Normais climatológicas da região do Ribatejo e Oeste (1951-1980)*, Fascículo XLIX, Vol.2 (2ª Região), Lisboa, 1981, pp.38-39.

<sup>9</sup> Este tema é desenvolvido por Fernando Henriques. Cf. HENRIQUES, Fernando, *Humidade em paredes*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Série Conservação e Reabilitação), 1994, p.15.

<sup>10</sup> Cf. Fernando Henriques. Idem, *Ibidem*, pp.21-23.



em talha, traduzido no apodrecimento da madeira e desligamento da parede, com risco de queda (Foto 98).



**Foto 96** – Mancha de humidade no canto sudoeste da nave lateral sul da igreja.



**Foto 97** – Pormenor da arcaria exterior adossada ao alçado sul da igreja.

### 3 – Manchas de humidade por capilaridade

Foram detectadas manchas de humidade no intradorso e extradorso na base das paredes em todos os edifícios inspeccionados, sendo o alçado sul e a capela lateral norte da igreja que se apresentam em pior estado de conservação. Na casa do capítulo cujas paredes se encontram revestidas com um silhar de azulejo, estas manchas de humidade surgem na zona superior, cuja localização se crê ser devida às características impermeáveis dos azulejos e das juntas (Foto 26). O extradorso do alçado nascente da igreja apresenta-se coberto por colónias de musgos (Foto 20). No interior da igreja (no *templo de dentro*) as paredes, rebocadas e pintadas, apresentam sinais de alteração na zona superior (Foto 57). No pavimento as manchas de humidade apresentam igualmente esta alteração (Foto 80). Supõe-se que este tipo de anomalia resulte essencialmente da acumulação de águas superficiais no terreno circundante que ascendem por capilaridade através das fundações<sup>11</sup> e dos paramentos. Admite-se que a falta de um adequado sistema de recolha de águas terá contribuído para que a acumulação das águas pluviais lançadas dos beirados directamente sobre o terreno, aumente o teor de humidade nesta zona. Esta, em contacto com as fundações e os paramentos, tem tendência a ascender através da capilaridade dos materiais até à cota onde se processa o equilíbrio, ou seja quando a humidade presente na estrutura é igual ou inferior à que se evapora<sup>12</sup>. No alçado sul da igreja admite-se a hipótese da pendente do terreno justificar a ocorrência

<sup>11</sup> De acordo com aquilo que tem vindo a ser referido a pedra utilizada na edificação das fundações será da mesma qualidade utilizada na restante construção. Sendo igualmente porosa poderá ter contribuído para facilitar a ascensão daquela humidade também por capilaridade.

<sup>12</sup> Esta absorção depende do diâmetro da capilaridade dos materiais constituintes da parede de alvenaria (pedra e argamassa), da espessura da parede, da quantidade de sais dissolvidos e da temperatura. Cf. BALLESTER, Mónica Álvarez de Buergo, LIMÓN, Teresa González, *Ob. cit.*, p.256.



com maior gravidade deste tipo de dano. Considerando que a igreja se encontra implantada numa cota ligeiramente inferior à do terreno adjacente sul (Des. 3), aceita-se que a pendente do terreno conduz as águas superficiais sem praticamente as absorver sobre o alçado sul da igreja, contribuindo para a presença de um elevado teor de humidade nesta zona. No pavimento da igreja, aceita-se que a humidade presente terá sido transmitida através das fundações, por meio da capilaridade dos materiais constituintes, justificando por esta razão o zonamento destas manchas junto das paredes. Por sua vez esta situação verificada no pavimento e nas fundações terá originado através do mesmo processo ascendente, a acumulação de humidade nas paredes, a qual prejudica os altares em talha suportados por estes paramentos (Foto 98). No caso das capelas laterais da igreja, admite-se a hipótese das manchas de humidade serem provocadas pela conjugação de diversas causas associadas. Sobre este terreno escorrem as águas pluviais provenientes das coberturas da capela-mor, da capela lateral norte, da casa capitular e da sacristia, directamente dos beirados e através das gárgulas (Fotos 20, 21 e 99). Estas condições associadas às características geológicas do terreno referidas e à exposição desfavorável desta zona à insolação (Des. 42) levam a crer sobre a existência de um elevado índice de humidade, cujo escoamento das águas pluviais por evaporação se encontra portanto dificultado.



*Foto 98* – Altar de talha em risco de queda, situado na nave lateral sul da igreja.



*Foto 99* – Pormenor do alçado nascente da capela lateral norte da igreja.

#### **4 - Alveolização da pedra**

Embora esta patologia tenha sido identificada em diversos locais, destaca-se a situação mais grave verificada nos blocos constituintes do alfiz da porta principal da igreja (Foto 100). Pode-se diagnosticar esta situação como consequência da acção erosiva dos agentes atmosféricos sobre determinadas zonas da pedra, mais vulneráveis que a restante. Como anteriormente foi visto, este alçado apresenta-se mais lesado pela acção do vento e da chuva (Des. 3). Considerando que a constituição da pedra é heterogénea, esta é afectada pela acção da chuva ou vento de forma diferencial. Estas áreas removidas, apresentam-se côncavas e ficam então sujeitas a ciclos localizados de

cristalização e dissolução dos sais, que progressivamente vão deteriorando a rocha<sup>13</sup>, pondo em risco toda a estrutura.

### 5 - Juntas com argamassas erodidas ou inexistentes

Foram detectadas argamassas desagregadas e lacunas nas juntas da cantaria aparelhada do alfiz da porta principal na igreja, na arcaria adjacente ao alçado sul daquele templo e no claustro (Fotos 100 e 101). No caso do claustro e da arcaria adossada ao alçado sul da igreja aceita-se que este tipo de patologia se deve essencialmente à inexistência de uma superfície impermeabilizante adequada no remate superior da arcaria, permitindo a infiltração da água da chuva no interior da estrutura, que por erosão lavou as argamassas das juntas<sup>14</sup>. No alfiz do portal, esta anomalia terá sido originada pela acção conjunta da chuva e do vento (Des. 42). Admite-se ainda que a qualidade ou aplicação das argamassas nas juntas seja deficiente, permitindo a ocorrência desta anomalia.



**Foto 100** – Fenómeno da alveolização da pedra no alfiz da porta principal da igreja.



**Foto 101** – Pormenor das juntas erodidas no extradorso da arcaria da galeria do capítulo do claustro.

### 6 – Fractura de cantarias

Este género de anomalia é identificado no intradorso do último tramo da arcaria divisória das naves da igreja (Fotos 102 e 103). Aparentemente a solução de gateamento dos silhares, terá sido adoptada no intuito de evitar o desequilíbrio estrutural destes elementos. Supõe-se que esta patologia resulte dos elementos metálicos que exercem excessiva compressão sobre as pedras.

<sup>13</sup> Este diagnóstico foi fundamentado no estudo de Nicholas Quayle. Cf. QUAYLE, Nicholas J. T., “Alveolar decay in stone. Its possible origins”, J. Delgado Rodrigues, Fernando Henriques, F. Telmo Jeremias (eds.), 7th International Congress on deterioration and conservation of stone, Vol.I, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1992, pp.109-118.

<sup>14</sup> Salienta-se que estas arcarias se encontravam anteriormente cobertas por um telhado, que protegia esta estrutura da acção directa das águas pluviais.





**Foto 102** – Pormenor da enjunta do último arco da arcaria divisória norte das naves laterais da igreja.



**Foto 103** – Pormenor da enjunta do último arco da arcaria divisória sul das naves laterais da igreja.

## 7 – Fenda<sup>15</sup> na abóbada de canhão na capela mor

Foi identificada uma fenda importante, no sentido transversal na abóbada de canhão da capela-mor, que aparentemente parece corresponder ao alargamento da junta de ligação entre os dois tramos da capela (Foto 104). Esta abóbada é construída em alvenaria de tijolo, conforme é possível entrever através da fenda e encontra-se revestida com pinturas murais. Admite-se que esta situação resulte da ocorrência de assentamentos diferenciais dos muros que sustentam aqueles sistemas construtivos distintos<sup>16</sup>.



**Foto 104** – Fenda transversal no intradorso da abóbada da capela-mor da igreja.

<sup>15</sup> Esta denominação utilizada é baseada na distinção gradual das fissuras em função da espessura que apresentam. Designam-se por fissuras as aberturas (superficiais ou profundas) com espessura inferior a 1mm, e fendas as que exibem dimensão superior a 1mm. Cf. BALLESTER, Mónica Álvarez de Burgo, LIMÓN, Teresa González, *Restauración de edificios Monumentales. Estudio de materiales y técnicas instrumentales*, Laboratorio Central de Estructuras y Materiales, Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas, 1994, p.175.

<sup>16</sup> Sobre este diagnóstico agradeço a ajuda prestada pelo Professor João Appleton em 8/4/1997 em Lisboa.



## 8 – Fendas em paredes resistentes

Foram identificadas fendas verticais em ambas as faces dos alçados nascente da igreja (Fotos 105 e 106) e da capela de Nossa Senhora da Piedade. Na galeria do capítulo foram detectadas fendas nas enjuntas desta arcaria, com alargamento das juntas verticais por afastamento dos blocos de pedra constituintes da cantaria (Foto 107). Na igreja, as enjuntas do último tramo das arcarias divisórias das naves, apresentam fendas verticais cujo desenvolvimento se apresenta sinuoso, tendencialmente vertical. Aparentemente esta situação permite deduzir que aquelas fissuras correspondem ao desligamento da parede poente da igreja (Fotos 102 e 103). No antigo dormitório, no alçado norte e no cunhal poente encontram-se diversas fendas verticais que indiciam sobre a instabilidade destes elementos (Fotos 108 e 109). Como causas possíveis que originaram estas diferentes anomalias<sup>17</sup> aponta-se no primeiro caso, que as fendas parecem resultar da conjugação de assentamentos no terreno e do impulso exercido pelas abóbadas sobre as paredes. Estas fendas podem ter sido provocadas pelas explosões para desmonte e extracção dos blocos calcários da pedreira de Botelhas ou Castro, situada a cerca de 1km de Almoster e também ao frequente tráfego de pesados na estrada EN 114-2<sup>18</sup>. (Des. 3) Na pedreira, as operações de desmonte e extracção da rocha calcária eram tradicionalmente efectuadas com explosivos, cuja repercussão sonora era ouvida na aldeia<sup>19</sup>. Embora actualmente, as modernas técnicas utilizadas se enquadrem no Regulamento Geral sobre o Ruído<sup>20</sup>, não existem referências sobre as vibrações transmitidas no terreno, as quais se crê serem actualmente também menos nefastas que as anteriores. Por outro lado na EN 114-2 passam diariamente cerca de vinte veículos longos com carregamentos de pedra proveniente da pedreira. A localização desta estrada numa cota inferior à da implantação da igreja, leva a crer que as vibrações do tráfego frequente são transmitidas directamente às fundações do monumento<sup>21</sup>. Este conjunto de situações conjugadas terão provocado assentamentos no terreno, os quais que por sua vez originaram consequentemente as anomalias atrás mencionadas (Des. 3). No segundo caso mencionado, relativo ao pano poente da igreja

<sup>17</sup> Sobre o diagnóstico deste conjunto de anomalias detectadas no monumento agradeço a ajuda prestada pelo Eng. João Appleton em 8/4/97 em Lisboa.

<sup>18</sup> Aceita-se também que o mau estado de conservação actual das pinturas remanescentes das abóbadas deveu em parte a sua deterioração a estas acções conjugadas. Um caso semelhante ocorreu na Villa Farnesina em Roma, cujas pinturas murais de Rafael se desprenderam completamente devido a vibrações causadas pelo tráfego de veículos. Cf. Ballester, Mónica Alvarez de Buergo, LIMÓN, Teresa González, *Ob. Cit.*, p.271.

<sup>19</sup> Esta informação foi referida por diversos habitantes da aldeia, testemunhos desta situação num passado próximo. De acordo com o estudo de Mónica Ballester e Teresa Limón refira-se que um ruído de 100 dB equivale a uma pressão de 2N/m<sup>2</sup>. Cf. BALLESTER, Mónica Alvarez de Buergo, LIMÓN, Teresa González, *Ob. cit.*, p.271.

<sup>20</sup> Este Regulamento foi emitido através do Decreto-lei nº 251/87 de 24 de Junho, conforme a referência no relatório de Impacto Ambiental. Este projecto enquadró a iniciativa de ampliação da área de exploração pela empresa, que há mais de trinta anos explora esta pedreira, a Pedreira, Pedreiras de Almoster, Lda., Cf. CANELAS, Leonel; COELHO, Pedro, *Relatório Final do Estudo de Impacto ambiental e do Plano Preliminar de Recuperação Paisagística da Pedreira de Botelhas ou Castro*, Lisboa, Impacto 2000, 1991, pp. 33-34.

<sup>21</sup> A densidade do tráfego deste tipo de veículos tem influência na redução de vida de um edifício, porque geram ondas oscilatórias que se transmitem através do pavimento e outras ondas de pressão em função do peso, forma e tamanho do veículo que se transmitem através do pavimento e outras ondas de pressão em função do peso, forma e tamanho do veículo que se transmitem através do ar. Para além destes aspectos deve também ter-se em conta os ruídos que estes veículos geram, também prejudiciais ao monumento, como foi referido anteriormente. Cf. BALLESTER, Mónica Alvarez de Buergo; LIMÓN, Teresa González, *Ob. cit.*, pp.271-272.





**Foto 105** – Pormenor da fenda vertical na face exterior do alçado nascente da capela-mor.



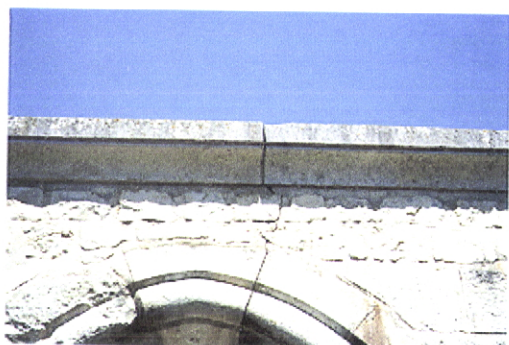
**Foto 106** – Fenda vertical na face interior do alçado nascente da capela-mor da igreja.

supõe-se que as fendas verticais detectadas tenham aparecido principalmente como consequência do apoio insuficiente dos contrafortes. De facto, os contrafortes construídos posteriormente para substituir a função dos edifícios anexos a poente removidos na campanha de obras da DGEMN, não terão sido dimensionados correctamente, sendo necessário gatear com elementos metálicos os blocos constituintes da arcaria no interior da igreja. No dormitório, a parede norte encontra-se ligada ao cunhal poente através de tirantes metálicos, conduzido ao aparecimento de fendas verticais acentuadas na parede poente, resultantes do desligamento do cunhal. Esta estrutura cedeu sob a pressão do pano murário norte atirantado, originando fendilhação vertical também no pano norte. No caso do claustro, as anomalias detectadas devem-se à protecção inexistente no coroamento de toda a arcaria, que provocou a infiltração de águas com a consequente erosão das argamassas de ligação. A presença de água nesta zona conjugada com a deposição de matéria orgânica transportada pela atmosfera, com exposição solar favorável propiciaram as condições ideais para o desenvolvimento das plantas herbáceas de grande porte, que actualmente se observam no topo. Julga-se que o crescimento das raízes em profundidade, no interior da estrutura, através das juntas sem argamassas contribuíram para provocar ou agravar aquela anomalia por acção mecânica.

## 9 – Desligamentos entre elementos

No dormitório verifica-se o desligamento entre os contrafortes e o pano murário poente (Foto 110). Refira-se também a situação de instabilidade em que se encontram os altares em talha na nave lateral sul da igreja (Foto 98). Relativamente aos contrafortes atribui-se a causa desta anomalia ao facto destas estruturas terem sido adossadas posteriormente ao edificado sem uma adequada ligação no interior da construção<sup>22</sup>. O estado arruinado deste edifício e a falta de manutenção originaram a erosão da argamassa de ligação nestas juntas pela acção da chuva e do vento. No caso

<sup>22</sup> Sobre esta matéria agradeço a ajuda do Professor João Appleton prestada em Lisboa em 8/4/97.



**Foto 107** – Fenda vertical no extradorso da arcaria da galeria do capítulo do claustro.



**Foto 108** – Pormenor de uma fenda vertical do alçado norte do dormitório.



**Foto 109** – Pormenor de uma fenda vertical no alçado poente do dormitório.



**Foto 110** – Pormenor da junta de ligação do contraforte com a parede poente do dormitório.

dos altares atribui-se a esta anomalia à acumulação de humidade nos paramentos, onde os altares estão apoiados e fixos através do encastramento de barrotes<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> Sendo a madeira um material muito higroscópico, o contacto com estas zonas permitiu a transmissão daquela humidade. Supõe-se que as alternâncias de estações com a consequente variação de humidade (quando a temperatura aumenta a humidade diminui), terão contribuído para que a madeira dos altares tenha sofrido dilatações e retracções associadas ao apodrecimento daqueles barrotes, manifestando-se no desligamento destes. Aqueles movimentos frequentes provocam fissuras e fendas ou cedência de juntas que também afectaram o revestimento policromo e folha de ouro, que se destacam do suporte e caíram. Este diagnóstico foi efectuado com base no estudo de Piero Sanpaolesi. Cf. SANPAOLESI, Piero, *Discorso sulla metodologia generale del restauro dei monumenti*, 3ª edição, Editrice Edam, Firenze, 1990, pp.148-149.



## – Decaimento químico

### 10 – Eflorescências

Embora quase todas as manchas de humidade registadas apresentem este tipo de anomalia, foi detectada com maior gravidade base do intradorso das paredes da igreja e no pavimento do *templo de dentro* junto das paredes norte, poente e sul (Foto 57). Destaca-se também este tipo de patologia nas abóbadas da cabeceira e da capela de Nossa Senhora da Piedade, contribuindo para a degradação das pinturas murais. Admite-se que aquela erosão verificada nas manchas de humidade referidas, se deve ao transporte de sais solúveis pela água em movimento no interior da parede, que ao atingir a superfície desta se evapora, deixando ficar os sais cristalizados depositados na superfície, originando a formação das referidas eflorescências<sup>24</sup>.

### 11 – Dissolução da rocha calcária

Esta ocorrência foi detectada sobretudo nas arcarias do claustro, em particular nas juntas dos blocos constituintes das enjuntas da estrutura (Foto 101). Este tipo de anomalia resulta aparentemente da presença permanente de humidade sobre a pedra, que proporciona este tipo de formação<sup>25</sup>, resultante de um processo químico complexo de sulfatação da rocha, que corresponde à transformação da calcite numa crosta de gesso criada à custa da rocha subjacente que se vai degradando e esboroando.

### 12 – Crostas negras

Estas formações generalizadas a quase todo o conjunto edificado aparecem com maior incidência nos alçados sul e nascente da igreja e também no claustro (Fotos 62, 111 e 67). Aceita-se que esta anomalia resulta do processo de dissolução da rocha atrás mencionado, sob o efeito de escorrência intermitente de água<sup>26</sup>. O processo da dissolução e recristalização à superfície da rocha conjuga-se com a captura de partículas sólidas da atmosfera, em especial os hidrocarbonetos, resultantes da combustão inacabada dos automóveis, os quais originam a cor negra. Este processo é tanto mais rápido quanto mais ácidas forem as águas pluviais<sup>27</sup>. Constata-se que nas zonas onde se detectam estas formações encontram-se sujeitas à molhagem intermitente das águas

<sup>24</sup> Este diagnóstico foi fundamentado no estudo de Fernando Henriques. HENRIQUES, Fernando, *Humidade em paredes*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (série Conservação e Reabilitação), 1994, pp.3-13.

<sup>25</sup> Este diagnóstico foi efectuado com base na informação prestada pelo Professor Luís Aires Barros em 3/4/1997 no IST.

<sup>26</sup> Este diagnóstico foi elaborado com base no estudo de Luís Aires de Barros. AIRES-BARROS, Luís, *Alteração e alterabilidade de rochas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991, pp.325-330.

<sup>27</sup> A este respeito foi efectuado um teste expedito para analisar a acidez da água pluvial. Foi recolhida entre 14 e 16 de Abril (as primeiras águas da chuva da Primavera deste ano), a qual revelou o valor 6 na escala do Papel Universal Ph 1-10 (Merk). No entanto não se pode considerar esta acidez significativa, quando se compara com as águas comercializadas do Luso e Fastio, que apresentam um ph semelhante. Sobre este assunto agradeço os esclarecimentos da Eng. Ana Saudade e Silva em 7/5/97.

pluviais e próximas da circulação frequente de veículos, nomeadamente a EN 114-2 e ainda pelo uso frequente do adro da igreja como parque de estacionamento.



*Foto 111* – Alçado nascente da igreja.

### **13 – Oxidação do ferro**

Esta anomalia foi detectada no gradeamento exterior e nas caixilharias de ferro dos vãos de janela da igreja (Foto 90). Este tipo de patologia foi também pontualmente identificada na zona superior do alfiz da igreja, revelando uma mancha de cor acastanhada sobre a superfície da cantaria (Foto 112). Aceita-se que o processo de oxidação resulta da reacção daquele metal às acções dos agentes atmosféricos, sobre os quais a poluição atmosférica actua como um catalisador<sup>28</sup>. Os casos detectados que apresentam pior estado de conservação localizam-se no alçado sul. Este encontra-se mais exposto a deposições de partículas resultantes da poluição atmosférica, conjugado com a orientação geográfica que, como foi mencionado anteriormente, é aquele que está mais sujeito à acção nefasta da chuva associada ao vento, acentuando aquela reacção (Des. 42). No caso particular da mancha detectada na superfície exterior do alfiz, julga-se que esta resulta do processo de oxidação dos pernos de ferro de ligação interna dos blocos de pedra aparelhada<sup>29</sup>. O mau estado em que se encontram as juntas erodidas e as lacunas de argamassa verificadas nas mesmas concorrem para ampliar as infiltrações de água nesta zona mais afectada pela poluição atmosférica.

#### **– Decaimento biológico**

### **14 – Fungos**

Conforme foi mencionado, os altares em talha, os tectos da igreja e da casa do capítulo, foram construídos com madeira da espécie *Pinus silvestris* L. Nestas estruturas foram detectadas manchas com coloração acastanhada, as quais se crê sejam devidas à

<sup>28</sup> Cf. CASTRO, Elda de; CASTRO, Maria do Rosário, *A civilização e a deterioração dos monumentos de pedra*, Lisboa, Laboratório nacional de Engenharia Civil (Memória nº 689), 1987, pp.8-10.

<sup>29</sup> Este diagnóstico foi efectuado com base no esclarecimento prestado pelo Dr. João Antunes em 16/12/1994, na Universidade de Évora, através de documentação fotográfica desta patologia, em virtude de um esclarecimento sobre esta situação referida num trabalho académico realizado sobre este monumento.



acção dos fungos da espécie *Serpula lacrymans*<sup>30</sup> (Fotos 93 e 113). Pode-se atribuir a causa da instalação desta colónia ao teor elevado de humidade existente resultante do fenómeno de condensação no interior dos edifícios, conjugado com a atmosfera fechada e luminosidade reduzida, que se verifica neste espaços.



**Foto 112** – Pormenor da zona superior do alfiz da porta principal da igreja.



**Foto 113** – Pormenor do tecto da casa capitular.

## 15 – Algas

Na face interior do alçado sul e no canto sudoeste da igreja detectam-se a meia altura manchas verdes viscosas, as quais fazem parte de uma colónia de algas cianófilas<sup>31</sup> (Foto 96). Supõe-se que o desenvolvimento deste agrupamento que geralmente se desenvolve no interior dos edifícios, se deve à presença de humidade nestes paramentos associada à iluminação deficiente verificada no local.

## 16 – Líquenes

Foram detectadas numerosas áreas cobertas com líquenes no exterior da construção, em especial no paramento norte da igreja, e nas arcarias do claustro (Foto 74). O desenvolvimento e manutenção destas colónias depende presença de humidade,

<sup>30</sup> Acerca deste assunto foram muito importantes as informações fornecidas por Eng. Saporitti Machado. No entanto este tema deverá ser confirmado através da recolha de amostras e da observação por técnicos especializados nesta matéria. As amostras recolhidas do tecto resumiram-se a pedaços caídos no pavimento com dimensão muito reduzida e em avançado estado de degradação, os quais foram observados macroscopicamente pelo Eng. Saporitti Machado em 25/2/1997 no Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Refira-se que esta espécie de fungo é referida por Domingos Buchó num diagnóstico efectuado sobre o aparecimento de manchas com idêntica aparência e coloração nas madeiras das escadas do mosteiro de S. Bernardo em Portalegre. Cf. BUCHÓ, Domingos de Almeida, *Ob. cit.*, p.151.

<sup>31</sup> Este diagnóstico foi efectuado com base na informação sobre este tema dos autores Anne Brunet, Claude Jaton e Geneviève Oriol. BRUNET, Anne, JATON, Claude, ORIAL, Geneviève, « Les alteratións biologiques de la pierre : bactéries et algues », Jacques Philippon, Daniel Jeanette, Roger-Alexander Lefevre (Coords.), *La conservation de la pierre monumentale en France*, Paris, Presses du CNRS, 1992, p.93.



situação que aparentemente se verifica no quadrante norte, onde a insolação é reduzida (Des. 42). Por outro lado, é também referida a sensibilidade destas colónias aos índices elevados de poluição atmosférica, embora esta característica dependa das espécies<sup>32</sup>. Pode-se salientar que neste caso dada a localização dos líquenes se verificar numa zona do mosteiro onde se identifica simultaneamente a presença de crostas negras, aqueles líquenes poderão pertencer a uma espécie resistente à poluição atmosférica.

## 17 – Musgos

Destaca-se a presença de uma espessa colónia de musgos no paramento exterior da capela lateral norte da igreja junto da engra com a capela-mor que reveste grande parte desta superfície (Foto 20). Crê-se que esta presença seja simultaneamente devida ao facto desta zona se encontrar habitualmente em sombra (Des. 42) e apresentar muita humidade, dificilmente escoada por evaporação. Supõe-se que as caleiras da cobertura da capela e da sacristia, que conduzem a água às gárgulas se encontram entupidas. Salienta-se o facto da gárgula da capela norte se encontrar partida (Foto 99). Estas circunstâncias concorrem para a acumulação de humidade nesta zona, proporcionando as condições ideais para a instalação destas colónias.

## 18 – Plantas herbáceas

Foram detectadas diversas plantas herbáceas nas coberturas em geral, em particular na igreja (Foto 114), onde se verifica a penetração das raízes através das juntas no interior do edifício (Foto 93). Esta colónia foi também identificada nas cotas superiores das arcarias do claustro (Foto 67), na arcaria adjacente ao alçado sul da igreja (Foto 97), na clarabóia da capela lateral norte (Foto 95) e no dormitório (Foto 110). Na casa capitular e sacristia detecta-se a presença de plantas trepadeiras (Foto 115). O abandono e a falta de uso do espaço do claustro e do dormitório permitiram o desenvolvimento daquela vegetação de grande porte (Fotos 5 e 30). Admite-se genericamente que o seu desenvolvimento foi promovido pela deposição de partículas orgânicas transportadas pela atmosfera que se depositam nesta estrutura conjugada com a humidade e insolação favoráveis. A falta de manutenção regular das coberturas, nas quais se identificam pontualmente lacunas, favoreceu este desenvolvimento.

## 19 – Insectos xilófagos

Nos altares em talha situados na nave lateral sul da igreja, foram identificados orifícios de pequeno diâmetro, causados pelos anóbideos vulgarmente conhecidos por carunchos pequenos (*Anobium punctatum* de Geer<sup>33</sup>). A presença deste tipo de

<sup>32</sup> Cf. LALLEMANT, Richard, “Les altérations biologiques de la pierre : le rôle des lichens », Jacques Philippon, Daniel Jeanette, Roger-Alexander Lefevre (Coords.), *La conservation de la pierre monumentale en France*, Paris, Presses du CNRS, 1992, p.95.

<sup>33</sup> Acerca desta matéria agradeço as informações prestadas pelo Eng. Saporitti Machado, através de um teste expedito sobre amostras de madeira recolhidas no mosteiro, efectuado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Departamento de Estruturas/Núcleo de Madeiras em 25/2/1997. É na Primavera que geralmente há sinais de ataque deste insecto, sendo as larvas as responsáveis pela escavação das galerias no interior da madeira, quando o caruncho é adulto sai para o exterior através dos orifícios que se observam.



**Foto 114** – Pormenor da cobertura da nave lateral sul da igreja com vestígios de plantas ancoradas.



**Foto 115** – Plantas trepadeiras sobre os alçados norte da casa capitular e sacristia.



**Foto 116** – Vestígios da presença activa do caruncho no altar em talha situado na nave lateral norte do *templo de fora*.

anomalia pode somente indiciar um ataque antigo, no entanto foi também identificado, em certos locais do altares, a acumulação de serrim (pó de tonalidade clara resultante da escavação) que indicia sobre a actividade deste insecto (Foto 116). Crê-se que também os tectos de madeira da igreja e da casa capitular estejam afectados, dada a facilidade de disseminação daquela espécie. Nesta observação macroscópica não foi detectada a presença de térmitas, vulgarmente conhecidas por formiga branca (*Reticulitermes lufugus* R.).

### – Decaimento antrópico

#### 20 – Usos indevidos

No espaço remanescente entre a capela de Nossa Senhora da Piedade e a capela lateral sul da igreja, encontra-se acumulada uma grande quantidade de resíduos



orgânicos e artificiais. Supõe-se que esta situação resulte da acção do vento, mas essencialmente dos transeuntes que aqui despejam desperdícios (Foto 117). Também na sacristia (Foto 118), no corpo das naves da igreja (Fotos 57 e 96) e no espaço de acesso ao trono do altar da capela-mor (Foto 119) foi identificada acumulação de diversos desperdícios entre os quais se encontram utensílios litúrgicos deteriorados, peças de madeira esculpida provavelmente de altares, azulejos em caixotes e a máquina do antigo relógio da torre da igreja. No claustro, encostadas às arcarias dispõem-se peças em cantaria ao longo das galerias, entre as quais se detectam capitéis com motivos fitomórficos, caleiras pertencentes ao sistema hidráulico e outros elementos cuja função é de difícil determinação (Foto 120). Neste contexto não se pode deixar de referir a actual utilização do antigo refeitório como espaço de criação de cobaias para o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (Foto 27). Esta ocupação associada às intervenções que lhe foram impostas no intuito de responder às exigências desta nova função descaracterizaram tipológica e construtivamente o edifício. Neste contexto salienta-se o facto de terem sido introduzidos elementos estruturais em betão armado e uma espessa camada de argamassa cimentícia de revestimento (Fotos 28 e 81), desrespeitando e desvirtuando por completo a construção original. Finalmente refira-se o facto do adro da igreja servir como parque de estacionamento, em particular no horário da missa. Esta ocupação para além de ser inadequada retira a dignidade do enquadramento do mosteiro.



**Foto 117** – Espaço exterior entre a capela de Nossa Senhora da Piedade e a capela lateral sul.



**Foto 118** – Ocupação actual da sacristia.

## 21- Lacunas de material

Refira-se a ausência localizada de partes constituintes nas colunas da igreja (Foto 122). Crê-se que esta situação se deve à remoção dos elementos decorativos em talha, que se encontravam anteriormente encastrados naqueles pilares através de elementos metálicos para fixação. Esta operação foi levada a efeito pela DGEMN, que conforme foi anteriormente mencionado retirou grande parte da decoração barroca do interior da igreja. No lavabo situado no claustro encontram-se também faltas de materiais, pedras e elementos escultóricos (Foto 47). Crê-se que o estado em que





**Foto 120** – Peças em cantaria depositadas na galeria do capítulo.



**Foto 121** – Estacionamento indevido no adro da igreja monástica.



**Foto 122** – Pormenor da coluna norte do arco triunfal da capela lateral norte.

actualmente se encontra se deve essencialmente ao vandalismo e pilhagem, prática corrente após a extinção do mosteiro.

## **22- Intervenções desadequadas no conjunto monástico**

A humidade verificada no interior dos edifícios, tal como anteriormente foi mencionado nos pontos 1, 2 e 3, crê-se serem devidas à ausência de um revestimento exterior dos paramentos adequado. Julga-se que a alvenaria de pedra irregular constituinte deste muros apresenta características físicas e estéticas que não justificam a exposição directa ao meio ambiente, revelando a necessidade de uma superfície adequada que a proteja (Fotos 77 e 84). Aceita-se que esta situação teve origem nas intervenções incompletas, levadas a efeito pela DGEMN, sem o acabamento final do reboco e pintura. No caso do claustro, o facto de ter sido retirada a cobertura, acção também já mencionada anteriormente, levada a efeito pela DGEMN na década de 40, teve consequências no aparecimento das infiltrações nesta galeria. Assim a arcaria do claustro ficou sem protecção superior contribuindo para o aparecimento de infiltrações no interior da estrutura. Esta situação também contribuiu para a deterioração e mau estado de conservação em que se encontram (quase inexistentes) as pinturas neste alçado da igreja, expondo-o à acção prolongada e directa da chuva durante anos que atingiu esta zona (Foto 22). Para além destes aspectos refira-se ainda que as lápides das sepulturas se encontrarem expostas à acção directa dos agentes atmosféricos, chuva e

vento, cuja erosão é acrescida pela presença e passagem de visitantes. Refira-se ainda as construções abarracadas situadas a poente do dormitório, que contribuem para a deterioração daquela estrutura já frágil, as quais simultaneamente comportam consequências nefastas para a imagem do conjunto (Foto 32). Por fim refira-se a iluminação no interior da igreja, que desvirtua o ambiente intimista, com a luminosidade demasiado intensa e mal orientada. Desconhece-se se a intensidade luminosa está controlada, para não prejudicar o monumento (Fotos 14 e 16). Neste âmbito menciona-se ainda os postes e cabos de electricidade localizados na proximidade do monumento que não dignificam o seu enquadramento (Foto 111). Refira-se também a torre sineira de betão, a poente da igreja (Foto 23), que desrespeitou a legislação vigente na época em que foi edificada. A sua função e valor estético são questionáveis.

### **23 – Intervenções desadequadas na envolvente próxima do conjunto monástico**

O edifício da ARCFA (Fotos 71 e 72), construído no contexto da edificação da torre sineira também desrespeitou a legislação vigente na época, conforme foi focado anteriormente. Para além do aspecto inestético inegável e a fraca qualidade arquitectónica deste edifício, verifica-se que a função actual deste edifício, tendo em conta a proximidade do monumento não é adequada, contribuindo para a sua deterioração.

### **24 – Elementos e materiais vandalizados**

Este Monumento Nacional, classificado como tal no ano 1920, encontra-se actualmente em muito mau estado de conservação, do qual a decadência e ruína em que se encontram o claustro e o dormitório (Fotos 5, 30 e 32) evidenciam de forma mais marcante o abandono a que foram votados. Admite-se que esta situação se deve à falta de uso e manutenção verificada ao longo dos anos pelos organismos responsáveis. No alçado sul da capela-mor e no corpo longitudinal da igreja identificam-se diversos vidros partidos nas janelas (Fotos 90 e 123) e a porta também apresenta sinais de arrombamento (Foto 87). Crê-se que estas acções se consideram vandalismo, nomeadamente devida aos jogos de futebol, que frequentemente são desenrolados no adro da igreja e outras atitudes propositadamente destrutivas infligidas no monumento.



*Foto 123* – Vidros partidos na janela do alçado sul da capela-mor.

## Capítulo VI – Bases para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares do mosteiro

### 1 – Conceitos fundamentais de protecção do património arquitectónico

Antes de prosseguir com a apresentação da proposta de conservação do conjunto monástico de Almoester, destaca-se a importância de predefinir a terminologia utilizada no âmbito da conservação do património monumental. Deste modo referem-se, ainda que sucintamente, os conceitos usados como princípios gerais metodológicos do trabalho em curso.

Actualmente, o conceito de conservação do património monumental<sup>1</sup> é entendido como uma actividade multidisciplinar, cujo objectivo principal visa prevenir o decaimento e prolongar a vida do monumento (sendo este definido como conjunto da criação arquitectónica e espaço em que se insere), de modo a transmiti-lo na sua autenticidade e integridade às gerações futuras. Este conceito considera a responsabilidade e grau de exigência envolvidas em qualquer acção realizada sobre este testemunho do passado, o qual não é apenas pertença da geração actual. Um projecto neste âmbito, dependendo das circunstâncias a que está sujeito e das condições específicas em que se encontra o monumento, pode envolver um conjunto de acções em diferentes escalas e níveis de profundidade. Como suporte das decisões técnicas envolvidas neste processo deverá presidir uma lógica, fundamentada nos princípios orientadores da ética da conservação aceites internacionalmente<sup>2</sup>. Abreviando, referem-se que a estratégia de actuação depende da compreensão, análise crítica e correcta interpretação dos valores históricos, culturais, arquitectónicos, condições e carências do monumento, e cujo ponto de partida de qualquer intervenção assenta na intervenção mínima. Esta actuação limita-se aos casos de verdadeira necessidade, implicando a elaboração de um plano de rotina e manutenção preventiva. Qualquer acção imposta não pode comprometer a autenticidade e integridade do monumento, respeitando e

<sup>1</sup> Este conceito foi fundamentado nas referências sobre esta matéria dos autores Antón Capitel, Bernard Feilden, Fernando Henriques, Françoise Choay, Jukka Jokiletho, Piero Sanpaulesi, Virgolino Ferreira Jorge e na Carta de Veneza. Cf. CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Madrid, Alianza Forma, 1992, pp. 47-50. Cf. FEILDEN, Bernard M., *Conservation of Historic Buildings*, Suffolk, Revised Softcover Edition, St. Edmundsbury Press Ltd., 1994, pp.3-12; Cf. HENRIQUES, Fernando, *A conservação do património histórico edificado*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Memória nº 775), 1991; Cf. CHOAY, Françoise, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Seuil, 1992, pp.9-25 e 163-169; Cf. SANPAULESI, Piero, *Discorso sulla metodologia generale del restauro dei monumenti*, 3ª edição, Editrice Edam, Firenze, 1990; Cf. JOKILETHO, Jukka, "Les fondements des principes modernes en conservation", *Actes du Congrès International Histoire de la restauration en Europe*, Vol. I, Interlaken, Wernersche Verlagsgesellschaft/Worms, 1991, pp.29-32; Cf. JORGE, Virgolino Ferreira, "Princípios de Salvaguarda do património", *Correio da Natureza*, 1992, pp.56-58; Cf. "Carta de Veneza. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (1964)", Sociedade para a Preservação do Património construído, *Textos fundamentais*, Lisboa, (Cadernos SPPC), 1996, pp.3-7.

<sup>2</sup> Dentro das Cartas e Convenções Internacionais no âmbito da protecção do património arquitectónico criadas pela UNESCO, ICOMOS e Conselho da Europa, considera-se que *A Carta de Veneza* de 1964 traduz os conceitos fundamentais da filosofia de conservação dos monumentos. As premissas constantes neste documento são actualmente aceites, ainda que seja criticado o seu conteúdo demasiado genérico, por se tratar de um documento internacional. Cf. "Carta de Veneza. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (1964)", Sociedade para a Preservação do Património Construído, *Textos fundamentais*, Lisboa (Cadernos SPPC), 1996, pp.3-7.



mantendo os valores históricos e ainda os materiais e técnicas construtivas tradicionais, a patine dada pela Natureza e a situação envolvente. Neste contexto não são permitidas a remoção ou a deslocação parcial ou total da edificação para outro local, e as reconstruções de ruínas arqueológicas só são aceites quando baseadas em evidências históricas inequívocas. Sempre que possível deverão ser utilizados o saber e as tradicionais práticas construtivas locais compatíveis com o existente, traduzindo uma atitude de prudência, uma vez que são já conhecidas pela experiência do uso. O conhecimento e utilização destas técnicas, frequentemente em extinção, reveste-se de maior importância pelo interesse que tem igualmente a sua salvaguarda. Os materiais utilizados neste tipo de intervenção deverão ser também tradicionais e a sua qualidade e durabilidade deverá ser equiparada ao tempo de vida previsto do monumento, que se pretende seja o mais prolongado possível. Estas intervenções deverão ser reversíveis e distintas quando observadas de perto, como testemunho da época em que são efectuadas. Finalmente, refere-se a especial atenção que deverá ser dada ao registo sistemático das acções efectuadas durante a intervenção, incluindo o levantamento da situação inicial e das várias fases do trabalho em curso, mas também dos métodos, técnicas e materiais utilizados. Esta documentação serve de referência aos especialistas participantes no trabalho, como instrumento essencial à coordenação e ligação das diversas contribuições multidisciplinares, e posteriormente como instrumento de divulgação desta intervenção.

De acordo com o que foi mencionado inicialmente, considera-se assim que o conceito de conservação é amplo, e define-se em diversas actuações. A graduação do nível de profundidade destas acções varia de forma ascendente entre a prevenção e a reconstrução, intercaladas pela manutenção, reparação, restauro e reabilitação<sup>3</sup>. A prevenção, conjugada com a manutenção regular constitui no todo a atitude fundamental para a conservação do património arquitectónico. A primeira actua sob a forma de disposição antecipada de medidas cautelares que evitam o seu decaimento. A manutenção é uma acção que se traduz no controlo permanente do monumento através de inspecções regulares visando a identificação de anomalias e proceder à sua reparação o mais brevemente possível, evitando o agravamento dessas ocorrências. A reparação é entendida como uma actuação destinada a assegurar a integridade do monumento através da correcção das anomalias identificadas. O conceito de restauro refere-se a um conjunto de operações cuja intenção é reaver a imagem original do monumento respeitando os valores estéticos e históricos das várias épocas que o constituem, baseado em dados históricos inequívocos. A reabilitação apela à atribuição de uma função diferente da concepção original, com o intuito de melhorar a qualidade do monumento. Esta atitude pode ser encarada de forma bastante crítica quando se crê que o existente deverá ser preservado como memória do passado. Aceita-se que a atitude correcta, considerando a necessidade de afectar uma nova função ao monumento, terá que ser adequada às condicionantes existentes, de modo a efectuar a reutilização daquele espaço. Neste contexto, a nova função terá que ser o mais semelhante possível à original de modo a não desvirtuar o existente. A reconstrução é uma atitude que visa refazer de novo parcial ou totalmente o monumento. Esta operação só pode no entanto ser viabilizada com base em evidências inequívocas, ou em casos em que o edificado se encontre arruinado ou em risco de ruína devido a acidentes naturais ou provocados por uma guerra. Finalmente, define-se o conceito de valorização como o reconhecimento da importância e significado cultural do monumento visando adequar a leitura, utilização e transmissão destes valores na sua integridade às gerações futuras.

---

<sup>3</sup> Esta definição de conceitos através da graduação foi baseada nos autores Bernard Feilden e Fernando Henriques. Cf. FEILDEN, Bernard, *Ob. cit.*, pp.8-12 ; Cf. HENRIQUES, Fernando, *Ob. cit.*, pp.1-4.

## 2 – Análise crítica das intervenções no âmbito da conservação realizadas e intentadas no monumento

No período que medeia a fundação e a extinção deste mosteiro, admite-se que, como era usual, o conjunto edificado tenha sido sujeito a obras de manutenção regulares. Estas poderão ter sido efectuadas em tempos distintos das obras de vulto que visaram a ampliação e beneficiação da abadia, de acordo com o gosto das várias épocas por que passou. Embora a periodicidade e profundidade destas intervenções não seja mencionada na bibliografia consultada, aceita-se que foi frequente a preocupação e a necessidade de serem efectuadas acções no âmbito da conservação.

Após a extinção desta casa, em 1888, a cerca, o dormitório e o refeitório foram cedidos à Coudelaria Nacional, que procedeu à adaptação daqueles edifícios, de acordo com as exigências da nova função. Desconhece-se o âmbito destas obras, considerando a ausência de referências documentais aliada à falta de vestígios materiais sobre estas actuações, que não permite aprofundar uma análise crítica sistemática. Admite-se que aquelas acções terão sido efectuadas sem o respeito que mereciam as dependências monásticas, comprovado pela utilização de troços de colunelos do claustro na reconstrução da alvenaria da parede poente do dormitório. Considera-se que nesta época, poucas seriam as reacções contra este tipo de situações, que afinal foram verificadas também noutras casas monásticas no país<sup>4</sup>. Lembrando a relação estreita que Alexandre Herculano teve com o mosteiro, teria ficado certamente impressionado à semelhança dos seus manifestos publicados contra este tipo de situações verificadas noutros monumentos do país<sup>5</sup>. Relativamente à igreja, sabe-se que também lhe foram impostas intervenções para adaptação ao novo programa da igreja paroquial, como é o caso da remoção da grade de clausura da parede divisória. Para além deste tipo de acções crê-se que terão sido também, efectuadas obras no âmbito da conservação, que poderão ter sido profundas, a crer no mau estado de conservação em que se encontrava anteriormente.

Este estudo foca a atenção sobre as intervenções efectuadas a partir da classificação como Monumento Nacional em 1920 até à actualidade, das quais se encontra maior documentação disponível e também mais vestígios materiais. Nesta breve análise que se pretende seja um contributo para aprofundar este tema, apresentam-se cronologicamente três acções, que se consideram as mais importantes no âmbito da conservação do monumento. A primeira refere-se à intervenção da DGEMN realizada entre os anos 1942 e 1987, a segunda às obras levadas a efeito pela iniciativa do pároco da aldeia de Almoster nos anos 70, e a terceira às intenções principais expressas no Plano de Pormenor de Almoster, realizado em 1990 ainda não concretizado.

---

<sup>4</sup> Este tema é referido por José Cornélio da Silva. Cf. SILVA, José Cornélio da, "Política, conservação e restauro", *Aedificiorum*, Edição da Associação Juventude e Património, Ano I, Junho 1988, pp.22-27.

<sup>5</sup> Alexandre Herculano foi responsável por diversos manifestos contra a situação dos monumentos após a extinção das Ordens em Portugal e dos atentados que contra eles se fizeram nesta época, de vandalismo, roubos e destruição. Cf. HERCULANO, Alexandre, "Os Monumentos", "Os Monumentos II" e "Mais um brado a favor dos Monumentos", *O Panorama*, nº 69, nº 70 e nº 94, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 25 de Agosto de 1838, 1 de Setembro de 1838 e 16 de Fevereiro de 1839.

## 2.1 – As intervenções da DGEMN (1942 – 1987)

Após o longo período de abandono a que foi votado o mosteiro, depois da sua extinção, a igreja considerada como o elemento representativo do conjunto foi classificada como Monumento Nacional<sup>6</sup> em 1920. Admite-se que esta classificação condicionou as intervenções que se seguiram. Estas incidiram essencialmente sobre a igreja e os dois edifícios adjacentes (a capela de Nossa Senhora da Piedade e a casa capitular) e ainda sobre a zona do claustro confinante, nomeadamente as galerias da leitura e do capítulo. Neste sentido foi sendo progressivamente esquecida a relação fundamental dos edifícios restantes do complexo monástico, como um todo indissociável. Para esta situação terá contribuído de forma decisiva a afectação das dependências monásticas, refeitório, dormitório e cerca à Coudelaria Nacional, que proporcionou simultaneamente a desvalorização destes edifícios regulares e da cerca, a partir daí entendidos como anexos independentes. De facto, embora as restantes dependências apresentem um porte mais modesto que a igreja, casa capitular e claustro, fazem parte do conjunto, completando a sua compreensão. Salienta-se o desfazamento desta atitude perante a legislação entretanto publicada sobre a área adjacente que alcançava a distância de 50 metros abrangida pela protecção dos imóveis classificados<sup>7</sup>. Neste caso concreto esta zona de protecção regulamentar abarca a maior parte dos edifícios regulares.

Genericamente este mosteiro apresenta-se actualmente como resultado das obras a que foi sujeito a partir do ano de 1942 até cerca de 1987 levadas a efeito pela DGEMN. Embora o mosteiro não tenha merecido o destaque editorial dos *Boletins* editados por aquela instituição, os documentos gráficos e fotográficos existentes<sup>8</sup>, provavelmente seriam conducentes a esta edição. O objectivo principal destas publicações era revelar as fases da obra, através do levantamento da situação anterior ao início das obras e após a sua conclusão. Julga-se que o mesmo não foi efectuado porque as obras em Almoester também não foram concluídas. Estes trabalhos prolongaram-se por um período de mais de três décadas marcado por algumas interrupções. Entre os anos de 1942 e 1968 incidiram sobre a igreja, o claustro e a casa capitular. Foram efectuadas de acordo com os princípios que a orientavam na época, sob influência das teorias de Viollet-le-Duc, e traduziram-se no restauro, na reconstrução total ou parcial e na destruição das contribuições das épocas posteriores àquela que se julgava ser a primitiva, de modo a lhe restituir o traçado original<sup>9</sup>. Posteriormente apenas foram efectuadas intervenções pontuais de menor vulto.

Nos primeiros anos, as modificações arquitectónicas e decorativas consideradas pós medievais foram parcial ou totalmente removidas, deixando o monumento despidido destes elementos acrescentados ao longo do séculos, e simultaneamente procurou

<sup>6</sup> Há a salvar o facto da casa capitular não ser referida no decreto. Cf. *Diário do Governo*, 1ª Série, nº 109, 27 de Maio de 1920 (Decreto-lei nº 6644).

<sup>7</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, 7 de Março de 1932 (Decreto-lei nº 20985), art.26.

<sup>8</sup> Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo de obras gráfico e fotográfico nº 141606, Direcção de Serviços de inventário e Divulgação.

<sup>9</sup> Sobre este tema foram consultados os autores Louis Réau, Maria João Baptista Neto e François Enaud. Cf. NETO, Maria João Quinta Lopes Baptista "Critérios de actuação", *Ob. cit.*, pp.433-450. RÉAU, Louis, *Histoire du vandalisme. Les monuments détruits de l'art français*, Édition augmentée par Michel Fleury et Guy Michel Leproux, Paris, Éditions Robert Laffont, 1994, pp.750-770. ENAUD, François, « Les principes de restauration des monuments en France de Viollet-le-Duc à la Charte de Venise », *Actes du Congrès International Histoire de la Restauration en Europe*, Vol. I, Interlaken, Wernersche Verlagsgesellschaft/Worms, 1991, pp. 49-83.



manter-se e restaurar os vestígios medievais da igreja, sala capitular e claustro. Embora se possa admitir que aqueles elementos arquitectónicos e decorativos pós-medievais tenham contribuído para desvirtuar o espírito austero que presidiu à concepção original da edificação, estes acrescentos de carácter estilístico e funcional corresponderam de forma coerente à alteração natural das necessidades e variações de gosto da comunidade ao longo dos séculos. Pode-se ainda referir que estas modificações se encontram inseridas de forma coerente na evolução da Ordem de S. Bernardo, deixando marcada a distância da ideia original que presidiu à sua concepção. A qualidade destas intervenções confirma a intenção cuidada de valorizar o existente e no conjunto formavam um documento construído e decorativo que ilustrava a história da clausura, que foi removido de forma definitiva e irreversível. Esta acção destrutiva, que empobreceu o conhecimento sobre o monumento conduziu através das operações de reconstrução e restauro à criação de um conjunto edificado que pode nunca ter existido sob esta forma. Os critérios conducentes a esta acção, basearam-se essencialmente em valores estéticos, sem a preocupação de fundamentar esta actuação científica e historicamente<sup>10</sup>. Daqui resulta o facto de existirem dúvidas sobre determinados aspectos formais e funcionais no mosteiro.

Salienta-se, entre outros, dois aspectos referentes à ambiguidade dos critérios de actuação da DGEMN, que se verifica na igreja de Almoester. Contrariando a intenção principal que regia esta intervenção, foram mantidos os altares em talha e azulejos nas paredes, dos séculos XVII e XVIII, que se crê terão sido poupados da destruição e sujeitos a restauros devido à qualidade e riqueza destes elementos decorativos. Mais difícil se torna determinar a razão de subsistirem no intradorso do pano murário poente da igreja, a porta de acesso e os cachorros que apoiavam a estrutura do antigo coro-alto (Foto 17). Pelo contrário, a escada que garantia o acesso aos edifícios a poente, foi removida, sem deixar uma memória perceptível daquela preexistência (Foto 54). Estas presenças visíveis somente no interior da igreja, desenquadradas do contexto em que foram construídas, originam incorrecções na leitura e interpretação e prejudicam igualmente a imagem estética do edifício. No conjunto, admite-se que estas intervenções demonstram alguma incoerência e contradição na escolha dos critérios de actuação, denunciando falta de qualidade, pela ausência de uma orientação global e coerente das actuações. De outra forma leva a crer que os trabalhos a serem efectuados ficaram incompletos.

À luz da estética e dos princípios actuais sobre o restauro do património edificado, seria inaceitável uma intervenção deste âmbito no mosteiro (ou em qualquer outro edifício histórico), porque fundamentalmente falseou a autenticidade estética e histórica do monumento. Enquadrada na época, esta forma de actuação da DGEMN, ainda na corrente do restauro romântico de Viollet-le-Duc, era consentânea com a ideologia vigente do Estado Novo, cujos valores culturais que se pretendiam difundir traduziam-se no restauro dos monumentos<sup>11</sup>. Neste contexto aceita-se esta actuação, ainda que com algumas reservas, neste caso ampliadas considerando a qualidade desta intervenção do bastante fraca e contraditória na aplicação desses critérios. É importante referir que estas acções em Portugal já encontravam manifestos de opositores<sup>12</sup>, e

<sup>10</sup> Este aspecto é destacado por Maria João baptista Neto. Cf. NETO, Maria João, "Critérios de actuação", *Ob. cit.*, pp.433-450.

<sup>11</sup> Cf. NETO, Maria João, *Idem, Ibidem.*, p.444.

<sup>12</sup> Destaca-se a este respeito o manifesto de Gabriel Pereira, influenciado pela teoria de Camillo Boito, acerca destas intervenções que seguiam as ideias de Viollet-le-Duc e que falseavam a imagem do monumento, por não se apresentarem distintas do existente e serem baseadas em imagens fictícias. Refere também o problema destas acções relativamente à eliminação da patine conferida pela natureza e pelo

estavam desfasadas da Europa, que em 1931 já tinha discutido a Carta de Atenas<sup>13</sup>, na qual se recomenda o abandono dos restauros integrais, e o respeito pelas diversas contribuições das diferentes épocas sem dar preferência a umas sobre as outras. Ainda nesta Carta é também recomendada a manutenção da ocupação dos monumentos com uma afectação adequada, que respeite o seu carácter histórico e artístico. Salienta-se esta última referência em relação ao edifício do refeitório, cuja ocupação se manteve desde 1888 afecta à Coudelaria Nacional e posteriormente até aos nossos dias pelo LNIV. Esta instalação implicou as alterações consideradas necessárias às novas funções, que foram inicialmente uma cavalaria, depois uma pecuária e mais recentemente destinadas para criação de cobaias. Sob as espessa argamassas que revestem as paredes e pavimento, é no entanto possível identificar alguns vestígios da construção de outrora. Esta situação é reprovável, considerando a legislação nacional vigente na época, de 1932<sup>14</sup>, que refere não ser admissível a presença deste tipo de instalações dentro da zona de protecção definida. Esta permanência é mais repreensível por ser do conhecimento de entidades oficiais e persistir até aos nossos dias, contrariando a legislação actual vigente sobre a conservação do património construído<sup>15</sup>.

As obras no monumento prolongaram-se por mais uns anos até à data em que já contemporâneas com o enunciado da Carta de Veneza (1964) não corrigiram ou evitaram situações negativas no âmbito da conservação do monumento, como ainda criaram um acréscimo de dificuldades pelo facto de não terem sido terminadas. Entre outros aspectos, a falta mais evidente e gravosa parece ter sido a falta do revestimento exterior, que posteriormente se traduziu na deterioração dos paramentos em alvenaria e nas respectivas consequências nefastas que ocasionou no ambiente interior dos edifícios. O facto desta situação não ter sido corrigida até agora, para além de comprometer a preservação dos edifícios, não respeita a sua autenticidade estética, contribuindo para a criação de uma imagem do monumento que não corresponde à realidade<sup>16</sup>. Neste contexto refira-se ainda a prospecção arqueológica efectuada no pavimento da capela-mor (Foto 7), cujos trabalhos não foram terminados, e não existe qualquer relatório que documente as observações efectuadas.

## 2.2 – As intervenções da iniciativa do pároco de Almoester (1975)

O padre Luís Batalha, pároco da igreja a partir de 1967, tomou a iniciativa auxiliado pela colaboração dos paroquianos de edificar uma torre sineira para a igreja (Foto 23) e um edifício destinado à freguesia de Almoester, a ARCFA (Fotos 71 e 72), no ano de 1975<sup>17</sup>. Embora a torre tenha sido objecto de contestação naquela data, prevendo-se que fosse retirada posteriormente<sup>18</sup> aqui se manteve até aos nossos dias.

---

tempo ao monumento. PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionais*, Lisboa, Typographia do Dia, 1902, pp.16-18.

<sup>13</sup> “Charte d’Athenes. Conclusions de la conférence. 1931 », Instituto Português do Património Architectónico e Arqueológico, *Cartas e Convenções Internacionais*, Lisboa, 1996, p.23.

<sup>14</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, 7 de Março de 1932 (Decreto-lei nº 20985), art. 25.

<sup>15</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, 6 de Julho de 1985 (Decreto-lei nº 13), art. 3.

<sup>16</sup> Sobre este assunto foi consultado o autor Fernando Henriques. Cf. HENRIQUES, Fernando, *Ob. cit.*, pp.18-22.

<sup>17</sup> Gerard Lérout refere que estas iniciativas foram tomadas pelo Padre Luís Batalha a quem foi confiada a responsabilidade desta paróquia a partir de 1967. Cf. LÉROUX, Gerard, “Cister em Portugal. Vandalismo em Almoester”, *Notícias da Amadora*, Amadora, 7/12/1984.

<sup>18</sup> DGEMN, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo de obras, gráfico e fotográfico nº 141606017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação, DGEMN, Doc. 275 de 9/9/70.

Relativamente ao edifício da ARCFA, para além de ter implicado a destruição de um edifício representativo da história do monumento<sup>19</sup> - a casa do confessor (Foto 46), a nova edificação em betão armado e alvenaria de tijolo, construída pela população da freguesia, não foi sujeita à apreciação da Câmara Municipal de Santarém<sup>20</sup>. Pode-se ainda colocar em questão o valor estético de ambas as edificações. Em relação à primeira, deve-se salientar o facto da Ordem de Cister não aprovar por razões de simplicidade os ostentosos campanários de pedra, autorizando somente uma estrutura em madeira ou alvenaria. No sentido oposto, a opção tomada delineou um campanário “moderno”, sem atenção ao enquadramento e aos materiais e sem consultar as entidades competentes. No segundo caso apontado, a escala e a qualidade arquitectónica comprometem definitivamente a leitura e o valor da envolvente. Este conjunto tendo sido edificado sem o entendimento essencial do sítio onde se insere, que implica a compreensão dos valores intrínsecos históricos, arquitectónicos e estéticos, promovem a descaracterização e a desvalorização do conjunto monástico. Para além do aspecto estético mencionado em relação ao edifício da ARCFA, refira-se que a função actualmente desempenhada como pavilhão de festas, tem uma acção nefasta sobre o conjunto monástico, tanto pelos aspectos sonoros relativos à música habitual nas festas, mas também pela afluência numerosa e desordenada de pessoas no local, que implica o estacionamento de veículos na proximidade do monumento (Foto 121). Não se pode esquecer que as circunstâncias deste tipo de reuniões podem dar origem a actos de vandalismo sobre o monumento. Estas atitudes tornam-se difíceis de compreender no âmbito da legislação nacional vigente na época. O Decreto-lei nº 166/70<sup>21</sup>, refere que a protecção dos imóveis classificados abrange em regra a área situada até à distância de 50 metros dos limites exteriores do monumento (neste caso da igreja), e nessa área proibia-se a edificação ou reconstrução sem aprovação das autoridades competentes para este efeito<sup>22</sup>. Ainda neste decreto são referidas as competências das Câmaras Municipais, neste caso a de Santarém, na acção de indeferimento deste tipo de construções, que afectam a beleza e os valores do conjunto monástico classificado. Refere-se ainda a responsabilidade exigida ao pároco na informação da entidade estatal e dos riscos que podiam ameaçar a integridade do monumento<sup>23</sup>. À luz dos princípios enunciados em 1964 na Carta de Veneza<sup>24</sup>, conclui-se que, para além destas construções serem ilegais no contexto da legislação portuguesa vigente na data da sua edificação, foram também desrespeitadas aquelas recomendações internacionais. Considera-se que neste documento o conceito de monumento abarca o local onde está inserido (arts. 1 e 6) e destaca-se a necessidade de respeitar os testemunhos significativos das fases e das épocas de construção, sendo a remoção parcial uma atitude indesejada (art.7). Finalmente não é permitida a realização de acrescentos ao edifício que não respeitem o equilíbrio e a relação com a envolvente (art. 13).

Para além destas duas intervenções que contribuíram para desvalorizar o existente refira-se ainda que nesta época foi colocado o altar a poente. Desta alteração resta o crucifixo seiscentista fixo a um bloco de betão assente no pavimento (Fotos 17 e

<sup>19</sup> Esta acção foi contra a legislação vigente na época. Cf. Diário do Governo, 1ª série, 7 de Março de 1932 (Decreto-lei nº 20985), art. 43.

<sup>20</sup> CMS, Resumo cronológico sobre o Convento de Almoester e sua área envolvente, Gabinete de Planeamento Municipal da Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1990, p.2.

<sup>21</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº 88, 15 de Abril de 1970 (Decreto-lei nº 166), art. 26.

<sup>22</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº 88, 7 de Março de 1932 (Decreto-lei nº 20985), art. 45.

<sup>23</sup> Cf. *Idem*, *Ibidem*, arts. 15 e 16.

<sup>24</sup> Cf. “Carta de Veneza. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (1964)”, Sociedade para a Preservação do Património Construído, *Textos fundamentais*, Lisboa, Cadernos SPPC, 1996, pp.3-7.



52). Julga-se que em parte não se pode condenar esta actuação já que se encontra enquadrada na adopção da decisão litúrgica do Concílio do Vaticano II. Mais grave será a manutenção daquele crucifixo naquele local e naquelas condições até aos nossos dias.

### 2.3 – As intenções do Plano de Pormenor (1991-1996)

Após vários pedidos efectuados pela Junta de Freguesia de Almoester à Câmara Municipal de Santarém, afim de ser definida uma solução para o mosteiro e área envolvente muito degradadas, foi deliberada a elaboração do *Plano de Pormenor da área envolvente ao convento de Almoester*<sup>25</sup>, no contexto do Plano Director Municipal. O concurso foi lançado, tendo previamente sido definida a área de intervenção, denominada *limite da área em estudo*, que exclui parte da aldeia e da cerca monástica (Des. 43).

O Plano, da autoria do gabinete de arquitectura *Planarque*<sup>26</sup>, foi elaborado em 1991. Inicialmente foi proposta a conversão do mosteiro numa *pousada* (Des. 44). Tendo sido colocado a inquérito público<sup>27</sup> durante o mês de Fevereiro de 1995<sup>28</sup>, aquela solução não foi do agrado da população de Almoester, preferindo um centro de dia para os idosos da aldeia. Finalmente foi aprovado em 1996<sup>29</sup> contendo uma proposta de *centro social e de lazer*<sup>30</sup> (Des. 45). Este projecto procura reabilitar e salvaguardar o espaço urbano em análise, orientando estas acções através de um conjunto de propostas e de um regulamento. De acordo com a referência na introdução, pretende ser um Plano de Pormenor de Reabilitação e Salvaguarda Arquitectónica e Urbanística, ao abrigo do Decreto-lei nº 69/90<sup>31</sup>.

A proposta de intervenção foi precedida de uma breve notícia histórica de Almoester até à actualidade, seguida da caracterização da área em estudo que incluiu a análise da rede viária, das funções urbanas, da volumetria, do valor arquitectónico, da idade dos edifícios e estado de conservação e foi ainda efectuada uma breve análise visual da paisagem urbana. Este estudo incide essencialmente sobre a estrutura urbana. A estratégia de intervenção proposta para o núcleo urbano promove essencialmente a manutenção integral do existente, dando preferência às acções de restauro dos edifícios e do espaço urbano, com o intuito de manter a imagem integral das edificações e da morfologia urbana, no momento anterior à sua descaracterização. São definidas duas zonas distintas na aldeia, através da morfologia arquitectónica e funções urbanas, como *zona de características monumentais*, envolvente ao mosteiro e *zona de características populares* a norte. (Des. 46). Na primeira zona, propõe-se a valorização através da reabilitação dos edifícios do refeitório e dormitório convertidos em centro social e de lazer. Esta proposta inclui o arranjo paisagístico dos espaços livres envolventes, integrando uma piscina e campo de ténis (Des. 45). Na *zona de características populares*, pretende-se promover a (re)apropriação desta zona pela população, através

<sup>25</sup> Câmara Municipal de Santarém, *O Plano de Pormenor da zona envolvente ao convento de Almoester*, Lisboa, Planarque, 1991.

<sup>26</sup> Agradeço a disponibilidade e esclarecimentos prestados pelo Arquitecto Carlos Ferreira de Almeida, responsável por este projecto no atelier da Planarque em 29/4/97.

<sup>27</sup> Esta atitude enquadra-se no art. 14 do Decreto-lei nº 69/90. Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº 51, 2 de Março de 1990 (Decreto-lei nº 69/90).

<sup>28</sup> Cf. “Edital nº 7/95 de 13 de Janeiro de 1995”, Público, 28 de Janeiro de 1995.

<sup>29</sup> Cf. *Diário da República*, 1ª série, nº 248, 25 de Outubro de 1996.

<sup>30</sup> Cf. Câmara Municipal de Santarém, *O Plano de Pormenor da zona envolvente ao convento de Almoester*, Lisboa, Planarque, 1991, Planta de síntese, folha nº 4.

<sup>31</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº 51, 2 de Março de 1990 (Decreto-lei nº 69).

da manutenção da habitação, ampliando as actividades comerciais, serviços e equipamentos, com o intuito de manter o papel de centro urbano, onde a população se encontra e convive. Consta-se que a estrutura deste Plano de Pormenor, se apresenta na sua integridade estruturada de acordo com o enquadramento jurídico estabelecido no já mencionado Decreto-lei 69/90<sup>32</sup>, resultando num documento legal interessante e bastante completo. Foram acrescentados alguns elementos específicos relativos à salvaguarda e valorização<sup>33</sup>. Neste contexto destaca-se a criação de uma variante à EN 114-2<sup>34</sup>, a qual se julga contribui para beneficiar o ambiente urbano salvaguardar o monumento. Salienta-se também a proposta de dilatar a área em estudo proposta pela Câmara, abrangendo a cerca monástica que julga contribuir para a leitura mais completa do monumento intitulada como *área de protecção*<sup>35</sup> (Des. 43). No entanto julga-se que a proposta apresentada neste plano carece de fundamento num estudo aprofundado sobre a área em questão, que permita sustentar um projecto adequado. Neste plano o monumento é encarado com um instrumento meramente utilitário para ajustar às carências e funções necessárias (comparar Des. 27 e 28) sem atender à riqueza, autenticidade e unicidade intrínsecas. Julga-se que estes aspectos específicos, devem ser entendidos previamente de modo a serem transmitidos às gerações futuras na sua integridade<sup>36</sup>. A função de *centro de dia e lazer* para a população mais idosa tem a intenção de melhorar a qualidade de vida da população residente na aldeia, enquadrando-se no actual conceito de conservação. No entanto embora seja reconhecido o interesse de reabilitar este espaço com um fim social útil, esta conversão pode trazer prejuízos que inevitavelmente são impostos ao alterar e adaptar o monumento à nova utilização, que terão de ser cuidadosamente acautelados.

Embora não seja objecto deste estudo aprofundar os aspectos urbanísticos de Almoester, não se pode deixar de salientar a importância desta envolvente no entendimento do conjunto monástico enquanto monumento<sup>37</sup>. Neste sentido julga-se que a delimitação da área de protecção assumida pelo Plano de Pormenor é insuficiente. Crê-se que este limite deveria abranger o núcleo histórico e a área envolvente onde se encontra o património urbano recente. Sobre esta área deveria então ser elaborado o estudo da evolução urbana, englobando os aspectos históricos, arquitectónicos, urbanísticos e paisagísticos subjacentes, do qual então resultariam os critérios conducentes à distinção da zona de protecção. Acrescenta-se ainda a importância de englobar a área rural envolvente. Como foi mencionado anteriormente, a fundação do mosteiro contribuiu para o desenvolvimento da povoação de Almoester e para o incremento da produção agrícola dos campos vizinhos, cultivados em seu proveito, marcando definitivamente o sítio, como ponto de referência (arquitectónico), e como pólo gerador de dependências e relações com a região envolvente. Com a morte do mosteiro, gradualmente foi-se perdendo esta inter-relação fundamental. Actualmente, com o mosteiro votado ao abandono e em ruína, as relações sobreviventes entre a aldeia

<sup>32</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série nº 51, 2 de Março de 199 (Decreto-lei nº 69), art. 9.

<sup>33</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº 51, 2 de Março de 1990 (Decreto-lei nº 69), art. 5.

<sup>34</sup> Cf. "Proposta de intervenção", Câmara Municipal de Santarém, *O plano de Pormenor da zona envolvente ao convento de Almoester*, Lisboa, Planqrq, 1991.

<sup>35</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, 6 de Julho de 1985 (Decreto-lei nº 13), art. 22.

<sup>36</sup> Estes conceitos são evidenciados na introdução da Carta de Veneza e ainda no art. 5 em relação ao monumento a conservar. "Carta de Veneza", Sociedade para a Preservação do Património Construído, Textos fundamentais, Lisboa, (Cadernos SPPC), 1996, pp. 3-7.

<sup>37</sup> Estes conceitos são expressos na carta de Veneza em relação ao monumento a conservar. "Carta de Veneza", Sociedade para a Preservação do Património Construído, Textos fundamentais, Lisboa, (Cadernos SPPC), 1996, pp. 3-7, arts. 1 e 6.

e os campos, não são mais que frágeis ligações de uma teia já quase invisível, porque se verifica a perda definitiva da importância da ruralidade. Admite-se que seja ainda redutora a delimitação da zona de salvaguarda do mosteiro e núcleo histórico envolvente, agora apresentada, evidenciando que não foi entendida a relação fundamental do mosteiro com o sítio e o entendimento profundo e global da herança cultural que gerou todo este núcleo urbano e rural. Surge então a necessidade de englobar as questões fundamentais aqui presentes, que caracterizam este como um lugar único e insubstituível, que contém a memória de um passado que deu origem e fez viver este conjunto: mosteiro/aglomerado urbano/envolvente rural.

### **3 – Proposta de reparação e manutenção das situações patológicas registadas**

Esta proposta pretende responder de forma adequado às questões levantadas na inspecção do monumento. Ressalva-se que na elaboração de um projecto concreto de conservação, esta resposta, deverá fazer apelo ao contributo das outras ciências, de modo a complementar a informação obtida e adaptar correctamente os tratamentos a cada caso. Como metodologia adoptada neste estudo, inicialmente foram mencionadas as consequências nocivas das anomalias detectadas e o seu contributo para a deterioração do monumento seguidas da respectiva proposta de reparação e de soluções que actuem como medidas de carácter preventivo.

#### **– Decaimento físico**

##### **1- Manchas de humidade por infiltração**

O agravamento das situações verificadas poderá trazer implicações estruturais graves nas estruturas afectadas, tanto na parede e abóbada da capela norte, como nos telhados, com a consequente deterioração dos tectos em madeira. Nas coberturas, a infiltração das raízes das plantas entre as juntas crê-se que irá ampliar este tipo de anomalia através da acção mecânica das raízes. Uma proposta adequada de reparação das anomalias identificadas, deverá ser precedida de uma inspecção cuidada às zonas afectadas, que permita constatar sobre as reais carências destas estruturas. Esta actuação visa adequar correctamente a reparação de modo a evitar o agravamento ou a ocorrência posterior de situações semelhantes. No caso das abóbadas deverá também ser inspeccionado o extradorso, para o caso de ser necessário efectuar o preenchimento das juntas com argamassa adequada, cuja composição tradicional à base de cal, seja compatível com as existentes. Relativamente à reparação das anomalias registadas nos tectos e na parede, esta actuação deverá ser antecédida pela secagem das manchas de humidade, através da ventilação do espaço. Em seguida deverá ser aplicada uma superfície de revestimento, com composição tradicional à base de cal e areia, a qual pode exigir a remoção da preexistente, e finalizados os trabalhos com uma pintura de leite de cal. Salienta-se que no extradorso da parede da capela norte pode ser acrescentado um aditivo hidrófugo nas argamassas. No caso das abóbadas com revestimento de pinturas murais propõe-se a elaboração de um projecto de restauro das pinturas por uma equipa especializada. Relativamente à clarabóia da capela norte, será



necessária efectuar a substituição dos vidros e verificar a estanquidade das caixilharias. A madeira dos tectos que se encontre apodrecida deverá ser substituída por outra com dimensões e tratamento idêntico da mesma espécie. A ausência de patine nestas novas tábuas poderá ser o indicador suficiente desta intervenção recente. Como medida de prevenção propõe-se a inspecção das coberturas anualmente e ocasionalmente após uma tempestade mais violenta. Considerando as circunstâncias insuficiente insolação no paramento norte da capela norte, prevê-se a necessidade de uma inspecção cuidada e regular a esta zona, em especial no outono e no inverno, época em que a acumulação da humidade nesta zona poderá ser maior.

## 2 – Manchas de humidade por condensação

A excessiva humidade verificada nas paredes contribui para fragilizar a estrutura com consequências graves na segurança da mesma, assim como origina condições ambientais insalubres. Propõe-se a ventilação e o aumento significativo da temperatura no interior da igreja, de modo a secar as manchas de humidade detectadas, afim de ser efectuada a reparação das anomalias. Caso seja necessário procede-se à remoção das argamassas de revestimento no interior. Esta operação deverá ser seguida da aplicação de uma argamassa de revestimento, cuja composição tradicional à base de cal e areia<sup>38</sup>, seja compatível com a preexistentes. O acabamento final deverá ser efectuado com pintura com leite de *cal de D. Fradique*<sup>39</sup>. No exterior, as superfícies deverão também estar convenientemente secas, afim de ser executado o revestimento exterior, com uma argamassa semelhante à anterior. Deverá ser acrescentado um aditivo hidrófugo para ampliar a capacidade de impermeabilização à acção da chuva<sup>40</sup>. O acabamento final das paredes deverá ser efectuado pelo processo natural de caiação com leite de cal. A cor deverá ser branca que se crê será aquela que se identifica com o espírito do despojamento e simplicidade da Ordem associada à tradição vernacular da caiação das casas na região. As matérias primas utilizadas na composição destas superfícies de revestimento, deverão sempre que possível recolhidas no local, tal como sucedeu na origem, conforme foi mencionado anteriormente. O controle dos índices da humidade relativa pode ser uma medida preventiva para evitar a condensação no interior da igreja. Propõe-se a manutenção da humidade relativa de 20%-40%<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> Tal como foi anteriormente referido, habitualmente a proporção nas primeiras camadas era de 1:3, com uma granulometria maior e uma quantidade menor de ligante. A última camada tinha uma granulometria menor e maior quantidade de ligante, na proporção de 1:2. Cf. SBORDONI-MORA, Laura, *Mortars Cements and Grouts used in the Conservation of Historic Buildings*, Roma, ICCROM, 1981, p.381.

<sup>39</sup> Cf. FONSECA, Pedro Quirino da, *Cal de D. Fradique. Uma herança milenar*, Lisboa, 1996 (Pré maquette policopiado).

<sup>40</sup> Esta característica pode ser também obtida através da técnica de *barramento* ou *guarnecimento*, que consiste na aplicação de uma camada de argamassa também à base de cal e pó de pedra calcária sobre o revestimento. Esta técnica tradicionalmente utilizada no século XVIII, aparentemente parece ter sido usada na cabeceira da igreja. Este aspecto foi possível observar a partir de uma amostra deste revestimento exterior. Sobre este tema agradeço o esclarecimento prestado pelo Arquitecto José Aguiar em 28/4/97.

<sup>41</sup> Esta proposta é fundamentada na obra de Witte. Cf. WITTE, E. de, "Intérieur du bâtiment", INSTITUT ROYAL DU PATRIMOINE ARTISTIQUE, *Bulletin de l'Institut Royal du Patrimoine Artistique*, N° XXI (Vade-Mecum pour la protection et l'entretien du patrimoine artistique), Bruxelas, 1986/87, p.16.

### 3 – Manchas de humidade por capilaridade

A acumulação de humidade nas paredes concorre para a desagregação e decomposição<sup>42</sup> com consequências nefastas na estrutura. Prescreve-se uma inspecção prévia das fundações e do terreno com vista a propôr a drenagem do terreno de forma a evitar que as águas superficiais afectem as paredes ou fundações. Indica-se a colocação de uma rede de tubagens porosas convenientemente espaçadas afim de conduzir as águas a um sistema de esgotos apropriado<sup>43</sup>. No processo de reparação destas anomalias deverá ser previamente efectuada a secagem dos paramentos, após a qual deverá ser efectuado o revestimento com argamassa e acabamento final com pintura tradicional. Em relação ao pavimento poderá ser aplicado óleo de linhaça, com o protector. No caso da casa capitular deverá ser previsto um projecto específico para o restauro dos azulejos, elaborado por uma equipa especializada. Também neste caso, a manutenção da humidade relativa, no interior da igreja pode ser tomada com uma medida preventiva.

### 4 – Alveolização da pedra

O processo evolutivo desta patologia pode ter consequências nocivas na estrutura. Na pior das hipóteses, se esta anomalia afectar o equilíbrio da estrutura, poder-se-à efectuar o enchimento destes alvéolos com pó de pedra, ou então remover esta camada superficial com substituição por outra peça<sup>44</sup>. Em qualquer das situações deverá ser utilizado material do mesmo local de extracção da pedra existente, atendendo a que esta intervenção seja distinta quando observada de perto, do preexistente. Estes trabalhos deverão ser efectuados por uma equipa de técnicos especializados. Como forma de prevenção poder-se-à aplicar uma camada de água de cal sobre as superfícies, para minimizar a acção dos agentes erosivos<sup>45</sup>. A coloração desta velatura depende da cal utilizada, podendo ser mais ou menos parda, consoante a percentagem da terra de Siena<sup>46</sup> incorporada, de modo a tomar uma coloração uniforme, semelhante à da patine existente nas pedras do mosteiro.

---

<sup>42</sup> Estes dois conceitos, respectivamente de desagregação e decomposição são fundamentados na referência de Luís Aires-Barros acerca desta matéria, em que a desagregação significa a destruição das ligações físicas e decomposição o desmoronamento das ligações químicas com remoção de elementos químicos. Cf. AIRESm-BARROS, Luís, "O decaimento da pedra dos Monumentos. Causas, avaliação e controlo", *Seminário sobre Conservação de Edifícios e Monumentos Históricos*, Évora, Associação Universidade - Empresa do Sul, 1990, s/n.p.

<sup>43</sup> Esta proposta de tratamento e prevenção das anomalias detectadas foi fundamentada em referências sobre casos idênticos. Cf. HENRIQUES, Fernando, *Humidade em paredes*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Série Conservação e Reabilitação), 1994, pp.82-143.

<sup>44</sup> Acerca desta matéria agradeço a a informação prestada por Professor Aires-Barros sobre esta proposta de tratamento e prevenção em 3/4/97 no Instituto Superior Técnico.

<sup>45</sup> Tal como foi anteriormente referido esta referência é fundamentada no conceito de superfície de sacrificio utilizada tradicionalmente sobre a alvenaria de pedra aparelhada que assegurava a durabilidade dos materiais subjacentes. A aplicação no alfiz poderá ser justificável pela heterogeneidade das pedras utilizadas. Esta situação, aparentemente assemelha-se à do mosteiro dos Jerónimos em Lisboa, referido por Fernando Henriques acerca da qual defende a utilização da pintura como forma de protecção e de uniformização cromática dos materiais utilizados. Cf. HENRIQUES, Fernando, "Algumas reflexões sobre a construção do património histórico edificado em Portugal", *Actas do 2º Encore - Encontro Nacional sobre a Conservação e Reabilitação de Edifícios*, Vol. I, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1994, pp.67-78.

<sup>46</sup> Agradeço a informação prestada por Fernando Henriques sobre este ingrediente tradicional em 20/4/97.

## **5 – Juntas com argamassas erodidas ou existentes**

Esta irregularidade pode conduzir à fragilização progressiva da estrutura, cuja ausência das argamassas proporciona o desligamento entre os blocos e permite a infiltração das águas pluviais no interior das estruturas concorrendo para desequilibrar a estrutura. Afim de evitar a progressão deste processo propõe-se a reparação através da colocação de uma superfície de revestimento exterior. Inicialmente deverão ser removida a colónia de plantas herbáceas na zona de coroamento superior, seguida da remoção das argamassas degradadas e a limpeza das juntas com jactos de ar. Posteriormente procede-se à substituição por outras argamassas tradicionais, à base de cal, com adição de produtos impermeabilizantes adequados. Como medida preventiva, as cantarias poderão ser revestidas com água de cal, respeitando as recomendações acerca deste assunto referidas no ponto anterior.

## **6 – Fractura de cantarias**

Esta anomalia pontual pode pôr em causa a segurança dos arcos do corpo da igreja. Propõe-se a substituição do gateamento existente, pela injeção de argamassas tradicionais compatíveis com o existente, de forma a estabilizar a estrutura. Este conjunto de operações deverá ser acompanhado por um estudo prévio adequado sobre a função actualmente desempenhada na estrutura e a verificação de que a solução prescrita garante o equilíbrio da arcaria<sup>47</sup>.

## **7 – Fenda na abóbada de canhão da capela-mor**

Esta fenda pode originar infiltrações de água no interior da estrutura, considerando o mau estado de conservação em que se encontra a cobertura. Por sua vez estas infiltrações concorrem para o aumento da fenda existente, cujas repercussões nefastas poderão afectar a estabilidade daqueles tramos e a deterioração das pinturas murais da abóbada. A reparação terá que ser precedida pela verificação da continuidade desta fenda no extradorso da abóbada e da sua importância para o comportamento da estrutura. Deverá igualmente ser efectuado um estudo específico sobre as descargas destas abóbadas nas paredes e respectivas fundações, incluindo a sondagem do terreno adjacente, de forma a apurar a causa desta patologia. A reposição da situação inicial, conforme a gravidade, poderá ir até à necessidade do gateamento da zona afectada com elementos metálicos inoxidáveis, com o cuidado que sejam imperceptíveis no intradorso. Poderá no entanto ser somente necessário o preenchimento da fenda com argamassas à base de cal compatíveis com as existentes. Este injeção a baixa pressão deverá ser efectuado de forma a minimizar os danos nas pinturas murais do tecto.

## **8 – Fendas em paredes resistentes**

À semelhança do caso anterior, no caso das paredes exteriores, as fendas podem proporcionar infiltrações e circulação de águas no interior da estrutura, provocando o eventual aumento destas anomalias, com possibilidade de repercussões nefastas na

---

<sup>47</sup> Agradeço a ajuda prestada pelo Professor João Appleton em 8/4/87 em Lisboa nas proposta de tratamento e prevenção, relativas a esta anomalia e ainda às mencionadas nos pontos 7, 8 e 9.



segurança estrutural das mesmas. Se estas fendas forem devidas à transmissão das vibrações referidas através do terreno, estas situações podem provocar assentamentos nas fundações do mosteiro, vindo ampliada a sua gravidade, quando se crê que esta zona é bastante rochosa. Por outro lado, esta acção nefasta também pode afectar o monumento através das ondas de choque, que sendo directamente transmitidas sobre o edifício podem provocar fissuração diversa. No segundo caso mencionado, a aparente insuficiência da contrafortagem pode ser danosa para a estabilidade das paredes divisórias da igreja, pondo em causa a estrutura geral da igreja. No dormitório, o equilíbrio em que se encontra actualmente a parede norte é precário. Estas anomalias requerem diferentes tipos de reparação. No primeiro caso é necessário efectuar uma sondagem sobre a extensão das fendas sob a camada de revestimento exterior. Se for verificada a sua continuidade na alvenaria, deverá ser efectuado o preenchimento através da injeção a baixa pressão com o acabamento apropriado da zona visível com argamassas tradicionais à base de cal e areia, compatíveis com as existentes. Como medida de carácter preventivo tal como foi mencionado anteriormente recomenda-se a inspecção às fundações e terreno onde estão apoiadas as paredes. Relativamente às vibrações provocadas pela EN 114-2 ou da pedreira, pode-se referir que deverão ser previamente efectuados estudos que quantifiquem as implicações negativas destas duas situações sobre o monumento, de modo a propor a sua resolução. Pode-se no entanto adiantar que à partida, tal como foi anteriormente referido no ponto 12, que se sublinha a proposta do Plano de Pormenor no respeitante à elaboração de um projecto com o intuito de desviar a via EN 114-2 da proximidade do mosteiro, e do centro da aldeia. Relativamente à pedreira, poderá ser necessário efectuar uma análise por especialistas na matéria sobre os índices das vibrações provocadas na pedreira que afectam o conjunto monástico, no intuito de minimizar as anomalias que estas podem provocar. No segundo caso apontado, recomenda-se fazer uma análise de resistência aos contrafortes, para verificar a segurança que estes elementos oferecem às pressões exercidas. Poderá eventualmente ser necessário efectuar a consolidação destes elementos ou ampliar a sua capacidade resistente. Dependendo do tipo de trabalho exigido, no caso extremo de ser necessário acrescentar blocos de pedra nova a estes elementos estruturais, estes deverão ser provenientes da Pedreira de Botelhas ou Castro, tendo o cuidado do seu tratamento final exterior ser ligeiramente diferente dos preexistentes, de modo a diferenciar, quando de perto esta intervenção. A sua definição deverá ser enquadrada na modulação geradora deste conjunto edificado estudado anteriormente. Esta situação deverá no entanto ser ao máximo evitada de modo a não alterar a imagem anterior, podendo somente ser tolerada pelo facto destes contrafortes serem uma construção deste século levada a efeito pela DGEMN. Deverá ainda ser tido em conta o conceito da reversibilidade. No dormitório propõe-se a consolidação urgente daquelas paredes, através da injeção em baixa pressão com argamassas à base de cal nas fissuras, e reposição do equilíbrio através do escoramento temporário adequado, com estruturas metálicas, em ambas as paredes, norte e poente.

## **9 – Desligamentos entre elementos**

A deficiente ligação entre a parede poente e os contrafortes pode originar a progressiva fragilidade daquela estrutura. No caso dos altares, os encastramentos deficientes na parede e as deformações da madeira, permitem aceitar que a segurança e estabilidade destas estruturas é actualmente deficiente. A continuação destas circunstâncias pode dar origem ao desabamento dos altares, pondo em causa o seu valor

interior da igreja, é também neste caso ajustada como medida preventiva para evitar os ciclos de cristalização e dissolução dos sais existentes nas paredes.

## **11 – Dissolução da rocha calcária**

O progresso desta formação pode acarretar consequências negativas na estrutura. Como medida preventiva propõe-se a resolução do problema das infiltrações provenientes da zona de remate superior da arcaria de modo a minimizar estas escorrências frequentes através do mesmo processo referido no ponto 5. Esta anomalia pode ser em seguida removida através da limpeza com água sem pressão e escovas adequadas, para não destruir a superfície da pedra subjacente<sup>51</sup>.

## **12 – Crostas negras**

O processo contínuo da formação destas crostas de gesso à custa da pedra e das argamassas, provocam a sua consequente degradação e adulteram as superfícies do monumento. Antes de recorrer a um processo de limpeza, como medida preventiva, sublinha-se a proposta do Plano de Pormenor de desviar a via EN 114-2 para uma zona distante do mosteiro. A proibição de estacionar na zona adjacente ao mosteiro, é também uma medida que contribui para minimizar as causas desta anomalia. Numa eventual operação de limpeza a efectuar no mosteiro, poderá ser adequada a técnica de limpeza por pulverização de água, por ser um dos métodos mais adequados à remoção de crostas duras sem danificar os pormenores escultóricos. A pressão da água deverá ser mínima, regulada de forma a não exceder a quantidade suficiente de humidade sobre as crostas negras, de outra forma poderá causar desgastes ou infiltrações no interior da estrutura<sup>52</sup>. Esta limpeza não deve ser muito aprofundada, removendo apenas os depósitos superficiais resultantes da poluição atmosférica, e não a patine. Posteriormente poderá ser aplicada uma camada de água de cal sobre as cantarias do portal e do claustro, tal como foi referido anteriormente.

## **13 – Oxidação do ferro**

A oxidação do ferro origina as manchas detectadas, e reduz a secção diminuindo a resistência. A ferrugem ocupa mais volume do que o perno, originando por esta razão aberturas ou roturas do material<sup>53</sup>. No caso das caixilharias como medida preventiva deverá ser impedido agravamento da corrosão de modo a recuperar a capacidade de resistência eventualmente perdida. No caso de se encontrar em adiantado estado de oxidação, pode ser colocada a hipótese da substituição por caixilharias em ferro metalizado, também fixos. A ausência de pombos e a existência de vidros partidos nas janelas ao nível do piso térreo induz sobre a malha do gradeamento exterior ser

<sup>51</sup> Acerca deste tratamento e prevenção foram muito úteis as informações prestadas por Professor Luís Aires-Barros em 3/4/97.

<sup>52</sup> Esta proposta de tratamento foi baseada na referência sobre este tema de Elda de Castro. Cf. CASTRO, Elda de, *Tratamentos de conservação de pedras de monumentos*, Lisboa, 1984, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Informação Técnica Geotecnia, ITG2), pp.12-13.

<sup>53</sup> Este assunto é tratado por Piero Sanpaulesi e serviu de base a esta breve referência sobre esta matéria. Cf. SANPAULESI, Piero, *Discorso sulla metodologia generale del restauro dei monumenti*, 3ª edição, Editrice Edam, Firenze, 1990, pp. 152-153.

histórico, cultural e artístico e a segurança dos utentes da igreja. Propõe-se a correcção do desligamento dos contrafortes, através da introdução de elementos metálicos, de preferência inoxidáveis de consolidação no interior das estruturas. Esta intervenção deverá no entanto ser acompanhada da reparação geral das anomalias detectadas ou seja das juntas e das plantas ancoradas. Propõe-se por esta razão uma estrutura preventiva de cobertura temporária sobre esta ruína. No caso dos altares da igreja será necessário efectuar operações de restauro ao nível da marcenaria e pinturas. Para realizar este tipo de trabalho deverão ser retirados os altares da parede, de modo a também serem redimensionadas as condições de fixação. Esta operação deverá ter em conta que estas estruturas são sujeitas a retracções ou dilatações conforme a alteração do teor de humidade no ambiente envolvente, que devem ser evitadas ou efectuadas de forma progressiva. Como medida de prevenção é necessário secar a parede onde estão apoiados e colocar uma camada de revestimento adequada exterior para protecção da parede dos agentes atmosféricos<sup>48</sup>.

### – Decaimento químico

#### 10 – Eflorescências

Os sais do terreno e da própria estrutura transportados por capilaridade, dependendo da variação do estado de hidratação, dissolvem-se e recristalizam ciclicamente, produzindo modificações de volume com consequências mecânicas graves<sup>49</sup>. Esta situação origina a erosão das argamassas de revestimento e das pinturas murais, no caso das abóbadas da cabeceira e da capela de Nossa Senhora da Piedade. Nestes casos, o agravamento destas circunstâncias detectadas pode pôr em causa o valor histórico, artístico e cultural das pinturas com risco de perda irreversível. Para além de ser necessário suprimir a humidade nestes locais como foi anteriormente referido através dos métodos propostos nos pontos 1, 2 e 3. A eliminação dos sais cristalizados nas eflorescências poderá ser efectuada através da utilização de rebocos provisórios destinados a recolher os sais na migração para a superfície<sup>50</sup>. No caso desta situação anómala registada nas abóbadas deverá ser elaborado um projecto de restauro específico por uma equipa de técnicos especializados, que implique a remoção dos sais higroscópicos. Apesar desta operação ser muito delicada, no entanto justifica-se pelo valor artístico significativo das pinturas. Deve ser efectuada com compressas de algodão ou papel absorvente embebidas em água destilada, para transferir os sais diminuindo desta forma a concentração nas zonas superficiais das paredes. A recomendação anteriormente referida acerca da manutenção dos índices de humidade relativa no

---

<sup>48</sup> Esta proposta foi baseada nas referências apontadas no estudo de M. Serk-Dewaide. SERK-DEWAIDE, M. "Sculpture mobilier et décors en bois », Institut Royal du Patrimoine Artistique, *Bulletin de l'Institut Royal du Patrimoine Artistique*, nº XXI (Vade-Mecum pour la protection et l'entretien du patrimoine artistique), Bruxelas, 1986, p.60.

<sup>49</sup> Esta situação depende da humidade na atmosfera e do tipo de sais transportados pela água do terreno e da parede. Este assunto é tratado com detalhe e profundidade por Luís Aires-Barros. AIRES-BARROS, Luís, *Alteração e alterabilidade de rochas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991, pp.221-225.

<sup>50</sup> Esta proposta foi fundamentada no estudo de Fernando Henriques. Cf. HENRIQUES, Fernando, *Ob. cit.*, pp.142-143.



demasiado larga (Foto 123). Esta ineficácia associada ao facto de ser muito inestética, permite propôr a sua remoção e substituição por rede fina de arame galvanizado, já que a inexistência de pombos não justifica aquela presença. Esta medida deverá ser tomada também nas janelas situadas na zona superior (Foto 90). No caso da mancha detectada no alfiz, deverá ser desmontado o bloco de pedra do alfiz com muito cuidado, de modo a remover o perno oxidado no interior da estrutura, substituindo por outro de material inoxidável.

## **– Decaimento biológico**

### **14 – Fungos**

A instalação destes fungos sobre a madeira provoca acções químicas que transformam a constituição desta matéria, apenas observável em análises laboratoriais<sup>54</sup>. Crê-se que estas anomalias são devidas à excessiva humidade existente no interior destes espaços. Sobre este assunto foi já mencionada uma proposta de reparação e prevenção em 1, 2 e 3. Depois destas situações de excesso de humidade se apresentarem estabilizadas propõe-se a análise prévia dos fungos com o intuito de verificar a espécie e o tipo de deterioração que provoca para deste modo poder ser proposta um fungicida e reparação adequados. A madeira que se encontre em muito mau estado de conservação deverá ser substituída, integrando esta atitude num projecto de restauro, tendo o cuidado de que esta seja da mesma origem da preexistente. A madeira sã deverá ser tratada com um fungicida adequado como medida preventiva. Ambos os trabalhos devem ser efectuados por equipas de técnicos especialistas. Como medida preventiva propõe-se a ventilação regular destes espaços e a manutenção da humidade relativa referida anteriormente.

### **15 – Algas**

As algas segregam ácidos orgânicos e retêm humidade nesta superfície, contribuindo para a dissolução dos sais constituintes. Deverá ser efectuada previamente uma análise sobre o tipo de algas para confirmação da espécie e da respectiva deterioração que provoca. Estes trabalhos deverão ser elaborados por uma equipa de técnicos especializada. Em seguida deverá ser aplicado um tratamento biocida adequado, com características idênticas ao mencionado anteriormente para os líquenes, seguida de uma escovagem a seco da superfície. Sobre esta deverá ser então efectuado um acabamento final com argamassa de revestimento e pintura adequada, já referido na alínea 2. Como medida preventiva deverá ser aplicada uma argamassa de revestimento exterior nesta parede, conforme foi referido anteriormente na alínea 2. Conjugando esta medida com a manutenção da humidade relativa referida, julga-se que será minimizado o reaparecimento e desenvolvimento destes organismos.

---

<sup>54</sup> Sobre este assunto foi consultado o autor Piero Sanpaolesi. Cf. Idem, *Ibidem*, p.108.

## 16 – Líquenes

Nas pedras calcárias a acção dos líquenes endolíticos é prejudicial, provocando a deterioração através das acções físicas e químicas nefastas, respectivamente pela penetração das hifas na pedra e pelos ácidos liquénicos. Para além desta situação, os líquenes formam um solo incipiente onde se podem desenvolver posteriormente plantas de maior porte<sup>55</sup>. Propõe-se a identificação da espécie e verificação prévia da acção destes organismos sobre a superfície onde forma detectados. No caso desta acção se revelar nefasta para a pedra propõe-se a remoção com a aplicação de um biocida apropriado seguida da escovagem a seco. Estas operações devem ser efectuadas com cuidado de modo a não alterar a patine da pedra. Este deverá ter alta toxicidade para um amplo leque de espécies, mínima toxicidade para os utentes que aplicam, baixa solubilidade na água, económico e fácil de aplicar, compatível com outros produtos, devem ter efeitos nulos sobre os materiais e devem produzir baixa poluição ambiental<sup>56</sup>. Em seguida propõe-se a aplicação das camadas de revestimento com argamassas ou água de cal adequadas, conforme foi mencionado nas alíneas 2 e 4. Como medida de prevenção recomenda-se a manutenção regular da superfície de revestimento exterior das alvenaria e das cantarias.

## 17 – Musgos

O desenvolvimento destas colónias aumenta a humidade nestes locais e proporciona condições para o desenvolvimento de microrganismos e plantas herbáceas. Deverão ser inspeccionadas as condições funcionais das gárgulas e caleiras nas coberturas, as quais em caso de necessidade deverão ser desentupidas. Salienta-se a necessidade de restaurar a gárgula existente entre a capela-mor e a capela lateral norte, para recuperação da funcionalidade perdida. Esta operação deverá recorrer à utilização de pedra proveniente da pedreira de Botelhas ou Castro, a qual no entanto deverá apresentar no final um tratamento diferenciado de modo a ser possível a distinção do novo elemento do existente. Em seguida a remoção dos musgos deve ser efectuada por uma equipa especializada, através da aplicação de um biocida adequado com características idênticas ao que foi indicado anteriormente para os líquenes e algas, seguido de uma escovagem a seco. Estes trabalhos exigem cuidados para não alterar a patine. Como medida preventiva deverão ser seguidas as recomendações referidas acerca da humidade neste local em 3. Para além desta proposta, dado que esta zona se encontra sujeita a uma insolação reduzida (Des. 26), poderá voltar a ser afectada por uma acumulação excessiva de humidade, razão pela qual deverão ser efectuadas inspecções regulares no mínimo duas vezes por ano e nas épocas de maiores chuva, para reparação imediata do tipo de anomalia referido para impedir o seu agravamento.

---

<sup>55</sup> Cf. LALLEMANT, Richard, "Les altérations biologiques de la pierre : Le rôle des lichens », Jacques Philippon, Daniel Jeannette, Roger-Alexandre Lefevre (Coords.), *La conservation de la pierre monumentale en France*, Paris, Presses du CNRS, 1992, pp. 95-97.

<sup>56</sup> Estas indicações são mencionadas na obra *Restauración de edificios monumentales*. Cf. BALLESTER, Mónica Alvarez de Buergo; LIMÓN, Teresa Gonzalez, *Ob. cit.*, pp.306-307.

## 18 – Plantas herbáceas

O crescimento desordenado destas espécies cobrindo as diversas zonas referidas pode afectar a estrutura<sup>57</sup>. No caso da zona inferior do embasamento da arcaria do claustro, cria focos de humidade que geram posteriormente fenómenos de ascensão por capilaridade com consequentes implicações na deterioração da estrutura. As plantas trepadeiras que cresceram sobre a arcaria do claustro e na casa capitular para além de causarem a acumulação de humidade localizadas nestes paramentos, devidas à evaporação, transpiração e decomposição das folhas e ramos<sup>58</sup>, podem fomentar o desenvolvimento de organismos vivos, que contribuem para aumentar o decaimento dos edifícios, como os insectos, pássaros e roedores. Nas arcarias do claustro detecta-se uma colónia numerosa de caracóis (*Helix candidula* Stud)<sup>59</sup> (Foto 74). A remoção destas plantas deve ser efectuada por uma equipa especializada através da aplicação de um herbicida adequado, e após a secagem deverá ser removida com o cuidado necessário para não afectar a estrutura. Em seguida aplica-se a camada de revestimento exterior adequada, já referida em 2 e 4 nos panos murários. No caso do jardim do claustro deverá ser elaborado um projecto de arranjo paisagístico deste espaço, enquanto nas galerias poderá ser colocado convenientemente o lajedo que se encontra depositado em pilha na galeria de leitura (Foto 67).

## 19 – Insectos xilófagos

A acção destes insectos sobre a madeira dos altares da igreja pode levar à decomposição total dos tecidos lenhosos, com implicações estruturais e no caso dos altares com perda irreversível do seu valor histórico, cultural e artístico. Antes de proceder ao tratamento, deverão ser corrigidas as condições ambientais negativas no interior da igreja que originam o desenvolvimento destas colónias, através da manutenção do índice de humidade relativa, conforme foi anteriormente referido na alínea 2. Em seguida deverão ser substituídas todas as peças alteradas por novas de madeira da mesma espécie. Em seguida deverá ser aplicado um insecticida adequado por técnicos especializados nas restantes peças<sup>60</sup>. O insecticida deverá ser seguro para o utente, eficiente na destruição dos insectos, larvas e ovos e ter uma aplicação rápida e fácil, simultaneamente deverá ser económico<sup>61</sup>. No caso de ser verificada a existência de uma colónia de térmitas, a sua exterminação é mais complicada pois não basta acabar

<sup>57</sup> As raízes das plantas podem exercer pressões de 15 a 20 kg/cm<sup>2</sup>, que é suficiente para provocar um deslocamento de pedras. Cf. ROSENDHAL, Stephan Hubertus, *Alguns aspectos da degradação do mosteiro de Alcobaça* (Documento policopiado entregue na visita de estudo ao mosteiro de Alcobaça em 18 de Fevereiro de 1995), p.3.

<sup>58</sup> Cf. BALLESTER, Mónica, LIMÓN, Teresa, *Ob. Cit.*, p.263.

<sup>59</sup> As referências sobre a espécie destes caracóis foi fundamentada no estudo de Matias Josa. Embora não hajam referências acerca da forma nefasta como o mucus (rasto incolor pegajoso que os caracóis segregam) prejudica a pedra, esta presença desencadeia a instalação na proximidade de aves que se alimentam destes animais cujas consequências conhecidas são nefastas. Deverá ser aplicado um granulado adequado a casteópodes, o qual não afecta a pedra da arcaria do claustro seguido da remoção daqueles com o auxílio de uma escova macia. Cf. JOSA, Matias, *A criação de caracóis*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p.21.

<sup>60</sup> Cf. MUNNIKENDAM, R., *L'assainissement du bois dans les edifices d'intérêt historique ou artistique*, Conseil International des Monuments et des Sites, *Colloque sur l'alteration du bois*, Ludwigsburg, 1969, pp. 147-155.

<sup>61</sup> Estas referências são baseadas no estudo acerca deste assunto de Bernard Feilden. FEILDEN, Bernard, *Ob. Cit.*, p.149.



com a humidade na madeira e fazer um tratamento insecticida, é preciso atingir as colónias onde estão alojadas<sup>62</sup>.

## **– Decaimento antrópico**

### **20 – Usos indevidos**

A acumulação de lixos e objectos inúteis, constitui um foco de incêndio, humidade, contaminação e de acumulação de poeiras prejudiciais ao conjunto edificado. Nos espaços referidos em que se detectaram peças importantes com valor histórico, cultural e artístico, esta é obviamente a forma mais incorrecta de as conservar. No exterior deverá ser efectuada a remoção de todos os resíduos e da vegetação com a aplicação de herbicida, por técnicos especializados. Em seguida propõe-se a colocação de uma rede metálica galvanizada de malha fina, até meia altura, como medida preventiva para evitar a continuação do uso deste espaço como depósito de lixos. Para além desta medida propõe-se também o afastamento dos utentes da zona da cabeceira da igreja, sobre o qual deverá ser elaborado um projecto específico integrado no arranjo paisagístico desta zona. Deverá ser efectuada a inventariação dos objectos decorativos e litúrgicos<sup>63</sup> e depósito dos mesmos num espaço adequado até lhes ser dado um fim museológico adequado. Posteriormente deverá ser efectuada uma limpeza geral por uma equipa de técnicos especializada com recurso à aspiração de modo a não levantar demasiadas poeiras e não aumentar a humidade sobre os materiais. Deverá ainda ser instalado um sistema de detecção e alarme contra incêndios. No caso do refeitório, deverá ser previamente desocupado. Em seguida, prevê-se a necessidade de efectuar uma sondagem prévia sob as espessas camadas de reboco das paredes e pavimento de modo a compreender a construção original, antes de ser proposto um projecto de conservação específico para este edifício.

### **21 – Lacunas de material**

Para além da influência nefasta sobre o equilíbrio da estrutura, a ausência destes elementos pétreos provoca essencialmente repercussões negativas na imagem do conjunto. No caso das lacunas identificadas na igreja, este poderá ser completado com peças novas, cujo material seja idêntico e também originário da pedreira de Almoester. Estas deverão denunciar através do tratamento final, subtilmente esta intervenção recente. Esta intervenção deverá ser enquadrada num projecto global de restauro, no qual todas as acções deverão ser reversíveis. No caso do lavabo a mesma metodologia deverá ser empregue, com materiais de origem semelhante aos utilizados, e sendo estas acções integradas num projecto de restauro. Neste âmbito poderá ser proposta também a

---

<sup>62</sup> Esta indicação é mencionada por Garcelina Barros. Cf. BARROS; Gracelina, “A madeira”, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Dar futuro ao passado*, Lisboa, 1993, pp.253-254.

<sup>63</sup> Esta atitude enquadra-se na recomendação exposta no ponto 6 da Carta Villa Vignoni. Cf. “Carta Villa Vignoni”, Sociedade para a Preservação do Património Construído, *Textos fundamentais*, Lisboa, (Cadernos SPPC), 1996, pp.27-29.

reabilitação da função original da fonte da Samaritana, como factor de valorização do conjunto monástico, que implica um projecto de reabilitação do sistema hidráulico.

## **22 – Intervenções desadequadas no conjunto monástico**

O agravamento das anomalias detectadas nos edifícios devido à ausência de uma superfície de revestimento exterior adequada, poderá acarretar implicações nefastas na estrutura dos edifícios. Propõe-se a aplicação de uma camada de revestimento adequada, tal como foi referido anteriormente na alínea 2. No caso do claustro, poderá ser proposto um projecto sobre a viabilidade de ser efectuada a cobertura das galerias do capítulo e da leitura, devidamente enquadrado num projecto de restauro das pinturas murais da parede norte da igreja. Esta estrutura poderá simultaneamente servir como medida preventiva, de protecção da zona de coroamento das arcarias do claustro, daquelas pinturas murais e ainda das sepulturas no pavimento. Esta estrutura deverá ser construída com materiais e técnicas reversíveis e não deverá dar azo a leituras equívocas sobre a semelhança com a tipologia original desta cobertura, apresentando materiais que sejam nitidamente consonantes com a época actual. Poderá ainda ser proposta uma passagem adequada sobre as lapides funerárias de modo a evitar a acção erosiva dos visitantes. Relativamente à iluminação da igreja, deverá ser proposto um projecto adequado estética e funcionalmente por técnicos especializados nesta matéria. Este projecto deve permitir a distinção dos objectos e de todos os detalhes e simultaneamente ter a intensidade adequada à boa conservação daqueles<sup>64</sup>. Relativamente à torre sineira propõe-se a remoção daquele local, pelo contributo negativo que confere ao conjunto monástico.

## **23 – Intervenções desadequadas na envolvente próxima do conjunto monástico**

Conjugando os factores afectivos e sociais dos habitantes da aldeia que edificaram este edifício, poderá ser efectuada a desafecção deste espaço da função actual, substituindo-a por outra mais adequada à proximidade do monumento, propondo-se em simultâneo um arranjo paisagístico que remeta este edifício para um segundo plano no adro da igreja monástica.

## **24 – Elementos e materiais vandalizados**

Os vidros partidos nas janelas da igreja podem proporcionar infiltrações de água no interior, provocando progressivamente o decaimento do edifício. Propõe-se a reparação seguida da colocação de um gradeamento adequado e do respectivo arranjo paisagístico exterior de modo a afastar os transeuntes desta zona, conforme foi referido na alínea 13.

---

<sup>64</sup> O nível máximo de iluminação admissível para a madeira e pinturas é 150-180lux. Deve-se ter também em atenção que não é somente a intensidade da iluminação que deve ser controlada mas também a sua duração, porque uma iluminação de 100lux durante 10 horas produz um desgaste idêntico aquele que 1000lx durante uma hora. Cf. WITTE, E. de, "Intérieur du bâtiment", Institut Royal du Patrimoine Artistique, *Bulletin de l'Institut Royal du Patrimoine Artistique*, N° XXI (Vade Mecum pour la protection et l'entretien du patrimoine artistique), Bruxelas, 1986/87, p.19.

Relativamente à porta prescreve-se a elaboração de um projecto de restauro da mesma, por uma equipa de técnicos especializada.

### **– Graduação possível das intervenções por níveis de prioridade**

A elaboração deste tipo de proposta apela à colaboração de outros técnicos das outras disciplinas implicadas neste projecto. O contributo de cada especialidade esclarece acerca das condições reais de cada parte constituinte do todo a conservar, sendo possível estabelecer a graduação das intervenções de forma bem fundamentada e completa. Apesar da falta desta colaboração, apresenta-se uma proposta geral sobre as prioridades das intervenções a realizar no monumento, baseada na sequência das análises macroscópicas que foram realizadas. Esta proposta apresentada, tal como é mencionado anteriormente carece do conjunto dos estudos complementares dos restantes elementos da equipa multidisciplinar envolvidos, que deveria nortear uma intervenção real no âmbito da conservação deste monumento.

### **1 – Intervenções a curto prazo**

Inspecção às coberturas, com o intuito de registar as deficiências, de forma a elaborar uma proposta de reparação adequada e concretizá-la com a máxima brevidade. Neste trabalho está incluída uma operação de reparação do forro dos tectos, que implica a colocação de novas tábuas no caso da deterioração ser irreversível, e nos casos da madeira se encontrar sã, apenas actuações a nível de desinfestação dos fungos e insectos xilófagos;

Remoção dos altares de talha das paredes na igreja, de modo a evitar o desabamento e arrecadação em local adequado até ser efectuado um trabalho de restauro dos mesmos;

Escoramento temporário dos paramentos norte e poente do dormitório, até ser efectuado um projecto global de reabilitação deste edifício arruinado;

Sondagem às fundações e terreno envolvente dos edifícios de modo que simultaneamente verifique os assentamentos e confirme a necessidade de elaborar um projecto de drenagem, para evitar as fendas e a acumulação de humidade detectadas;

Revestimento exterior dos edifícios regulares com argamassa de composição tradicional à base de cal, compatível com a existente seguida de pintura com leite de cal. Este acabamento final também é necessário efectuar no interior dos edifícios. Estas operações necessitam previamente da secagem das manchas de humidade dos paramentos e remoção das eflorescências de sais, líquenes, algas, musgos e ainda das plantas herbáceas;

Reparação e consolidação das anomalias detectadas na abóbada e nas paredes resistentes da capela-mor. No caso das abóbadas, esta operação implica a apreciação prévia da segurança estrutural das mesmas, com inspecção dos extradorso das mesmas, de modo a adequar a reparação mais conveniente, que tal como foi anteriormente mencionado, pode implicar a introdução de tirantes ou apenas a reparação com injeção a baixa pressão de argamassas tradicionais adequadas;

Análise por especialistas na matéria sobre os índices de vibração provocados pela EN 114-2 e pela pedreira de Botelhas ou Castro, e do modo como afectam o



conjunto monástico, no intuito de minimizar as causas nefastas que estas situações podem acarretar sobre o monumento;

Reparação das juntas nas arcarias do claustro, alfiz da porta principal e na arcaria exterior adossada ao alçado sul da igreja e das zonas superiores de remate. Esta actuação requer a remoção prévia das plantas herbáceas aqui ancoradas implica a remoção das argamassas existentes e respectiva limpeza, antes de serem aplicadas as argamassas adequadas com aditivos hidrófugos;

Protecção das pinturas murais da parede norte da igreja, através da colocação de uma cobertura que simultaneamente cubra o coroamento das arcarias das galerias do capítulo e de leitura;

Instalação de um sistema de detecção e alarme de incêndios. Este projecto implica a limpeza prévia dos edifícios e arrecadação adequada dos objectos de valor histórico, cultural e artístico;

Análise sobre a resistência estrutural das pedras com sinais de esmagamento, alveolização e ainda das estruturas que apresentam lacunas de materiais e dos contrafortes a poente de modo a propôr uma reparação adequada;

Proibição do estacionamento de viaturas no adro da igreja do mosteiro. Esta actuação pressupõe a criação de uma alternativa;

Substituição dos pernos de ferro que apresentam sinais de corrosão na ligação dos blocos de pedra no interior da cantaria aparelhada, por elementos adequados em aço inoxidável.

## **2 – Intervenções a médio prazo**

Tratamento das caixilharias em ferro das janelas da igreja e substituição do gradeamento existente por outro mais adequado;

Remoção dos lixos, plantas herbáceas e animais no claustro e na cerca. Esta operação deverá estar inserida num projecto de arranjo paisagístico do claustro e cerca;

Colocação de uma estrutura de passagem sobre as lápides das sepulturas do claustro, para impedir a erosão destas pelos visitantes. Simultaneamente deverá ser colocado o lajedo no pavimento que se encontra encostado à galeria da leitura;

Elaboração de um projecto de restauro dos altares de talha da igreja e também da porta principal da igreja. Nesta intervenção deverá estar incluída a desinfestação dos fungos e insectos xilófagos;

Elaboração de um projecto de restauro das pinturas murais da cabeceira da igreja, da arcaria divisória da igreja e das pinturas no alçado norte da igreja;

Limpeza adequada das crostas negras das cantarias, que deverá ser seguida da aplicação se necessário de uma velatura com água de cal;

Estudo da iluminação no interior da igreja e também nos restantes edifícios;

Remoção da torre sineira da zona poente da igreja;

Elaboração de um projecto paisagístico para a cerca e claustro, e ainda a zona do adro da igreja monástica, que simultaneamente proteja o edifício das acções de vandalismo.

### **3 – Intervenções a longo prazo (manutenção)**

Inspeção das coberturas no mínimo uma vez por ano e sempre depois de uma tempestade, no intuito de reparar imediatamente qualquer anomalia detectada por técnicos especializados;

Verificação regular da instalação eléctrica, de modo a evitar curto circuitos;

Inspeção regular dos edifícios de modo a remediar o mais rápido possível as causas de infiltração de humidade no interior, e verificação da manutenção da humidade relativa adequada à conservação dos materiais, por técnicos especializados;

Limpeza frequente no interior dos edifícios, onde deverá prevalecer o aspirador sobre a humidade. No exterior também deverá ser efectuada a limpeza dos resíduos orgânicos e inorgânicos na zona adjacente aos paramentos dos edifícios, por técnicos especializados;

Manutenção periódica da zona verde do claustro, de modo a que o seu desenvolvimento não afecte negativamente o monumento.

### **4 – Contributo para uma proposta metodológica de valorização do monumento**

#### **4.1– Condicionantes**

Aceita-se que as linhas gerais dos principais objectivos e intenções da proposta de valorização definida para o conjunto monástico, possam vir a ser alterados no âmbito de uma intervenção real. Considera-se que os fundamentos da proposta agora apresentada, dependem de diversas condicionantes, por enquanto ainda desconhecidas, resultantes do contributo de outras disciplinas auxiliares envolvidas num projecto concreto. Estas áreas não tendo até agora participado senão de uma forma muito pouco aprofundada, para além de poderem determinar modos de execução alternativos aos trabalhos de reparação e manutenção anteriormente referidos, poderão fornecer esclarecimentos ou contribuir com novos dados para a compreensão do monumento alterando definitivamente esta proposta agora apresentada. Neste âmbito, destacam-se a importância dos dados provenientes das escavações arqueológicas, e a situação do antigo refeitório, cuja proposta deverá ser antecedida de uma prospecção sob as camadas de reboco que o revestem, de modo a tomar conhecimento da tipologia construtiva e arquitectónica original, até agora mal conhecida. Por outro lado são também as potencialidades paisagísticas da cerca e os valores históricos e culturais implícitos que deverão ser previamente estudadas por uma equipa de técnicos especializada. Refira-se também os edifícios, nomeadamente a antiga hospedaria e o anexo do antigo coro-alto, que apesar de terem sido mencionados ao longo deste estudo, se encontram fora do seu âmbito, não tendo por isso sido objectos de uma análise mais aprofundada. Apesar disto foram incluídos na proposta de valorização, considerando a proximidade destes em relação ao objecto em estudo. Salvaguarda-se no entanto a necessidade de ser efectuado um estudo aprofundado sobre cada um deles, para adequar devidamente as funções agora propostas, no caso destas intenções serem definidas numa proposta concreta.

Admite-se que o conjunto de dados, resultante do contributo dessas análises específicas complementares permita então elaborar uma proposta adequada, que em síntese contenha toda a informação analisada de forma exaustiva. Apesar destas

circunstâncias arrisca-se delinear as bases de uma proposta de valorização para este espaço monástico, cujo conteúdo pretende essencialmente evidenciar a filosofia que se crê deverá orientar este tipo de intervenção. Apresenta-se então de forma muito genérica, e sem a profundidade exigida que deverá posteriormente reger uma intervenção real, a metodologia utilizada referente às principais intenções particularizadas a cada edifício e à envolvente do monumento.

## 4.2 – Objectivos

O avançado estado de degradação a que chegou a estrutura física do monumento constitui uma séria ameaça que põe em causa este património, justificando todo o empenho em elaborar uma proposta legítima, que contribua para a sua conservação. Tendo sido mencionadas as intervenções prioritárias de reparação das diversas anomalias e carências identificadas, em seguida apresentam-se as bases de uma proposta complementar de valorização do monumento, a qual implica a reutilização funcional deste espaço monástico. Esta intenção enquadra-se no conceito expresso na Carta de Veneza<sup>65</sup>, que visa a conservação do monumento através da *utilização para um fim social útil*, que no entanto *não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios*. Admite-se que a utilização contribui para a manutenção regular do conjunto edificado, enquanto o abandono e a falta de uso aceleram o processo de degradação. A proposta de valorização deste conjunto monástico terá que ser encarada de forma a conter e transmitir esta importante memória às gerações vindouras, seguindo os critérios de autenticidade actualmente vigentes<sup>66</sup>. Assim, considera-se legítima a reutilização, desde que sejam reconhecidos e respeitados os valores intrínsecos históricos, arquitectónicos e culturais, considerados fundamentais para o entendimento e compreensão do monumento. A conjugação destes diversos valores, associados às características e particularidades deste espaço e às carências detectadas confluem para que em síntese seja possível delinear uma proposta válida de valorização/reutilização do monumento. Considera-se que a função mais adequada será aquela que melhor se ajuste e respeite o existente, o mais possível compatível com a original, evitando alterações significativas da tipologia original do monumento. Neste contexto a reutilização deste espaço por uma comunidade de monjas cisterciense seria a mais adequada, revitalizando memórias e vivenciando neste espaço e no tempo presente os aspectos culturais que outrora deram origem a esta estrutura e ao seu desenvolvimento. Dada a inexistência da Ordem de Cister em Portugal, e não sendo perspectivada a inversão desta situação, aponta-se outra possibilidade de reutilização. Seguidamente delineiam-se alguns dos aspectos fundamentais sobre os quais assenta a proposta de valorização do monumento.

Circunscrevendo a atenção aos edifícios monásticos, crê-se que a intenção principal e prioritária deverá prever a devolução da dignidade perdida ao monumento, entendido no seu todo. Como anteriormente foi referido, foram as circunstâncias, após a extinção do mosteiro que proporcionaram a sua degradação e a progressiva leitura parcial e desvirtuada do mosteiro. A afectação do dormitório e refeitório à Coudelaria Nacional, da igreja à paróquia da freguesia e mais tarde em 1920, a classificação do monumento englobando apenas a igreja e ruínas do claustro contribuiu para acentuar

<sup>65</sup> Cf. “Carta de Veneza. Carta internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (1964)”, Sociedade para a Preservação do Património Construído, *Textos fundamentais*, Lisboa, (Cadernos SPPC), 1996, pp.3-7, art. 5.

<sup>66</sup> Estes aspectos são baseados na recomendações expressas na Carta de Veneza respeitantes a este aspecto. Idem, *Ibidem*, p.3.



definitivamente esta ruptura. Considerando que ainda hoje o entendimento do monumento é encarado desta forma incompleta na qual foi esquecida a relação fundamental do todo, crê-se que esta proposta deverá conter a intenção de unificar este espaço monástico de forma integrada. Esta actuação deverá simultaneamente encarar o monumento no seu todo e no sítio onde se insere.

Resumindo em traços gerais aquilo que foi analisado anteriormente, salienta-se a relação fundamental do mosteiro com a envolvente. Considera-se que a aldeia não é apenas um aglomerado urbano com um ponto notável monumental - o mosteiro, mas antes que resulta de um processo evolutivo provocado por aquela implantação que concorreu para a transformação da envolvente urbana e natural. O mosteiro marcou definitivamente o sítio, como referência arquitectónica e pólo gerador de dependências e relações, dando origem ao crescimento da povoação de Almoester e ao incremento da produção agrícola dos campos vizinhos cultivados em seu proveito. Por esta razão crê-se que uma proposta de valorização do monumento terá que englobar estas questões fundamentais, que caracterizam este como um lugar único e insubstituível, que contém a memória de um passado que deu origem e fez viver este conjunto: mosteiro e paisagem resultante (urbana e rural). Simultaneamente crê-se que deverão ser preservadas as características funcionais desta célula monástica como unidade autónoma e intimista, a qual, desde sempre, em face da envolvente manteve relações de interdependência. Assim, na proposta de reutilização do mosteiro, deve existir um compromisso entre: não criar um corpo estranho na aldeia e envolvente rural e o significado mais amplo do monumento, que engloba os valores culturais, históricos e arquitectónicos implícitos. Deste modo pretende-se manter a memória do lugar, preservando o que do passado chegou até aos nossos dias, como expressão da organização social e do modo de vida da população da aldeia, enquanto estrutura dependente do mosteiro e da agricultura, tendo em conta os aspectos estéticos da paisagem. Simultaneamente deverá ser proposta uma estratégia de intervenção que conjugue as acções necessárias e coerentes destinadas a potenciar os valores sócio-económicos, ambientais, espirituais e funcionais, com a intenção de melhorar a qualidade de vida da população. Reunindo estes aspectos, crê-se que a ideia base que deve sustentar uma intervenção neste âmbito, traduzida nesta proposta que agora se delineia, deverá prever de forma integrada e programada simultaneamente a conservação do monumento e também a melhoria das condições culturais e sociais dos habitantes de Almoester.

Crê-se que deverão ser salvaguardados os valores implícitos neste monumento que ultrapassam o limite do lugar onde está implantado projectando-se no contexto cultural mais amplo que presidiu à sua origem. Julga-se que o entendimento deste monumento, abrange diversas escalas geográficas, nomeadamente a importância desta casa enquanto mosteiro feminino da Ordem de Cister, encarada além fronteiras de Portugal, seguida da sua relevância enquanto abadia feminina à escala do nosso país no contexto das outras casas da Ordem. No espaço regional, destaca-se a proximidade de Santarém, que originou uma relação estreita de dependência e cuja influência das casas mendicantes ali instaladas foi sentida de forma marcante nos aspectos formais da edificação. Finalmente o sítio, onde se encontra implantado, urbano e rural, com o qual manteve desde sempre relações de interdependência.

Considera-se que este conjunto de aspectos, conjugados com as carências essenciais detectadas no monumento são fundamentais para definir uma proposta legítima de valorização do monumento. Concretizando, julga-se que seria interessante a afectação deste espaço monástico a um fim museológico/centro de estudos sobre mosteiros femininos cistercienses, que simultaneamente recuperasse o espaço rural envolvente e permitisse manter a função da igreja enquanto templo sagrado com a sua

independência ligada à vida da aldeia. Por outro lado, não se despreza a necessidade expressa no Plano de Pormenor de reconverter este espaço monástico num centro de dia. Seguidamente apresentam-se as principais intenções e metodologia utilizada e simultaneamente a proposta sintetizada é apresentada graficamente na planta anexa (Des. 47).

#### **4.3 – Intenções principais e metodologia**

##### **1 – Sondagens arqueológicas**

A necessidade de efectuar prospecções arqueológicas neste lugar, deve ser entendida como uma actuação prioritária, que deverá anteceder a elaboração da proposta de valorização. Esta operação revela-se fundamental, porque se considera que contribui com novos dados e informações que podem evidenciar e esclarecer aspectos históricos e culturais do monumento, ou ainda abrangentes às culturas preexistentes no lugar que antecederam esta edificação. Estas sondagens, efectuadas de acordo com uma metodologia científica e por técnicos adequados, podem englobar diversas acções desde a exploração não destrutiva à escavação parcial ou total. Os critérios e os locais sujeitos a este tipo de sondagem e ainda a selecção dos tipos de trabalhos a efectuar deverão ser estudados em conjunto com uma equipa de técnicos de arqueologia, baseados nas recomendações vigentes na Carta de Lausanne<sup>67</sup>. Será então possível criar uma *reserva arqueológica de protecção*, de acordo com o previsto na lei 13/85<sup>68</sup>. Neste âmbito, apresenta-se uma proposta sobre os locais que se admitem seriam importantes abranger por este tipo de actuação (Des.48), as quais deverão ser conjuntamente discutidas com técnicos especializados na área de arqueologia.

##### **2- Prospecção da tipologia construtiva e arquitectónica do antigo refeitório**

Esta actuação deverá preceder a elaboração de uma proposta de reutilização deste espaço a uma nova função. Propõe-se a remoção das espessas argamassas à base de cimento tanto no pavimento como nas paredes, sendo que no caso dos muros exteriores esta operação terá que ser efectuada com tempo seco. Com este trabalho julga-se que será em parte possível conhecer a tipologia construtiva e arquitectónica deste edifício, o qual deverá ser complementado com sondagens arqueológicas.

##### **3- Manutenção do culto na igreja**

Apesar desta igreja monástica não ter sido concebida originalmente para receber leigos como actualmente, verifica-se que a partir do século XVI, foi colocada uma grade de clausura, que separava o *templo de dentro* do *templo de fora*, situação que já denuncia a adaptação da igreja àquela assistência. Esta situação manteve-se depois da extinção da abadia, tendo sido adaptada a igreja paroquial da freguesia de Almoester. É interessante observar estas alterações a diferentes circunstâncias na estrutura da igreja

<sup>67</sup> “Carta de Lausanne. Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico (1990)”, Sociedade para a Preservação do Património Construído, *Textos fundamentais*, Cadernos SPPC, 1996, pp.19-26, art.5.

<sup>68</sup> Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, 6 de Julho de 1985 (Decreto-lei nº 13), art. 40.

ao longo dos séculos. Assim, aceita-se que actualmente a apropriação do templo pela população da freguesia, pelo significado que representa, será a função mais adequada a este espaço sagrado. Crê-se que a igreja poderá oferecer melhores condições ambientais após ter sido sujeita às reparações e operações de manutenção referidas anteriormente.

#### **4 – Reutilização do edifício do antigo refeitório**

Considerando o grande número e a diversidade de objectos decorativos e litúrgicos que se encontram acumulados em condições deficientes no claustro, na casa do capítulo, na sacristia, no corpo da igreja e na zona de acesso ao altar da capela-mor, crê-se que seria de grande utilidade, após uma adequada inventariação e catalogação, destinar-lhes um fim museológico. Atendendo ao papel importante que desempenha na defesa e salvaguarda da memória do mosteiro, este espaço deveria ser integrado na edificação monástica. Este edifício poderá ser destinado a albergar os objectos decorativos e litúrgicos que actualmente se encontram depositados nos vários locais anteriormente referidos e outros resultantes das escavações arqueológicas. Poderá ainda albergar as telas da autoria de Diogo Contreras que se encontravam na capela-mor, os quais se encontram indevidamente dispersos na posse de um coleccionador particular. Poderão então ser expostos ao público, fora do contexto onde se encontravam de modo a ser possível a sua melhor conservação. Este projecto deverá ser definido com o auxílio de técnicos especializados em arqueologia e museologia.

Concretizando em termos arquitectónicos genéricos, este projecto arquitectónico deverá essencialmente utilizar a estrutura edificada existente, adaptando-se à definição espacial dos vãos de portas e janelas e compartimentação espacial interior. Admite-se a possibilidade da demolição do pavimento intermédio, substituindo-o por outro em estrutura de madeira, mais leve e mais compatível com a tipologia construtiva tradicional, que também oferece melhores condições ambientais que o actual em betão armado. Todos os elementos acrescentados deverão permitir a leitura e distinção da concepção recente, distinta do preexistente, através dos materiais e técnicas construtivas que podem ser actuais. No seu todo deverá oferecer uma leitura que se integre no espírito do conjunto edificado, para a qual contribuirá a utilização da modulação estudada, a qual poderá ser utilizada como base da definição geral da compartimentação interior do projecto. Finalmente salienta-se a necessidade desta intervenção não ser irreversível em relação aos elementos definidos com valor patrimonial.

#### **5 – Reutilização do antigo dormitório e cerca**

Noutro âmbito, reconhecendo a lacuna em Portugal de estudos cistercienses especializados sobre a vivência monástica feminina, este conjunto monástico poderia conter um pequeno espaço destinado a estudos vocacionado sobre este tema específico. Por outro lado considerando o cariz rural da zona, para o qual contribuiu essencialmente o estabelecimento desta casa monástica no local, associado à disponibilidade da área da cerca monástica este projecto poderia englobar a pesquisa das técnicas tradicionais da agricultura, as quais em Portugal deve muito à Ordem de Cister<sup>69</sup>. Neste caso concreto, devido à herança cultural, salienta-se a importância do papel da actividade agrícola a

<sup>69</sup> Acerca deste assunto é evidente a situação no caso do mosteiro de Alcobaça. COCHERIL, *Maur, Alcobaça. Abadia cisterciense de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda (Colecção Presenças da Imagem), 1989, pp.28-30.



inserir no contexto da valorização deste património construído e paisagístico. Neste âmbito a proposta deverá ser entendida num contexto que abranja a relação tradicional deste monumento com a paisagem agrícola, no sentido de incrementar a qualidade de vida da população, e fazer reviver este núcleo de forma coerente. A paisagem envolvente adquire uma grande importância cénica, enquanto enquadramento histórico-paisagístico do mosteiro. Torna-se essencial fazer uma proposta que integre também este aspecto. Esta deverá responder simultaneamente às necessidades materiais, como fonte de alimentos, de água potável e de ar fresco e ainda os estéticos, directamente relacionados com o espírito dos utentes do espaço. Resumindo estes aspectos, deverá então ser previsto um projecto funcional que abranja a reutilização deste espaço envolvente para fruição dos habitantes, dignificando a agricultura, e que simultaneamente faça prevalecer o seu valor cénico, paisagístico e de recreio. Neste sentido deve ser mantida a estrutura viva, recuperando as espécies espontâneas da tradição mediterrânea e da herança cultural rural na sua diversidade biológica.

Salienta-se o facto das monjas não se dedicarem aos trabalhos agrícolas por serem demasiado pesados, estando estes serviços entregues aos serviços habitantes da aldeia vizinha. Deste modo julga-se que seria interessante retomar esta estruturação em moldes actuais. Assim, a responsabilidade destes trabalhos agrícolas poderia ser, como outrora, entregue aos habitantes da aldeia, fazendo-os participar activamente no desenvolvimento económico do monumento. Neste enquadramento poderia ainda ser prevista a integração dos objectos actualmente expostos no Museu das Alfiás Agrícolas situado à beira da EN 114-2 na aldeia (Des.3). Este espaço, antiga capela, não oferece condições para a exposição e para a conservação destes instrumentos, que se encontram cobertos de pó e as peças metálicas oxidadas e também não se encontra preparado para acolher visitantes (Fotos 124 e 125).



**Foto 124** – Alçado poente da antiga capela convertida em museu.



**Foto 125** – Aspecto interior do museu.

No entanto o facto deste pequeno núcleo museológico existir permite concluir sobre a importância que estes objectos representam para a cultura local, pelo que seria importante a melhoria destas condições através da transferência daquela função para um outro espaço mais adequado localizado no antigo dormitório do mosteiro. Aquele



edifício após a desafecção da função actual poderia, como hipótese posteriormente servir para capela mortuária.

A cerca íntima, poderia ser utilizada como espaço experimental de culturas biológicas tradicionalmente cultivadas pelas conversas, com os utensílios tradicionais. Este projecto conjugado teria uma intenção essencialmente didáctica, e pelo facto de se encontrar numa zona rural teria o apoio da população que poderia participar transmitindo os seus conhecimentos sobre aquelas técnicas tradicionais. Esta seria simultaneamente uma forma de valorizar o espaço da cerca, sendo necessário complementar esta ideia com um estudo paisagístico do espaço, para o qual seria indispensável fazer apelo a uma base histórica e arqueológica sobre a ocupação tradicional deste espaço. Seria interessante que este projecto de cultivo fosse alargado à área que actualmente se encontra afectada ao LNIV, correspondente a 350 ha de terreno não cultivado, que se crê seria propriedade do mosteiro. Deste modo seria possível desenvolver as zonas rurais envolventes que enquadram paisagisticamente o monumento. Para além de ser focado o aspecto da agricultura que na base foi o motor do desenvolvimento do mosteiro e da aldeia, este projecto poderá ser alargado a um estudo sobre as ocupações das monjas com os trabalhos manuais tradicionais, bordados, azulejaria e doçaria, no qual será também importante a colaboração dos habitantes da aldeia. A viabilidade e execução deste tipo de proposta cabe no entanto a uma equipa de técnicos especializada. Conjecturalmente este edifício poderá ser reutilizado para a instalação de uma pequena unidade museológica de exposição das alfaías agrícolas, onde simultaneamente poderia haver uma pequena zona de exposição e venda da produção efectuada na cerca com recurso aqueles instrumentos tradicionais. Noutra zona poderia estar localizado o pequeno centro de estudos sobre a vivência monástica das monjas e espaços de apoio a esta investigação.

Em traços gerais pode-se referir as bases fundamentais para a delineação do projecto arquitectónico necessário; tendo sido anteriormente recomendada a consolidação temporária da ruína através de uma estrutura temporária agora propõe-se a sua consolidação com o apoio e projecto de técnicos de engenharia civil. Desta maneira esta estrutura existente (actualmente arruinada) poderá ser integrada no projecto de reutilização deste espaço, o qual deverá estar condicionado por esta base preexistente. A definição do restante edifício deverá ser definido dentro dos parâmetros anteriormente referidos para o caso do antigo refeitório, utilizando a modulação como base projectual desta nova edificação, na qual poderão ser utilizados materiais e técnicas de construção modernas, para ser possível a distinção do existente.

Salienta-se que esteve subjacente nesta proposta, o facto da reutilização do espaço monástico ser possível dada a descaracterização geral do edificado (concretamente o edifício do dormitório e do refeitório). Para todos os efeitos esta situação é também uma memória do edificado, que deverá ser respeitada conforme os critérios anteriormente referidos para este tipo de intervenção.

## **6 – Casa do Capítulo**

Considera-se que a reutilização deste espaço pode conter uma função semelhante aquela para que foi concebida na origem como espaço de reunião. Assim, este pode ser o local destinado a uma prelecção sucinta sobre os aspectos históricos do monumento que numa visita organizada os visitantes param e sentam-se nos bancos. As dimensões e número de lugares sentados poderia corresponder ao limite máximo de visitantes estabelecido.



## 7 – Acessos

A circulação dos futuros utentes deste espaço deverá ser devidamente enquadrada num estudo, de forma a evitar a erosão dos pavimentos e das lápides das sepulturas situadas pontualmente na igreja e nas galerias do claustro, e ainda acautelar a aproximação dos altares em talha na igreja e dos azulejos de revestimento mural. Poderá ainda ser adoptada a utilização de passadeiras desniveladas em relação ao pavimento, e a delimitação daquelas áreas através de barreiras físicas que permitam a passagem dos utentes neste espaço sem deteriorar o existente. Estes novos elementos deverão ser construídos com materiais e técnicas construtivas actuais que permitam fazer claramente a distinção do preexistente, sem no entanto marcarem demasiado a sua presença no enquadramento espacial onde se inserem.

Outra estratégia poderá ser utilizada na alteração dos percursos de acesso actuais de modo a evitar a progressiva deterioração do monumento. Neste contexto pensa-se que seria importante alterar a situação do acesso principal ao monumento, na zona nascente (Foto 111). Embora se possa deixar em aberto a possibilidade da manutenção deste para uso exclusivo dos utentes da igreja nos horários da missa. Esta preocupação resulta do estado de degradação em que se encontram os vidros das janelas da cabeceira da igreja por actos de vandalismo e acumulação de resíduos inorgânicos, que resultam essencialmente da proximidade dos transeuntes e até da demasiada facilidade de acesso a esta zona do monumento. Esta situação não é desejável, e pretende-se alterá-la, reutilizando uma zona de acesso que se encontra marcada no muro da cerca do adro da igreja (Foto 126). Este acesso oferece uma perspectiva e leitura mais interessante do conjunto monástico, já que permite também a visibilidade e compreensão da cerca (Foto 127), que pelas qualidades paisagísticas aprazíveis torna mais interessante a leitura do enquadramento do monumento. Por outro lado esta nova definição de acessos permite impedir o estacionamento dos carros na proximidade do mosteiro, contribuindo para travar o processo de deterioração em que se encontra, pela formação de crostas negras nas superfícies, tal como foi anteriormente mencionado. Define-se também outro acesso aos visitantes pela antiga porta da portaria, actualmente entaipada (Foto 23), que se crê será a solução adequada para evitar a erosão do pavimento da igreja, que assim será apenas utilizado pelos utentes da igreja nos horários da missa.



**Foto 126** – Porta de passagem para a cerca no adro da igreja monástica.



**Foto 127** – Porta de passagem para a cerca.



## 8 – Edifício da ARCFA

Crê-se que este edifício poderá ser reutilizado para centro de dia, pelo significado que representa para a população conjugado com a área disponível e a localização próxima da cerca monástica. Considerando a aparente inviabilidade da destruição deste edifício aliada a factores afectivos, sociais dos habitantes da aldeia que o erigiram. Esta proposta alternativa à do Plano de Pormenor, crê-se que traria vantagens, evitando a presença permanente de utentes no espaço monástico, sendo assim reduzida e substituída por outro tipo de ocupação muito específica e cuja frequência periódica e irregular se crê seria mais adequada à desejada valorização do monumento, já que lhe seria dada uma função que salientaria os valores históricos e culturais contidos. As alterações arquitectónicas que serão necessárias efectuar neste edifício serão definidas pelas necessidades sentidas de organização do espaço interior. Em relação ao aspecto exterior, crê-se que poderá ser seguida a proposta expressa no Plano de Pormenor em relação à remoção da pala que remata a entrada do edifício<sup>70</sup> (Foto 72). No entanto não se aceita a solução de enquadramento deste edifício através da construção de uma arcaria, com o intuito de dar continuidade aquela adossada à igreja (Des. 44). Por um lado esta arcaria resulta das obras efectuadas pela DGEMN neste século, que tal como tinha sido observado a este respeito, desvirtuaram a autenticidade do alpendre que anteriormente aqui existia. Por outro não existem dados suficientes sobre a continuação desta arcaria, de forma que esta presença poderá induzir em erro as leituras posteriores a quem menos atento possa interpretar o adro da igreja como um claustro exterior. As referências acerca desta possibilidade poderão ser conhecidas através de prospecções arqueológicas localizadas, cujo resultados neste sentido no entanto também nunca poderiam proporcionar esta reconstrução. Este tipo de intervenção é considerada contraproducente dada a possibilidade de falsear a realidade preexistente da qual aparentemente não existem provas inequívocas sobre a sua delineação original. Em lugar deste elemento construído pode ser prevista uma barreira visual constituída por árvores ou arbustos devidamente enquadrado paisagisticamente.

## 9 – Envolvente urbana e rural

Em relação à envolvente urbana aceita-se as propostas mencionadas no Plano de Pormenor anteriormente referidas, embora se julgue necessário efectuar um estudo mais aprofundado abrangente à restante zona da aldeia, de modo a compreender a sua relação com o monumento a conserva, de forma a ser abrangida por uma delimitação ampliada da zona *non aedificandi* proposta (Des. 43). Relativamente à envolvente natural, refira-se o interesse de abranger com esta delimitação a área que actualmente está afecta ao LNIV, de modo a integrá-la na proposta referida de desenvolvimento destes campos de cultivo outrora propriedade do mosteiro. Simultaneamente, e tal como anteriormente foi referido, aceita-se a proposta expressa no Plano de Pormenor sobre a variante à EN 114-2, desviadas para a zona indicada (Des. 46), que se crê terá consequências positivas sobre a vivência na aldeia e na salvaguarda do monumento.

---

<sup>70</sup> Cf. Câmara Municipal de Santarém, Plano de Pormenor da área envolvente ao convento de Almoester, Lisboa, Planarque, 1991, p.5.

## 10 – Turismo

Como marco histórico e paisagístico, o mosteiro é o pólo de atracção fundamental que gera o fluxo esporádico de turistas a Almoester. Julga-se que este aspecto deverá ser enquadrado neste projecto, encarado por um lado como um factor positivo e simultaneamente negativo pela contribuição que poderá assumir na delapidação do monumento.

Actualmente o acesso ao monumento é efectuado através da igreja, que regularmente abre só no horário da catequese dos jovens ou no da missa semanal aos domingos de manhã. A chave fica seguramente guardada em casa de uma paroquiana na aldeia, a sr<sup>a</sup> D. Branca Conde, que nem, sempre está disponível. Não havendo nenhum funcionário estatal que tome conta deste monumento torna-se difícil visitar o mosteiro. Esta situação reduzindo a frequência de visitantes e curiosos, aparentemente poderá ter contribuído para a manutenção do edificado mas acarreta também consequências negativas, essencialmente ao nível cultural e na segurança do próprio monumento. Neste contexto, crê-se que a proposta apresentada dada a especificidade temática dos núcleos museológico e do centro de estudos, poderá contribuir para não alterar tanto o número de visitantes, e por outro perspectiva a recepção adequada destes. No entanto, aceita-se que possa vir a ser estabelecido um limite máximo de pessoas a visitar o monumento o qual deverá ser acordado com técnicos especializados em museologia.

Para além da instalação de adequados sistemas de segurança, deverá ser necessária a colocação de um funcionário ou mais do que um, habilitado a desempenhar a função de recepção e de segurança permanente, que simultaneamente deverá compreender o valor do monumento, que se crê será um contributo para a sua acção de protecção seja mais sensível<sup>71</sup>. Foi prevista uma habitação permanente para este guarda numa casa a poente do edificio do antigo dormitório (Des. 47). Para além desta função deverá ser prevista a colocação de um guia. Neste âmbito poderá ainda ser efectuado um pequeno estudo de divulgação para distribuição aos visitantes. A recepção dos visitantes localiza-se no piso térreo do edificio da antiga hospedaria (Des. 47). Este edificio, tanto pela posição, junto do novo acesso proposto como pela função que ocupou como hospedaria, pensa-se que será adequado à reutilização para local de acolhimento dos visitantes. No entanto em relação ao estudo arquitectónico deste edificio crê-se que deverá ser adequadamente analisado antes de ser delineada uma proposta de intervenção real deste âmbito. No piso superior encontra-se actualmente ocupado pelos serviços administrativos da Junta de Freguesia de Almoester. Não se propõe a transferência desta dependência para outro local na aldeia porque aparentemente esta localização não provoca perturbações significativas no monumento e pelo significado que este sítio representa como ponto de referência para esta e restantes aldeias da freguesia.

No âmbito do turismo, relacionado com a informação, importa salientar um aspecto relacionado com a denominação desta casa monástica na placa de identificação à entrada da aldeia : *Convento de Santa Maria de Almoester* (Foto 111), que não condiz com a realidade, ou seja, em termos de terminologia enquadrada no contexto das Ordens religiosas, o termo *convento* diz respeito a um estabelecimento religioso situado nas cidades habitado por frades ou freiras, enquanto que a palavra *mosteiro* é relativa à implantação de uma abadia situada num local isolado rural, habitado por monges ou monjas, como afinal se verifica neste caso<sup>72</sup>.

<sup>71</sup> Este aspecto é focado no código de deontologia do CIM. Cf. Conselho Internacional dos Museus. *Código de Deontologia Profissional e Estatutos*, Lisboa, Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 1995, p.8.

<sup>72</sup> Sobre este tema agradeço o esclarecimento do Professor Virgolino Ferreira Jorge.

Finalmente refira-se que poderia ser interessante, que este mosteiro alargasse o seu impacto cultural através de um projecto a nível nacional, traduzindo-se na sua inserção no traçado de um percurso por ordem cronológica das abadias femininas cistercienses. Este roteiro poderia ser alargado a outras escalas, além fronteiras. Por outro lado, focando a atenção na região não se pode esquecer o aspecto importante que será a sua inclusão no âmbito de Santarém a património mundial, pelas relações importantes que estabeleceu com a cidade, podendo também vir a ser incluído num roteiro específico sobre a inter-relação histórico-arquitectónico dos conventos desta cidade com esta fundação cisterciense.



## Conclusão

Como conclusão destaca-se a importância principal deste estudo como contributo para a apreensão de uma metodologia de abordagem no âmbito da conservação do património arquitectónico, relativo a um exemplo concreto, o conjunto monástico de Almoester.

Os fundamentos da proposta resultaram da síntese dos diversos estudos analíticos inicialmente efectuados conjugados, sobre as diversas vertentes relacionadas com o monumento. Ainda que tenham sido deixadas em aberto e sem a profundidade exigida algumas questões também importantes, estas terão que posteriormente ser encaradas numa visão mais alargada, onde se conjuga a colaboração das outras disciplinas complementares envolvidas no âmbito de uma intervenção real. Relativamente ao contributo deste estudo sobre os aspectos históricos e arquitectónicos do monumento, muito ainda se terá que investigar. Será necessário complementar a informação agora apresentada, fazendo apelo a estudos aprofundados sobre a história e a construção do monumento, que associados às sondagens arqueológicas possam elucidar sobre alguns aspectos agora mencionados como hipótese.

Foi inicialmente efectuado um breve estudo histórico de modo a esclarecer sobre a situação cultural, social, política, económica e religiosa e ainda os factores biofísicos relacionados, que na génese enquadraram esta fundação, abrangendo o processo evolutivo até à actualidade. Para além destes aspectos interessou em particular averiguar as preexistências no local e as circunstâncias particulares que presidiram ao estabelecimento desta casa monástica em Almoester, aspectos que como anteriormente se referiu tinham já sido focados por outros autores. Estes dados tornaram possível efectuar uma leitura conjectural sobre a génese desta casa monástica, que assenta sobre a estrutura arquitectónica e agrícola da quinta de D. Sancha. Apesar da necessidade de confirmar esta hipótese através de prospecções arqueológicas, a observação aturada no local, permitiu apontar uma proposta sobre estas estruturas arquitectónicas preexistentes. Relativamente à tipologia primitiva da cabeceira da igreja, aponta-se uma solução românica abobadada com terminação semicircular. Quanto às restantes construções da quinta indica-se a localização do paço de D. Sancha Pires, no sítio onde posteriormente foi edificado, o antigo dormitório monástico (que actualmente se encontra em ruína). Estes dois edifícios na origem poderão ter condicionado a disposição dos edifícios regulares à planimetria irregular observada. Efectuou-se ainda um breve estudo sobre a unidade de medida, que se verificou ser de origem francesa (*Pied du Roi*), e a modulação subjacente à concepção da arquitectura da igreja, onde se julga ser possível integrar aquela solução da tipologia românica na cabeceira.

Foi efectuada uma proposta geral sobre a cronologia das principais obras efectuadas no mosteiro, desde o início até à actualidade, baseada no levantamento dos diversos sistemas construtivos e materiais e nos elementos decorativos e formais que denunciam as diversas fases de construção daqueles períodos. Este exame permitiu tomar conhecimento com maior profundidade dos aspectos históricos e arquitectónicos do monumento. Resumidamente pode-se mencionar que ao longo dos séculos da sua existência, esta estrutura monástica foi respondendo às exigências funcionais e estéticas das diferentes épocas, sendo sujeitas a diversas obras. Tal como se apresenta actualmente o monumento chega aos nossos dias marcado por estas acções, que nem sempre foram orientadas por critérios de qualidade, tendo desvirtuado em vários níveis o carácter que presidiu à sua concepção e a tipologia arquitectónica original.

Foi ainda efectuada uma inspecção visual macroscópica ao monumento para averiguar sobre o estado de conservação, seguida do diagnóstico das principais patologias detectadas. Verificou-se que actualmente a deterioração do conjunto monástico já se faz sentir em grandes proporções. Diversas carências foram identificadas, para a qual contribuiu o decaimento provocado por agentes físicos, químicos, biológicos e antrópicos. A igreja onde se celebra semanalmente a missa, apresenta condições ambientais insalubres devidas ao mau estado geral do edifício, apesar do uso e manutenção permanentes que de alguma forma possibilitaram a sua conservação com alguma dignidade. O mesmo não se passou com os restantes edifícios, os quais pelo facto de não terem sido considerados na classificação da igreja em 1920 como Monumento Nacional, foram sendo deixados ao abandono ou afectos a entidades cujas ocupações desadequadas contribuíram para a sua deterioração generalizada, como é o caso do edifício do refeitório e do dormitório.

Neste âmbito foi definida a proposta de conservação e valorização do monumento, a qual no entanto não pretende ser definitiva ou única. Os objectivos e intenções principais agora estabelecidos, poderão ser sujeitos a modificações ou alternativas quando definidos numa intervenção real. De facto, este tipo de actuação requer a contribuição complementar e multidisciplinar de outros técnicos, de forma a conferir um carácter científico aos estudos não exaustivos e às análises macroscópicas agora apresentados. Assim, poderá ser estabelecida de forma mais adequada uma proposta que sintetize os diversos aspectos analisados. Para além destes factores, a proposta agora apresentada encontra-se condicionada à ausência de sondagens arqueológicas, à prospecção da tipologia construtiva e arquitectónica original do edifício do antigo refeitório e à falta de estudos histórico-paisagísticos sobre a cerca e a paisagem rural envolvente.

A proposta engloba inicialmente a definição das actuações necessárias que visam a reparação das situações anómalas detectadas, seguida do estabelecimento de um plano de prioridades das mesmas no sentido da conservação do monumento. Foi também elaborada uma sucinta análise crítica sobre as intervenções conhecidas efectuadas ou intentadas no monumento, após a extinção do mosteiro. Como complemento, considerando a necessidade de afectação do monumento a uma função social útil, este estudo termina com a delineação das bases de uma proposta de valorização, cujo conteúdo evidencia essencialmente a filosofia que se crê deverá orientar este tipo de intervenção. Apresenta-se então de forma muito genérica e sem a profundidade exigida que deverá posteriormente reger uma actuação real, o esboço dos objectivos gerais e a metodologia de abordagem utilizada referente às principais intenções particularizadas a cada edifício e à envolvente do monumento.

Sucintamente, prevê-se que este espaço monástico seja reutilizado com uma função o mais possível semelhante à original, de forma respeitar o existente, de modo a transmitir o seu valor único e insubstituível na sua autenticidade às gerações futuras. Esta intenção desvincula-se das limitações espaciais, considerando que os edifícios dos dormitórios e refeitório se encontram actualmente arruinados e apresentam descaracterizada a sua tipologia construtiva e arquitectónica. Pretende-se essencialmente que a nova função respeite o espírito do lugar e devolva a dignidade perdida a este conjunto monástico. O entendimento actual deste conjunto monástico encontra-se desvirtuado, considerando a ruptura da coesão desta estrutura como um todo, ao nível da estrutura arquitectónica intimista como na sua relação com a envolvente. O mosteiro desempenhou o papel importante de presidir à construção das linhas estruturantes da envolvente e apresenta-se como um ponto marcante na paisagem urbana e natural, pela diferença de escala e volume e contraste. Da mesma forma, esta

percepção visual, corresponde à inter-relação hierárquica do conjunto monástico com a envolvente : o aglomerado urbano e a paisagem natural. Neste âmbito pretende-se essencialmente (re)estabelecer a leitura da importância do mosteiro (enquanto conjunto edificado) e a integração na paisagem envolvente urbana e rural, colocando também em questão a qualidade de vida da população de Almoester. Pretende-se revitalizar as questões fundamentais que conferem a unicidade e o valor histórico, estético e ambiental a este lugar, que envolvem a realidade histórica, social, económica e cultural locais, como fundamento e justificação da proposta. Assim salienta-se a importância da inter-relação dos três elementos : arquitectónico, urbano e paisagístico, que conjuntamente e simultaneamente, se crê devem ser o objecto da intervenção quando se pretende salvaguardar e valorizar este monumento em questão.



## Fontes fotográficas e gráficas:

ALMEIDA, José Carlos Ferreira de, *Plano de Pormenor da área envolvente ao Convento de Almoester*, Câmara Municipal de Santarém, Lisboa, Planarque, 1991, folha nº3 (Perfis longitudinais), Escala 1 / 500:

- Alçado nascente da igreja, Esc. 1 / 500, 1991 (alterado);
- Alçado nascente da hospedaria, Esc. 1 / 500, 1991 (alterado).

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Situação dos Edifícios de Instituições Religiosas ao Serviço do Estado e das Corporações*, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de S. Bernardo, Almoester, Cx. 2045 :

- Planta IV / A, 144 / 23, Projecto de ocupação das dependências monásticas pela Coudelaria Nacional, 1888, S/e.

BARBOSA, Álvaro; CHAGAS, José Trindade; FERREIRA, Jorge, *Trabalho de Seminário do Curso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico*, Universidade de Évora, Ano lectivo 1992 / 93 (Policopiado):

- Corte transversal da igreja, Escala 1 / 200, 1992 (alterado);
- Corte longitudinal da igreja, Escala 1 / 200, 1992 (alterado).

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, *Carta das Freguesias do Concelho de Santarém*, Folha 31- A, Esc. 1 / 200, S / d. (alterada).

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo gráfico nº 141 606 017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação:

- Planta dos edificios monásticos, Esc. 1 / 100, 1942;
- Planta dos edificios monásticos, Esc. 1 / 100, 1980;
- Alçado poente da igreja, Esc. 1 / 100, 1980 (alterado);
- Planta da cobertura parcial da galeria de leitura do claustro, Esc. 1 / 100, 1980.
- Pormenor da rosácea no alçado poente da igreja, T.N., 1980.

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo fotográfico nº 141 606 017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação:

- Diversas fotografias, grande parte sem referência, utilizadas no capítulo III (reduzidas de diversas dimensões para aprox. 15x10cm).

INSTITUTO PORTUGUÊS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO, Prova nº 6106, Fiada nº16, Rolo nº 9224, Escala aproximada 1 / 500, 1992.

- Vista aérea de Almoester.

JORGE, Virgolino Ferreira; MASCARENHAS, José Manuel, “ Le système hydraulique de l'abbaye cistercienne d 'Almoester (Ribatejo, Portugal)”, em Arnelle Bonis e Monique Wabont (eds.), *L'hydraulique monastique*, Grâne, Éditions Créaphics (Collection Rencontres à Royaumont, 1996.

- Sistema hidráulico da abadia de Almoester no século XVII, Esc. gráfica, 1996.
- Esquema hipotético do sistema hidráulico medieval da abadia de Almoester, Esc. gráfica, 1996.

JORGE, Virgolino Ferreira, Planta típica das abadias cistercienses femininas e masculinas, s/d., (policopiado).

JORGE, Virgolino Ferreira, “ A igreja romano-gótica do salvador do Mundo no Sobral de Monte Agraço (Notícia preliminar)”, Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, nº 85, Lisboa, 1976.

- Carta da zona centro-litoral de Portugal, Esc. gráfica, 1979 (alterada).

SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO, Carta militar de Portugal (Almoester), Folha nº 352, Escala 1 7 25 000, 1970.

TEIXEIRA, Francisco, O mosteiro de Santa Maria de Almoester, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992.

- Planta de reconstituição da ábside, Esc. 1 /100, 1992;
- Planta da igreja e das galerias do capítulo e leitura com indicação das siglas identificadas, S./e, 1992.

## BIBLIOGRAFIA:

### 1. Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Situação dos edifícios de instituições religiosas ao serviço do Estado e das corporações*, Conventos de freiras, Convento de Santa Maria, Ordem de S. Bernardo, Almoester, Cx. 2043-2045.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo de obras nº 141 606 017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação.

### 2. Estudos gerais e específicos

AIRES-BARROS, Luís,

*Alteração e alterabilidade de rochas*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1991.

“A pedra”, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Dar futuro ao passado*, Lisboa, 1993.

“O decaimento da pedra dos Monumentos. Causas, avaliação e controlo”, *Seminário sobre Conservação de Edifícios e Monumentos Históricos*, Évora, Associação Universidade - Empresa do sul, 1990.

ALARCÃO, Jorge de, *Introdução ao estudo da história e do património locais*, (Reimpressão), Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1987.

ALMEIDA, José Carlos Ferreira de, “Salvaguarda e valorização do núcleo histórico de Almoester”, *1º Encontro Ibérico de Municípios com centro histórico*, Santarém, Novembro de 1992, Câmara Municipal de Santarém, 1994.

ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, 2ª edição, Vol.I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Nova Edição preparada e dirigida por Damião Peres, 4 Vols., Lisboa - Porto, Civilização Editora, 1967 - 1971.

ALMEIDA, Justino Mendes de, “Antiguidades várias”, *O arqueólogo português*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, Série III, Vol.II, 1968.



ALVES, Natália Marinho Ferreira, “A apoteose do Barroco nas igrejas dos conventos femininos portugueses”, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, Vol.IX, Porto, 1992.

AMADO, José de Sousa, *Os conventos de religiosas em Portugal e na Inglaterra ou observações sobre o abandono e decadência dos conventos de religiosas em Portugal e a protecção e admirável progresso dos mesmos em Inglaterra*, Lisboa, Typographia de G.M. Martins, 1859.

ANDRADE, Amélia Aguiar, GONÇALVES, Iria e MARQUES, A.H. de Oliveira, *Atlas de cidades medievais portuguesas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica (História Medieval I), 1990.

ANJOS, Luís dos, *Jardim de Portugal em que se dá notícia de algumas Sanctas e outras mulheres illustres em virtude, as quais nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste Reino, e suas conquistas*, Coimbra, Nicolau Carvalho, 1626.

APPLETON, João Augusto da Silva, *Edifícios antigos. Contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Programa de Investigação Edifícios), 1991.

APPLETON, Júlio, “Técnicas de reparação estrutural, métodos de análise e verificação da segurança das estruturas de alvenaria”, *Seminário sobre conservação de edifícios e monumentos históricos*, Évora, Associação Universidade - Empresa do Sul, 1990.

AZEVEDO, Pedro, “Extractos archeologicos das memorias parochiaes de 1758”, *O archeologo português*, Vol.II, Nº 6 e 7, Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.

BAIÃO, António, “Escavando no passado II”, *Ocidente*, Vol. 54, Nº 240, Lisboa, 1958.

BALLESTER, Mónica Alvarez de Buergo, LIMÓN, Teresa González, *Restauración de edificios monumentales. Estudio de materiales y tecnicas instrumentales*, Madrid, Laboratório Central de Estruturas y Materiales, Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas, 1994.

BAPTISTA, João Maria, *Chorographia Moderna do Reino de Portugal. Província da Extremadura*, Vol. IV, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1876.

BARATA, Albertino Henriques, “Almoester através dos tempos”, *Cadernos Culturais*, nº 3, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, Março 1992.

BARATA, José, “O Ribatejo nas memórias de Cosme de Medicis”, *Biblos*, Vol. XXII, Tomo I, Coimbra, 1946.

BARBOSA, Pedro Gomes; JORGE, Virgolino Ferreira; MASCARENHAS, José Manuel; “Les Cisterciens et l’amenagement de l’espace. Le cas d’Alcobaça”, *L’espace cistercien*, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1994.

BARROS, Gracelina, “A madeira”, INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, *Dar futuro ao passado*, Lisboa, 1993.

BECHMANN, Roland, *Villard de Honnecourt. La pensée technique au XIII siècle*, Nouvelle édition revue et augmentée, Paris, Picard Éditeur, 1993.

BECKER, Gunther, "La destruction du bois par des organismes vivants, CONSEIL INTERNATIONAL DES MONUMENTS ET DES SITES, *Colloque sur l'altération du bois*, Ludwigsburg, 1969.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha,

*Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, F.C.S.H., 1980.

*Santarém quinhentista*, Lisboa, Ramos Afonso e Moita, lda, 1981.

BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira, RODRIGUES, Maria João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, 2ª edição revista, Coimbra, Quimera, 1996.

BORGES, Nelson Correia, "Conventos", *Dicionário de arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

BOTURÃO, Júlio de Oliveira, "O convento das bernardas de Almoester", *Vida Ribatejana*, Nº Especial, Vila Franca de Xira, 1964.

BRAGA, Isabel, "Mosteiro Cisterciense em terra de ninguém", *Público*, Lisboa, 20/11/1994.

BRANCO, J. Paz, *Manual do Pedreiro*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, (M-3), 1981.

BRANDÃO, Francisco, *Monarchia Lusitana*, Edição com notas de dias Farinha e Eduardo dos Santos, Parte V, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1976.

BRANDI, Cesare, *Teoria de la restauración*, 5ª edição, Madrid, Alianza Forma, 1996.

BRAUNFELS, Wolfgang, *Monasteries of Western Europe. The architecture of the Orders*, London, Thames and Hudson, 1972.

BRONSEVAL, Claude de, *Peregrinatio hispanica, 1531-1533. Voyage de D. Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal*, 2 vols., Paris, Presses Universitaires de France, 1970.

BRUNET, Anne, JATON, Claude, ORIAL, Geneviève, "Les alterations biologiques de la pierre: bactéries et algues", Jacques Philippon, Daniel Jeanette, Roger-Alexandre Lefevre (Coords.), *La conservation de la pierre monumentale en France*, Paris, Presses du CNRS, 1992.

BRUZELIUS, Caroline Astrid, *L'apogée de l'art gothique: L'église abbatiale de Longpont et l'architecture cistercienne au début du XIIe siècle*, Vol II, Cîteaux (Comentarii cisterciennes, Textes et Documents), 1990.

BUCHO, Domingos Almeida, Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre. *Estudo histórico - arquitectónico. Propostas de recuperação e valorização do património edificado*, Évora, 1995.

CAETANO, Joaquim de Oliveira, *O que Janus via. Rumos e cenários da pintura portuguesa (1535 – 1570)*, 2 vol., Lisboa, 1996.

#### CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM,

*Resumo Cronológico sobre o Convento de Almoester e sua área envolvente, Santarém*, Gabinete de Planeamento Municipal da Câmara Municipal de Santarém, 1990, (Policopiado).

*Plano Director Municipal*, Santarém, Gabinete de Planeamento Municipal, 1994.

CANELAS, Leonel; COELHO, Pedro, *Relatório final do estudo de impacto ambiental e do Plano Preliminar de recuperação Paisagística da Pedreira de Botelhas ou Castro*, Lisboa, Impacto 2000, 1991.

#### CÂNCIO, Francisco

*Ribatejo, casos e tradições*, Vol. II, Fasc. XVI, Santarém, Junta da Província do Ribatejo, 1983.

*Ribatejo histórico e monumental*, Vol. I, Santarém, Junta de Província do Ribatejo, 1983.

CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Madrid, Alianza Forma, 1992.

CARDOZO, Luiz, *Diccionario geografico ou notícia histórica de todas as cidades, villas, lugares e aldeas, rios, ribeiras e servos dos reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras que nelles se encontrão, assim antigas como modernas*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747.

CARDOSO, George, *Agiologio Lusitano dos santos e varoens illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas*, Tomo I, Lisboa, Officina Craebeckiana, 1651.

CARVALHO, Sérgio Luís, *Cidades medievais portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, Livros Horizonte (Colecção Perspectivas Históricas), 1989.

CARVILLE, Geraldine, *The occupation of Celtic Sites in Ireland by the Canons Regular of St. Augustine and the Cistercians*, Kalamazoo, Cistercian Publications (Cistercian studies, 56), 1982.



CASTRO, Elda de,

*Tratamentos de conservação de pedras em monumentos*, Lisboa, 1984, laboratório Nacional de engenharia Civil (Informação Técnica Geotecnia, ITG2).

CRAVO, Maria do Rosário, *A civilização e a deterioração dos monumentos de pedra*, Lisboa, Laboratório nacional de Engenharia Civil (Memória nº689), 1987.

CASTRO, Miguel de, *Diffiniçoens da Ordem de Cistel e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça*, Lisboa, António Alvarez Impressor, 1593.

CHAGAS, Manoel Pinheiro, *Diccionario popular*, 1º Vol., Lisboa, Lalléman Frères, 1876.

CHICÓ, Mário Tavares, *A arquitectura gótica em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1968.

CHOAY, françoise, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Seuil, 1992.

*Chronica Constitucional de Lisboa*, nº27, 31 de Maio de 1834.

COCHERIL, Maur,

Alcobaça, *Abadia cisterciense de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda (Colecção Presenças da Imagem), 1989.

“Les abbayes cisterciennes portugaises dans la seconde moitié du XXe siècle”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol.X, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

“L’implantation des abbayes cisterciennes dans la Péninsule Ibérique”, *Anuário de estudios medievales*, Barcelona, Vol.I, 1944.

“L’Orde de Cîteaux au Portugal. Le probleme historique”, *Studia monástica*, Vol.I, Fasc.I, Abadia de Montserrat, 1954.

*Notes sur l’architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1972.

“Recherches sur l’Orde de Cîteaux au Portugal”, *Bulletin des études portugaises*, Tomo XXII, Lisboa, Bertrand, 1961.

*Routier des abbayes cisterciennes au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1986.

“Une description du Portugal au XVI siècle”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol.III, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina, “A mulher como um bem e os bens da mulher”, *Actas do Colóquio sobre a mulher na sociedade portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1986.

COELHO, Pedro, Cf. CANELAS, Leonel.

COIGNET, Jean, *Arts de bâtir traditionnels: connaissance et techniques de réhabilitation*, Paris, Édisud, 1988.

CONDE, Maria Antónia Fialho da Costa, Mosteiro de S. Bento de Cástris (Évora): *Bases para uma proposta de valorização histórico - arquitectónica*, Vol.I, Universidade de Évora, 1995.

CONSELHO INTERNACIONAL DOS MUSEUS, Código de Deontologia Profissional e Estatutos, Lisboa, Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 1995.

CORNACHO, Maria da Graça; JORGE, Virgolino Ferreira; MONTEIRO, Maria Filomena e TOMÉ, Manuela Justino, “Aspectos da hidráulica do mosteiro cisterciense de São Dinis de Odivelas”, em José Manuel P.B. Mascarenhas, Maria Helena Abecasis, Virgolino Ferreira Jorge, (eds.), *Hidráulica monástica medieval*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996.

CORTE-REAL, Isabel Mendonça de, *Les monuments gothiques de Santarém et le Couvent d 'Almoester*, Poitiers – Coimbra, 1989 (policopiado).

COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Lisboa, 1929.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, Tomo III, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712.

COSTA, Joaquim Botelho da, *Estudo e classificação das rochas por exame macroscópico*, 5ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

COUTO, João, “Chavões e Almoester”, *Ocidente*, Vol.LXv, nº303, Julho de 1963.

CRAVO, Maria do Rosário, Cf. CASTRO, Elda de.

CRIPPA, Maria Antonietta, “A renovação do Concílio Vaticano II: consequências arquitectónicas e artísticas do Concílio”, *Actas do Colóquio sobre as Novas Igrejas de Vários Tempos*, Lisboa, 1996.

CUSTÓDIO, Jorge,

“Salvaguarda do Património – antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza”, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Dar Passado ao Futuro*, Lisboa, 1993.

“A vila de Santarém ao tempo da invasão de Massena: testemunhos e realidade”, *Actas do colóquio Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal, 1795 – 1910*, Santarém, 1996.

*O património monumental de Santarém: fases da sua destruição*, Santarém, Edição da Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico - Cultural de Santarém, 1979.

*Diário do Governo,*

1ª série, nº 299, 31 de Dezembro de 1888 (Decreto - Lei de 20 de Dezembro).

1ª série, nº 109, 27 de Maio de 1920 (Decreto - Lei nº6644).

1ª série, nº 125, 11 de Junho de 1949 (Decreto - Lei nº2032).

1ª série, nº 889, 15 de Abril de 1970 (Decreto - Lei nº166).

1ª série, nº 51, 2 de Março de 1990 (Decreto - Lei nº69).

DIAS, José Sebastião da Silva, *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Tomo I, Coimbra, Imprensa de Coimbra (Série de Cultura Portuguesa), 1960.

DIAS, Pedro, *História da Arte em Portugal*, Vol.IV (O Gótico), Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

DIMIER, Anselme; PORCHER, Jean, *L'art cistercien. France*, 3ª edição, Abbaye Sainte-Marie de la Pierre-qui-vire (Yone), Zodiaque, (Collection La nuit des temps, nº16), 1982.

DUBY, Georges,

*O tempo das catedrais, a arte e a sociedade. 980 – 1420*, 2ª edição, Lisboa, editorial estampa (Imprensa Universitária nº 8), 1998.

*Saint Bernard. L'art cistercien*, Paris, Flammarion (Collection Champs, nº 77), 1996.

ECO, Humberto, *Arte e beleza na estética medieval*, Lisboa, Editorial Presença (Colecção Dimensões, nº 23), 1989.

ENAUD, François, “Les principes de restauration des monuments en France de Viollet-le-Duc à la Charte de Venise”, *Actes du Congrès International Histoire de la Restauration en Europe*, Vol. I, Interlaken, Wernersche Verlagsgesellschaft/Worms, 1991.

FARINA, Federico; VONA, Igino, *L'organizzazione dei Cistercensi nell'epoca feudale*, Casamari, Edizioni casamari, 1988.

FERNANDES, Maria Alegria, “Evolução do monaquismo feminino, até ao século XII, na região entre Douro e Tejo. Notas para uma investigação”, *Actas do Colóquio sobre a mulher na sociedade portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1986.

FEILDEN, Bernard M., *Conservation of Historic Building*, Suffolk, Revised Softcover Edition, St. Edmundsbury Press Ltd, 1994.

FONSECA, Pedro Quirino, *Cal D. Fradique uma herança milenar*, Lisboa, 1996 (Prémaquete).



FORTES, Maria Teresa Barreira Amaral, *Para a história da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1974.

FRAZÃO, Irene, “A pintura mural”, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Dar futuro ao passado*, Lisboa, 1993.

FROIDEVAUX, Yves-Marie, *Techniques de l'architecture ancienne. Construction et restauration*, 2ª edição, Bruxelas, Pierre Madraga Éditeur, 1987.

GAMA, C. Dinis, *Caracterização da geologia, reservas, extracção e britagem da Pedreira de Botelhas ou Castro. Relatório*, Lisboa, Hidroprojecto, 1996.

GANDIOL-COPPIN, Brigitte, “Les églises romanes”, *Archéologia*, nº195, Octobre, 1984, pp.55-66.

GIL, Júlio, *As mais belas igrejas de Portugal*, Vol.2, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.

GONÇALVES, Francisco; TEIXEIRA, Carlos, *Introdução à Geologia em Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Nacional, 1980.

GONÇALVES, Iria, Cf. ANDRADE, Amélia Aguiar.

GUERREIRO, José, “O processo de recuperação do Centro histórico de Évora. planeamento e prática urbanística- ligações à população”, *Sociedade e Território*, Ano 5, nº14/15, Dezembro 1991, Porto, Edições Afrontamento, 1991.

GUILLAUME, Marc, *La politique du patrimoine*, Paris, Éditions Galilée, 1980.

GUSMÃO, Artur Nobre de,

*A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal. Ensaio de arquitectura da Idade Média*, Lisboa, 1956.

*A real abadia de Alcobaça*, 2ª edição, Lisboa, Livros horizonte, 1992.

“Os mosteiros de Cister na época moderna”, *Lusíada*, Vol.III, nº10, porto, Marânus, 1957.

HENRIQUES, Fernando,

*A conservação do património histórico edificado*, Lisboa, Laboratório Nacional Engenharia Civil (memórianº775), 1991.

“Algumas reflexões sobre a construção do património histórico edificado em Portugal”, *Actas do 2º Encore – Encontro Nacional sobre Conservação e Reabilitação de edifícios*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1994.

*Humidade em paredes*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Série Conservação e Reabilitação), 1994.

HUBERTUS, Stephan, Alguns aspectos da degradação do mosteiro de Alcobaça (Documento policopiado de apoio da visita de estudo ao mosteiro de Alcobaça em 18 de Fevereiro de 1995).

HERCULANO, Alexandre,

“Os monumentos”, *O Panorama*, nº69, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 25 de Agosto de 1838.

“Os monumentos”, *O Panorama*, nº70, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1 de Setembro de 1838.

“Os monumentos”, *O Panorama*, nº94, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, 16 de Fevereiro de 1839.

L'HERMITE Leclercq, Paulette, *Le monachisme féminin dans la société de son temps. Le monastère de la Celle, XI siècle début du XVIe siècle*, Paris, Éditions Cujas (Religieux et société), 1989.

Instituto Andaluz del patrimonio Historico,

*Memoria del futuro. Una reflexion sobre la relacion entre Patrimonio y Arquitectura*, Junta de Andalucía (Quadernos), Sevilha, 1992.

*Un proyecto para la Capilla Real de Granada. Teoria, Método e Técnicas Aplicadas a la Conservacion del Patrimonio Mueble*, Junta de Andalucía (Quadernos), Granada, 1991.

Instituto Nacional de Administração, *Direito do Património Cultural*, Lisboa, 1996.

Instituto Nacional de Estatística, “População residente, população presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios da aldeia de Almoester”, *Censos 91, XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação de Lisboa e Vale do Tejo*, Lisboa, 1993.

Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, *Normais climatológicas da região do Ribatejo e Oeste (1951-1980)*, Fascículo XLIX, Vol. 2 (2ª Região), Lisboa, 1981, pp. 38 - 39.

Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico,

Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado, Vol.III, Lisboa, 1993.

Cartas e convenções Internacionais, Lisboa, 1996.

Critérios. Classificação de bens imóveis, Lisboa, 1996.

INSTITUT ROYAL DU PATRIMOINE ARTISTIQUE, *Bulletin de l'Institut Royal du Patrimoine Artistique*, Nº XXI (Vade.Mecum pour la protection et l'entretien du patrimoine artistique), Bruxelas, 1986/787.

*Ilustração Portuguesa*, 2ª série, Vol.15, nº 378, Lisboa, 13 de Maio de 1913.

JATON, Claude, Cf. BRUNET, Anne.

JOKILETHO, Jukka, “Les fondamentes des principes modernes en conservation”, *Actes du Congrès International Histoire de la Restauration en Europe*, Vol. I, Interlaken, Wernersche Verlagsgesellschaft/Worms, 1991.

JORGE, Virgolino Ferreira,

“Princípios de Salvaguarda do Património”, *Correio da Natureza*, nº 17, Lisboa, Serviços Nacionais de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1992, pp. 56-58.

“São João de Tarouca na evolução histórica da abóbada românica em Portugal”, Comunicação apresentada nas Primeiras Jornadas Culturais de Tarouca, Tarouca, 9-11/6/87 (Policopiado).

Cf. BARBOSA, Pedro Gomes.

Cf. CORNACHO, Maria da Graça.

MASCARENHAS, José Manuel,

“Le système hydraulique de l’abbaye cistercienne d’Almoster (Ribatejo, Portugal)”, em Arnelle Bonis e Monique Wabont (eds.), *L’hydraulique monastique*, Grâne, Éditions Créaphics (Collection Rencontres à Rayaumont, 1996.

“Measurement and number in the cistercian church of Alcobaça”, *Arte medievale*, Periodico Internazionale di Critica dell’Arte Medievale, II serie, Anno VII, nº1, Tomo Secondo, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1994

“Space and Eurythmy in the Medieval Abbey of Alcobaça”, *Studies in Cistercian Art and Architecture*, Vol.V, 1994.

“Módulo e Proporção na Igreja de São João de Tarouca”, *Congresso Internacional sobre San Bernardo y el Cister en Galicia y Portugal*, Orense, 1992.

“Vitrail Medieval. História, Técnica e Estética”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, nº 87, 1º Tomo, Lisboa, 1981.

LACERDA, Aarão, *História da Arte em Portugal*, Vol.I, Porto, Portucalense Editora, 1942.

LALLEMANT, Richard, “Les altérations biologiques de la pierre: le rôle des lichens”, Jacques Philippon, Daniel Jeanette, Roger-Alexandre Lefevre (coords.), *La conservation de la pierre monumentale en France*, Paris, Presses du CNRS, 1992.

LAWLOR, Robert, *Sacred geometry. philosophy and practice*, London, Thames and Hudson, 1986.



LECLERCQ, Jean, *St. Bernard et l'esprit cistercien*, Paris, Editions du Seuil (Collection Maitres Spirituels, n. 36), 1993.

LEKAI, Louis, J., *Los Cistercienses. Ideales Y realidad*, Barcelona, Editorial Herder, 1987.

LÉROUX, Gerard, "Cister em Portugal. Vandalismo em Almoester", *Notícias da Amadora*, Amadora, 7/12/1984.

LIMÓN, Teresa González, Cf. BALLESTER, Mónica Alvarez de Buergo.

LOBO, António de Sousa Silva Costa, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Secção I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

LOCATELLI, René, "Rappel des principes fondateurs de l'ordre cistercien aux origines du modèle domanial", *L'espace cistercien*, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1994.

MANSO, Maria de Deus Beites, Évora, *Capital de Portugal. 1531-1537*, Vol.I, Lisboa, 1990.

MARQUES, A H. de Oliveira;

GONÇALVES, Iria, ANDRADE, Amélia Aguiar, Atlas de cidades medievais portuguesas, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica (História medieval 1), 1990.

Cf. ANDRADE, Amélia Andrade.

MARQUES, José;

"Os mosteiros cistercienses nos finais do século XVIII", *Actas do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo*, Braga, 1991.

*O mosteiro de Fiães – Notas para a sua história*, Edição comemorativa do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo, Braga, 1990.

"Regalismo e a mulher em religião", *Actas do Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra, 1985.

MARQUES, Oliveira António de, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 4ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1981.

MARTINS, Mário, "Avida reclusa e a su influência na Idade Média", *Revista Lusitana*, Nova Série, nº4, Lisboa, 1982/83.

MASCARENHAS, José Manuel,

Cf. JORGE, Virgolino Ferreira.

Cf. BARBOSA, Pedro Gomes.

MATTOSO, José,

*O essencial sobre a cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda (Coleção Essencial, nº5), 1985.

*Portugal Medieval. Novas interpretações*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda (Temas portugueses), 1992.

MORA, Paolo, *Causes of deterioration of mural paintings*, Roma, International Centre of Conservation, 1979.

MORUJÃO, Maria do Rosário barbosa, “ O mosteiro de Santa Maria de Celas”, *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e Cister en Galicia e Portugal*, Vol.I, Ourense, 1992.

MUNNIKENDAM, R., “L’assainissement du bois dans les edifices d’intérêt historique ou artistique”, CONSEIL INTERNATIONAL DES MONUMENTS ET DES SITES, *Colloque sur l’alteration du bois*, Ludwigsburg, 1969.

NETO, Maria João Quinta Lopes Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, 3 Vols., Lisboa, 1995.

NIZA, Paulo Dias, *Portugal sacro - profano ou catálogo alfabético de todas as freguesias dos Reinos de Portugal e Algarve: da igreja com os seus oragos, de título de parocos, e annual rendimento de cada huma dos padroeiros, que apresentam juntamente com as legoas de distancia da Metropoli do Reino*, Parte I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

OLIVEIRA, Miguel de,

*As paróquias rurais portuguesas, sua origem e fundação*, Lisboa, União gráfica, 1950.

*História eclesiástica de Portugal*, 4ª edição, União Gráfica, 1968.

*Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, Instituto de Estudos históricos Doutor António de Vasconcelos, 1951.

“Santa Iria e Santarém”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo VII, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1963.

ORIAL, Geneviève, Cf. BRUNET, Anne.

D’OSSAT, Guglielmo De Angelis, *Guide to Methodical Study of Monuments and Causes of their Deterioration*, 1ª edição revista, ICCROM, Roma, 1972-1982.

PARISSE, Michel, “ As freiras”, BERLIOZ, Jacques (apres.), *Monjes e religiosos na Idade Média*, Lisboa, Terramar, 1996.

PATRÍCIO, António, *Diccionario Geografico ou Noticia historica de todas as cidades, villas, rios, ribeiras, serras e portos de mar dos reynos de Portugal e Algarve*, Tomo II, Lisboa, S/e., S/d.

PÉREZ, José Carlos Valle, “L’arquitectura cisterciense. Sus fundamentos”, *Cistercium*, nº151, 1978.

PEREIRA, Esteves,

“As freiras de Lorvão. O seu antigo ceremonial”, *O Occidente*, XIX Ano, Vols. nº 638 de 15/9/1896, nº 642 de 25/10/1896; nº 643 de 5/11/1896.

RODRIGUES, Guilherme, Portugal. *Dicionário histórico, corográfico, numismático e artístico*, Vol.I-A, Lisboa, João Romano Torres Editor, 1904.

PINHO LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biogrraphico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias*, Lisboa, Mattos Moreira e ca., 1873.

PORCHER, Jean, Cf. DIMIER, Anselme.

PRESSOUYRE, Léon, *Le rêve cistercien*, Evreux, Gallimard (Religions), 1995.

PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve*, Vol. II, Texto integral que reproduz a 1ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1972, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

QUAYLE, Nicholas J. T., “Alveolar decay in stone. It’s possible origine”, J. Delgado Rodrigues, Fernando Henriques, F. Telmo Jeremias (Eds.), *7th International Congress on deterioration and conservation of stone*, Vol.I, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1992.

QUARONI, Ludovico, *Proyectar un edificio. Ocho lecciones de Arquitectura*, Madrid, Xarait Ediciones, 1987.

RÉAU, Louis, *Histoire du vandalisme. Les monuments détruits de l’art français*, édition augmentée par Michel Fleury et Guy-Michel Leproux, Paris, Éditions Robert Laffont, 1994.

RIBEIRO, Orlando, Portugal, *O Mediterrâneo e o Atântico*, 6ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, (Coleção Nova Universidade), 1991.

RIEGL, Alois, *Le culte moderne des monuments*, Paris, Éditions du Seuil, 1984.

ROBALLO, Carlos, “Potencialidades turísticas da bacia hidrográfica do Tejo”, *Colóquio sobre o desenvolvimento da bacia hidrográfica do Tejo*, Santarém, 1970.

ROCCHI, Giuseppe, *Istituzioni di restauro dei beni architettonici e ambientali. Cause. Accertamenti. Diagnosi*, Milano, Hoepli, 1985.

RODRIGUES, Guilherme, Cf. PEREIRA, Esteves.

RODRIGUES, Maria João, Cf. BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira.



SAGA, *Relatório Geológico Preliminar sobre a Pedreira de Almoester*, Santarém, 8/3/1995.

SANPAOLESI, Piero,

*Discorso sulla metodologia generale del restauro dei monumenti*, 3ª edição, Editrice Edam, Firenze, 1990.

“Études préliminaires”, UNESCO, *La conservation et la restauration des monuments et des bâtiments historiques*, Paris, 1973.

“Facteurs de détérioration des monuments”, UNESCO, *La conservation et la restauration des monuments et des bâtiments historiques*, Paris, 1973.

“Principes généraux”, UNESCO, *La conservation et la restauration des monuments et des bâtiments historiques*, Paris, 1973.

“Techniques de conservation et de restauration”, UNESCO, *La conservation et la restauration des monuments et des bâtiments historiques*, Paris, 1973.

SANTOS, Reynaldo dos, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, editora Sul, lda., 1957.

SÃO BENTO, Regra de s. Bento, porto, 1936.

SARAMAGO, Alfredo, *Convento de Soror Mariana Alcoforado. Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição*, Beja, Colares editora, 1994.

SARMENTO, Zeferino, *História e monumentos de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1993.

SBORDINI-MORA, Laura, *Mortars, Cements and Grouts used in the conservations of historic Buildings*, Roma, ICCROM, 1981.

SEGURADO, João Emílio dos Santos, *Alvenaria e cantaria*, 4ª edição, Lisboa, Biblioteca de Instrução Profissional, Livraria Bertrand, s.d.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Santarém*, Vol.III, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1949.

SERRÃO, Vítor, *Santarém*, Lisboa, Lisboa, Ed. Presença (Cidades e vilas de Portugal), 1990.

SERRÃO, José Veríssimo, “Santa Maria de Almoester. Uma jóia gótica que urge acudir”, *Correio do Ribatejo*, Santarém, 3/1/1953.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços medievais portugueses*, Lisboa, Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico Português, 1995.

SILVA, Jorge Henriques Pais da, *Páginas de História de Arte*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa (Imprensa Universitária, nº 54), 1986.

SILVA, José Cornélio da, “Política, conservação e restauro”, *Aedificiorum*, Edição da Associação Juventude e Património, Ano I, Junho 1988.

SILVA, Victor Cóias e, “Reabilitação estrutural de paredes de construções antigas”, *Seminário sobre conservação de edifícios e monumentos históricos*, Évora, Associação Universidade Empresa do Sul, 1990.

SIMSON, Otto Von, *A catedral gótica. Origens da arquitectura gótica e o conceito medieval de ordem*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

SMITH, Robert, *A talha em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1963.

SOCIEDADE PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO, *Textos fundamentais*, Lisboa, Cadernos SPPC, 1996.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O Terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, Vol. II, Distrito de Santarém e Portalegre, Lisboa, Serviços Geológicos, 1919.

SOUSA, Pedro Fialho de, Cf. BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira.

TEIXEIRA, Francisco, *O mosteiro de Santa Maria de Almoester*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992.

TEIXEIRA, Carlos, Cf. GONÇALVES, Francisco.

TEXIER, M. Marcel, “Les relations mathématiques dans les proportions monumentales”, *Congrès International des Architects et Techniciens des Monuments Historiques*, Paris, 1957.

TRINDADE CHAGAS, José António Amaral, *O castelo de Alcácer do Sal e a utilização da taipa militar durante a dominação almóada*, Universidade de Évora, 1995 (policopiado).

VARANDAS, José Manuel Henriques, *Monacato feminino e domínio rural. O Património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV*, Lisboa, 1994.

VASCONCELOS, António Garcia de, *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão, esposa do rei lavrador D. Dinis de Portugal (a rainha santa)*, Vol.II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1984.

VASCONCELOS, Inácio Piedade de, *História de Santarém edificada, que dá notícia da sua fundação e das couzas mais notaveis nela sucedidas*, Livro II, Lisboa Occidental, 1740.

VENTURA, Leontina, Cf. COELHO, Mareia Helena da Cruz.

VITERBO, Sousa, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses*, 3 vols., Reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1899 da Biblioteca da Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1988.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Edição crítica por Mário Fiuza, Vol.II, Porto, Livraria Civilização, 1966.

VONA, Igino, Cf. FARINA, Federico.

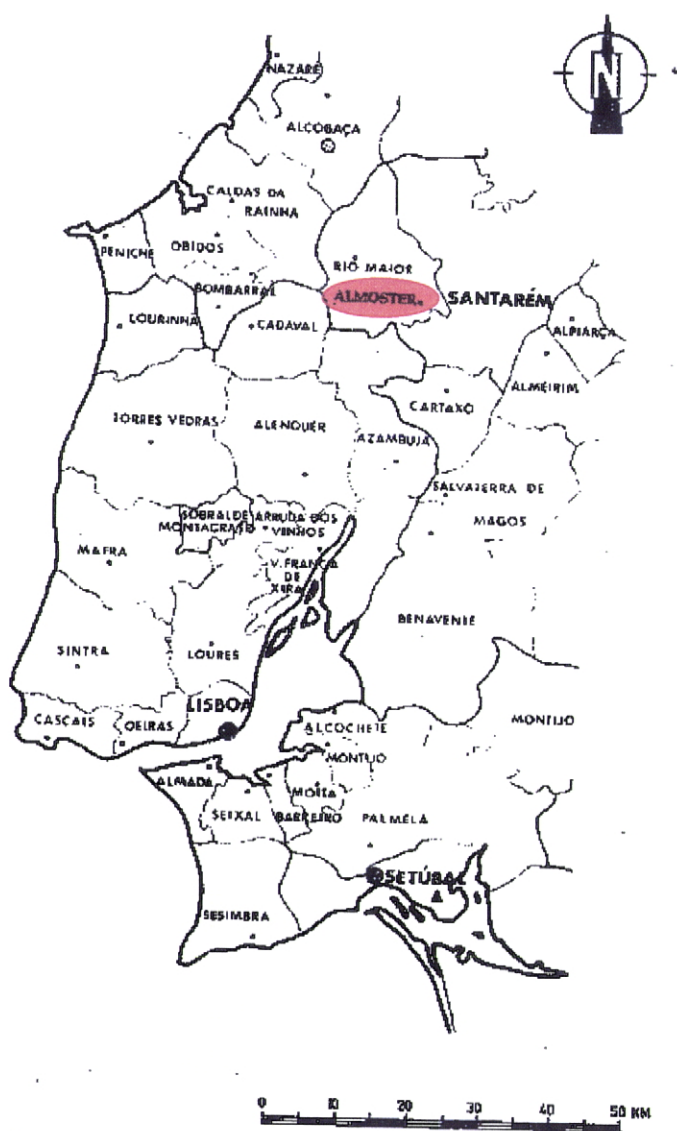
WADDEL, Chrysogonus, “ The Cistercium Institutions and their early evolution. Granges, Economy, Lay Brothers”, *L'espace cistercien*, Paris, Comité des travaux historiques et scientifiques, 1994.

WAEBER-ANTIGLIO, Catherine, Hauterive. *La construction d'une abbaye cistercienne au moyen age*, Fribourg, Éditions universitaires, 1976.

ZBYSZEWSKI, G., *Notícia explicativa da folha 31- A / Santarém*, Lisboa, carta Geológica de Portugal, Serviços Geológicos de Portugal, 1953.

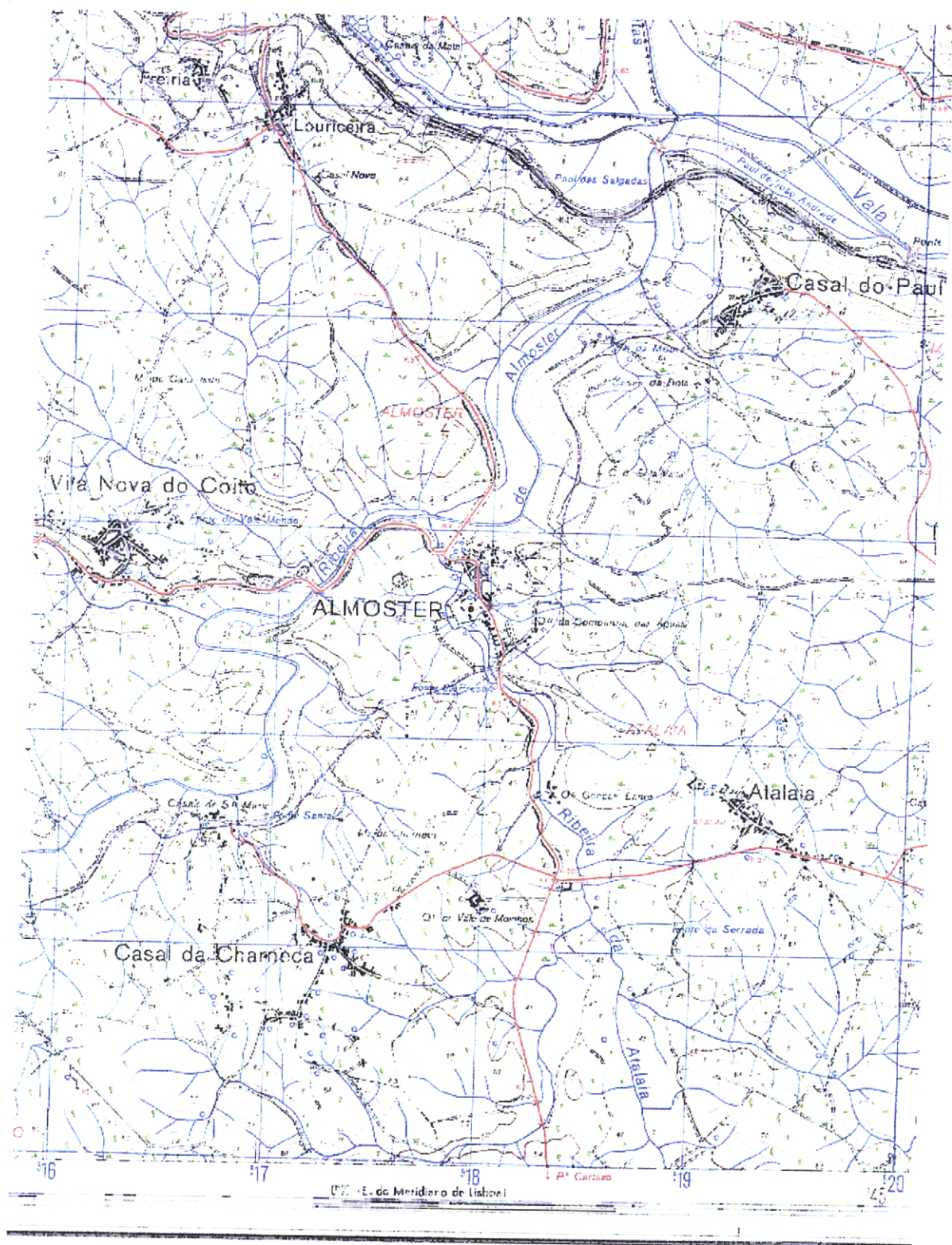


### **Anexo gráfico**



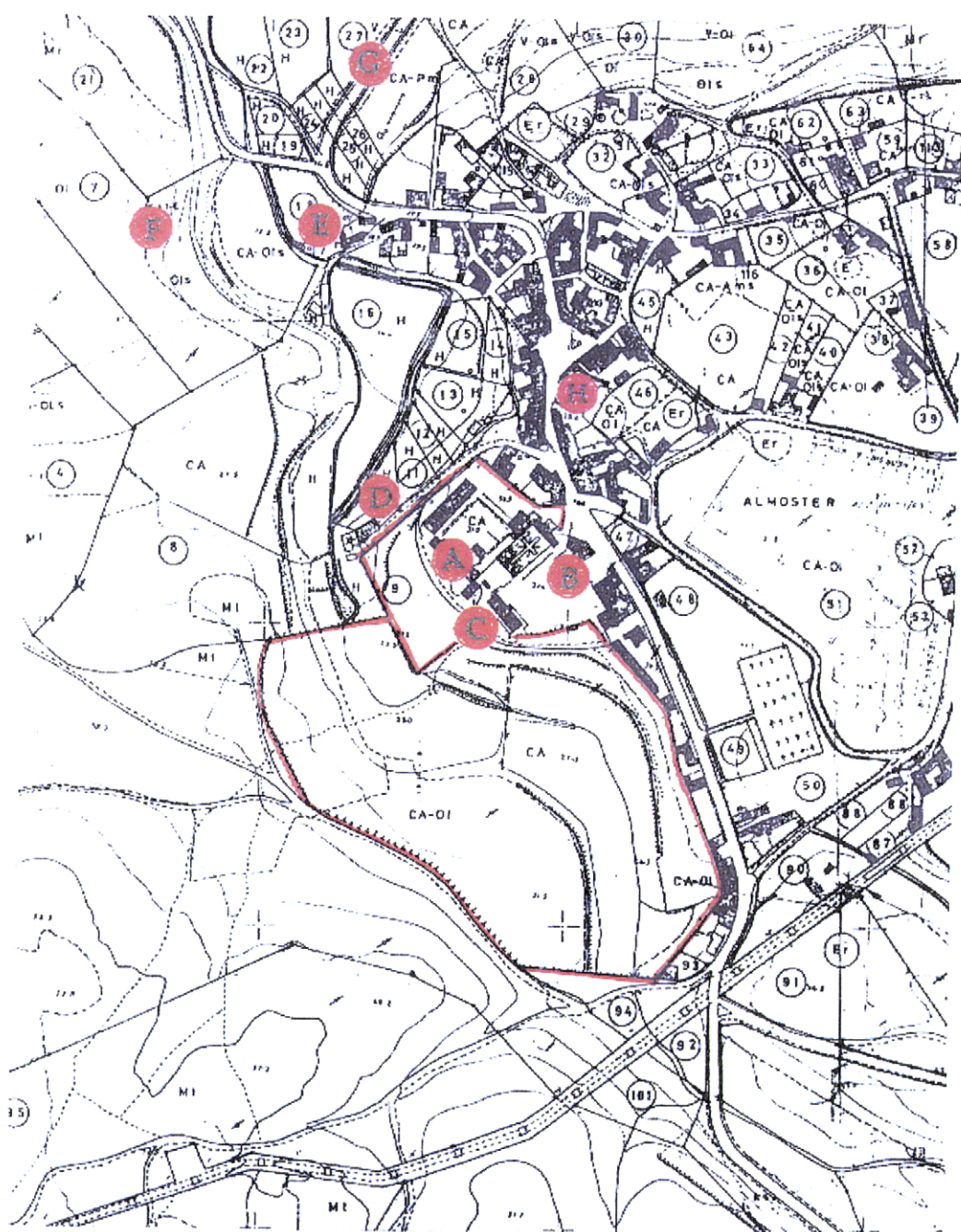
**Des. 1 – Almoester no contexto geográfico nacional. Escala gráfica.**

Fonte : JORGE, Virgolino Ferreira, "A igreja romano-gótica do Salvador do Mundo em Sobral de Monte Agraço (Notícia preliminar)", *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº 85, Lisboa, 1979, p.66.



**Des. 2 – Localização de Almoester na Carta Militar de Portugal. Escala 1/25000.**  
 Fonte : Carta Militar de Portugal, Serviços Cartográficos do Exército, Folha 352, 1970.





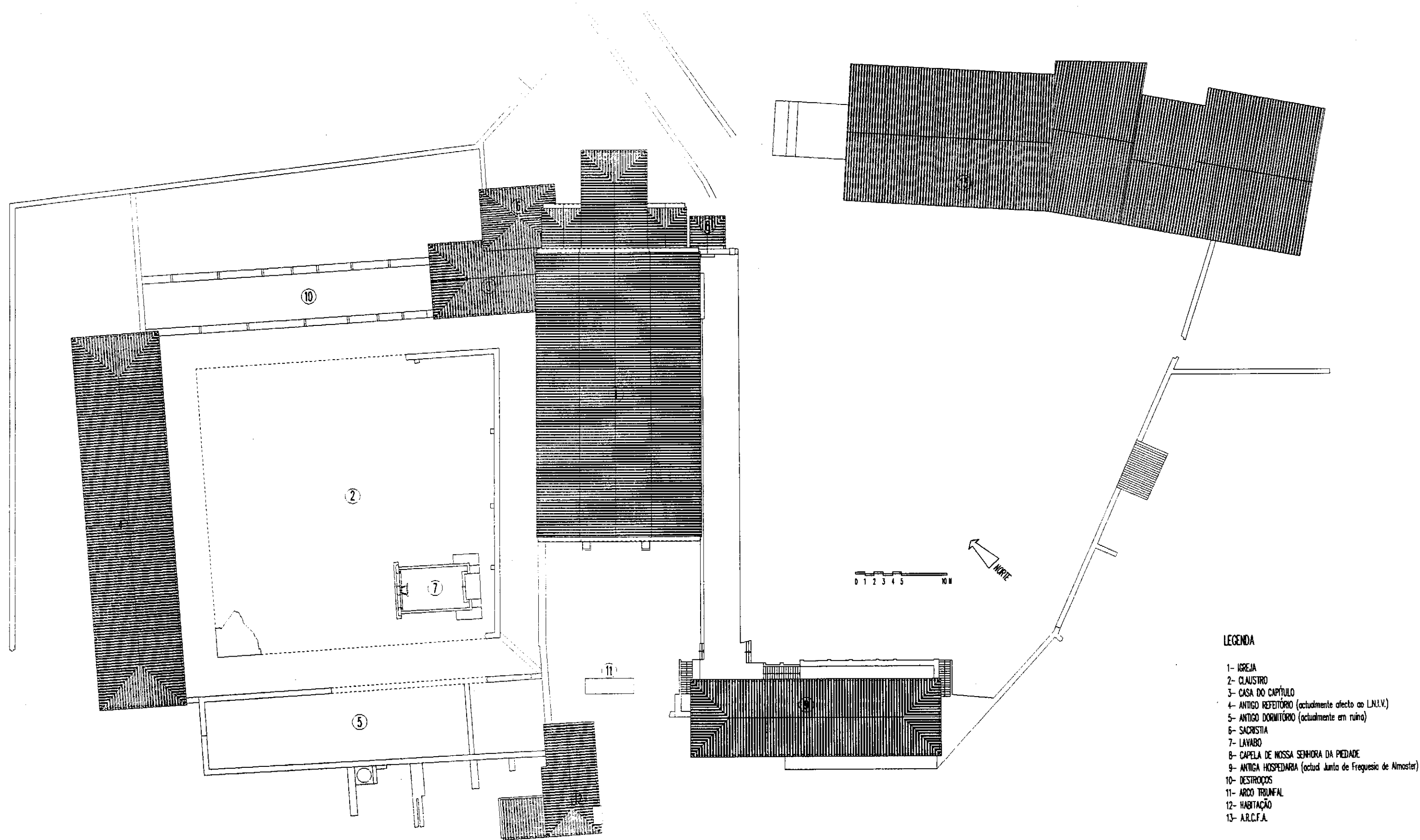
**LEGENDA:**

A-Edifícios regulares — Limite da cerca B-Casa do confessor C-Hospedaria D-Lagar E-Moinho  
 F-Pedreira de Botelhas ou Castro G-Estrada Nacional 114-2 H-Museu das alfaías agrícolas tradicionais

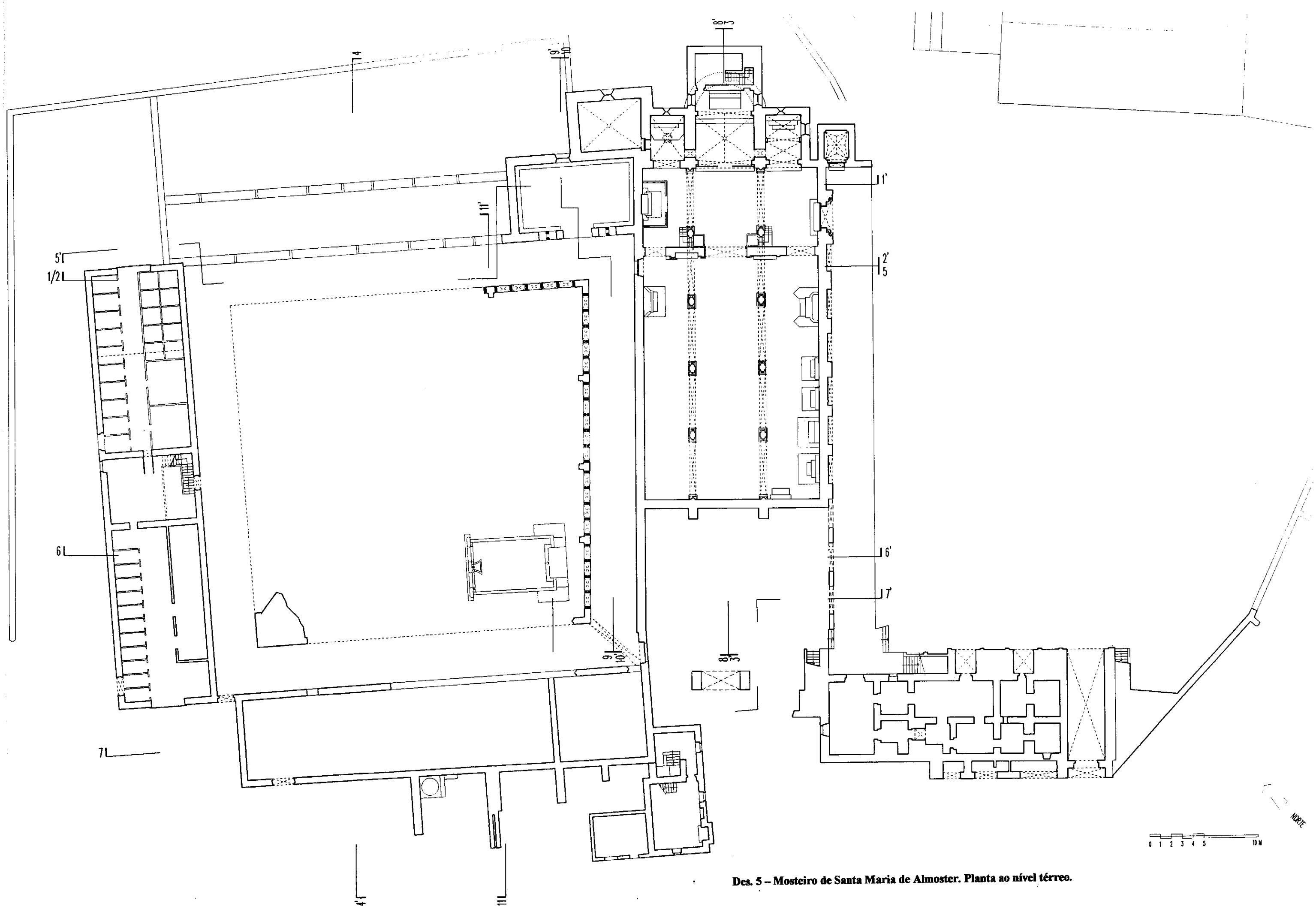
**Des. 3 – Localização do Mosteiro de Santa Maria em Almoester na Carta das Freguesias do Concelho de Santarém. Esc. 1 / 4000.**

Fonte : Carta das Freguesias do Concelho de Santarém, Câmara Municipal de Santarém, Folha 31-A, s/d.

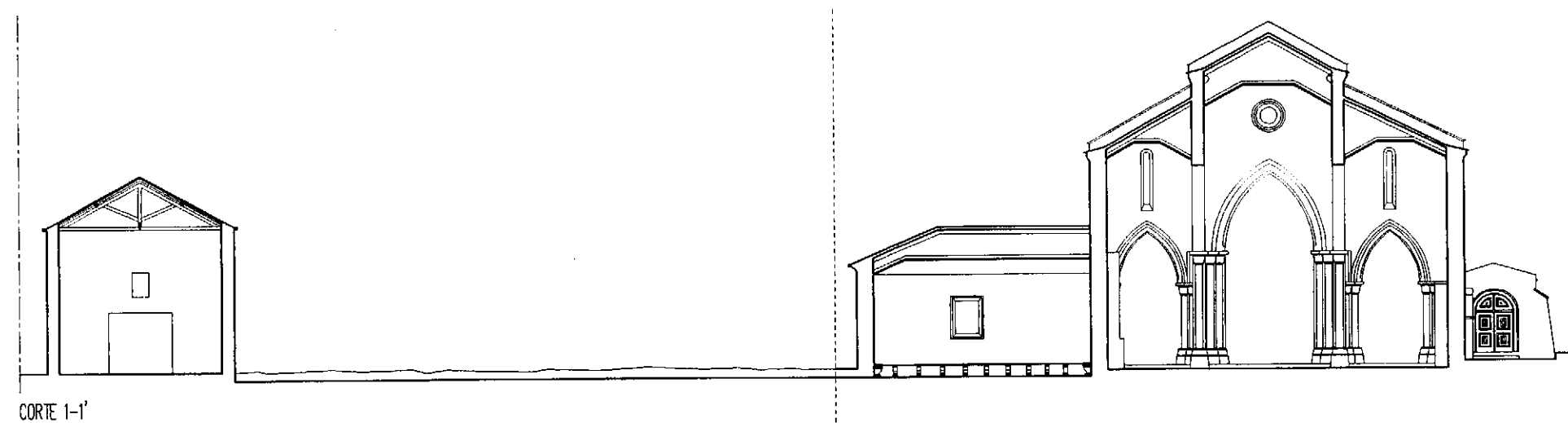




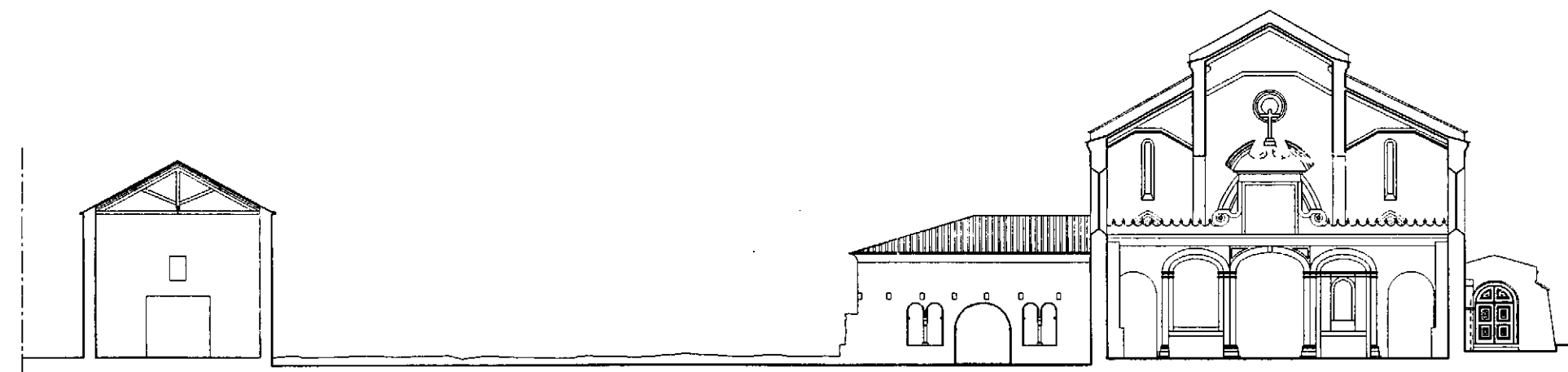
**Des. 4 -** Mosteiro de Santa Maria de Almoester.Planta geral com indicação dos espaços e funções actuais dos edifícios.



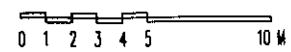
Des. 5 – Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Planta ao nível térreo.



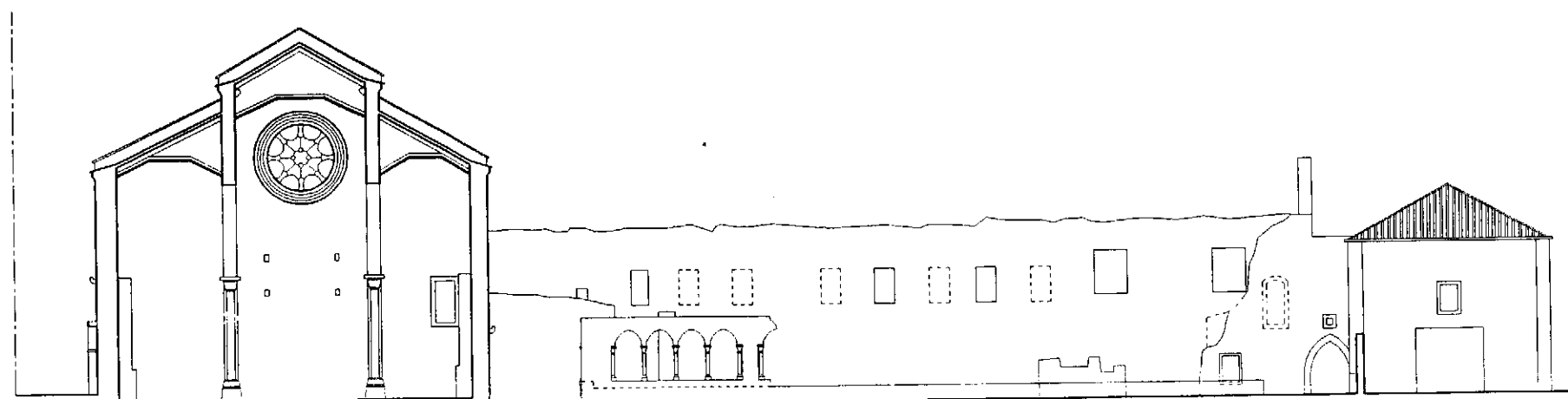
CORTE 1-1'



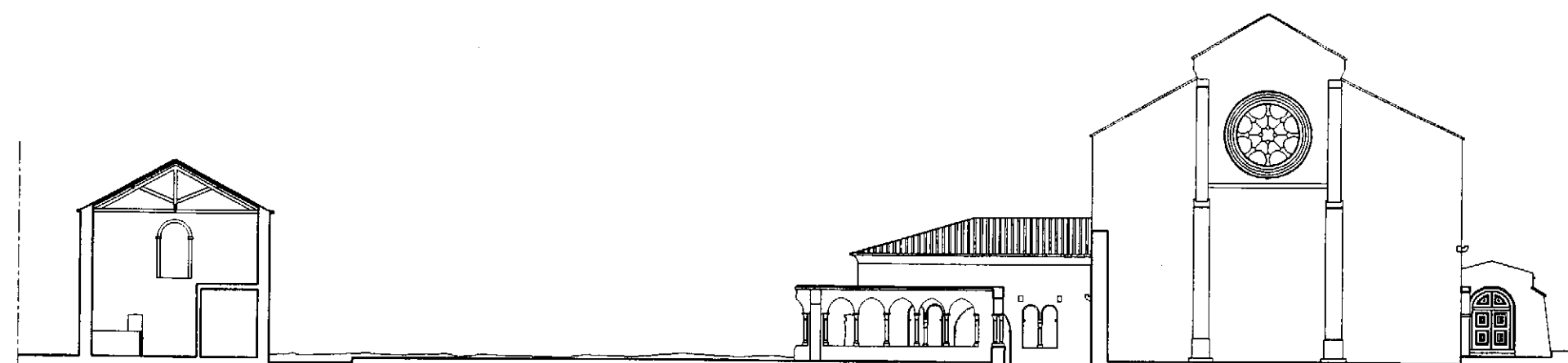
CORTE 2-2'



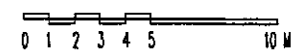
Des. 6 - Mosteiro de Santa Maria de Almoater. Cortes 1-1' e 2-2'.



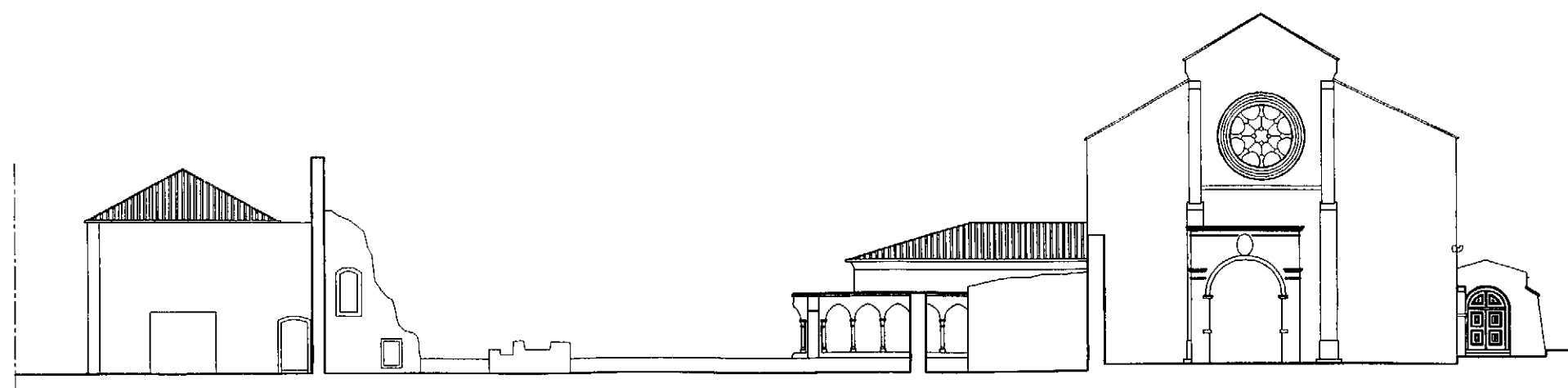
CORTE 5-5'



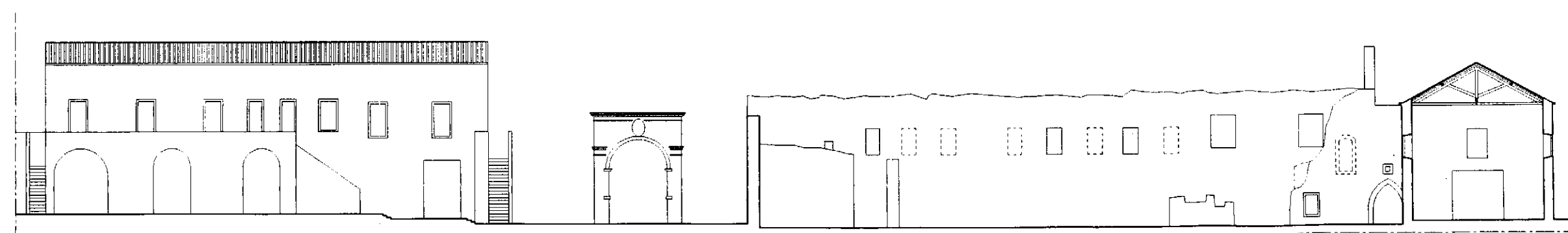
CORTE 6-6'



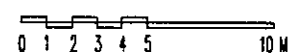




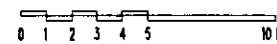
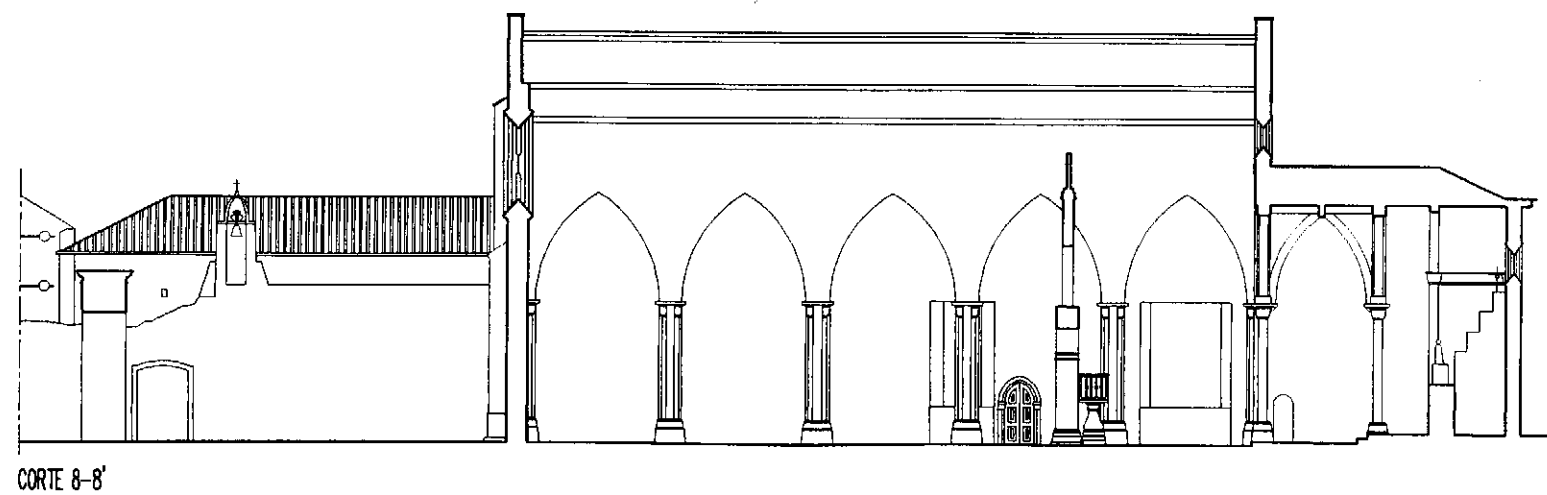
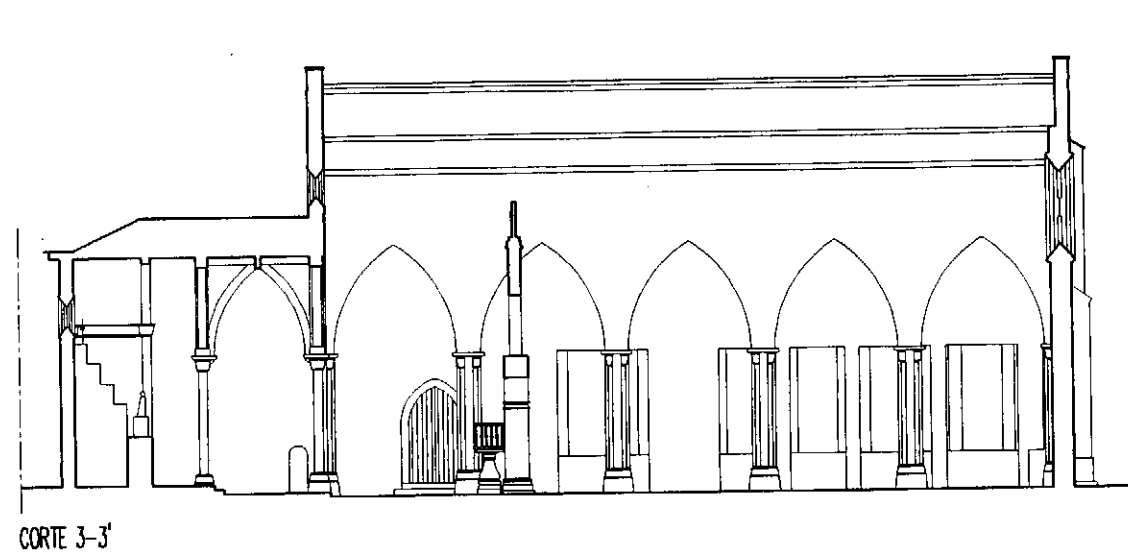
CORTE 7-7'



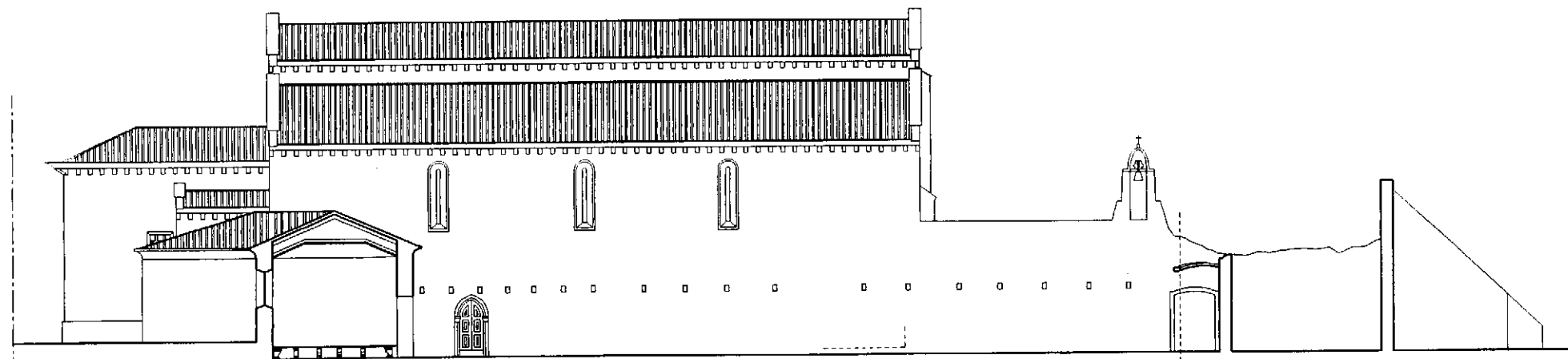
CORTE 7-7'



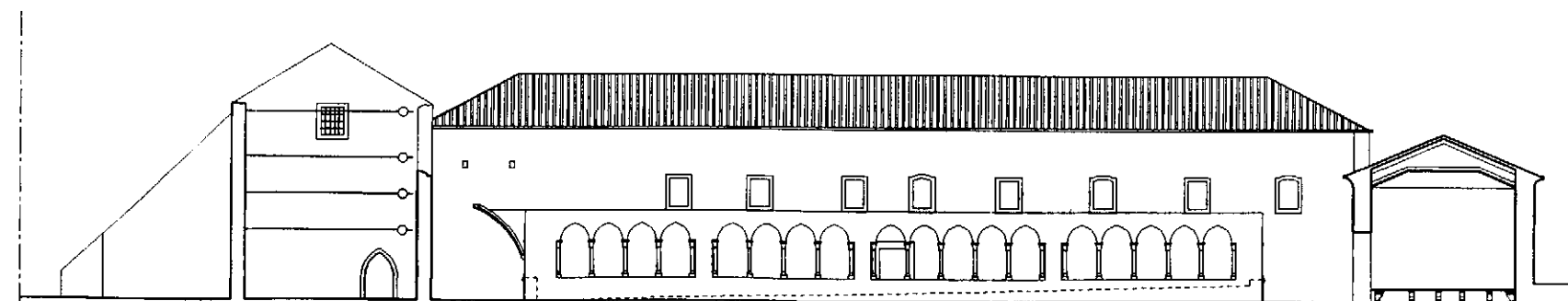
Des. 8 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Cortes 7-7'.



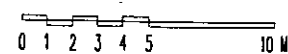
Des. 9 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Cortes 3-3' e 8-8'.

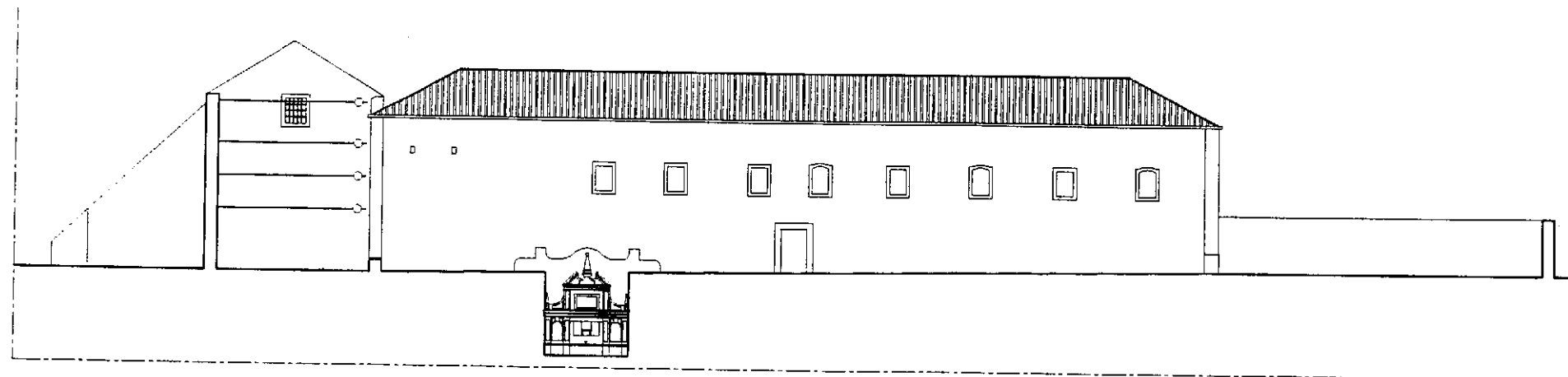


CORTE 10-10

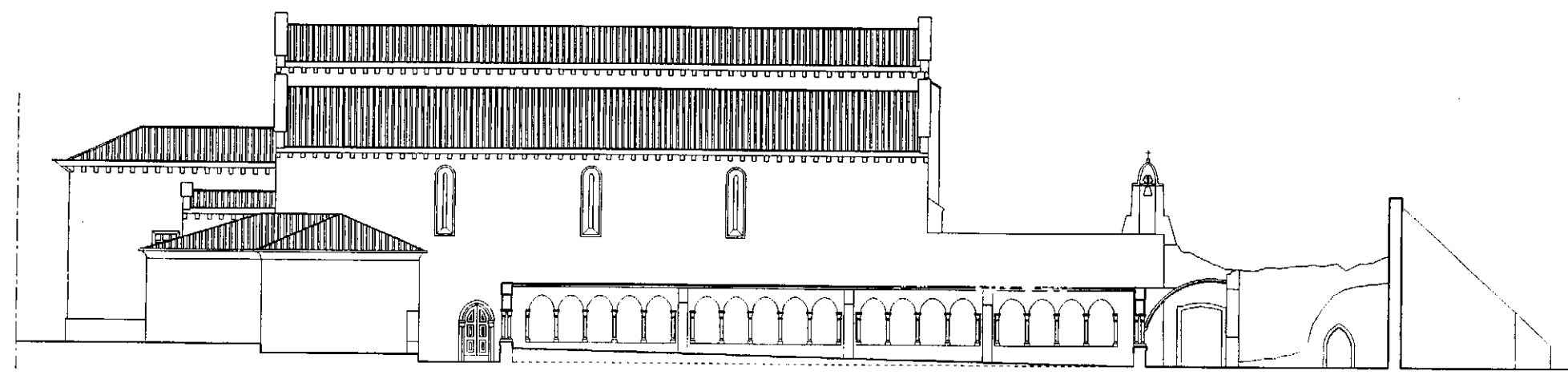


CORTE 9-9'

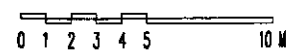




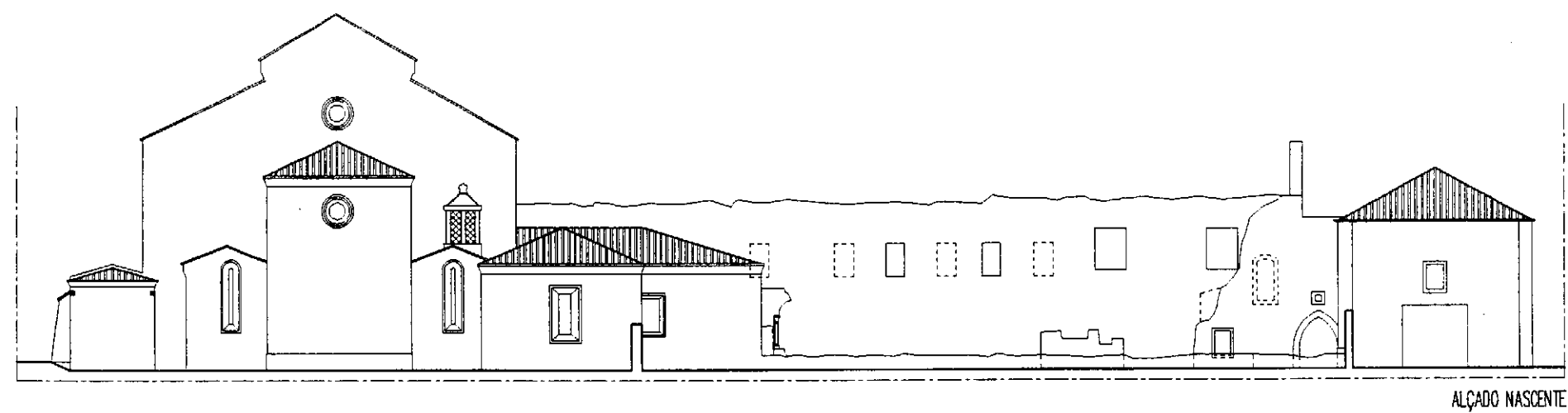
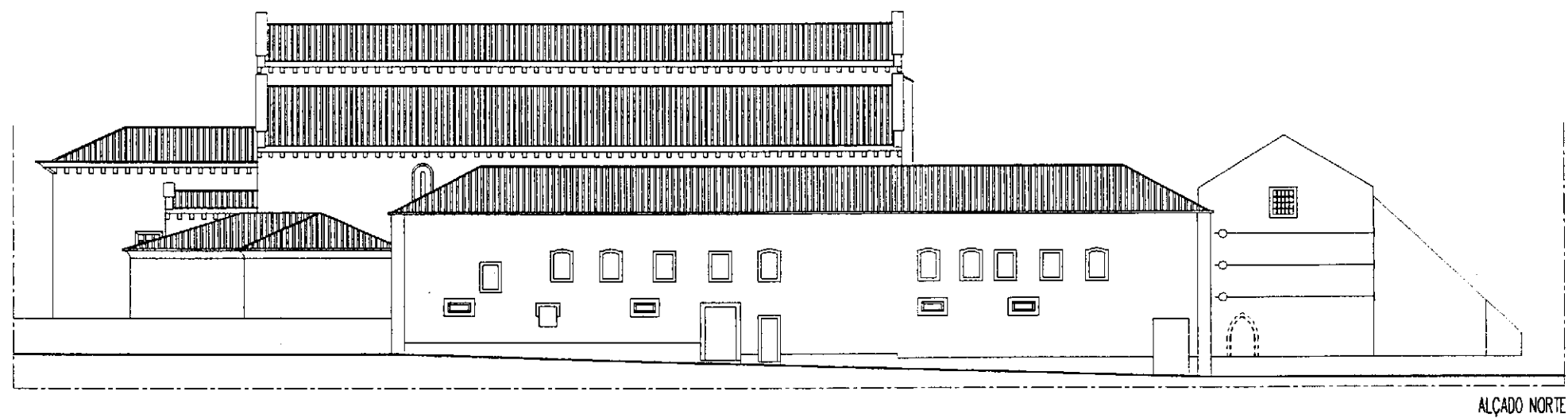
CORTE 11-11'



CORTE 4-4'

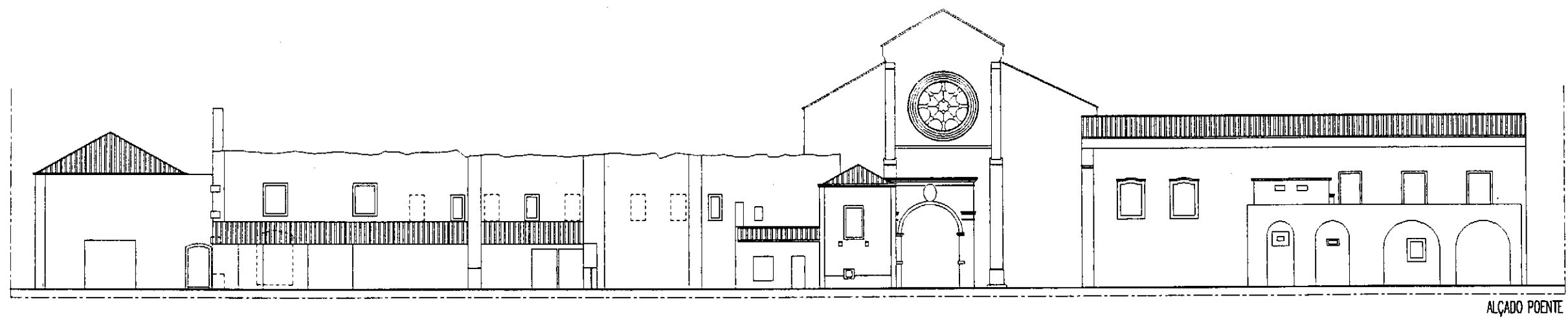
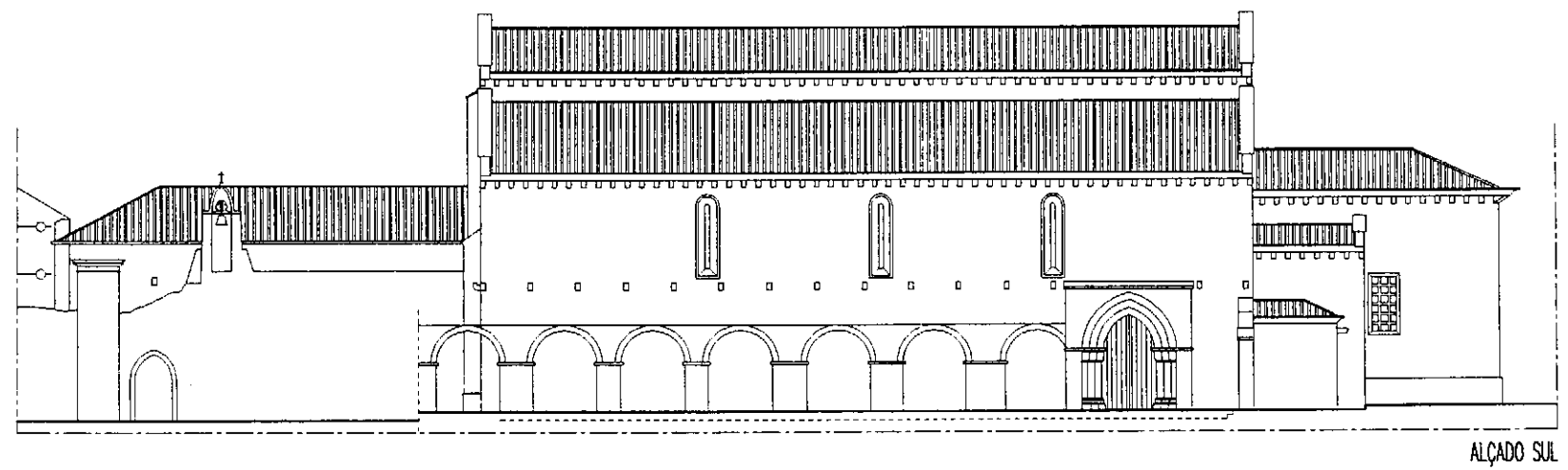






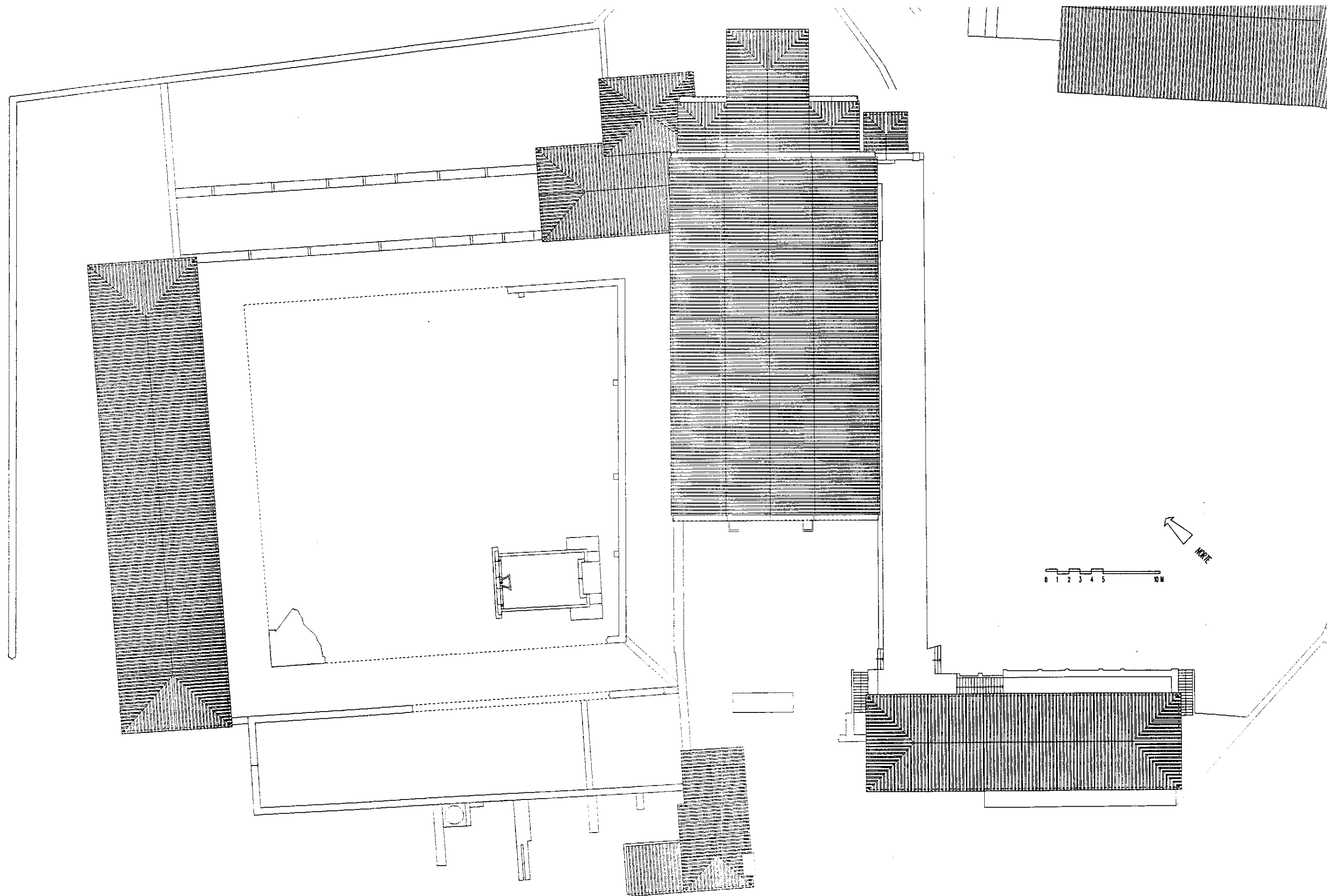
0 1 2 3 4 5 10 M

*Des. 12 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Alçados norte e nascente.*

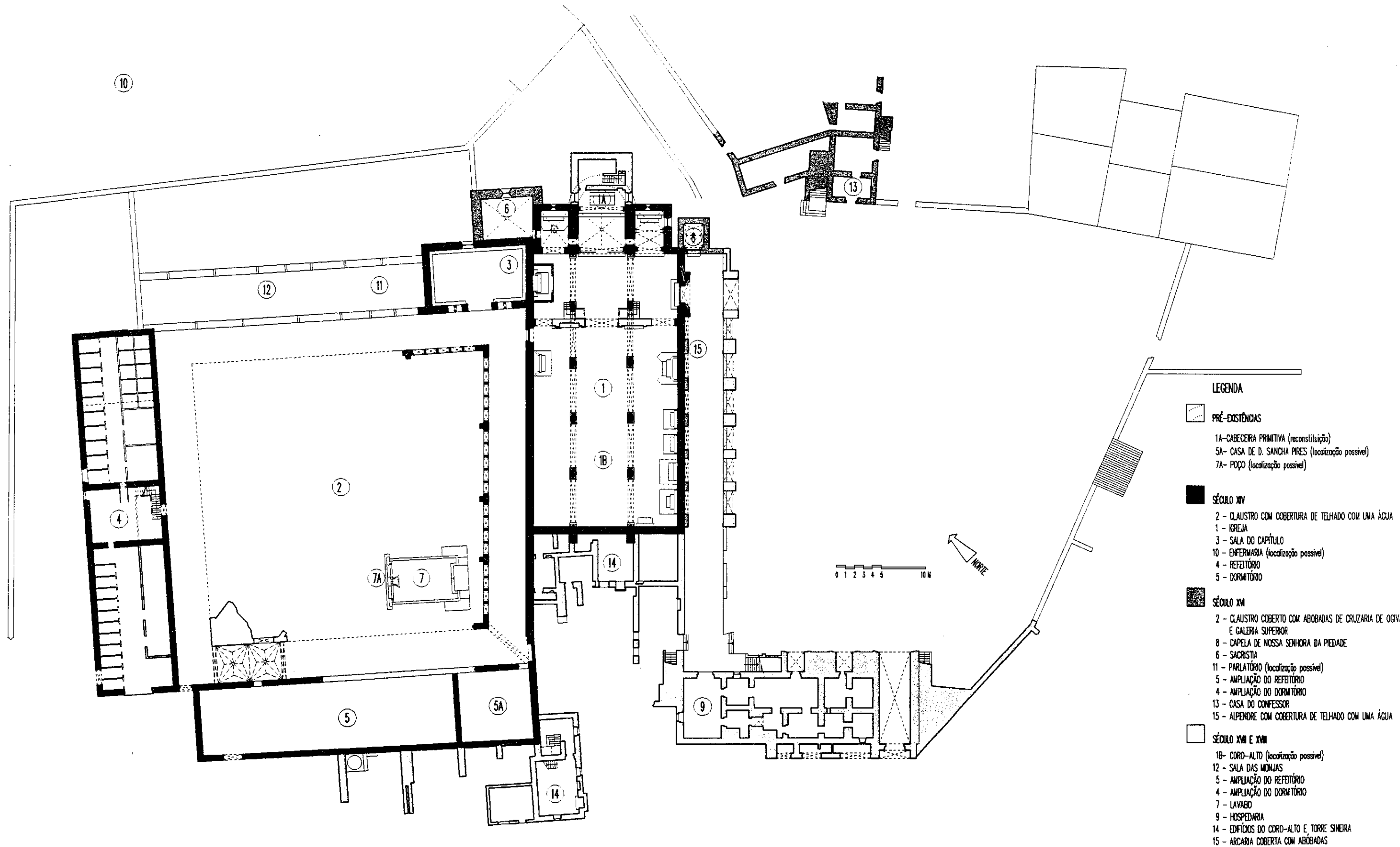


0 1 2 3 4 5 10 M

*Des. 13 -* Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Alçados sul e poente.

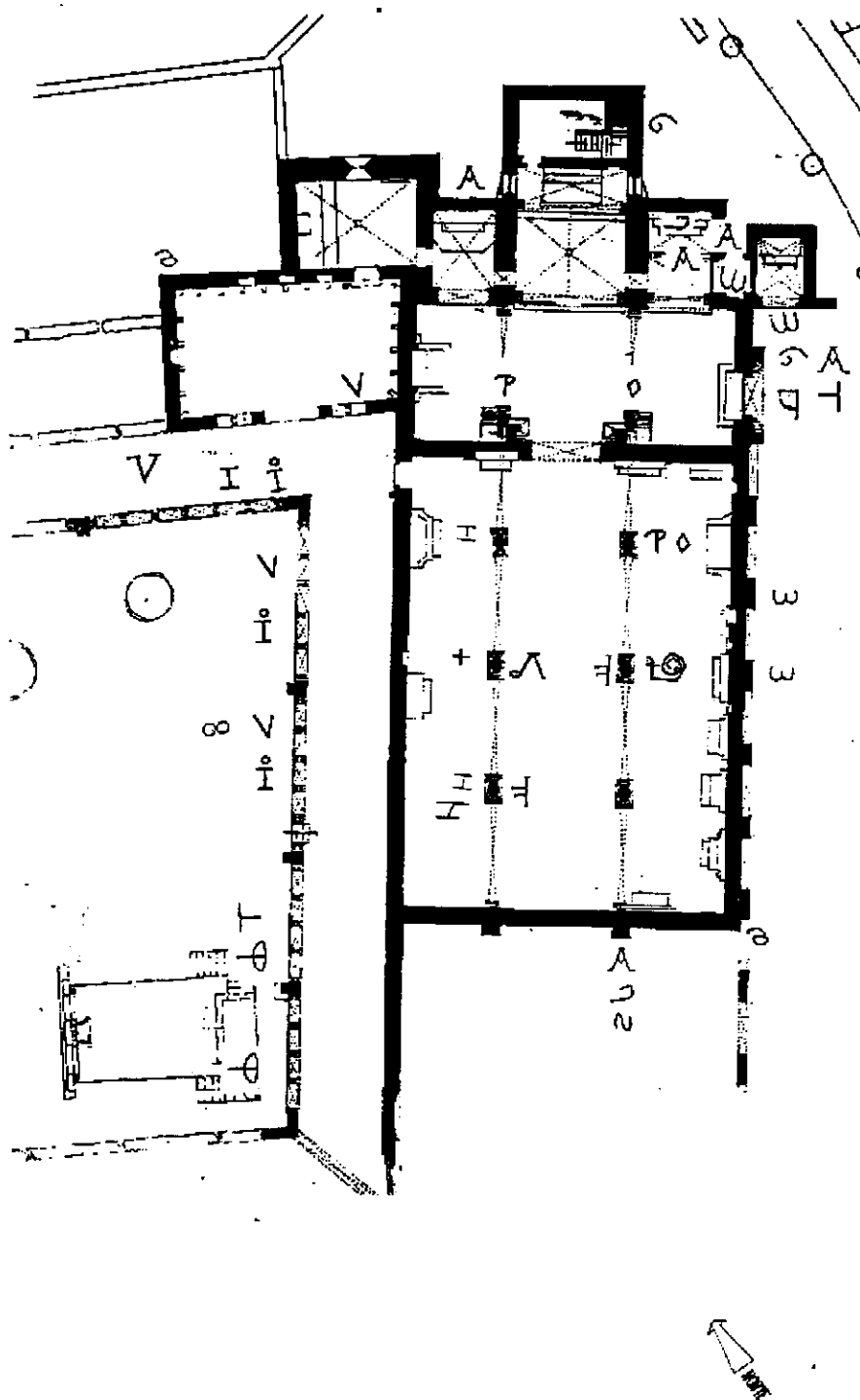


Des. 14 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Planta ao nível das coberturas.



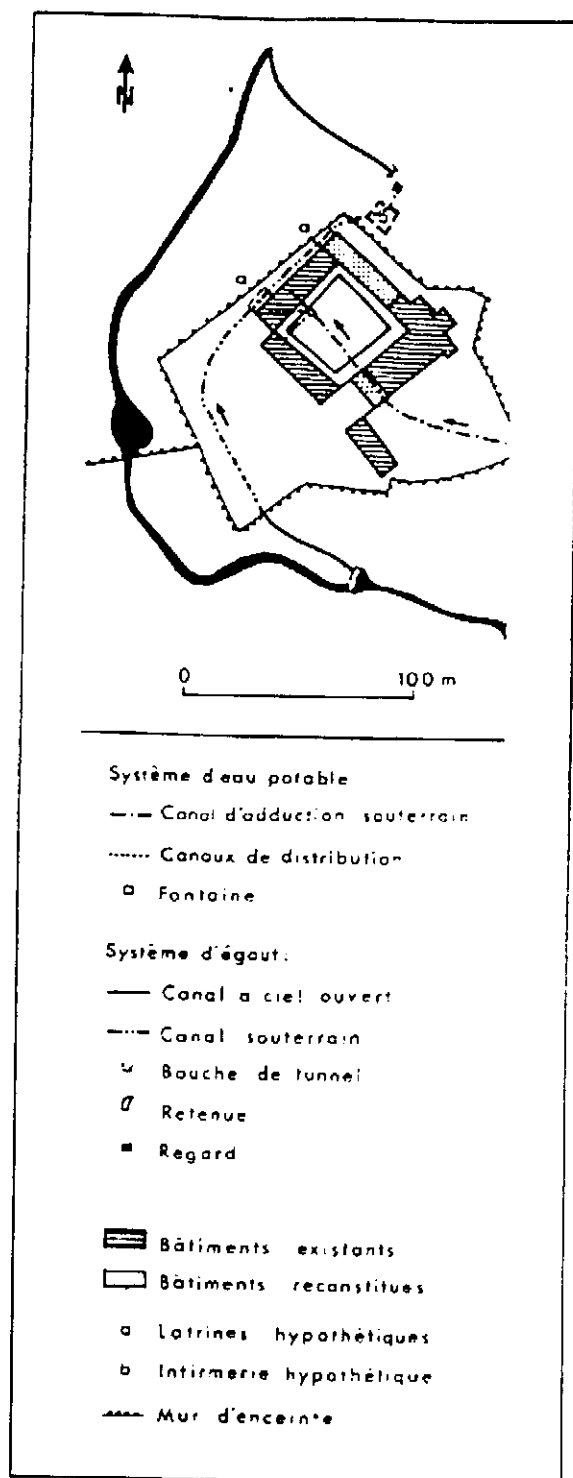
Des. 15 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Cronologia das obras, espaços e funções.





**Des. 16 – Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Siglas identificadas na igreja e claustro. Sem escala.**

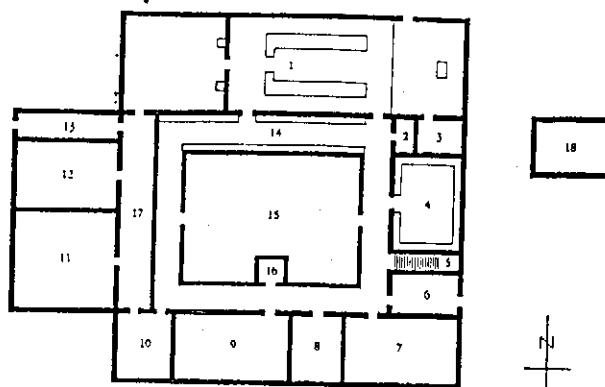
Fonte : TEIXEIRA, Francisco, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1992, p.143.



**Des. 17 – Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Proposta esquemática do sistema hidráulico medieval.**

Fonte : JORGE, Virgolino Ferreira; MASCARENHAS, José Manuel, "Le système hydraulique de l'abbaye cistercienne d'Almoester (Ribatejo, Portugal)" em Arnelle Bonis e Monique Wabont (eds.), *L'hydraulique monastique*, Grâne, Éditions Créaphics (Collections Rencontres à Royaumont, 1996, p.244.

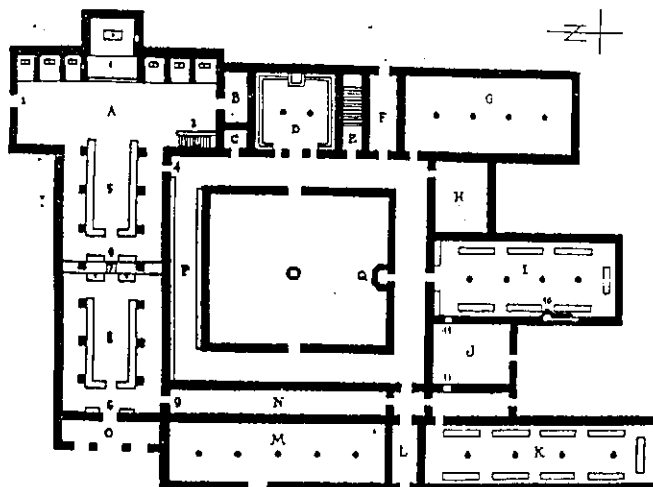
PLANTA TÍPICA DE UMA ABADIA CISTERCIENSE  
FEMININA



Legenda

- |                       |                               |
|-----------------------|-------------------------------|
| 1 - Igreja            | 10 - Cozinha                  |
| 2 - Armário           | 11 - Refeitório das Conversas |
| 3 - Sacristia         | 12 - Capítulo das Conversas   |
| 4 - Capítulo          | 13 - Portaria                 |
| 5 - Escada Dormitório | 14 - Claustro                 |
| 6 - Passagem          | 15 - Jardim do Claustro       |
| 7 - Sala das Monjas   | 16 - Lavabo                   |
| 8 - Calefactório      | 17 - Passagem das Conversas   |
| 9 - Refeitório        | 18 - Enfermaria               |

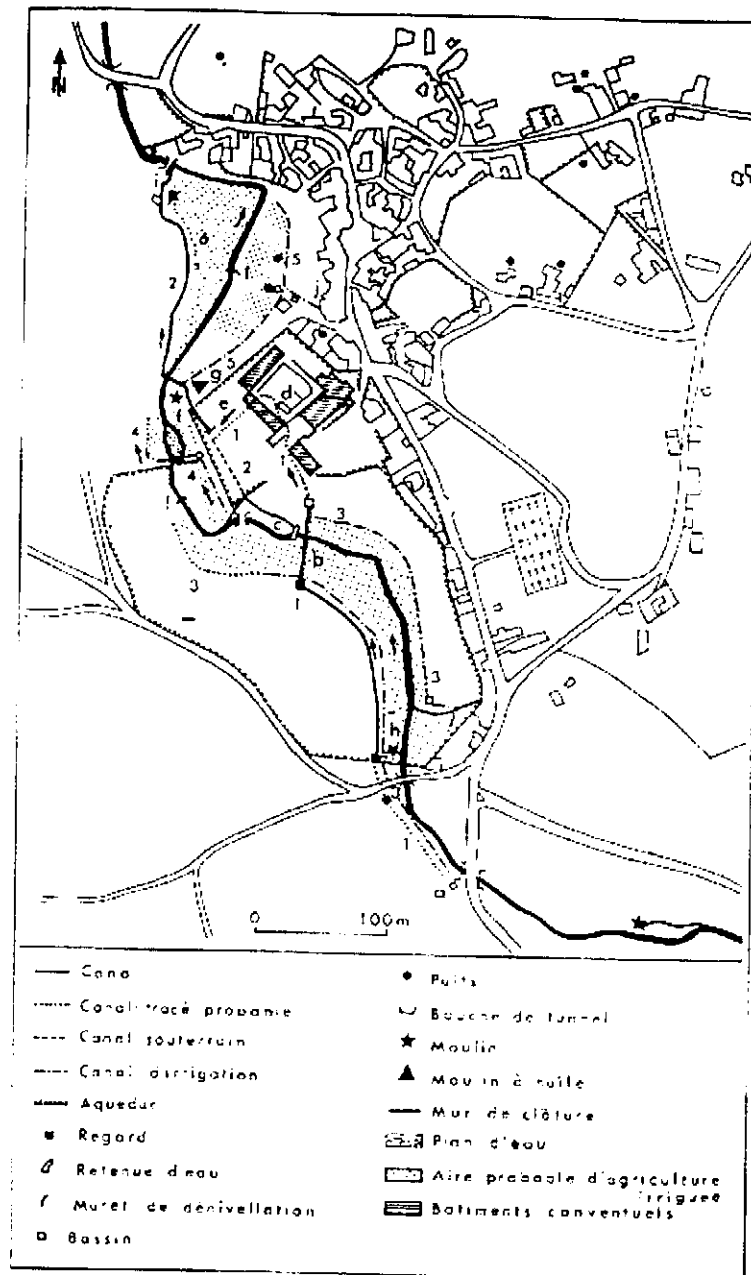
PLANTA TÍPICA DE UMA ABADIA CISTERCIENSE  
MASCULINA



Legenda

- |                              |                          |
|------------------------------|--------------------------|
| A - Igreja                   | J - Cozinha              |
| B - Sacristia                | K - Refeitório Conversos |
| C - Armário                  | L - Passagem             |
| D - Capítulo                 | M - Celeiro              |
| E - Escada Dormitório Monges | N - Passagem Conversos   |
| F - Locutório                | O - Nártice              |
| G - Sala dos Monges          | P - Claustro da Leitura  |
| H - Calefactório             | Q - Lavabo               |
| I - Refeitório               |                          |
| 1 - Presbitério              | 7 - Jubeu                |
| 2 - Porta dos Mortos         | 8 - Coro dos Conversos   |
| 3 - Escada Dormitório        | 9 - Porta dos Conversos  |
| 4 - Porta dos Monges         | 10 - Pulpito do Leitor   |
| 5 - Coro dos Monges          | 11 - Passa-Pratos        |
| 6 - Coro dos Enfermos        |                          |

Des. 18 - Plantas típicas das abadias feminina e masculina segundo indicação de Virgolino Ferreira Jorge. Sem escala.



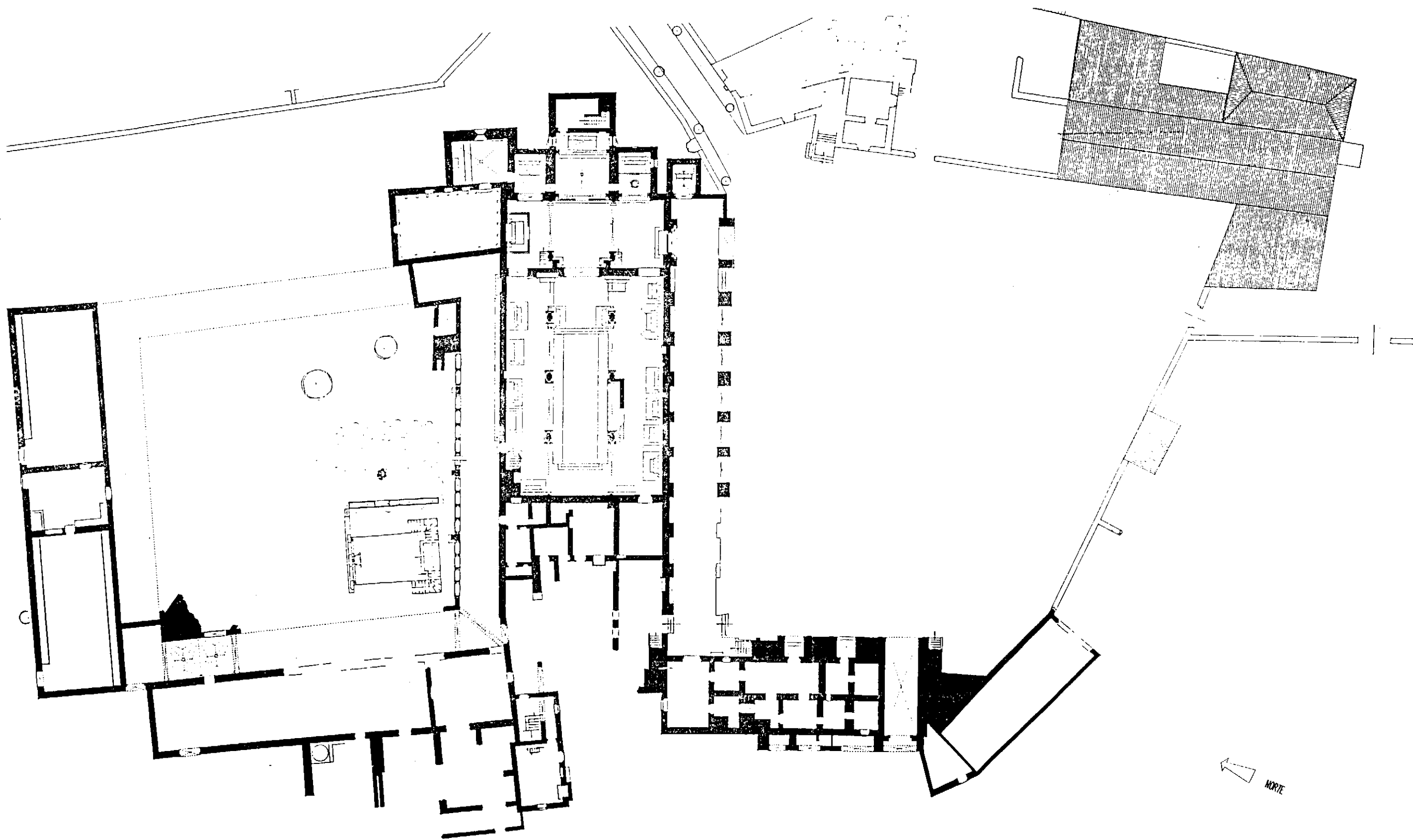
a : Fonte da Preza; b : aqueduc; c : digue; d :  
 Fonte da Samaritana; e : lavoirs et bains; f : moulin  
 à farine; g : moulin à huile; h : moulin disparu;  
 i : moulin à farine; k : vivier; l : murets; m : à  
 canaux.

**Des. 19 – Mosteiro de Santa Maria de Almoester. O sistema hidráulico do século XVII.**

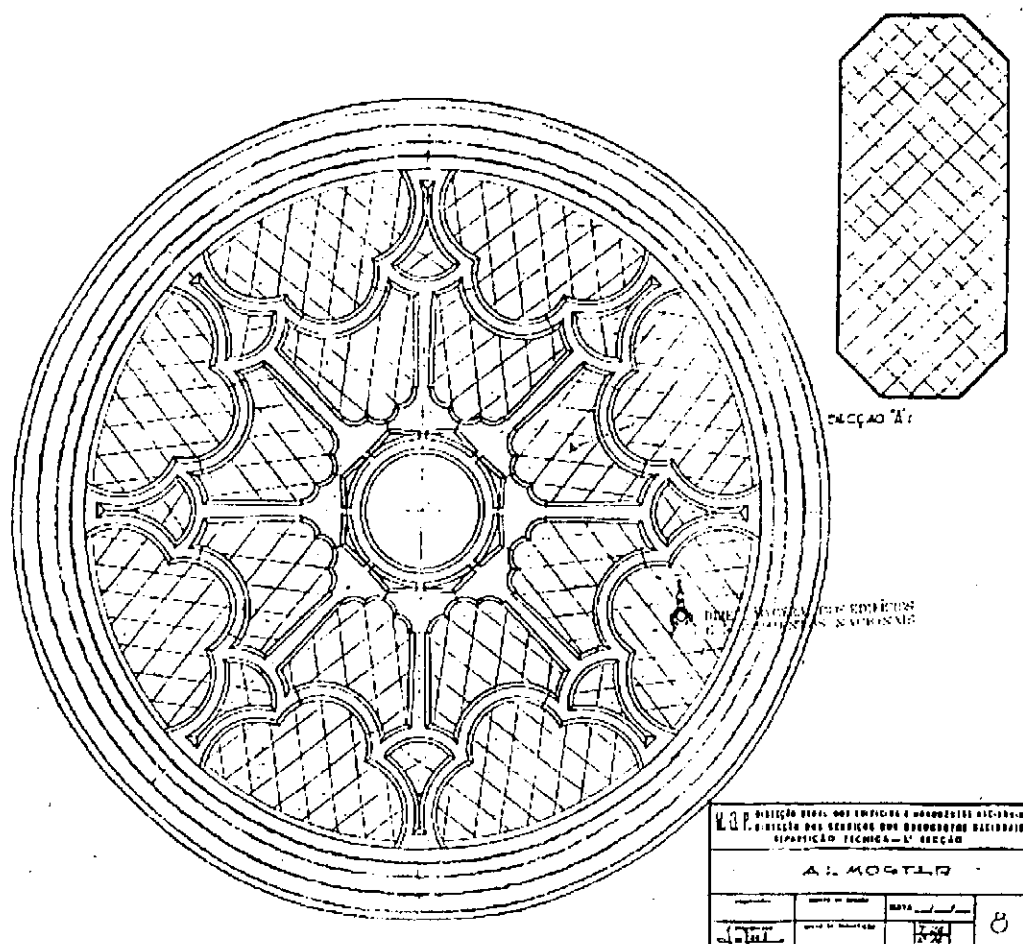
Fonte : JORGE, Virgolino Ferreira; MASCARENHAS, José Manuel, "Le système hydraulique de l'abbaye cistercienne d'Almoester (Ribatejo, Portugal)" em Arnelle Bonis e Monique Wabont (eds.), *L'hydraulique monastique*, Grâne, Éditions Créaphics (Collections Rencontres à Royaumont, 1996, p.239.





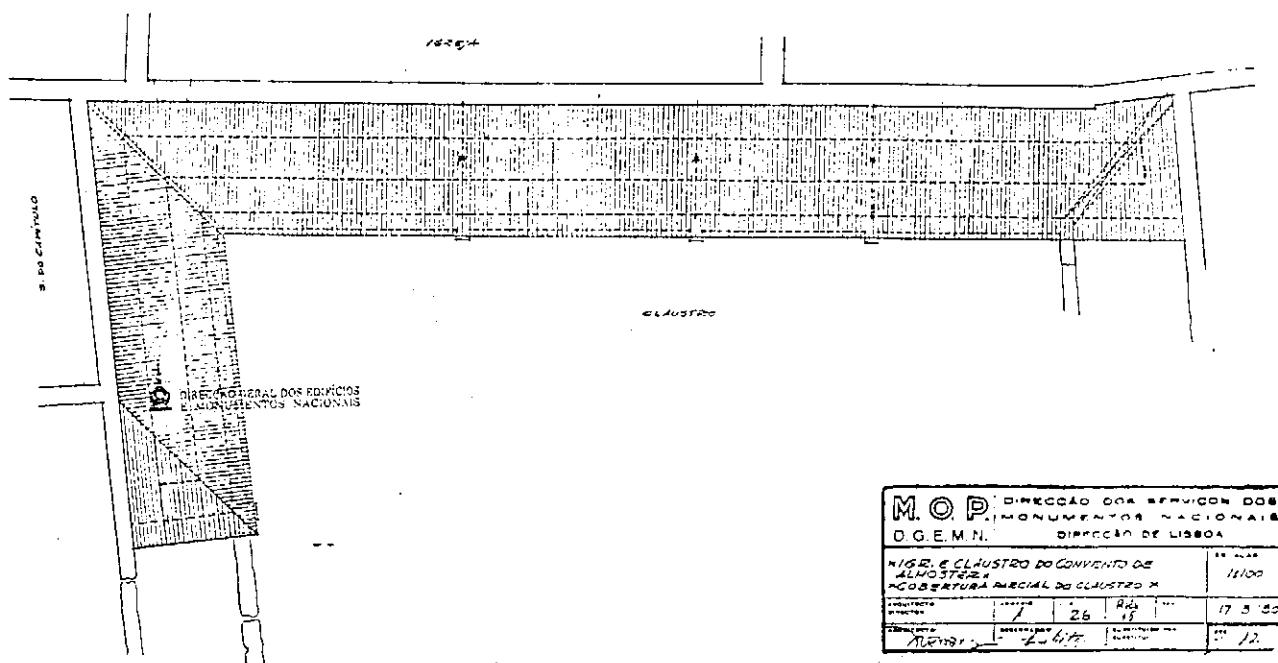


**Des. 21 – Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Planta. Escala 1/ 400. 1942.**  
 DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro, Processo gráfico nº 141 606 017, Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação.



**Des. 22 – Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Pormenor do vitral da rosácea no pano poente da igreja. Sem data. Escala 1/10.**

Fonte : DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo gráfico nº 141 606 017, Direcção de Serviços Inventário e Divulgação.



M.O.P. - Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais			
D.G.E.M.N. - Direcção de Lisboa			
N.º 23 - CLAUSTRO DO CONVENTO DE ALMOESTER			11100
COBERTURA PARCIAL DO CLAUSTRO X			
PROJETO	26	15	17.3.50
ALVARÉ	26.4.50		12

**Des. 23 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Planta da cobertura parcial do claustro de 1980. Escala 1 / 200.**

Fonte : DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, *A igreja paroquial de Santa Maria de Almoester e as ruínas do respectivo claustro*, Processo gráfico n.º 141 606 017, Direcção de Serviços Inventário e Divulgação.



#### ZONA 1

Nome dos inertos	Brita 2	Brita 2	Brita 1	Brita 1	Bago Arroz	Areão	Areia	Po de Pedra
Processo: Lavado ou Seco	L	S	L	S		L		
N.º ensaio - Lab. SECIL	160	159	157	158	156	155		
Granulometria (mm)	> 15/25	> 15/25	> 6/15	> 6/15	≤ 2/6	≤ 0/2		
BARIDADE (Kg/m <sup>3</sup> )	1683,6	1257,3	1336,5	1294,1	1265,2	1445,6		
ABSORÇÃO DE ÁGUA (%)	4,1	3,1	4,9	5,3	4,9	3,3		
TEOR EM ÁGUA TOTAL (%)	2,7	2,1	3,6	2,8	6	3,6		
MATERIAIS SOLUVEIS E FINOS (%)	0,6	1,2	0,7	1,1	0,7	0,6		
RESISTÊNCIA AO ESMAGAMENTO				26,3				

#### ZONA 2

Nome dos inertos	Brita 2	Brita 2	Brita 1	Brita 1	Bago Arroz	Areão	Areia	Po de Pedra
Processo: Lavado ou Seco	L	S	L	S		L	L	
N.º ensaio - Lab. SECIL	150	151	148	149	147	145	144	146
Granulometria (mm)	> 15/25	> 15/25	> 6/15	> 6/15	≤ 2/6	≤ 0/2	≥ 0/2	
BARIDADE (Kg/m <sup>3</sup> )	1280	1250,2	1357,2	1319,4	1323,8	1326,4	1379,4	1400,5
ABSORÇÃO DE ÁGUA (%)	4,8	5,5	5,6	4,9	4,6	3,2	1,5	1
TEOR EM ÁGUA TOTAL (%)	4,4	2,2	4,4	3,9	4,8	6,2	4	3,9
MATERIAIS SOLUVEIS E FINOS (%)	0,8	0,6	0,5	1,1	0,9	2,1	4,2	18,3
RESISTÊNCIA AO ESMAGAMENTO				25,6				

#### Dimensões

Bago de arroz-3mm/6mm

Brita 1-6mm/15mm

Brita 2-15mm/25mm

Zona 1-zona poente da pedreira

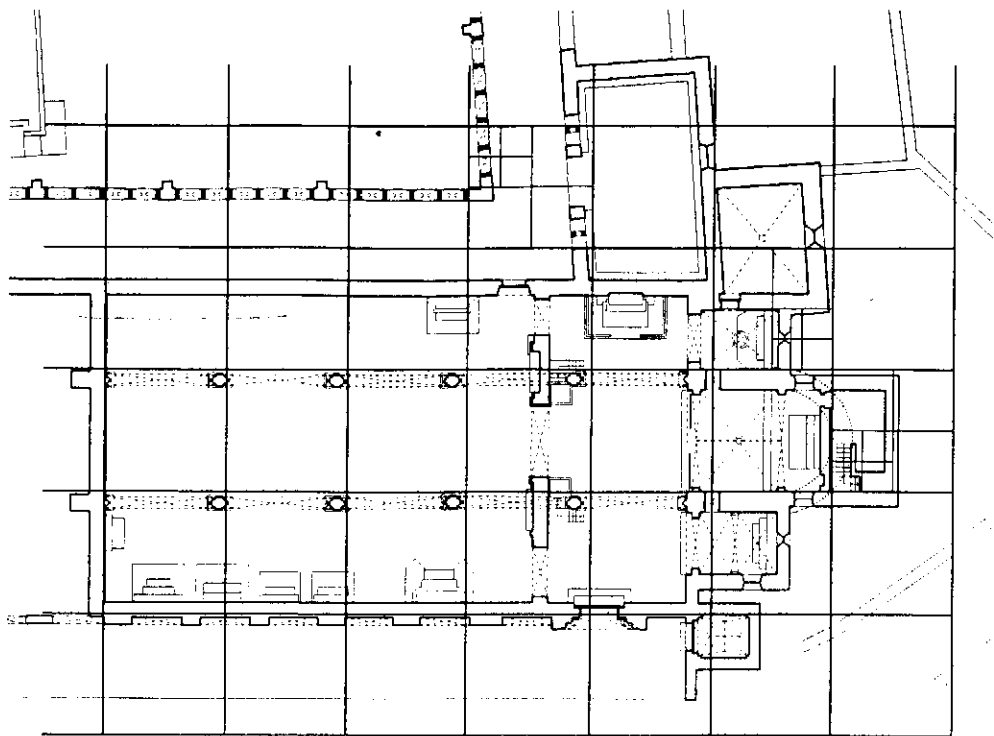
Zona 2-Zona sul da pedreira

#### Des. 24 – Análises químicas sobre os Calcários de Almoester.

Fonte : GAMA, C. Dinis da, *Caracterização da geologia, reservas, extracção e britagem da Pedreira de Botelhas ou Castro. Relatório*, Lisboa, Hidroprojecto, 1996, p. 13.

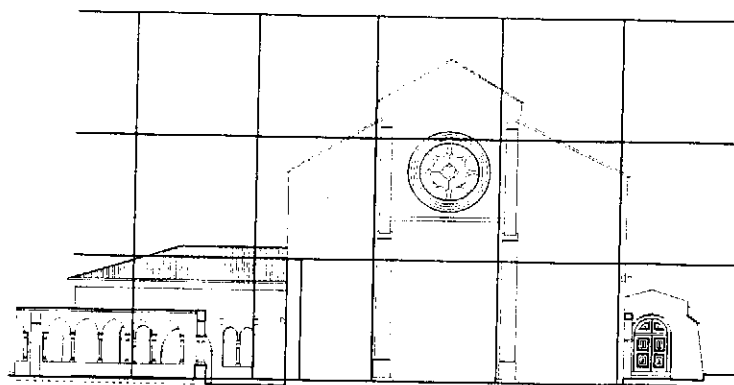
IGREJA DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER-Quadro de medidas principais

MEDIDAS*	Valor medido(m)	"Pied du Roi"	Equivalência(m)	Diferença(m)
IGREJA				
Comprimento interior**	38,40	118	38,35	0,05
Comprimento exterior**	40,51	124	40,30	0,21
Capela-mor				
Profundidade**	7,80	24	7,80	0
Largura interior	6,50	20	6,50	0
Altura	9,00	28	9,10	0,10
Capela lateral norte				
Profundidade	4,80	16	4,87	0,07
Largura interior	3,10	9,5	3,08	0,02
Largura exterior	5,10	16	5,20	0,10
Altura	7,80	24	7,80	0
Capela lateral sul				
Profundidade	4,80	16	4,87	0,07
Largura interior	3,25	10	3,25	0
Largura exterior	5,10	16	5,20	0,10
Altura	7,80	24	7,80	0
Corpo longitudinal				
Profundidade	30,62	94	30,55	0,07
Largura interior	16,25	50	16,25	0
Largura exterior	17,85	55	17,87	0,02
Altura da nave central	14,00	43	13,97	0,03
Altura das naves laterais	12,00	37	12,02	0,02
*Medidas à face das paredes				
**Estas dimensões incluem a hipótese da cabeceira primitiva				

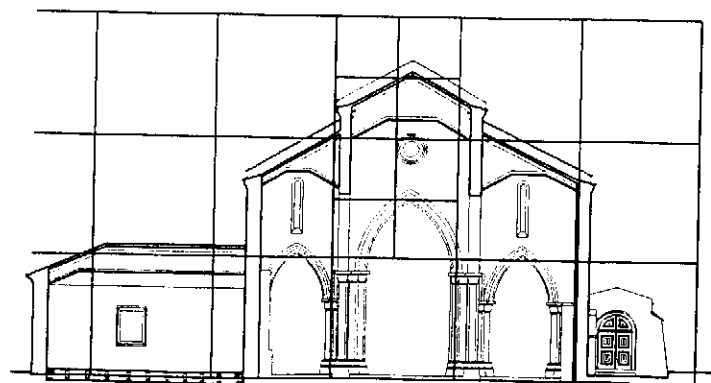


PLANTA

01 10 20 PES REAIS  
0 3.25 6.50 METROS



ALÇADO POENTE

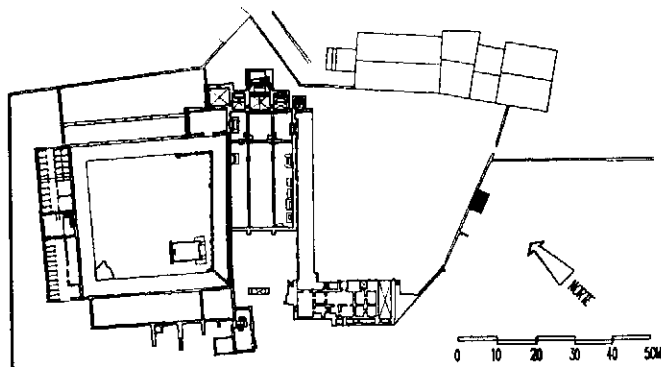


CORTE 11'

NORTE  
0 1 2 3 4 5 10 M

**Des. 26 – Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Estudo do espaço e eurtímia sobre a planta, corte 1-1' e alçado poente da igreja.**

# LOCALIZAÇÃO EM PLANTA

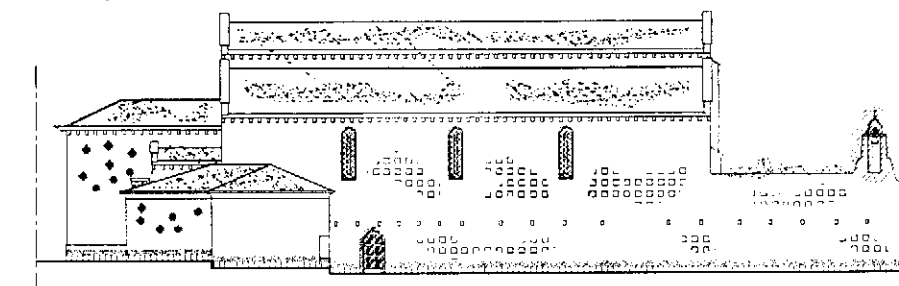


## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)

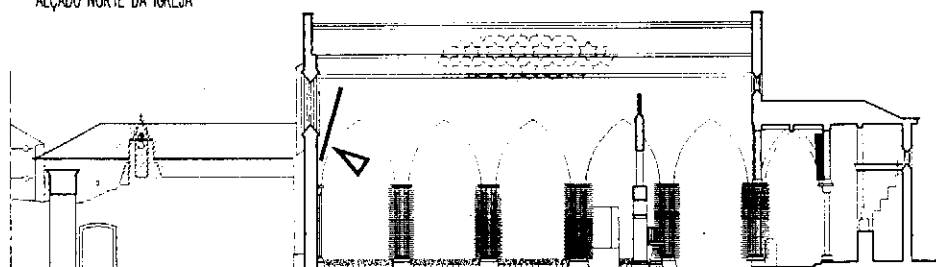
ESTADO DE CONSERVAÇÃO:  
Janeiro 1997

GRAU DE PROTECÇÃO:  
Monumento Nacional, Decreto 6.644, de 27.05.1920

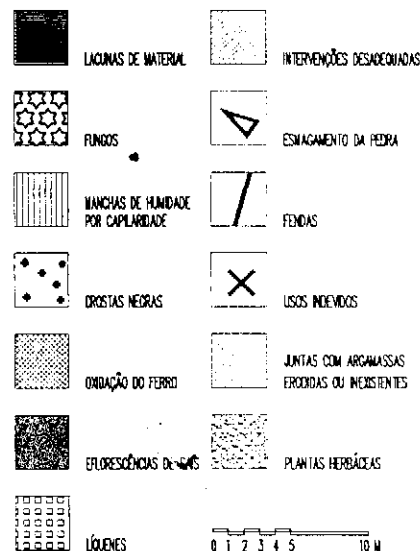
### IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



ALÇADO NORTE DA IGREJA



CORTE I-I'



0 1 2 3 4 5 10 M

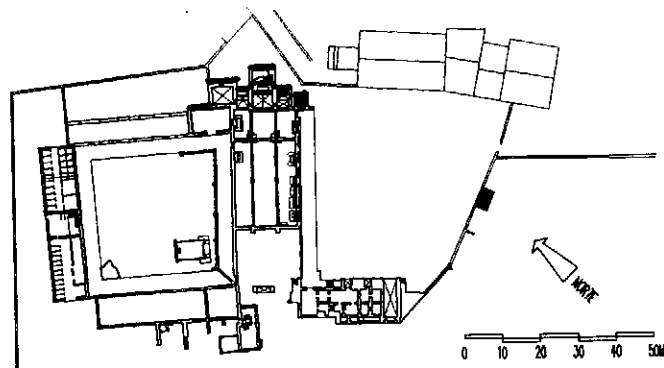
INSPECÇÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO NORTE DA IGREJA			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRÍVEL	MEDIOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		madeira/masseira			x				manchas de humidade
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra s/ reboco			x				líquenes argamassa erodida
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco				x			manchas de humidade
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra s/ reboco			x				líquenes argamassa erodida
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco				x			manchas de humidade
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra s/ reboco			x				humidades com eflorescências
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco				x			humidades com eflorescências
PAVIMENTO	EXTERIOR	lápides de sepulturas terra batida					x		inscrições erodidas vegetação superior
	INTERIOR	lajedo calcário tijoleira				x			humidades com eflorescências
VÃOS DE JANELA		moldura em cantaria caixilharia em metal			x				oxidação do ferro
VÃOS DE PORTA		moldura de cantaria caixilharia em madeira			x				pedra alveolizada podridão da madeira

QUADRO 1 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO NORTE DA IGREJA

Des. 27 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 1.



# LOCALIZAÇÃO EM PLANTA

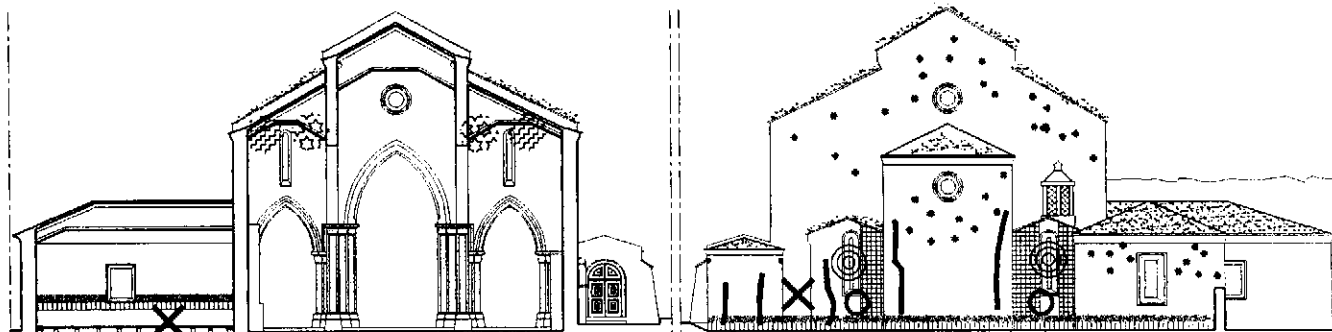


## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*

**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de 27.05.1920*

### IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



CORTE A-A'

ALÇADO NASCENTE



0 1 2 3 4 5 10 m

### INSPEÇÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO NASCENTE DA IGREJA

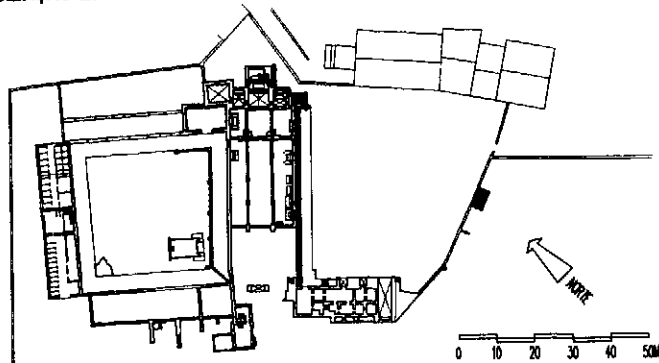
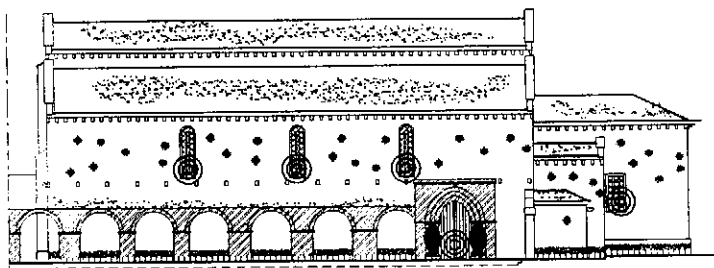
### ESTADO DE CONSERVAÇÃO

ELEMENTOS CONSTRUÍDOS			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO			BOM	SATISFATÓRIO	SOFRÍVEL	MEDIOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO							x		fenda humidades
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	abóbadas de alvenaria de pedra e de tijolo				x			manchas de humidade e/ musgos
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco				x			manchas de humidade
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco					x		fendas humidades
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco					x		fendas humidades
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco					x		fendas humidades
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco					x		fendas humidades
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					x		vegetação superior resíduos e orgânicos
	INTERIOR	lajeado calcário		x					
VÃOS DE JANELA					x				oxidação do ferro
VÃOS DE PORTA									

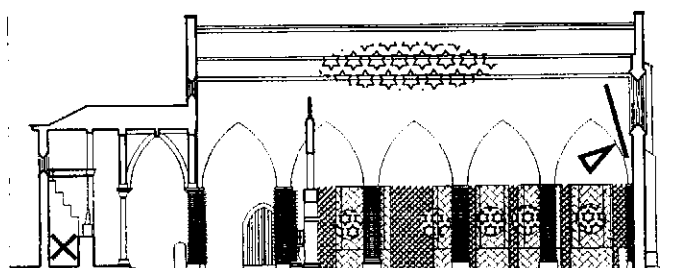
**QUADRO 2 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO NASCENTE DA IGREJA**

**Des. 28** - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 2.

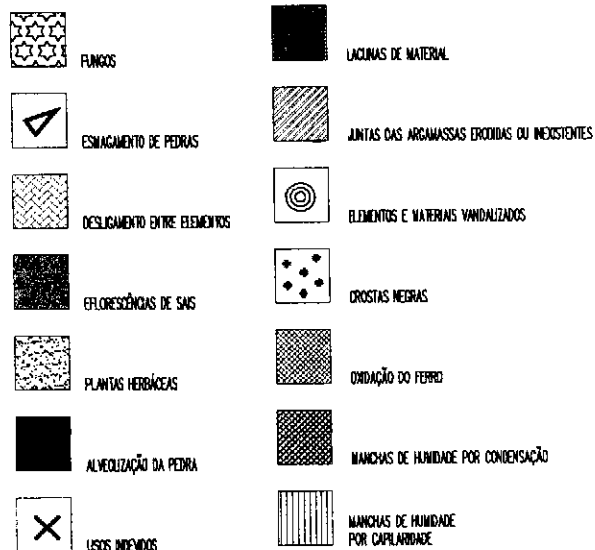
## LOCALIZAÇÃO EM PLANTA


**MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE  
ALMOSTER (Santarém)**
**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*
**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de  
27.05.1920*


ALÇADO SUL DA IGREJA



CORTE H-H'



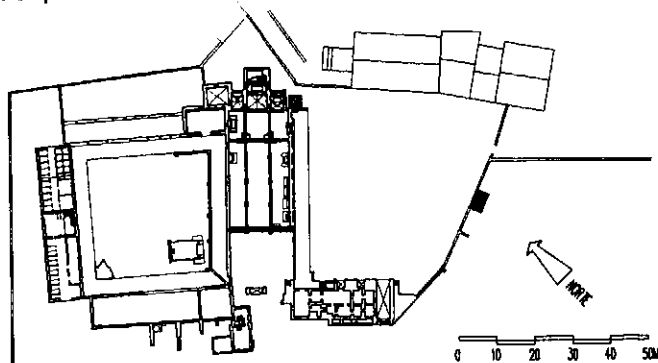
0 1 2 3 4 5 10 M

INSPECÇÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO SUL DA IGREJA			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATORIO	SOFRIVEL	MEDÍOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		madeira/masseira						✗	podridão e queda de material
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra s/ reboco				✗			crostas negras
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco					✗		humidade raízes de plantas
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra s/ reboco				✗			humidades com vegetação
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco					✗		humidade s com algas
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra s/ reboco				✗			manchas de humidade
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco					✗		humidades com eflorescências
PAVIMENTO	EXTERIOR	lajedo calcário			✗				juntas abertas vegetação superior
	INTERIOR	lajedo calcário tijoleira cerâmica				✗			humidades com eflorescências
VÃOS DE JANELA		moldura em cantaria caixilharia em metal				✗			oxidação do ferro
VÃOS DE PORTA		moldura em cantaria caixilharia em madeira				✗			pedra alveolizada lacunas de material

QUADRO 3 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO SUL DA IGREJA

Des. 29 - Mosteiro de Santa Maria de Almoster. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 3.

# LOCALIZAÇÃO EM PLANTA

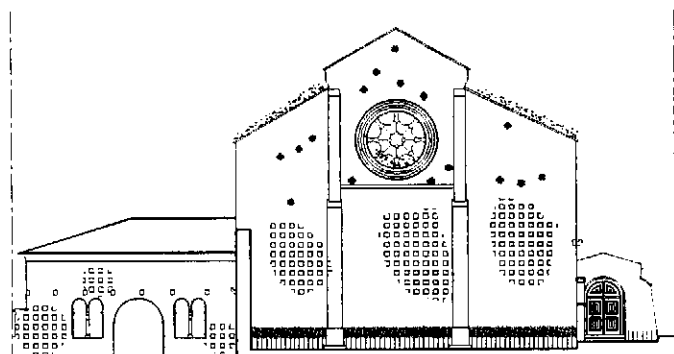


## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)

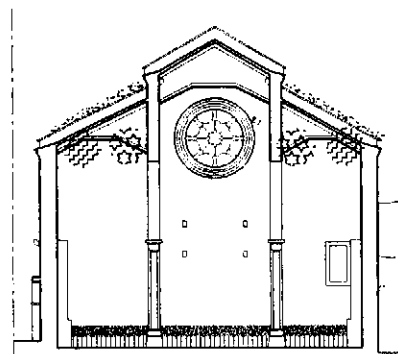
**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*

**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de 27.05.1920*

# IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



ALÇADO POENTE DA IGREJA



CORTE C-C'



PLANTAS HERBÁCEAS



FUNGOS



LÍQUENES



INSETOS XILÓFAGOS



EFLORESCÊNCIAS DE SAIS



CROSTAS NEGRAS



MANCHAS DE HUMIDADE POR CAPILARIDADE

0 1 2 3 4 5 10 M

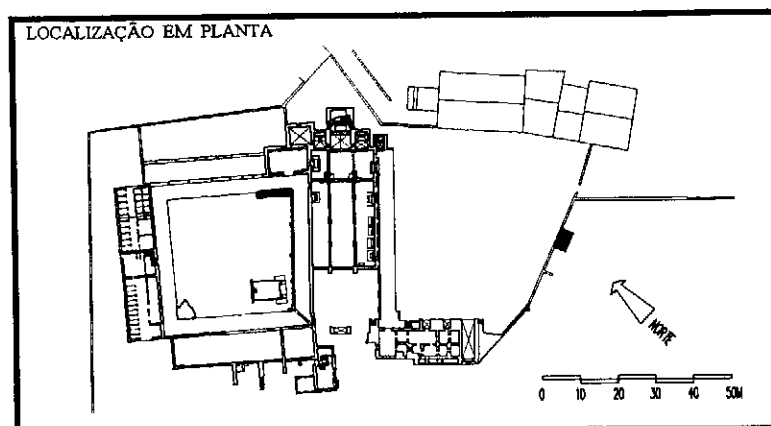
## INSPECÇÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO POENTE DA IGREJA

## ESTADO DE CONSERVAÇÃO

ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRÍVEL	MEDÍOCRE	MAU	RUÍNA	PRINCIPAIS PATOLOGIAS
TECTO		madeira/masseira			x				manchas de humidade
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra s/ reboco			x				crostas negras
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco				x			manchas de humidade
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra s/ reboco			x				líquenes
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco				x			manchas de humidade
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra s/ reboco			x				manchas de humidade
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco				x			humidades com eflorescências
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida				x			vegetação superior
	INTERIOR	tijoleira tradicional				x			humidades com eflorescências
VÃOS DE JANELA		moldura em cantaria caixilharia em metal				x			sem estanquidade
VÃOS DE PORTA									vegetação superior

**QUADRO 4 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO POENTE DA IGREJA**

**Des. 30** - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 4.

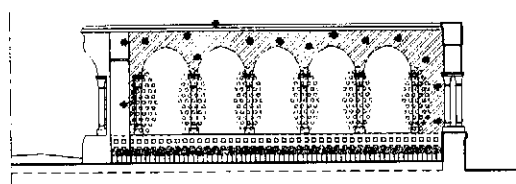


## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)

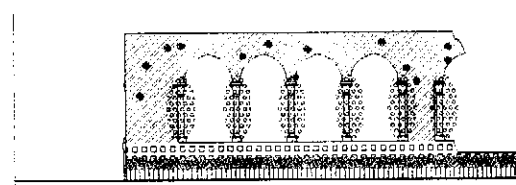
**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*

**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de  
27.05.1920*

### IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



INTRADORSO DA ARCARIA DO CLAUSTRO DO CAPÍTULO



EXTRADORSO DA ARCARIA DO CLAUSTRO DO CAPÍTULO

- JUNTAS COM ARGAMASSAS ERODIDAS OU INEXISTENTES
- MANCHA DE HUMIDADE POR CAPILARIDADE
- LÍQUENES
- EFLORESCÊNCIAS DE SAIS
- CROSTAS NEGRAS
- DISSOLUÇÃO DA ROCHA CALCÁRIA



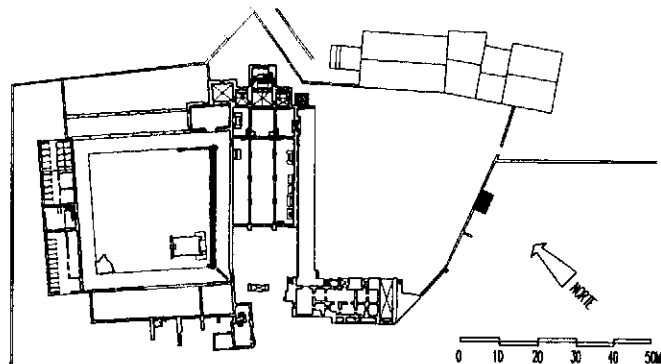
INSPEÇÃO MACROSCÓPICA: ARCARIA DA GALERIA DO CAPÍTULO			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRÍVEL	MEDIOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		cobertura inexistente							
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco					×		juntas abertas dissolução da rocha
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco					×		juntas abertas dissolução da rocha
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco				×			líquenes crostas negras
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco				×			líquenes crostas negras
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco				×			líquenes crostas negras
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco				×			líquenes crostas negras
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					×		vegetação superior
	INTERIOR	lápides de sepulturas terra batida					×		erosão das inscrições
VÃOS DE JANELA									
VÃOS DE PORTA									

**QUADRO 5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA ARCARIA DA GALERIA DO CAPÍTULO DO CLAUSTRO**

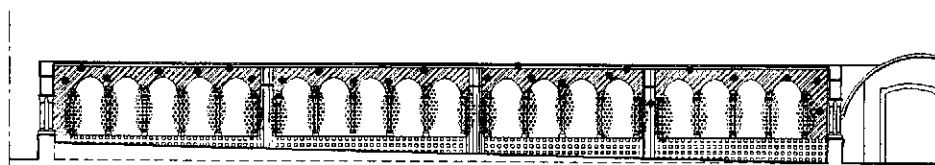
**Des. 31** - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 5.



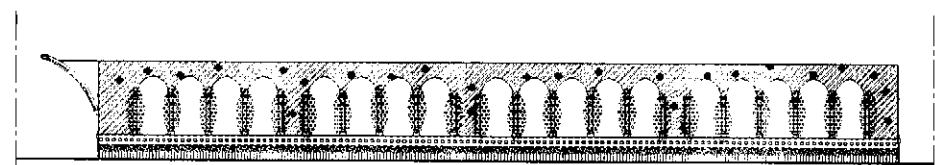
## LOCALIZAÇÃO EM PLANTA

**MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE  
ALMOSTER (Santarém)****ESTADO DE CONSERVAÇÃO:***Janeiro 1997***GRAU DE PROTECÇÃO:***Monumento Nacional, Decreto 6.644, de  
27.05.1920*

## IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



EXTRADORSO DA ARCARIA DE LEITURA DO CLAUSTRO



INTRADORSO DA ARCARIA DE LEITURA DO CLAUSTRO



LÍQUENES

JUNTAS COM ARGAMASSAS  
ERODIDAS OU INEXISTENTES

DISSOLUÇÃO DA ROCHA CALCÁRIA



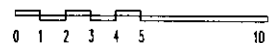
MANCHA DE HUMIDADE POR CAPILARIDADE



EFLORESCÊNCIAS DE SAIS



CROSTAS NEGRAS

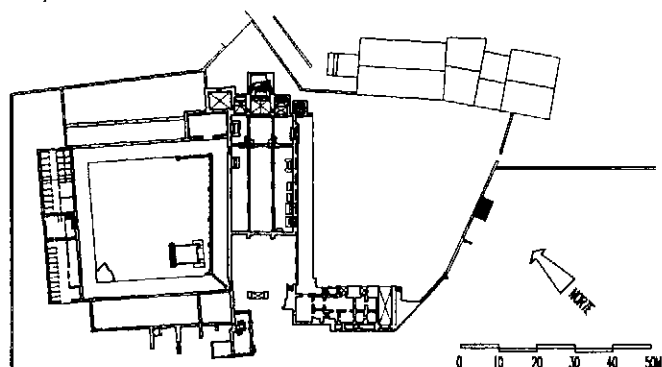


INSPECÇÃO MACROSCÓPICA: ARCARIA DA GALERIA DE LEITURA			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRÍVEL	MEDÍOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		cobertura inexistente							
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco				×			vegetação superior crostas negras
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco				×			vegetação superior crostas negras
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco				×			líquenes crostas negras
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco				×			líquenes crostas negras
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco				×			líquenes crostas negras
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada s/ reboco				×			líquenes crostas negras
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					×		vegetação superior
	INTERIOR	lápides de sepulturas terra batida					×		erosão das inserções
VÃOS DE JANELA									
VÃOS DE PORTA									

**QUADRO 6 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA ARCARIA DA GALERIA DE LEITURA DO CLAUSTRO**

**Des. 32** - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 6.

# LOCALIZAÇÃO EM PLANTA

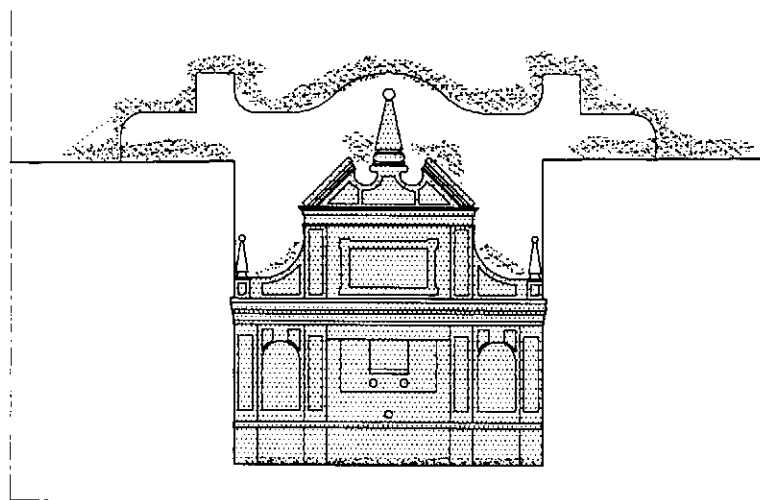


## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:  
Janeiro 1997

GRAU DE PROTECÇÃO:  
Monumento Nacional, Decreto 6.644, de 27.05.1920

# IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



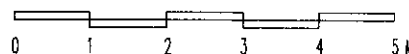
ALÇADO SUL LAVABO



PLANTAS HERBÁCEAS



LACUNAS DE MATERIAL



## INSPECÇÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO SUL DO LAVABO

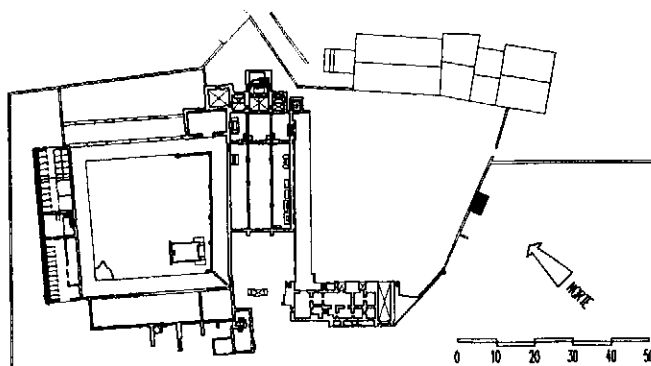
## ESTADO DE CONSERVAÇÃO

ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUCTIVO	BOM	SATISFATORIO	SOFRIVEL	MEDIOCRE	MAU	RUINA	PRINCIPAIS PATOLOGIAS
TECTO									
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada					x		lacunas de material vegetação superior
	FACE INTERIOR								
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada					x		lacunas de material vegetação superior
	FACE INTERIOR								
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra aparelhada					x		lacunas de material vegetação superior
	FACE INTERIOR								
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					x		vegetação superior
	INTERIOR								
VÃOS DE JANELA									
VÃOS DE PORTA									

QUADRO 7 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO SUL DO LAVABO

Des. 33 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 7.

# LOCALIZAÇÃO EM PLANTA

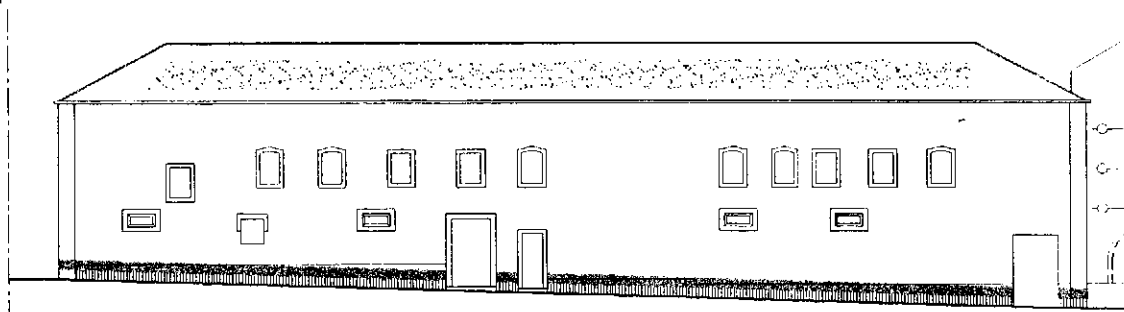


## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*

**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de 27.05.1920*

# IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



ALÇADO NORTE DO REFEITÓRIO



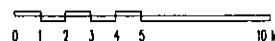
PLANTAS HERBÁCEAS



MANCHA DE HUMIDADE POR CAPILARIDADE



EFLORESCÊNCIAS DE SALS

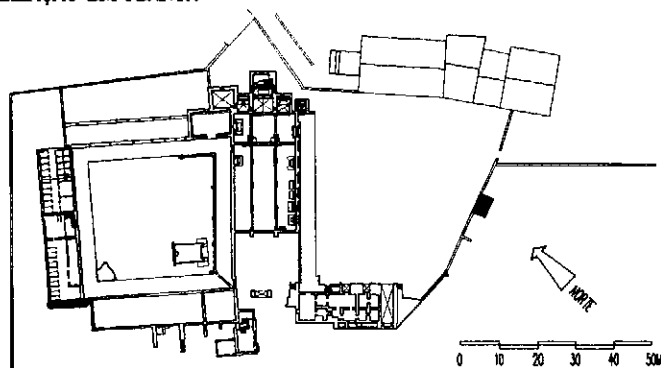


INSPEÇÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO NORTE DO REFEITÓRIO			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRIVEL	MEDIOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		cobertura em telha vã	x						
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		x					líquenes
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		x					líquenes
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		x					líquenes
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco		x					líquenes
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco				x			humidades com eflorescências
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco				x			humidades com eflorescências
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					x		vegetação superior
	INTERIOR	tijoleira				x			humidades com eflorescências
VÃOS DE JANELA		molduras em cantaria caixilharia em madeira	x						
VÃOS DE PORTA		molduras em cantaria caixilharia em madeira	x						

**QUADRO 8 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO NORTE DO ANTIGO REFEITÓRIO**

**Des. 34** - Mosteiro de Santa Maria de Almoster. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 8.

# LOCALIZAÇÃO EM PLANTA

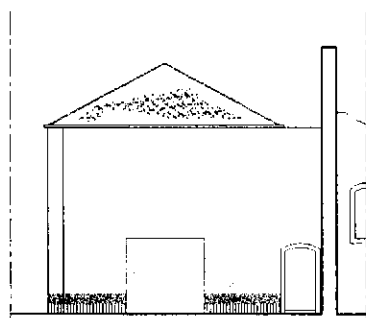


## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)

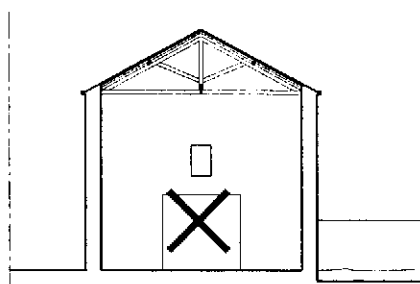
**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*

**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de 27.05.1920*

# IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



ALÇADO POENTE DO REFEITÓRIO



CORTE A-A'

- PLANTAS HERBÁCEAS
- MANCHA DE HUMIDADE POR CAPILARIDADE
- EFLORESCÊNCIAS DE SAIS
- USOS INDEVIDOS

0 1 2 3 4 5 10 M

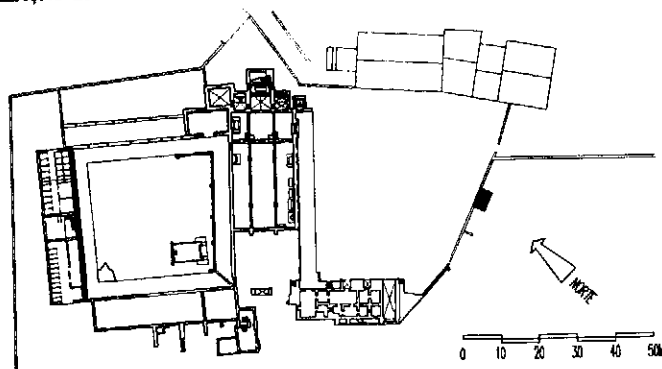
INSPECÇÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO NASCENTE DO REFEITÓRIO			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUIDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRÍVEL	MEDIOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		cobertura em telha vã	x						
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		x					líquenes
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		x					líquenes
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		x					líquenes
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco		x					líquenes
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco				x			humidades com eflorescências
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco				x			humidades com eflorescências
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					x		vegetação superior
	INTERIOR	tijoleira				x			humidades com eflorescências
VÃOS DE JANELA									
VÃOS DE PORTA		betão armado portão metálico	x						

**QUADRO 9 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO NASCENTE DO ANTIGO REFEITÓRIO**

*Des. 35 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 9.*



# LOCALIZAÇÃO EM PLANTA

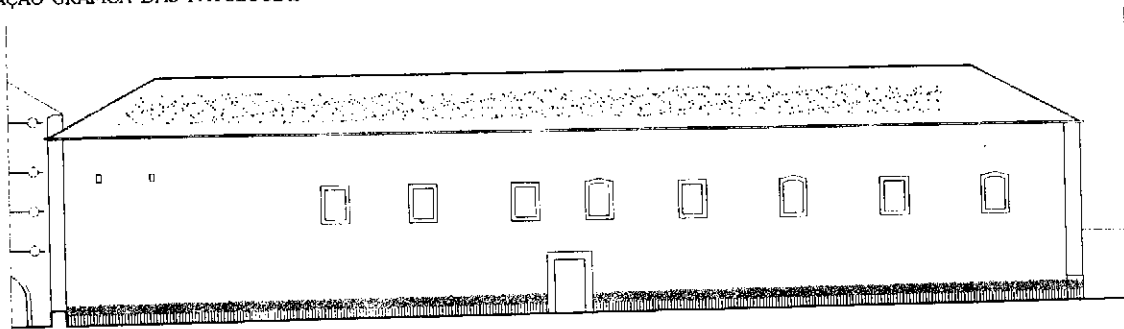


## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*

**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de 27.05.1920*

# IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



ALÇADO SUL DO REFEITÓRIO



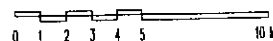
PLANTAS HERBÁCEAS



MANCHA DE HUMIDADE POR CAPILARIDADE



EFLORESCÊNCIAS DE SAIS



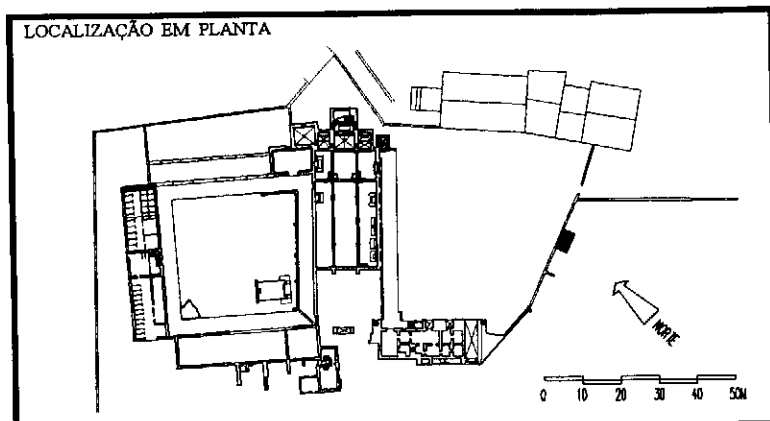
## INSPECCÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO SUL DO REFEITÓRIO

## ESTADO DE CONSERVAÇÃO

ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRÍVEL	MEDIOCRE	MAU	RUÍNA	PRINCIPAIS PATOLOGIAS
TECTO		cobertura em telha vã	x						
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		x					líquenes
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		x					líquenes
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		x					líquenes
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco		x					líquenes
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco				x			humidades com eflorescências
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco				x			humidades com eflorescências
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					x		vegetação superior
	INTERIOR	tijoleira				x			humidades com eflorescências
VÃOS DE JANELA		molduras em cantaria caixilharia em madeira	x						
VÃOS DE PORTA		moldura em cantaria entapado				x			lacunas corrigidas com cimento

**QUADRO 10 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO SUL DO ANTIGO REFEITÓRIO**

**Des. 36 -** Mosteiro de Santa Maria de Almoster. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 10.

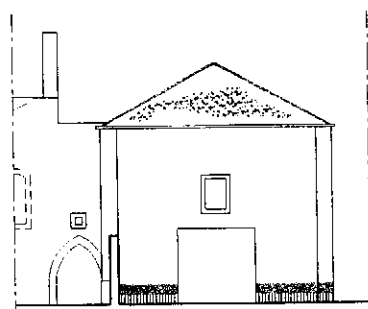


# **MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)**

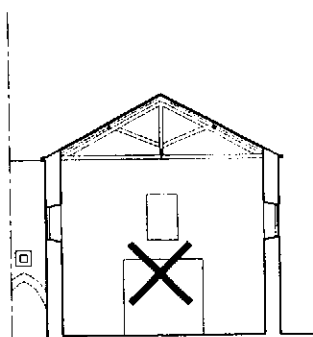
**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*

**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de 27.05.1920*

## IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



ALÇADO NASCENTE DO REFEITÓRIO



CORTE F-F'



PLANTAS HERBÁCEAS



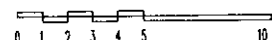
MANCHA DE HUMIDADE POR CAPILARIDADE



EFLORESCÊNCIAS DE Sais



USOS INDEVIDOS

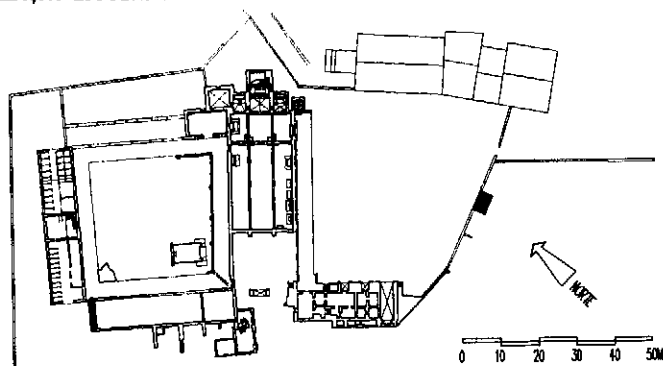


INSPECÇÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO POENTE DO REFEITÓRIO			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRÍVEL	MEDÍOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		cobertura em telha vã	✗						
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		✗					líquenes
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		✗					líquenes
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco		✗					líquenes
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra c/ reboco		✗					líquenes
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco				✗			humidades com eflorescências
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo c/ reboco				✗			humidades com eflorescências
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					✗		vegetação superior
	INTERIOR	tijoleira				✗			humidades com eflorescências
VÃOS DE JANELA		moldura em cantaria entaipada	✗						
VÃOS DE PORTA		betão armado portão metálico	✗						

**QUADRO 11 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO POENTE DO ANTIGO REFEITÓRIO**

**Des. 37 -** Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 11.

# LOCALIZAÇÃO EM PLANTA

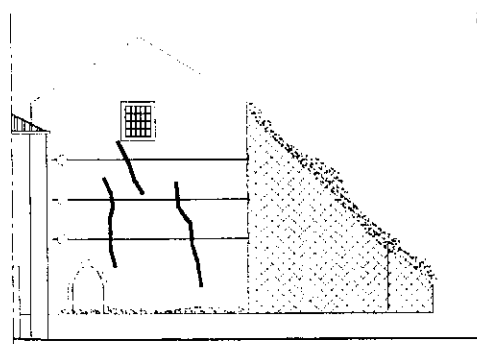


## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)

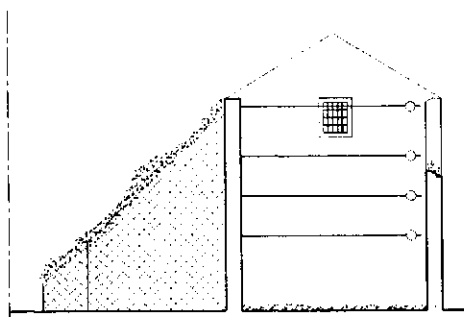
**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*

**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de 27.05.1920*

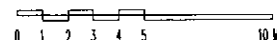
# IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



ALÇADO NORTE DO DORMITÓRIO



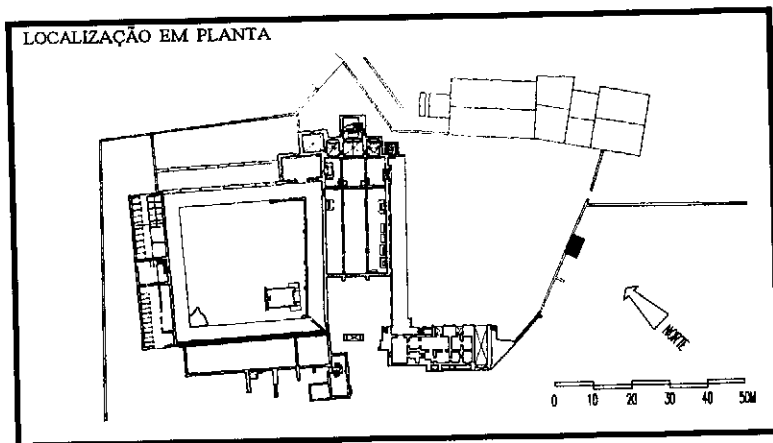
CORTE L-L'



INSPECCÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO NORTE DO DORMITÓRIO			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRÍVEL	MEDIOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		cobertura inexistente							
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		fendas verticais
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		fendas verticais
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		fendas verticais
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					×		vegetação superior
	INTERIOR	terra batida					×		vegetação superior
VÃOS DE JANELA		moldura em cantaria			×				juntas abertas
VÃOS DE PORTA		moldura em cantaria entapado	×						

**QUADRO 12- ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO NORTE DO ANTIGO DORMITÓRIO**

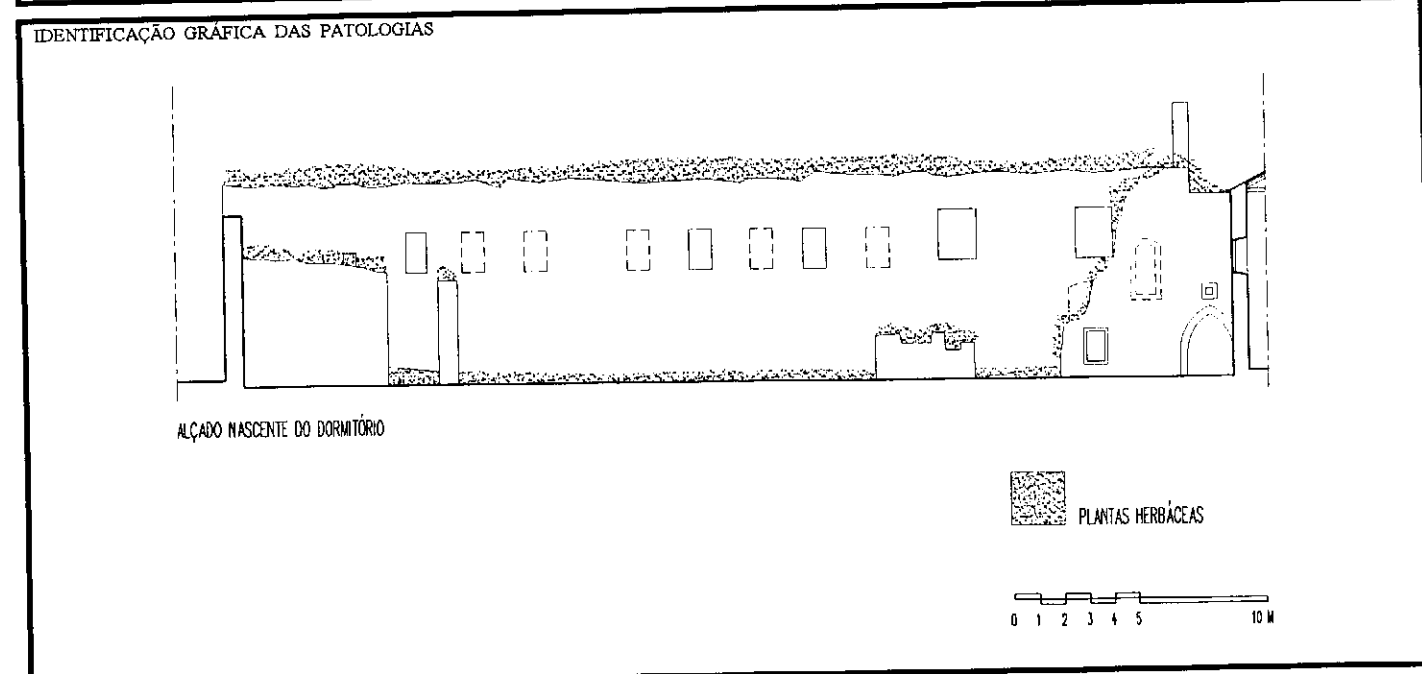
*Des. 38* - Mosteiro de Santa Maria de Almoster. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 12.



**MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE  
ALMOSTER (Santarém)**

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*

**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de  
27.05.1920*

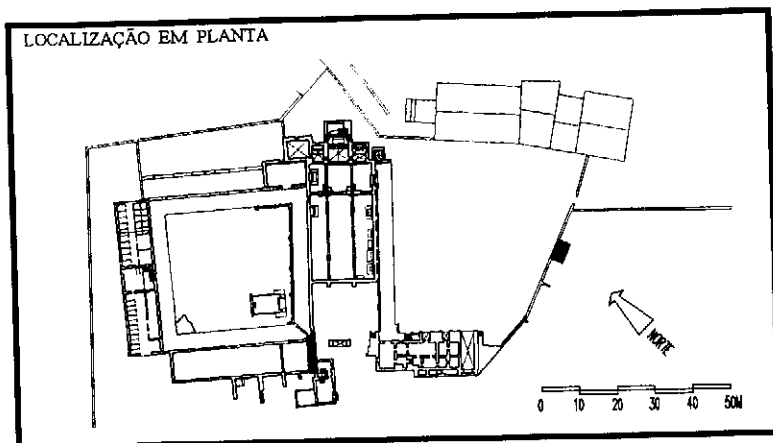


INSPECÇÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO NASCENTE DO DORMITÓRIO			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATORIO	SOFRÍVEL	MEDÍOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		cobertura inexistente							
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco						x	vegetação superior juntas abertas
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco						x	vegetação superior juntas abertas
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco						x	vegetação superior juntas abertas
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco						x	vegetação superior juntas abertas
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco						x	vegetação superior juntas abertas
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco						x	vegetação superior juntas abertas
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					x		vegetação superior
	INTERIOR	terra batida					x		vegetação superior
VÃOS DE JANELA		moldura em cantaria			x				juntas abertas
VÃOS DE PORTA		moldura em cantaria entaipado	x						

**QUADRO 13 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO NASCENTE DO ANTIGO DORMITÓRIO**

**Des. 39 -** Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 13.



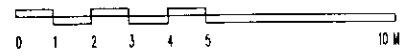
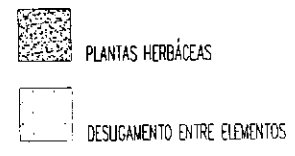
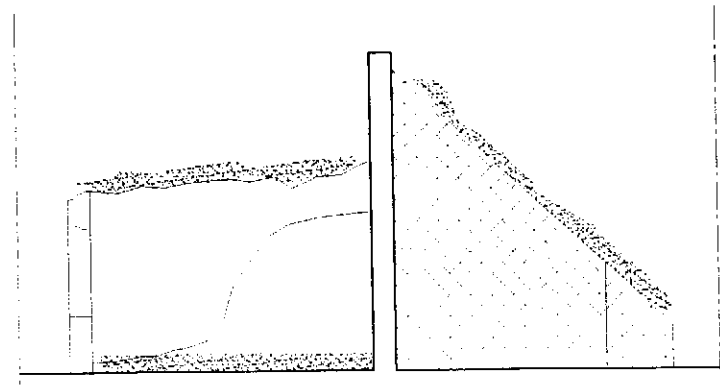


**MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE  
ALMOSTER (Santarém)**

**ESTADO DE CONSERVAÇÃO:**  
*Janeiro 1997*

**GRAU DE PROTECÇÃO:**  
*Monumento Nacional, Decreto 6.644, de  
27.05.1920*

IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS

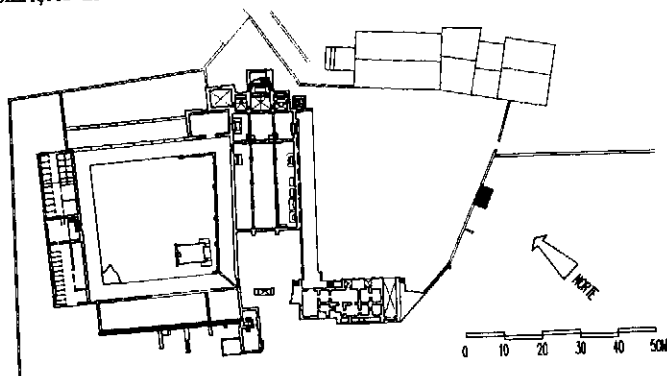


INSPECÇÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO SUL DO DORMITÓRIO			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRIVEL	MEDIOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		cobertura inexistente							
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					×		vegetação superior
	INTERIOR	terra batida					×		vegetação superior
VÃOS DE JANELA									
VÃOS DE PORTA									

**QUADRO 14 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO SUL DO ANTIGO DORMITÓRIO**

*Des. 40 - Mosteiro de Santa Maria de Almoster. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 14.*

# LOCALIZAÇÃO EM PLANTA

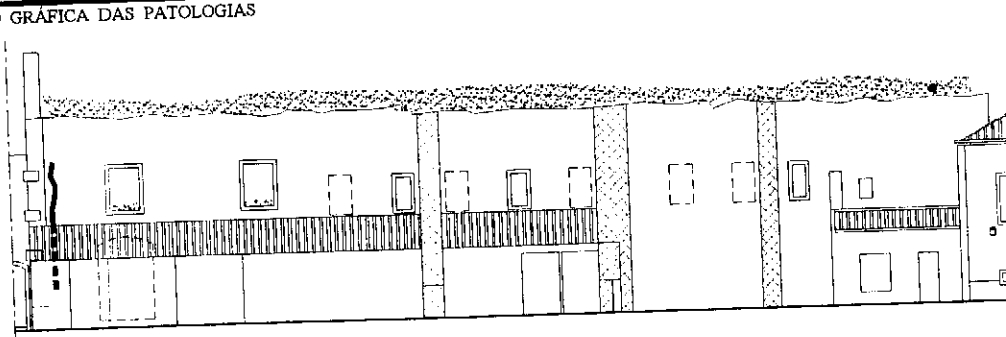


## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ALMOSTER (Santarém)

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:  
Janeiro 1997

GRAU DE PROTECÇÃO:  
Monumento Nacional, Decreto 6.644, de 27.05.1920

### IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA DAS PATOLOGIAS



ALÇADO POENTE DO DORMITÓRIO



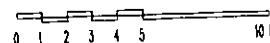
PLANTAS HERBÁCEAS



DESLIGAMENTO ENTRE ELEMENTOS



FENDAS

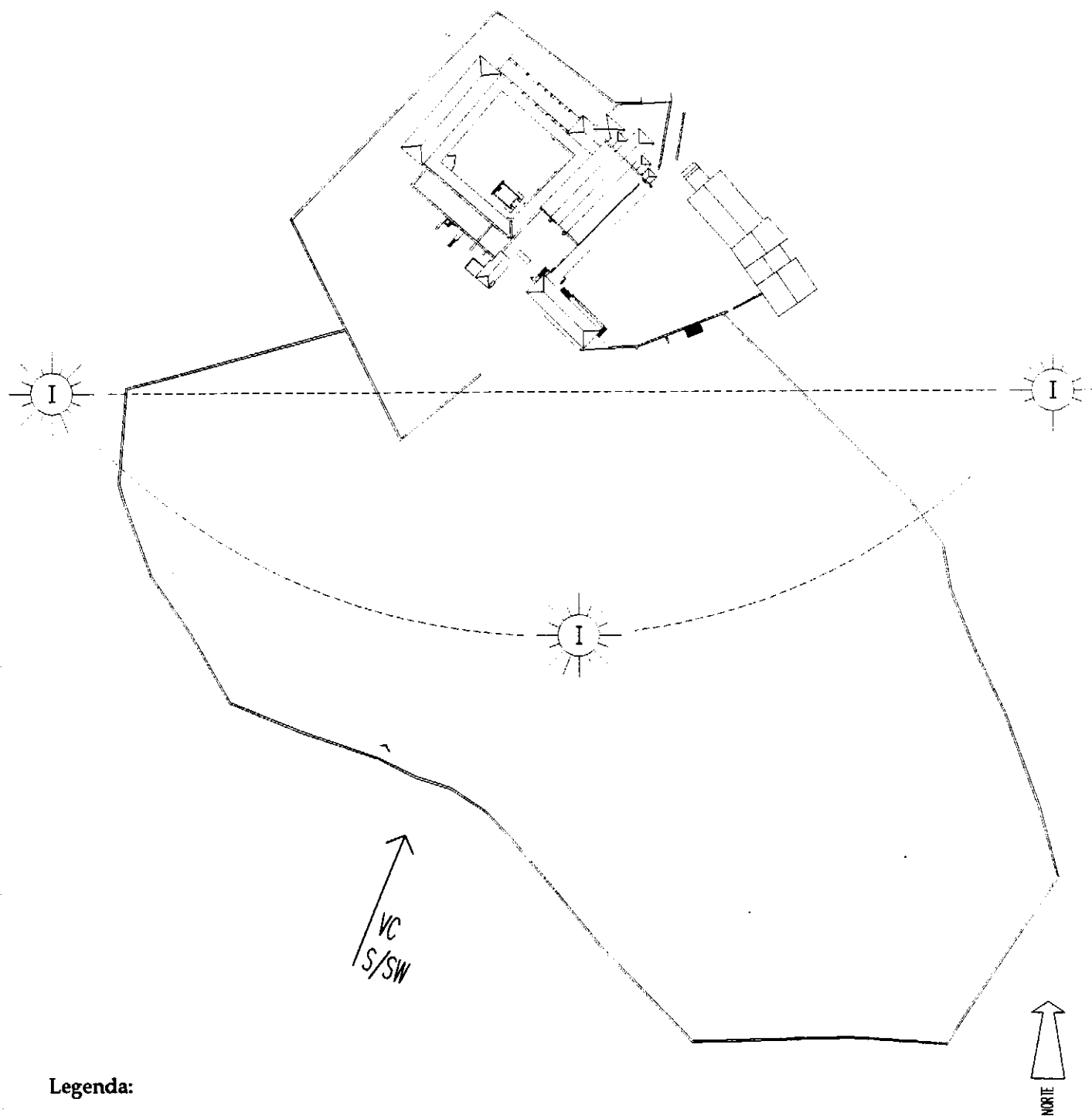


INSPECCÃO MACROSCÓPICA: ALÇADO POENTE DO DORMITÓRIO			ESTADO DE CONSERVAÇÃO						PRINCIPAIS PATOLOGIAS
ELEMENTOS CONSTRUÍDOS		MATERIAIS/ PROCESSO CONSTRUTIVO	BOM	SATISFATÓRIO	SOFRÍVEL	MEDÍOCRE	MAU	RUÍNA	
TECTO		cobertura inexistente							
ZONA SUPERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
ZONA INTERMÉDIA DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		fenda vertical, junto ao cunhal norte
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
ZONA INFERIOR DO PARAMENTO	FACE EXTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		fenda vertical, junto ao cunhal norte
	FACE INTERIOR	alvenaria de pedra e tijolo s/reboco					×		vegetação superior juntas abertas
PAVIMENTO	EXTERIOR	terra batida					×		vegetação superior
	INTERIOR	terra batida					×		vegetação superior
VÃOS DE JANELA		moldura em cantaria e madeira				×			podridão da madeira
VÃOS DE PORTA		moldura em cantaria entapado	×						

QUADRO 15 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO ALÇADO POENTE DO ANTIGO DORMITÓRIO

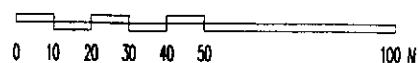
Des. 41 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Ficha de inspecção sobre o estado de conservação do monumento. Quadro 15.

VD  
N/NW

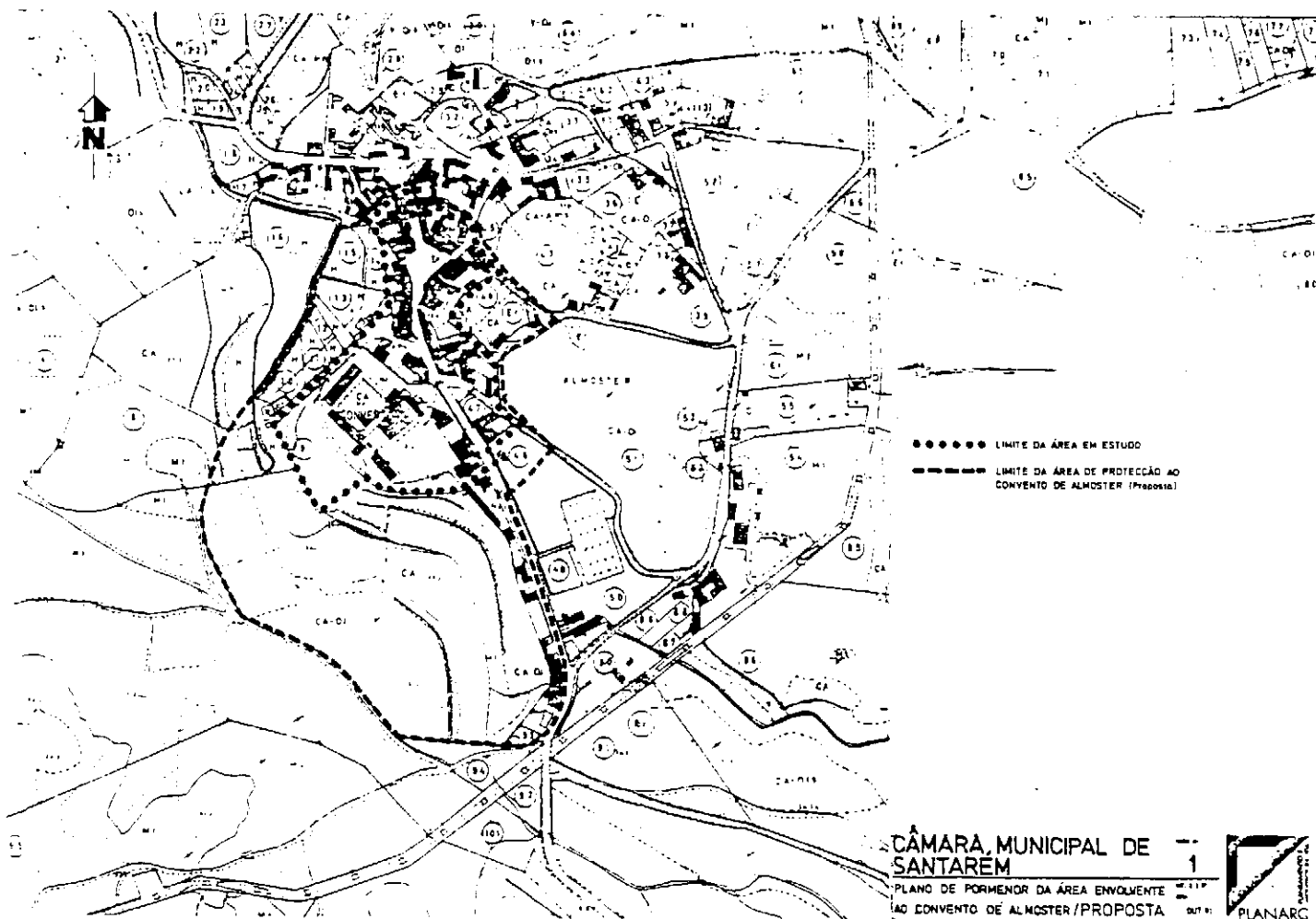


**Legenda:**

VD-Rumo do vento dominante (N/NW)  
VC-Rumo do vento associado à chuva (S/SW)  
I-Insolação



**Des. 42- Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Esquema da implantação do mosteiro em face dos agentes atmosféricos da chuva, vento e insolação.**

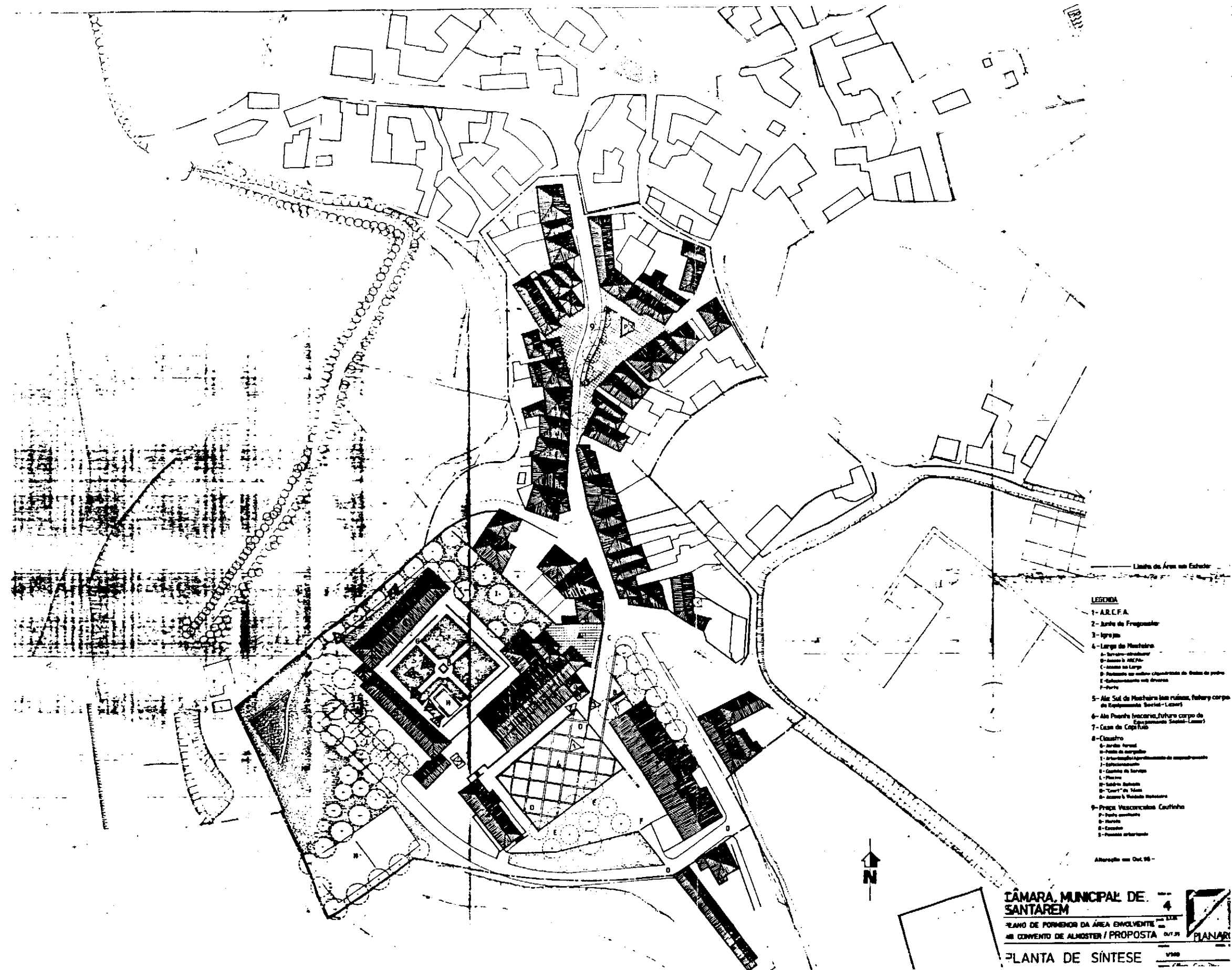


**Des. 43 -** Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Delimitação das áreas de intervenção propostas.

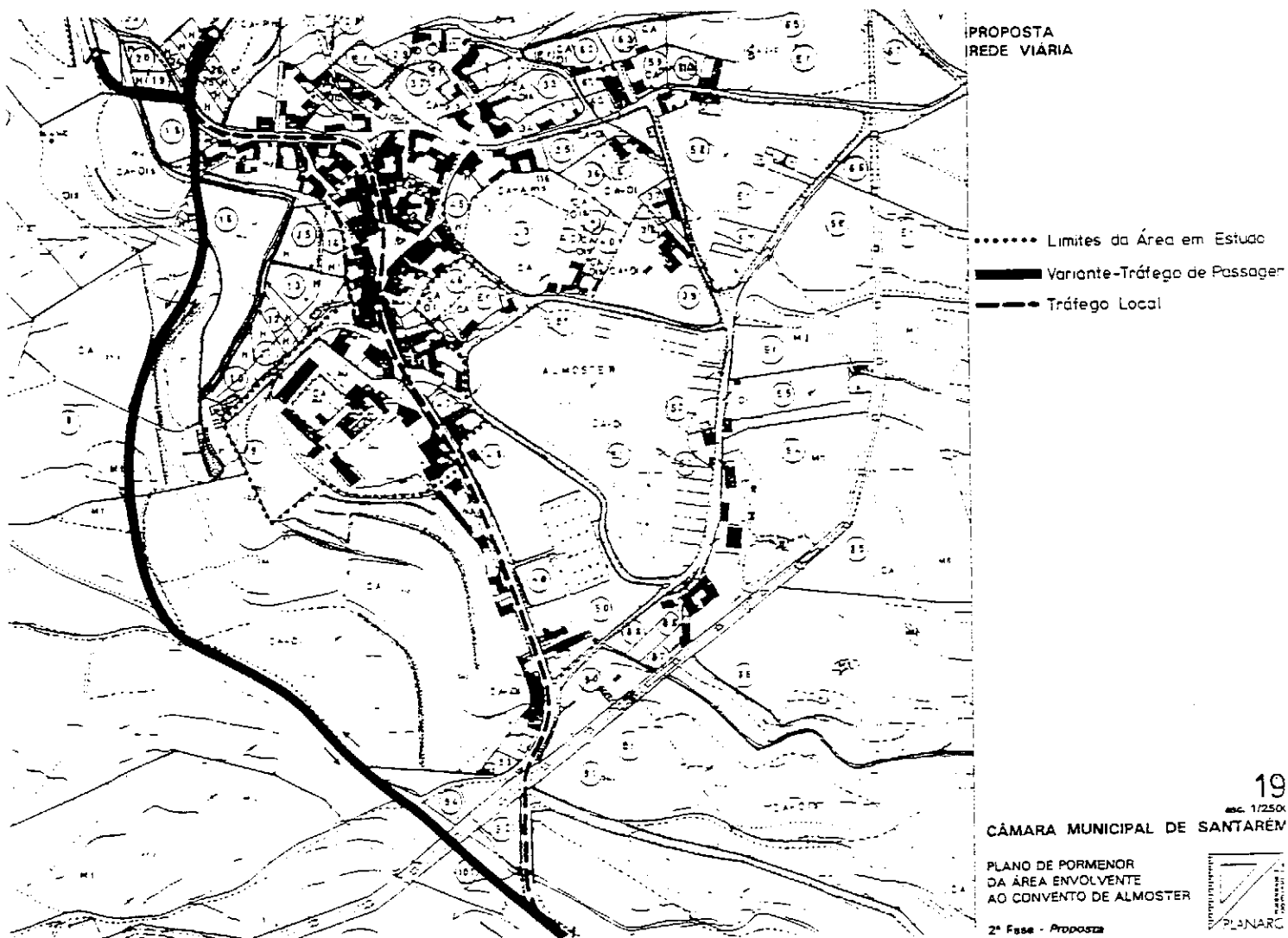
Fonte: "Planta de condicionantes", CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, *Plano de Pormenor da Área Envolvente ao Convento de Almoester*, Lisboa, Planarque, 1991, folha nº1.





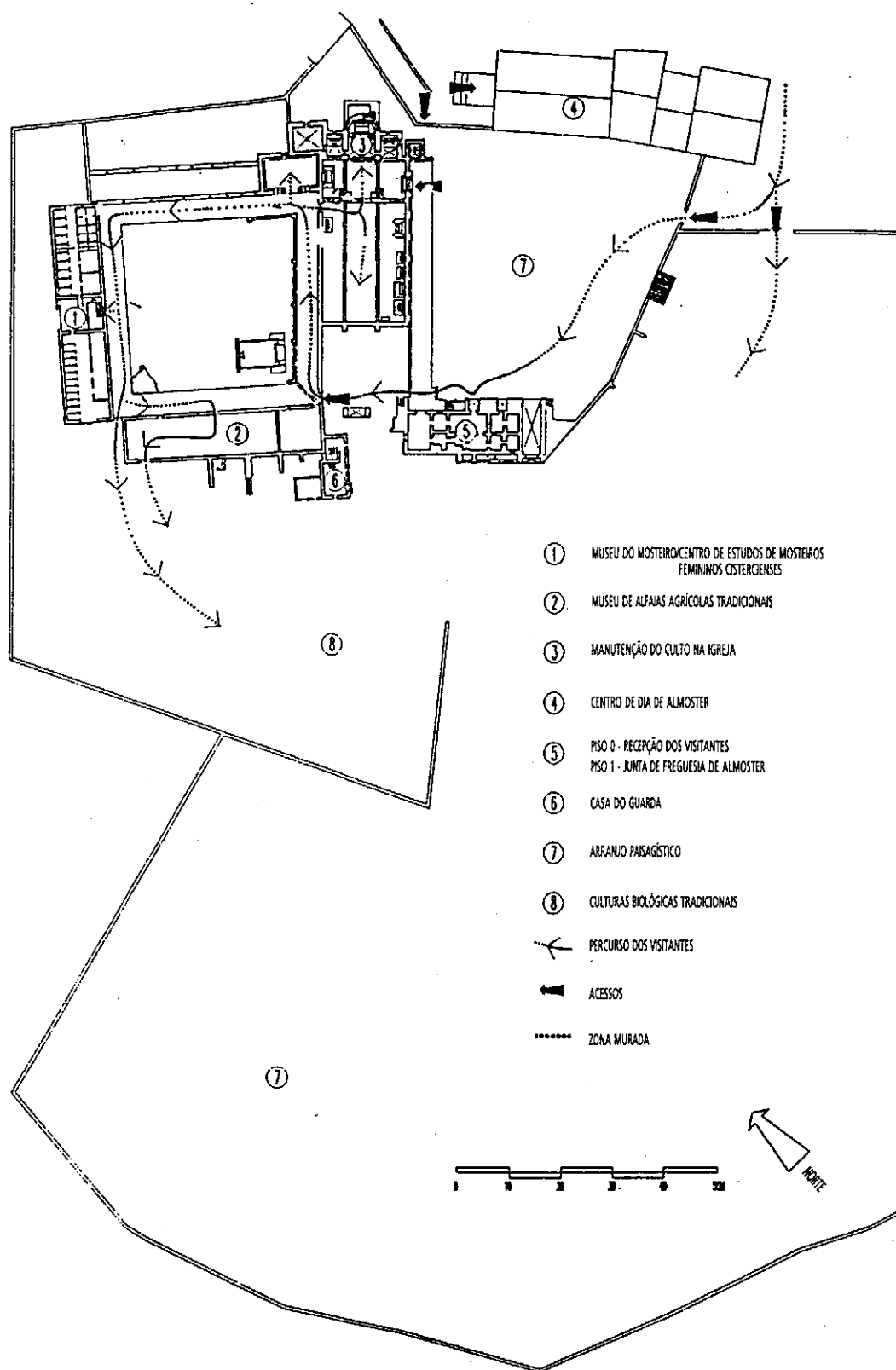


Des. 45 - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Proposta de reabilitação para centro de dia.  
 Fonte: "Planta de síntese", CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, Plano de Pormenor da Área Envolvente ao Convento de Almoester, Lisboa, Planarque, 1991, folha nº4.



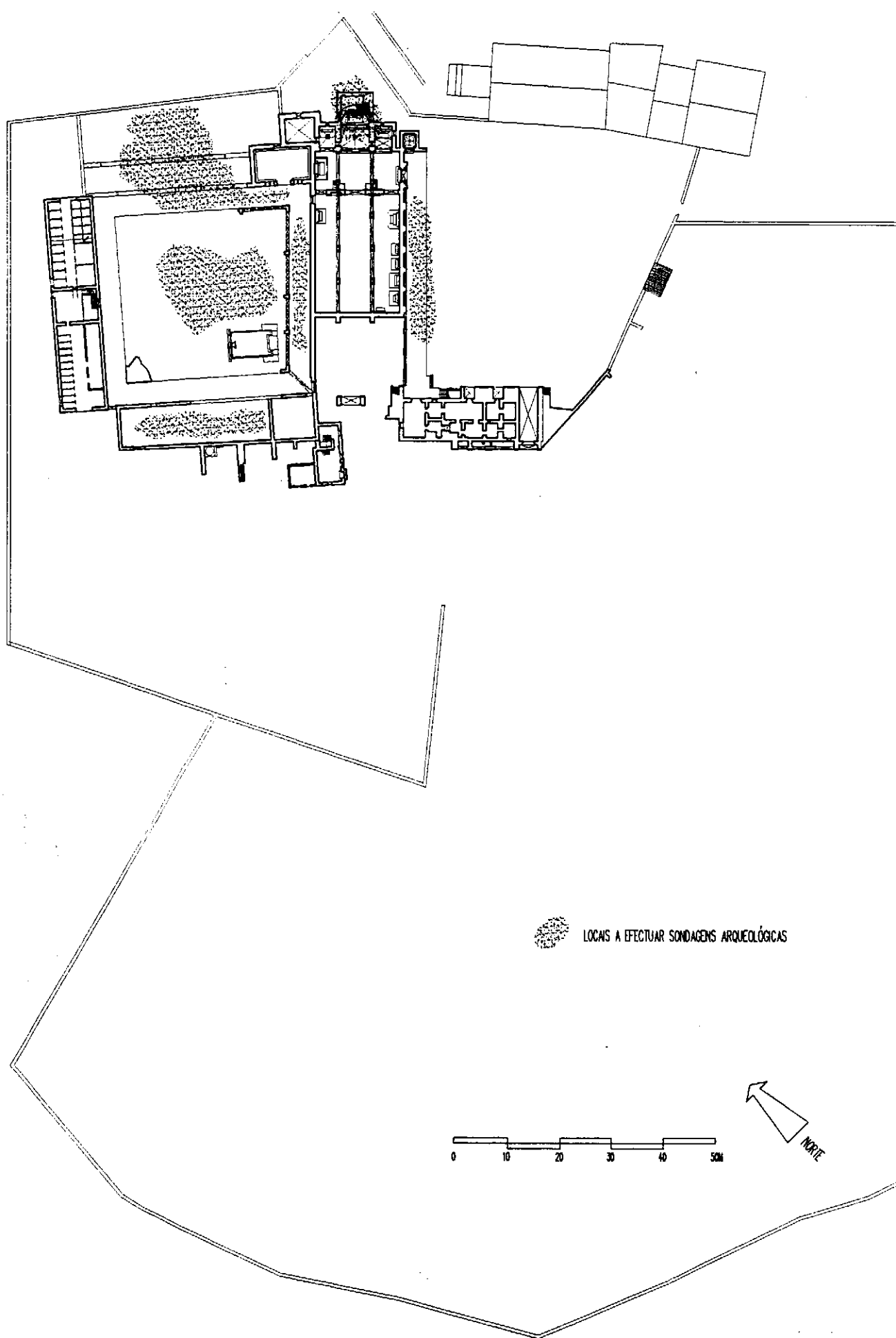
**Des. 46** - Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Proposta da variante alternativa à EN 114-2.

Fonte: "Planta de síntese", CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, Plano de Pormenor da Área Envolvente ao Convento de Almoester, Lisboa, Planarque, 1991, folha nº1.



Des. 47 – Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Proposta de valorização do monumento.





**Des. 48 -** Mosteiro de Santa Maria de Almoester. Proposta do locais a efectuar sondagens arqueológicas.